

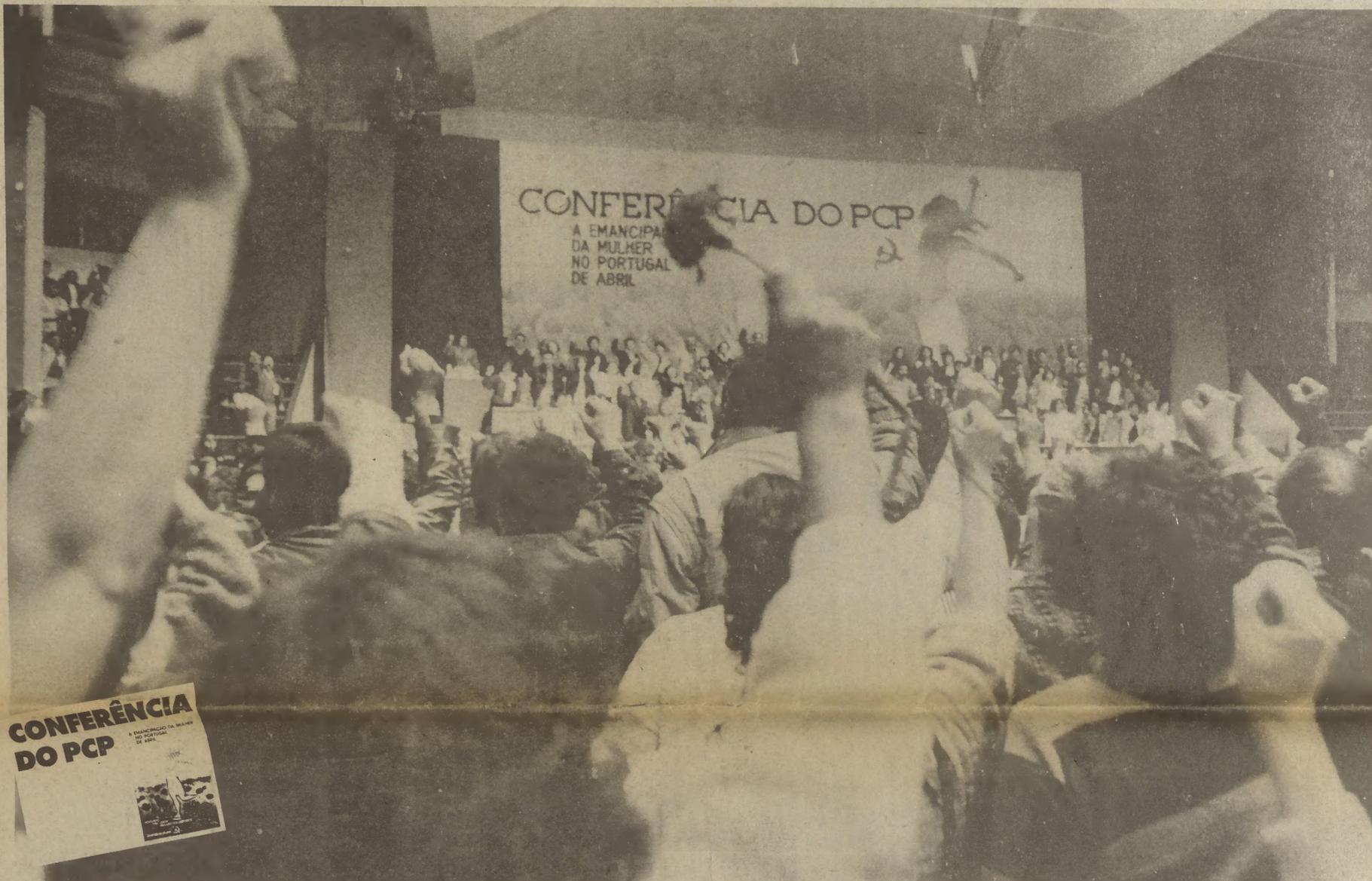
Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 673  
20 de Novembro de 1986  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER



- Reforço da actividade do PCP junto de vastos sectores da sociedade portuguesa
- Poderoso impulso na luta das mulheres
- Importante marco no caminho da emancipação da mulher

Proclamação, discurso de encerramento de Álvaro Cunhal, reportagem/Em Foco



## A Reforma Agrária apela à solidariedade

Reunidos em Montemor-o-Novo na passada sexta-feira, mais de 1700 delegados ao Encontro (extraordinário) aprovaram por unanimidade várias formas de luta contra a política do Governo que ameaça de destruição total a Reforma Agrária.

Págs. 1, 2 e 3/Semana

## Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre a entrevista do presidente do MDP/CDE José Manuel Tengarrinha

Pág. 9/Semana

## APU VENCE EM ÉVORA

Pág. 8/Semana



O encontro das delegações do PRD e do PCP no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes

## ENCONTRO PCP-PRD

No Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes foi recebida na tarde da última segunda-feira uma delegação da Direcção do Partido Renovador Democrático (PRD), constituída pelo general **Ramalho Eanes**, **Hermínio Martinho** e **José Carlos de Vasconcelos**.

Por parte do PCP, estiveram presentes no encontro de cumprimentos os camaradas **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do Partido, **Octávio Pato** e **Carlos Brito**, da Comissão Política do CC. Após o encontro, em breves declarações prestadas aos jornalistas, Álvaro Cunhal acentuou que «é necessário não apenas o diálogo entre os partidos democráticos, em que cada qual expresse a sua opinião, mas um esforço sério entre todos os partidos democráticos para encontrarem os caminhos para uma alternativa à política actual e ao Governo actual». Acrescentou o secretário-geral do PCP que «é nesse sentido que actuamos nas conversas havidas com o PRD, como com o PS, o MDP/CDE, Os Verdes, com todos os partidos democráticos sem excepção».

## Perspectivas favoráveis

**É** frequente encontrar em documentos do PCP, em declarações ou intervenções dos seus dirigentes e militantes a expressão a vida comprovou, a vida ensinou.

Sucedem que, exactamente, a vida ensina que a utilização frequente dessas palavras ou expressões é, em si própria, significativa.

Se os comunistas dedicam tanta atenção aos ensinamentos da vida fica isso apenas a dever-se à constante atenção às realidades concretas da prática, do quotidiano e da realidade do que os rodeia e na base do que se define a sua política e a sua acção; se os comunistas tantas vezes podem — e com justiça — invocar o evoluir concreto das situações, o fluir da própria realidade para comprovar as suas análises e previsões, isso apenas demonstra que tais análises e previsões, contando com um método de análise, um alicerce ideológico exacto e rigoroso, se ancoraram exactamente na realidade, no concreto — na vida.

**T**em vindo o PCP a defender a absoluta necessidade de demissão do actual Governo PSD/Cavaco Silva e, paralelamente, a sublinhar a existência de condições institucionais para a constituição de um novo Executivo que assegure uma alternativa democrática à política do actual no quadro parlamentar hoje existente.

A necessidade da substituição do Governo minoritário de Cavaco Silva é uma evidência que a vida se tem encarregado de fazer avolumar junto de cada vez mais vastos e numerosos sectores sociais e políticos.

Durante alguns meses foi possível ao Governo PSD mascarar o carácter da sua política através da demagógica utilização de uma situação económica favorável gerada por factores externos (nomeadamente a descida do preço do petróleo e a desvalorização do dólar) sistematicamente aliada à manipulação mais descarada dos meios de Comunicação Social do Estado, com evidente destaque para a RTP.

A realidade começa, porém, a irromper com a força com que sempre se impõe e não chegam anúncios de televisão e discursos ministeriais para mascarar esta evidência: o Governo não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais e agravou-os quase todos.

**Q**ue o Governo e os sectores políticos e económicos que o apolam se dão conta desta situação, se apercebem de um crescente mal-estar e de um crescente confluir de factores para a criação de uma alternativa política ao actual Executivo é também uma evidência que ganha volume.

O nervosismo nas hostes do PSD traduz-se não apenas em declarações onde o estilo ferrabraz não consegue disfarçar o isolamento e o receio, mas também na própria acção concreta e quotidiana do Executivo onde a tónica passou a ser uma pressa claramente indiciadora de que o tempo começa a escassear.

O que tem vindo a ocorrer no campo da Comunicação Social estatizada, das empresas públicas e da Reforma Agrária é particularmente elucidativo desta situação, bem como do total desrespeito pelos ditames constitucionais e pelo relacionamento entre os diversos órgãos de soberania (com destaque para os conflitos entre o Governo e a Assembleia e entre o mesmo Governo e os Tribunais).

Ao mais desatento observador não pode passar despercebido que nos últimos dois meses se assiste a um frenético acelerar no processo de venda das participações do Estado em empresas de Comunicação Social.

Invocando prejuízos por que, na esmagadora maioria dos casos, são responsáveis os gestores exactamente nomeados pelos executivos de direita e executantes da política de informação imposta pela direita e responsável pela crise e desprestígio de alguns desses órgãos, o Governo brada aos quatro ventos que, no respeito pelo seu programa, pretende que o Estado apenas detenha um jornal, uma agência noticiosa, um canal de Televisão e um canal de Rádio. Tudo o resto, será para entregar à «iniciativa privada».

Se o Governo pretende rapidamente alienar a posse e o controlo de numerosos órgãos de Comunicação Social e entregá-lo ao capital privado de que é um declarado defensor e serventário, isso apenas significa que, no entender de Governo e capitalistas, os jornais, a Rádio e a Televisão servirão melhor os seus interesses saindo da órbita do Estado do que conservando-se lá. Tratando-se de empresas que parece não serem particularmente lucrativas sob o ponto de vista directamente económico, mas obviamente importante no campo político e ideológico, uma única conclusão é possível: Cavaco Silva entende que não pode assegurar ao capital o controlo da Comunicação Social estatizada em seu benefício durante muito mais tempo pelo que, apressadamente, pretende passá-la para a posse directa do mesmo capital.

O que só pode querer dizer que Cavaco Silva entende que não poderá manter-se no Governo durante muito mais tempo.

**S**emelhante no seu significado, o caso da Reforma Agrária assume — como foi amplamente denunciado no Encontro Extraordinário da passada sexta-feira — aspectos da maior gravidade económica e social.

Também nas terras do Alentejo e Ribatejo o Governo quer andar depressa, quer aproveitar o tempo de que ainda disponha para deixar nas mãos dos grandes agrários o máximo de terras e bens ainda nas mãos dos trabalhadores.

A arbitrariedade e a violência atingem aqui proporções que, nem por serem já habituais, deixam de ser revoltantes e denunciarem o carácter efectivamente inconstitucional da actuação governamental.

Nas gavetas do Executivo de Cavaco Silva continuam a amontoar-se as decisões judiciais dando razão aos trabalhadores e determinando devolução de reservas ilegalmente arrancadas à sua posse: longe de dar um passo no sentido da reposição da legalidade, como seria elementarmente sua obrigação, o Governo prossegue, pelo contrário, a entrega de novas reservas, no meio de um lodaçal de ilegalidades, clientelismos, violências e corrupções que agravam cada vez mais o desemprego e cada vez mais afectam e paralisam a produção de terras que, na mão dos trabalhadores, proporcionaram colheitas que constituíram a prova da vida das potencialidades económicas e sociais da Reforma Agrária.

**U**m outro factor particularmente significativo da actual situação política e que tem, aliás, merecido particular destaque nas últimas semanas: os sucessivos contenciosos gerados pelas actuações e declarações dos presidentes dos governos regionais da Madeira e Açores, Alberto João Jardim e Mota Amaral.

No primeiro caso, o convite para a concretizada visita do responsável máximo da política do *apartheid* e de agressão contra Angola e Moçambique constituiu uma evidente provocação que as declarações de Jardim mais não fizeram que agravar.

No segundo, a revelação da colaboração de Mota Amaral com a organização terrorista e separatista FLA e as declarações posteriores, em que reconheceu ter admitido a separação do arquipélago da mãe-pátria se a evolução da política nacional não tivesse correspondido aos seus pontos de vista e interesse, constituiu um confirmar estrondoso do carácter antinacional que a direita não hesita em, até às últimas consequências, introduzir na sua acção política.

O Caso Botha na Madeira e Mota Amaral-FLA nos Açores relançaram a questão do separatismo, com os dois dirigentes insulares a repetirem declarações provocatórias e ameaçadoras no que se refere às relações entre a metrópole e as Regiões Autónomas.

É oportuno chamar a atenção para uma significativa constante dos problemas relacionados com o separatismo: sempre que em Portugal, de uma ou outra forma, a situação política tende para uma evolução democrática e

as forças de direita enfrentam situações desfavoráveis ou de derrota, o separatismo insular é imediatamente jogado no tabuleiro político nacional.

Uma evidente operação de chantagem política e de mobilização do intervencionismo imperialista para o jogo político nacional, mas, simultaneamente, um elemento que permite indiciar as apreensões da direita e os receios dos seus apoios.

**M**as caberá perguntar se se justificam as apreensões da direita, se efectivamente se perfilam no horizonte da política nacional perspectivas de alterações positivas.

Ao definir a absoluta necessidade de substituição do actual Governo PSD/Cavaco Silva e a possibilidade de constituição de um executivo que assegure uma alternativa democrática à acção do actual se poder realizar dentro do actual quadro parlamentar, o PCP tem sublinhado que duas realidades têm indispensavelmente que confluir para que tal concretização se torne possível: por um lado, um aprofundamento do diálogo entre os partidos democráticos; por outro, o alargamento e intensificação da luta de massas contra a política antipopular do Governo Cavaco.

Para que estes dois aspectos se desenvolvam e frutifiquem, o PCP tem igualmente apontado como indispensável o reforço das suas fileiras: o insubstituível papel dos comunistas na dinamização do movimento de massas e da sua luta e o insubstituível papel do PCP no quadro político-partidário nacional transformam naturalmente o reforço orgânico do Partido num factor de desenvolvimento das condições para uma alternativa democrática à actual situação.

É a verdade é que numerosos elementos apontam para que as condições necessárias à alternativa se desenhem nestes campos essenciais.

**O**s encontros recentemente realizados entre partidos democráticos (nomeadamente os que reuniram delegações do PCP e do PRD e do PCP e PS) apontam para um positivo desenvolvimento do relacionamento no campo democrático que tem, aliás, encontrado na Assembleia da República expressões tão significativas quanto efectivas no sentido de barrar o caminho a algumas das mais escandalosas actuações do Governo minoritário de Cavaco Silva.

Constituindo índices importantes e permitindo supor que nos encontramos perante um promissor início, este novo relacionamento é por si só desde já um factor novo, fruto de importantes modificações político-partidárias ocorridas nos últimos meses.

O PCP tem sublinhado a absoluta necessidade de prosseguir este caminho e dar-lhe expressões mais concludentes, nomeadamente no que se refere ao fulcral problema de definir e concretizar uma alternativa para o actual Governo e a sua política. Verificam-se ainda hesitações, dúvidas, ilusões que não contribuem para o rápido encontrar de soluções que os interesses do povo e do País exigem e com urgência. Mas é inegável que os passos já dados são de molde a consentirem no campo democrático um optimismo razoável e a provocarem evidentes inquietações no campo da direita.

**D**ireita que continua a defrontar em todo o País não apenas o descontentamento popular, mas a sua expressão traduzida em acções concretas levadas a cabo por organizações e sectores que não se confinam às áreas mais combativas — como será o caso do poderoso movimento sindical unitário — mas se alargam a outras estruturas.

A realização na passada sexta-feira do Encontro Extraordinário da Reforma Agrária e as resoluções ali tomadas, a concentração de trabalhadores, terça-feira, no Rossio e o subsequente desfile até S. Bento, as diversas lutas em curso ou em preparação constituem provas evidentes de que nem a demagogia nem a repressão — a que crescentemente o patronato recorre ante a passividade e cumpril-

# Resumo

12

Quarta-feira

O Presidente do regime racista sul-africano e uma comitiva de trinta pessoas são recebidos pelo Governo Regional da Madeira com todas as honras. ■ PCP critica Orçamento do Governo e anuncia propostas de alteração. ■ Após um encontro de 3 horas com o PSD, CDS afirma-se preocupado com a «consolidação da estrutura esquerdizante do país». ■ Inicia-se o II Congresso dos Jornalistas Portugueses, que tem como tema «A deontologia». ■ Segundo a Anop, 3 de 170 engenheiros e arquitectos assinaram 35% dos 700 projectos de construção entrados na CM de Coimbra em 1985. ■ Alunos da Escola Secundária de Rio de Mouro protestam contra o atraso do início do ano lectivo por falta de mobiliário, levando de casa bancos e cadeiras. ■ Venda de armas ao Irão põe em causa afirmações antiterroristas de Washington e abre o escândalo «Irangate». ■ Assembleia Nacional francesa decide apreciar a «revisão de certas modalidades das condições de adesão de Portugal e Espanha à CEE». ■ A Organização dos Estados Americanos reafirma o seu «apoio total» à Argentina no conflito das Malvinas. ■ José Saramago participa numa sessão pública de lançamento do seu mais recente livro «A Jangada de Pedra».



Plenário da CGTP-IN discute situação político-sindical. ■ PCP, PS e PRD anunciam pedidos de ratificação do decreto-lei do Governo que pretende alienar bens de empresas públicas da comunicação social. ■ Comitiva sul-africana visita a ilha de Porto Santo, na companhia de Jardim e outros membros do Governo Regional. ■ Confederação Nacional da Agricultura protesta contra estrangulamento dos avicultores e aponta medidas de apoio necessárias. ■ No prosseguimento da sua luta pelo pagamento dos salários, subsídios e diuturnidades em atraso, trabalhadores da Tabopan cortam estrada e ocupam dependências bancárias em Amarante. ■ Associação dos Inquilinos Lisboenses considera ilegal segundo aumento das rendas em seis meses. ■ IV Congresso do PAIGC reelege «Nino» Vieira secretário-geral, no último dia dos seus trabalhos. ■ EUA efectua mais um ensaio nuclear no Nevada, provocando ondas de choque em Las Vegas.

Washington a Grande Marcha da Paz, iniciada a 1 de Março em Los Angeles. ■ É dada como certa a vitória do PMBD em 20 dos 23 Estados do Brasil. ■ Aviões israelitas atacam três campos palestinos no sul do Líbano. ■ Rosa Mota vence Maratona em Tóquio.

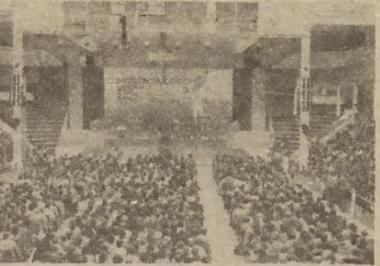
17

Segunda-feira

Pescadores e armadores portugueses e espanhóis bloqueiam a foz do Guadiana, dando 72 horas aos governos para marcarem a próxima reunião de negociações do acordo de pesca luso-espanhol. ■ População do Carvalhinho (Coimbrões) bloqueia Linha do Norte da CP, protestando contra o encerramento ao trânsito automóvel da passagem de nível local. ■ Delegações do PRD e do PCP encontram-se no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes. ■ Estatísticas da OCDE dizem que Portugal é o único país da organização onde a população activa diminuiu nos últimos dois anos. ■ Zhou Nan, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, inicia visita oficial a Portugal. ■ Presidente da Renault é assassinado em Paris. ■ Trabalhadores filipinos cumprem greve de protesto contra o assassinio de Orlando Olalia, responsabilizando pelo atentado o ministro Ponce Enrile. ■ Tropas israelitas intensificam repressão contra palestinos na Cidade Velha de Jerusalém e na região de Saída.

15

Sábado



PCP efectua Conferência sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril. ■ Encontro Nacional sobre trabalho precário, promovido pela federação sindical da construção, denuncia novas formas de escravatura em Portugal. ■ Governo e UGT assinam protocolo salarial para a Função Pública. ■ Chega ao fim o II Congresso dos Jornalistas. ■ Brasil elige governadores, Assembleia Constituinte, Assembleias Legislativas dos Estados e parte do Senado. ■ Reagan ordenou por escrito ao director da CIA que nada fosse dito acerca das negociações com o Irão para a troca de reféns por armas. ■ Hasenfus, o piloto norte-americano capturado na Nicarágua a 6 de Outubro, é condenado a 30 anos de prisão.

18

Terça-feira

Manifestação da União dos Sindicatos de Lisboa exige novo governo, oferecendo a Cavaco «lembranças» do mal que o executivo PSD tem feito «um ano de governação, um ano de estragação». ■ Trabalhadores da Função Pública protestam frente ao Palácio de S. Bento contra o acordo UGT/Governo, pelo direito à nego-



ciação e por uma revisão salarial justa. ■ Na AR inicia-se o debate em plenário do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 1987. ■ Comissão Política do CC do PCP comenta declarações de José Manuel Tengarrinha acerca da APU. ■ «DN» publica entrevista com Álvaro Cunhal, em que o secretário-geral do PCP comenta a situação política e, particularmente, a necessidade da convergência entre os partidos democráticos. ■ Encontram-se delegações do PS e PRD. ■ União dos Sindicatos de Leiria promove debate público sobre Tribunal de Trabalho. ■ O Presidente da RPD da Coreia, Kim Il Sung, surge em público na recepção ao dirigente mongol Jambyn Batmunkh, desmentindo assim boatos sobre a sua morte postos a circular por responsáveis sul-coreanos. ■ URSS declara que está pronta a negociar com os EUA a suspensão por etapas dos ensaios nucleares.

13

Quinta-feira

Cavaco recusa-se a receber cerca de 500 sindicalistas de Setúbal que exigem medidas contra o desemprego, os despedimentos e os salários em atraso. ■ Governo aprova «pacote» para a comunicação social. ■ Três quartos dos trabalhadores da construção civil e obras públicas têm trabalho precário, segundo a federação sindical do sector. ■ Conselho Nacional do Plano aprova parecer sobre o «Plano para 1986» com críticas ao Governo. ■ CGTP-IN acusa a proposta governamental de Orçamento de Estado de provocar o agravamento da injustiça fiscal. ■ Trabalhadores da Sorefame aprovam proposta de viabilização da empresa contra o desmantelamento. ■ Joaquim Chissano reconduz Governo de Moçambique. ■ Igor Ligatchov anuncia em Helsínquia que a URSS retirou todos os mísseis nucleares de médio alcance da península de Kola e a maior parte dos que estavam colocados nas regiões militares de Leninegrado e do Báltico. ■ Secretaria da Defesa dos EUA torna públicos planos de instalação de mísseis nucleares terra-terra na Coreia do Sul. ■ Inicia-se em Lima reunião de países não-alinhados sobre os problemas da dívida externa.

14

Sexta-feira

Realiza-se em Montemor-o-Novo Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária. ■

16

Domingo

APU vence eleições nas quatro novas freguesias de Évora. ■ Em entrevista a «O Telégrafo», José Deq Mota acusa Mota Amaral de só ser «patriota às vezes». ■ PRD considera Governo central cúmplice de Jardim na visita «privada» de Botha à Madeira. ■ Viana Baptista, presidente dos CTT/TLP, confirma à Anop intenção de privatizar serviços. ■ Após 5900 km, chega a

cidade das estruturas oficiais — conseguem paralisar o protesto popular.

A desastrosa política do Executivo Cavaco tem vindo a desencadear protestos noutras áreas, algumas das quais se podiam até situar até há pouco entre os seus apoios. Neste campo um relevo especial merecem os conflitos surgidos em torno da adesão à CEE e à crescente frustração e desilusão que atinge as mais diversas áreas, desde o próprio capital até às estruturas autárquicas.

Para apenas referir os mais recentes, sublinhe-se a situação no sector da produção de tomate, os casos de atribuição dos fundos do FEDER e o problema das pescas, onde o Governo continua a primar pela total inoperância, como se evidência na situação criada no Algarve e que conduziu ao bloqueio do porto de Vila Real de Santo António, efectuada, pela primeira vez, por barcos portugueses e espanhóis.

No campo da luta de massas, a direita tem, pois, bons motivos para estar preocupada, ao fim de um ano de governação que, longe de desmobilizar os sectores mais combativos, conseguiu a eles reunir áreas anteriormente da sua própria base de apoio.

Finalmente, o reforço do PCP.

Para ninguém é novidade que, tanta consciência quanto os comunistas da importância do reforço do seu Partido, tem-na igualmente a direita que quotidianamente se desdobra num misto de operações visando enfraquecer o PCP e que incluem a sistemática campanha de notícias, comentários, previsões e análises acerca desse... enfraquecimento!

Entretanto, a realidade é o que é — e contra ela nada há a fazer!...

Sob o ponto de vista eleitoral, após a vitória de Almada, a APU registou no passado fim-de-semana novo e significativo triunfo nas eleições de Évora. Pese embora uma elevada abstenção, cujo significado é indispensável analisar cuidadosamente, os resultados comprovam a determinante influência eleitoral do PCP, principal força da Aliança Povo Unido, e o crescente prestígio da gestão autárquica baseada na honestidade e competência dos eleitos APU.

O êxito constituído pela realização da Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril é outro e importantíssimo índice da dinâmica do nosso grande colectivo partidário — e aqui com uma vasta multiplicidade de aspectos.

Conforme já se assinalou no anterior número do «Avante!», é só por si significativo o evidente facto de que tenha sido o PCP a abrir um debate sobre um problema tão complexo como o que ocupou os trabalhos dos delegados que se reuniram no sábado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa: é significativo da robustez política e ideológica do Partido o facto de estar em condições de enfrentar este tipo de debate, tal como é significativo que, no quadro político-partidário nacional, ele seja o único a fazê-lo.

Mas é caso para dizer que a realidade ultrapassou as expectativas, quer na afluência, quer na vivacidade e profundidade dos debates e riqueza das conclusões.

Entretanto, no final do mês realizar-se-á novo e importante encontro de comunistas, desta vez dedicado aos problemas da Comunicação Social.

E tudo isto se efectua sem quebra da actividade normal, do empenhamento de milhares e milhares de comunistas numa imensidade de frentes de trabalho e de luta, numa evidente demonstração da boa saúde e excelente dinamismo do PCP.

O que requer concluir que, também por aqui, a democracia tem razões para estar optimista e o Governo PSD bons motivos para estar apreensivo e inquieto!

O que permite concluir que a vida comprova a justeza da orientação e dos objectivos traçados pelo PCP, que a vida comprova que eles estão ao alcance dos trabalhadores e do povo, que a vida comprova as possibilidades de uma alternativa democrática para a actual política e para o actual Governo!

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista  
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -  
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL Serviços Centrais: Av. Santos  
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 25361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B  
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Outubro: 30 680

# DEIXEM TRABALHAR E PRODUZIR

Deslocaram-se das mais recônditas aldeias e vilas. Sob forte temporal meteram-se ao caminho, madrugada ainda, deixando por um dia as lides do campo. Não vieram todos. No terreno da produção, também se trava esta luta. Está-se em plenas sementeiras, em véspera de apanha da azeitona.

Os que vieram, representando os seus companheiros e camaradas, eram portadores de uma mensagem: urge conjugar esforços para defender a Reforma Agrária. Combativos e corajosos, pela sua parte, afirmaram-no convictamente da tribuna, estão dispostos a reforçar a luta para suste de vez a ofensiva que lhes rouba as terras e o pão.

Sabem que não estão sós. Ali mesmo, não foram poucas as manifestações de apoio. Mas não chega. Talvez nunca, como agora, seja tão precisa a solidariedade activa de todos os democratas e patriotas.

Solidariedade. Uma palavra, um acto, um gesto fraterno. Presença forte, a solidariedade, foi talvez a chave deste Encontro.

Estamos em Montemor-o-Novo. Como palco o Teatro Curvo Semedo, sala de tantas jornadas, completamente à cunha. Foi na passada sexta-feira. Tratou-se do Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária.

Já perto do final dos trabalhos, um comovente apelo aprovado por unanimidade, dirigido ao povo português, dava conta de uma exigência: «**deixem semear, cultivar, produzir! Deixem trabalhar as nossas máquinas, não as roubem! Deixem ver ao País o nosso trabalho produtivo, a nossa gestão democrática ao serviço dos interesses do Povo e da Nação**».



## Face à ameaça de destruição total

# Reforma Agrária apela à solidariedade e define novas formas de luta

A intensificação da luta em defesa das UCPs/Cooperativas e o reforço das acções de solidariedade activa em torno desta realidade de Abril, constituíram dois dos aspectos mais marcantes do Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária, realizado sexta-feira última, no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo.

Convocado de emergência (em pouco mais de uma semana) para analisar a grave ameaça de destruição que paira sobre as unidades de produção em resultado da presente ofensiva governamental, o Encontro aprovou por unanimidade várias formas de luta — sete vigílias no próximo dia 21 e uma semana de luta (de 8 a 13 de Dezembro) frente à residência do Primeiro-Ministro, entre outras — decisões que expressam bem a disposição que anima os trabalhadores agrícolas neste difícil período caracterizado por uma das mais ferozes investidas até hoje levadas a cabo contra a Reforma Agrária.

Esta capacidade de resistência estaria patente ao longo dos trabalhos quer pelas intervenções vivas e entusiásticas dos muitos oradores que subiram à Tribuna, onde não foram poupadadas críticas ao actual Executivo, quer pela resposta acalorada e combativa dada pelos mais de 1700 delegados e convidados presentes.

### Sobreviver à ofensiva

Só uma firme vontade de defender esta transformação que corresponde aos seus mais legítimos

anseios e interesses, ancorada numa grande consciência de classe, pode explicar, aliás, esta capacidade de conseguir sobreviver à brutal ofensiva e de continuar a resistir e a aumentar a produção.

Em confronto com uma política de apertado bloqueio, assente na repressão e apostada na desarticulação das estruturas produtivas e na destruição das UCPs/Cooperativas, os trabalhadores conseguiram, mesmo assim, como foi salientado no Encontro, introduzir profundas melhorias e inovações na estrutura da produção, assegurando taxas

de ocupação cultural e encabeçamento pecuários duas a três vezes superiores aos dos latifundiários, aumentar e melhorar o equipamento técnico, criar milhares de hectares de novos regadios, construir creches, centros de apoio a idosos, centros culturais etc.

Com um ponto único na ordem de trabalhos — «a ofensiva contra a Reforma Agrária, medidas para a sua defesa, reforço da solidariedade» —, o Encontro constituiu ainda uma elevada expressão da solidariedade dos trabalhadores portugueses e das forças democráticas para com a

heróica luta do proletariado rural do Alentejo e Ribatejo, apoio bem notório quer nas perto de cem mensagens e saudações chegadas à mesa (entre as quais se contavam as do Grupo Parlamentar do PS, da Comissão Distrital de Évora do PRD e de várias organizações Regionais do PCP), quer na presença entre os convidados de representantes de várias organizações e estruturas partidárias e sindicais (nomeadamente da CGTP-IN do PCP e do PRD) e

Moacyr Scliar

## O CENTAURO NO JARDIM

CAMINHO

«UMA TERRA SEM AMOS»

Nos confins do interior Sul do Brasil, nasce um centauro, metade homem metade cavalo. A estranheza da sua aparência afasta-o do mundo dos homens. A sua alma humana, a sua aspiração a viver com os outros, amarram-no irresistivelmente à sociedade. Qual pode ser o destino de um centauro no mundo dos homens?

Preço 800\$00



# a Talhe de FOICE

## Negociação e traficância

O general norte-americano Bernard Rogers, actual comandante supremo da NATO a quem a imprensa ocidental maquilha a visão troglodita das questões internacionais sob o ornitológico eufemismo de «falcão», produziu há dias o prodígio de novo raciocínio. A «opção zero» — piava o general — fazia-lhe «sentir dores no estômago» pois deixaria a Europa capitalista «desarmada» face ao poderio militar convencional do Pacto de Varsóvia. A «opção zero», recorde-se, consiste genericamente na retirada de todos os mísseis atómicos de médio alcance, norte-americanos e soviéticos, do território europeu e foi apresentada em primeiro lugar pelo presidente Reagan, já lá vai um par de anos, quando o chefe do governo dos EUA coreografou mais um entremez pacifista. A «opção zero», recorde-se ainda, foi recentemente aceite pela URSS, sem coreografias, no encontro de Reiquejavique entre Reagan e Gorbachov, gorando-se por recusa do seu próprio «inventor» e primeiro proponente, o «pacífico» presidente dos EUA.

Que Rogers necessite de manter a Europa erichada de bombas atómicas para evitar as dores de estômago e olhe o perigo de holocausto nuclear como um reconfortante «Alka Seltzer», é uma coisa: há muito que se sabe que o actual comandante supremo da NATO padece de anticomunismo hipocondríaco, agravado, de um ponto de vista de responsabilidade política, por atávica dificuldade em raciocinar. Que Reagan espere ser absolvido das suas contradições e enormidades (embora pessoalmente o mereça) à sombra da mesma condescendência que ouve e desconta as tiradas cavernícolas do seu general-em-chefe, é outra bem diferente.

Reagan, apesar dele próprio, é o presidente de uma potência que tem ao seu alcance a capacidade militar de destruir a Humanidade. Reagan, mesmo contra ele próprio, não deve cavalgar a irresponsabilidade política como se ainda estivesse nos seus velhos filmes de cobóis de segunda aos pulos de terceira.

O dramático é que Reagan, não devendo ser irresponsável, pode sê-lo. E é-o. E procura abrigar-se de críticas como se o presidente dos EUA pudesse comportar-se como um general Rogers qualquer.

O caso do envio de armas para o Irão é o mais recente exemplo da amoral irresponsabilidade que actualmente preside aos destinos da nação americana. Às escondidas de toda a gente — mesmo dos seus generais fanáticos da violência — Reagan patrocinou uma operação de fornecimento de armas ao Irão, ao mesmo tempo que promovia uma cruzada contra este e outros países árabes sob a alegação do «combate ao terrorismo». O escândalo rebentou com proporções incontroláveis pela Casa Branca e, neste momento, há já quem fale nos EUA em «novo Watergate».

Mesmo tendo em conta que os «watergates» nos EUA são o pão nosso de cada dia e só atingem o estrelato político quando isso interessa a alguém, não há dúvida — apesar da denúncia se ficar pela ponta do iceberg, na medida exacta dos interesses políticos em confronto no país — que Reagan exagerou. Ou, na lógica imperialista, que Reagan se «descuidou».

Um exagero (ou um descuido) inquietante até para os aliados dos EUA, sobretudo ao ouvirem as explicações dadas por Reagan, cujas argumentavam que tudo fora feito com o objectivo de se conseguir a libertação de norte-americanos em poder de «terroristas árabes». Assim mesmo. Como se um presidente dos EUA se pudesse comportar como um general Rogers qualquer. Como se a um presidente dos EUA fosse legítimo desencadear campanhas «antiterroristas» que ameaçam a segurança mundial, ao mesmo tempo que se comporta como um vulgar contrabandista de armas, à revelia do seu povo, dos aliados que arrasta para as suas decisões, das instituições que regem o seu país.

Chegamos assim a uma recapitulação de factos inquietantes, mas já para toda a Humanidade.

O presidente dos Estados Unidos da América em Reiquejavique recusa uma oportunidade histórica de estabelecer um acordo de desarmamento que faria o mundo suspirar de alívio, indiferente à incrível contradição de estar a recusar algo que ele próprio propusera anteriormente, e saindo da capital da Islândia a acusar os soviéticos de «não quererem negociar». Entretanto desenvolve campanhas «antiterroristas» que ameaçam a paz no mundo, ao mesmo tempo que negocia armas clandestinamente, como um vulgar terrorista.

É o que dá ter-se, como presidente dos EUA, não um negociador mas um traficante. De armas, ainda por cima.

■ HC

Terra



Alvo de numerosas manifestações de apoio e solidariedade, os trabalhadores da Reforma Agrária não se esqueceram dos que, em difíceis condições, noutras terras e noutras lutas, carecem, também eles, de apoio e solidariedade. Numa saudação ao povo chileno, onde afirmam estar de «coração solidários» com a sua luta, reclamam o «fim imediato da ditadura» e manifestam o desejo de que «não demore a chegar o sol da liberdade, da paz, de democracia e da independência nacional»

## Reforma Agrária apela à solidariedade

ainda de várias personalidades democráticas, como o professor Piteira Santos e o brigadeiro Pezarat Correia.

Como nos afirmava Lino de Carvalho, num intervalo dos trabalhos, «é preciso parar a ofen-

siva e para que isso aconteça é indispensável reforçar a luta e a solidariedade. Do que se trata não é da marcação de mais uma ou outra reserva ou, como alguns sectores tentam classificar a nossa luta, mais um protesto

rotineiro da Reforma Agrária. O que está em marcha é um vasto plano do Governo destinado a pôr fim à Reforma Agrária».

Daí o sentido do apelo aprovado no decorrer dos trabalhos apontando para o reforço em

toda a linha das acções de solidariedade dos partidos democráticos, do movimento sindical e do Poder Local democrático com vista a uma convergência de esforços que trave a violenta ofensiva em curso.

Como salientou o camarada Sérgio Vilarigues, convidado a intervir, importa defender «o muito que ainda temos», defender o «anteriormente conquistado, criando condições nessa luta para ofensivas posteriores que nos levem a recuperar tudo o que foi perdido nestes dez anos de contra-revolução».

Esta acção convergente é tanto mais necessária e urgente quanto é sabido que a presente ofensiva decorre em pleno período de sementeiras, num momento em que as terras já estão preparadas, com a consequente perturbação do processo produtivo.

Ao levar por diante esta política, como vários oradores salientaram, o Governo está a fomentar e a agravar a instabilidade social no Alentejo e Ribatejo, impedindo que se trabalhe, produza e invista em segurança, com evidentes prejuízos para o desenvolvimento da agricultura para a produção de bens alimentares, para a redução do nosso défice alimentar.

Mas o Encontro não se ficou pelo mero protesto. Indo mais longe, os participantes reafirmaram, por outro lado, a sua disponibilidade total para intensificar a luta até à demissão do Governo de Cavaco e à sua substituição por um Governo que realize uma política agrícola virada para o aproveitamento dos nossos recursos e para o desenvolvimento da agricultura e do País.

«Uma política agrícola — como sublinham as conclusões aprovadas por unanimidade — cujas decisões sejam tomadas em Portugal e não em Bruxelas, que não esteja subordinada aos interesses e estratégia dos latifundiários, dos grandes interesses privados das multinacionais do sector, das grandes potências económicas agrícolas.»

**Entre as formas de luta aprovadas no Encontro contam-se a realização de vigílias no próximo dia 21, entre as 14 e 30 e as 22 horas, em Beja, Évora, Ponte de Sor, Portalegre, Alcácer do Sal, Coruche e Alpiarça.**

**Uma semana de luta da Reforma Agrária, entre 8 e 13 de Dezembro, frente à residência do Primeiro-Ministro, em Lisboa.**

**Um abaixo-assinado, a nível nacional, de solidariedade para com a Reforma Agrária.**

**Uma marcha para Lisboa, dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo, caso a ofensiva não pare, em moldes e data a definir.**



Foi manifesta a disposição dos trabalhadores agrícolas de tudo fazerem para defender dos ataques governamentais as suas UCPs/Cooperativas e os postos de trabalho

Terra

# Rasto de destruição à passagem do Governo

Um dos traços mais salientes da presente ofensiva constitui sem dúvida o aprofundamento das ilegalidades, o completo desprezo pela legalidade democrática, pelo trabalho e competências da Comissão Parlamentar de Inquérito, pelos pareceres da Procuradoria Geral da República, pelas decisões do Supremo Tribunal Administrativo (377 acórdãos dos quais 300 já transitaram em julgado).

Na maior parte dos casos, para poder levar por diante estas gritantes ilegalidades, o Executivo tem-se servido de fortíssimos contingentes da GNR «prontos para reprimir e agredir os trabalhadores», como salientou Lino de Carvalho, na intervenção de abertura. Ainda na semana passada, mais de uma centena de gnr's equipados com viseiras, cavalos e metralhadoras deu cobertura ao roubo de mais de mil cabeças de gado na UCP Aguiar, parte das quais já anteriormente recebidas pelo agrário.

Juntando-se ao imenso rol de casos e processos de ilegalida-

des que os trabalhadores têm insistentemente denunciado e a que nos temos referido nas páginas do «Avante!» (alguns dos quais estão a ser alvo de investigações judiciais), aqui fica o registo de mais alguns exemplos recentes, levados à tribuna do Encontro:

— Na UCP «**Salvador Joaquim de Pomar**», em Santiago do Escoural, o Governo e o ministro Álvaro Barreto entregaram em 3 de Outubro **268 hectares** e **80 213 pontos** na herdade das Canas ao cidadão espanhol **Luis Gonzalez del Cerro**. Requerida três anos após o prazo limite definido na lei, o agrário viu inicialmente indeferido o seu requerimento de reserva por despacho do secretário de Estado da Produção. Posteriormente, um acórdão de 13/3/86 do STA confirma o despacho do secretário de Estado considerando que o direito de reserva tinha caducado a que se vem juntar ainda um parecer desfavorável do próprio consultor jurídico do MAP. Pois mesmo

tendo tudo isto contra si o agrário é brindado com a referida reserva.

— Na UCP «**Águas Bellinas**», Volta do Vale, foram entregues **229 hectares** dos quais **95 são de regadio**, à família **Prates Ribeiro**, muito embora o processo esteja a ser alvo de inquérito parlamentar por o MAP lhes querer entregar cinco reservas, quatro das quais já concretizadas.

— Na UCP «**Alentejo em Frente**», em Figueira de Cavaleiros, foram entregues **254 hectares** e **84 mil pontos** no dia 7 de Outubro a um antigo motorista da família **Passanha Guedes**, de nome **Manuel Bica**, agora subitamente transformado em reservatário e explorador directo.

— Na **Cooperativa «Conqueros do Sado»**, em Santiago do Cacém, foram entregues em 8 de Outubro **130 hectares** sem que a Cooperativa tenha sido previamente notificada de qualquer processo.

— A 4 de Novembro o MAP tenta entregar na **Cooperativa**

«**29 de Julho**», de Aldeia Velha, distrito de Portalegre, **163 hectares** na herdade de João Galego a um agrário (**Sotero Mendes Pinto**) já falecido, repare-se, há quatro meses.

— Na UCP «**Santana do Campo**», em Arraiolos, o MAP notificou a Cooperativa para entregar mais **27 hectares** de maiorações na herdade da Oleirita ao agrário **Miguel Câmara Manuel Potes** como forma de o compensar, segundo alegou, pela existência na sua herdade de uma lixeira municipal. Recordde-se que o agrário já aí recebera **620 hectares** e **105 mil pontos** num processo de reserva considerado ilegal pelo STA por vício de violação da lei.

— A favor da família **Pinto Barreiros**, cujo processo está também a ser alvo de inquérito parlamentar, correm diversas reservas em vários distritos que a concretizarem-se totalizariam cerca de **três mil hectares**, reconstituindo integralmente o latifúndio original.



Enunciando alguns dos nefastos efeitos da adesão à CEE, o Encontro realfirmou que esta não serviu o País e não acautelou os interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa

## Corrupção e ilegalidades marcam ofensiva

Destruir, por qualquer preço, a Reforma Agrária e as UCPs/Cooperativas, eis a aposta nítida que em matéria agrícola tem orientado a acção do Governo de Cavaco Silva. Socorrendo-se dos mais variados expedientes, o Governo vem aplicando meticolosamente um concertado plano com o qual visa a curto prazo liquidar por completo esta transformação socioeconómica e reconstituir o caduco latifúndio.

Na sua sanha destruidora, violando frontalmente o Estado de Direito, de tudo se têm valido para cumprir tais designios. Violência, arbítrio, corrupção, consti-

tuem algumas das formas utilizadas. De tal modo que falar hoje de subversão à legalidade democrática ou de desprezo pela Constituição, de desrespeito pelo poder judicial ou de confronto com a Assembleia da República, é referir obrigatoriamente a prática governativa que se instalou no nosso quotidiano e a beneplácita e inexplicável impunidade de que tem beneficiado.

Nessa luta desigual, como resposta à sua legítima reclamação de trabalho e pão, o proletariado rural do Sul tem encontrado novas e sucessivas prepotências e

ilegalidades. A dimensão e gravidade deste estado de coisas é de tal ordem que confere ao exercício do mandato do primeiro-ministro o estatuto de uma verdadeira afronta nacional, indigna do Portugal de Abril.

Confirmando a gravidade desta acelerada política de destruição, só de Outubro para cá foram roubados **8617 hectares** a **23 UCPs/Cooperativas**. Prontos a serem executados, encontram-se também outros despachos finais do ministro Álvaro Barreto, abrangendo mais **7007 hectares** de **22** outras unidades de produ-

ção, a que há que juntar ainda mais **67 processos** em curso com cerca de **23 500 hectares** de **54 UCPs/Cooperativas**.

Correspondendo a **onze por cento** da área ainda na posse da Reforma Agrária, os cerca de **45 mil hectares** em causa nestes perto de **cem processos** afectam **90 UCPs/Cooperativas** e põem em perigo aproximadamente **três mil postos de trabalho**.

Nos tribunais de comarca, correm os seus termos, por outro lado, uma centena de acções de reivindicação de propriedade to-

talizando mais de **50 mil hectares**, a favor de agrários que ou já receberam reservas ou detêm na sua posse áreas superiores aos limites permitidos por lei.

Ao mesmo tempo que mantém um apertado cerco financeiro e técnico às explorações dirigidas democraticamente pelos trabalhadores, o Governo acelera também os processos de execuções fiscais e de penhoras por alegadas dívidas ao Estado enquanto se recusa assumir os **30 milhões** de contos de dívidas às UCPs/Cooperativas e a proceder ao respectivo acerto de contas

insistentemente exigido por estas.

Em resultado desta política o número de desempregados continua entretanto a agravar-se — rondará actualmente os **30 mil** dos quais só **30 por cento** recebem um magro subsídio de desemprego —, evolução acompanhada pelo aumento do número de terras e instalações abandonadas ou subaproveitadas, por um crescente desrespeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores nas herdades privadas e pelo agravamento da repressão e dos despedimentos sem justa causa.

## Reforçar a luta, dinamizar a solidariedade

Submetidos à sua aprovação, os **1230 delegados** presentes no Encontro de Montemor aprova-

ram por unanimidade e aclamação dois importantes documentos que consubstanciam na sua

quase totalidade a discussão, as opiniões e propostas que preencheram as cerca de sete horas de trabalhos.

Num desses documentos, sob a forma de apelo dirigido aos órgãos de soberania, aos partidos democráticos, ao movimento sindical e a outras organizações e forças políticas e sociais, depois de se denunciar o propósito em curso de reconstituir o latifúndio — objectivo inserido numa política que já roubou às UCPs/Cooperativas **720 mil hectares** de terras, mais de **250 mil cabeças de gado**, mais de **12 300 máquinas** e que já destruiu **53 mil postos de trabalho** e **231 cooperativas** — os trabalhadores agrícolas afirmam que «é necessário e é possível travar esta ofensiva destruidora», uma tarefa que consideram «prioritária de todos os trabalhadores e democratas».

Nesse sentido, salienta o apelo, «é imperioso alargar, desenvolver e intensificar a luta sem tréguas de todos os trabalha-

res em torno das suas organizações» e dinamizar ainda mais a «solidariedade activa das populações locais, do Poder Local, de todos os sectores e personalidades democráticas».

Sintetizando algumas das principais reclamações da hora presente, por seu turno, as conclusões do Encontro apontam para o seguinte: paragem da destruição da Reforma Agrária com a suspensão e o fim imediato de todas as formas de ofensiva; ● reposição da legalidade democrática, com o respeito das decisões dos tribunais, nomeadamente o cumprimento dos **377 acórdãos** do STA; ● declaração de utilidade pública da expropriação das terras expropriáveis que estão na posse das UCPs/Cooperativas e a suspensão das acções de reivindicação de propriedade; ● estabilidade do uso da terra com a celebração dos respectivos contratos entre o Estado e as UCPs/Cooperativas; ● alteração da Lei 77/77 por uma nova lei que garanta a liquidação



Na sua intervenção Lino de Carvalho alertou para o plano em marcha, o qual, segundo disse, tem em vista pôr fim por qualquer preço à Reforma Agrária e às UCPs/Cooperativas

do latifúndio; o prosseguimento da Reforma Agrária e a paragem da sua destruição; ● finalização, em tempo e com efeitos úteis, do inquérito parlamentar às actividades do MAP e das investigações da Alta Autoridade Contra a Corrupção; ● reconhecimento pelo Estado das respectivas dívidas e acerto de contas com as UCPs/Cooperativas, bem como o fim às penhoras e leilões; ● fim ao boicote financeiro

às UCPs/Cooperativas e à discriminação de que são alvo. Apoio técnico e formação profissional. Preços e escoamento garantidos; ● adopção de medidas que ponham fim às terras abandonadas e subaproveitadas e ao desemprego; ● respeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores agrícolas do sector privado e cumprimento integral do Contrato Colectivo de Trabalho; ● revisão dos acordos com a CEE.



## Trabalhadores

## Na banca com a UBP

## A SARL e outras moscas para um bolo

Nesta reunião de trabalho que o «Avante!» efectuou com cinco membros do Partido que exercem a sua actividade profissional na União de Bancos Portugueses (UBP) foram destacadas três posições comuns a que devemos desde já dar o relevo necessário. Os camaradas acham: 1.º — que a transformação da UBP em sociedade anónima (SARL) faz parte de um processo que vai continuar praticamente em toda a banca nacionalizada, enquanto durar esta política e este Governo se mantiver em funções; 2.º — que esse processo acarretará infalivelmente a diminuição do emprego no sector; 3.º — que os sindicatos bancários, assim como todas as organizações que se reclamam da defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores não podem, seja a que pretexto for, alhear-se ou tentar manter-se à margem desse processo; antes deverão combatê-lo por todos os meios de que dispõem e de que poderão dispor, se em troca de um reforço da unidade forem secundarizadas posições de natureza partidária ou ideológica para privilegiar a defesa de direitos, regalias e interesses comuns que, neste caso, se confundem com a defesa do interesse nacional.

Uma das razões deste encontro com cinco trabalhadores da União de Bancos Portugueses (UBP) foi a suspeita de que as suas posições, designadamente as que tomaram contra a desnacionalização dos seus balcões, tinham a ver com todo o sector, não apenas o bancário ou, em sentido mais lato, financeiro; mas com a parte mais substancial e lucrativa do sector estatal da economia, principalmente com as grandes empresas públicas e nacionalizadas, incluindo o IPE-Investimentos e Participações do Estado. Naturalmente que essa suspeita se confirmou.

José António Antunes, José Luís Ferreira, Anselmo José Dias, Maria Ermelinda Raquel e Alexandre Reis confirmaram, respondendo a perguntas directas, que a perspectiva de 20 de Junho findo (data da reunião do ministro das Finanças com dirigentes do Banco de Portugal e dos conselhos de gerência das instituições de crédito) se mantém no que respeita à reprivatização do Banco Fonsecas e Burnay (BFB), do Banco Nacional Ultramarino (BNU), do Banco Totta & Açores (BTA) e Banco Borges & Irmão (BBI); que os conselhos de gerência serão nomeados pelas empresas públicas que passam a deter o capital; que o património da UBP está efectivamente a ser vendido,

como foi decidido naquela reunião; que o encerramento e venda de balcões está em curso; e que não foi abandonada também a declarada intenção de reduzir em 1200 o total dos postos de trabalho da UBP nos dois ou três anos mais próximos.

## Primeira reacção: processos disciplinares

A resposta do conselho de gerência da UBP à informação divulgada pela tendência sindical **Listas Unitárias** sobre a decisão de reprivatizar a banca, entregando-a aos antigos monopolistas; foi o levantamento de processos disciplinares a quatro dos onze elementos da CNT (comis-



José António Antunes, José Luís Ferreira, Anselmo José Dias, Maria Ermelinda Raquel e Alexandre Reis, pela ordem em que figuram na foto da esquerda para a direita, recordaram ao «Avante!» a ampla solidariedade sindical contra os processos disciplinares com intenção de despedimento, que pendem sobre seis elementos das ORTs da União de Bancos Portugueses, e sublinham os termos em que essa solidariedade foi manifestada nas conclusões do plenário das CTs da banca, em 11 de Setembro findo, onde foi decidido «solicitar um contacto da Comissão Coordenadora (das CTs) ao CG da UBP no sentido de assegurar o arquivo imediato dos absurdos processos disciplinares que este órgão decidiu instaurar a membros das estruturas representativas dos trabalhadores deste banco, na sequência de uma sua normal e legítima intervenção de defesa dos seus representados»

são de trabalhadores de âmbito nacional) e a dois delegados sindicais.

Recorde-se que as «notas de culpa» enviadas pelos gestores da confiança do Governo e do partido do Governo remetem para o despedimento.

O processo de intimidação e de aviso às outras organizações representativas dos trabalhadores da banca não podia ser mais preciso. Um dia depois de divulgada a decisão de reprivatizar a

UBP, o respectivo conselho de gestão não rebatia uma só das afirmações feitas pelos membros das ORTs sobre a reprivatização. Limitava-se a dirigir «a todos os trabalhadores da UBP» uma folha amarela de tom prepotente, identificando abusivamente a natural preocupação dos trabalhadores quanto à defesa dos postos de trabalho e à estabilidade da empresa com uma suposta «campanha difamatória vinda do exterior».

Os membros eleitos pelas listas unitárias do SBSI (Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) e os elementos da CT não faziam a mínima alusão à qualidade boa ou má da gestão da UBP, não quebravam o tão estimado «sigilo bancário». Limitavam-se a divulgar decisões «anticonstitucionais», que estão em curso, e a lembrar que a «sintonia do PSD» entre gestores, Governo, direcção do SBSI e alguns membros das ORTs é «um facto real» e que todas essas pessoas e órgãos «devem ser responsabilizados pelo silêncio comprometedor» — atitude que continua a manifestar-se sempre que nestas coisas intervier a UGT.

Ninguém pode ser despedido por exercer de maneira consequente funções para as quais foi eleito democraticamente.

Os nossos entrevistados culpam os sucessivos e diversos governos de direita pelas orientações políticas gerais que permitem ameaças de despedimento baseadas no interesse prático dos trabalhadores mais conscientes pelo próprio progresso das empresas onde trabalham.

## A ameaça não pegou

A intimidação pretendida com os processos disciplinares apontando para «despedimentos com justa causa» não teve o efeito pretendido junto dos camaradas que o «Avante!» contactou. Não lhes pesa na consciência qualquer delito. Pelo contrário.

José Luís Ferreira e Maria Ermelinda, sem que ninguém discordasse, afirmaram que a «solução SARL» nada resolve. Os autores do «drama» da banca nacionalizada são os mesmos do «drama» das nacionalizações. É a sua política que cria esses «dramas», que fomenta por exemplo o excesso de liquidez, que devia ser canalizado (e não é, porque o Governo não quer) para investimentos a taxas rentáveis.

Na UBP, segundo dados de Agosto findo, num total de 262 milhões e 800 mil contos de depósitos apenas 145 milhões e 900 mil contos tinham sido concedidos a crédito. «O drama da banca nacionalizada é este», reforça José António Antunes, acrescentando que o total nacional de crédito mal parado ronda hoje os 500 milhões de contos.

Não se trata de um problema de gestão, refere. É mais do que isso. Com outros gestores e

com a mesma política viríamos a dar no mesmo.

É ver o que se passa com os títulos de participação. O Governo, através do Ministério das Finanças e com o agrément do Banco de Portugal, já os introduziu no BESCL (Espírito Santo), no BPA (Português do Atlântico), BPSM (Sotto Mayor), CPP (Crédito Predial Português) e BFN (Banco de Fomento Nacional).

— Os que têm melhor situação financeira?

— Naturalmente. Dizem os detentores desses títulos e os que os promoveram que se trata de aumentar os capitais permanentes. Mas de capitais permanentes está cheia a banca nacionalizada. Devem somar hoje mais de 400 milhões de contos.

— A manobra é outra:

— Esses títulos de participação (misto de obrigações e de acções negociáveis na bolsa) têm ido parar na sua quase totalidade às antigas famílias da banca: Cupertino de Miranda (BPA), Champalimaud (BPSM). Dois milhões de TP's do BESCL (Espírito Santo) já estão nas mãos dessa gente.

— E esta última família não leva nenhum?

— Se leva...

José António Antunes recorda que o BIC (Banco Internacional de Crédito) é já uma empresa privada da família Espírito Santo.

Formam-se novamente os grandes grupos de capital financeiro, isto é com capitais da indústria e de outros sectores juntamente com os capitais bancários.

Através das chamadas assembleias de participantes, os possuidores de TP's passam a ter um controlo efectivo e directo na banca nacionalizada. A solução SARL integra-se nessa manobra conduz à reprivatização efectiva da banca. Não são apenas os cinco bancos inicialmente previstos do Decreto-Lei do Governo que a Assembleia da República deveria dar por inconstitucional. É toda a política seguida na banca nacionalizada que é inconstitucional.

É ver que essas assembleias de participantes podem nomear um revisor oficial de contas, com a mesma capacidade de intervenção que tem a comissão fiscalizadora do próprio banco.

— E o que faz a banca internacional?

— Ora aí está um dos principais actores do «drama» cava-

quista. É sabido, intervém José Luís Ferreira, que o FMI (Fundo Monetário Internacional) tem imposto no nosso país uma política monetarista. Há dinheiro nos bancos, mas não há investimentos produtivos.

O argumento de que é necessário «capital fresco» não tem consistência absolutamente nenhuma. Não eram necessários os TP's para haver investimentos; e não é com eles que os investimentos a taxas rentáveis vão aumentar. A Tabaqueira, por exemplo, estaria na disposição de investir na banca nacionalizada uns dois milhões de contos. Se as empresas nacionalizadas como essa se vierem a tornar accionistas, sem que se alterem as regras do jogo, não só a banca a ser desnacionalizada. São também empresas como a Tabaqueira. E será mais um pretexto para entregar tudo nas mãos da privada em ligação estreita com a banca internacional. Nem a própria Caixa Geral de Depósitos escapa. Com mais de 350 balcões e 9 mil trabalhadores por todo o País, também aí os capitais privados tentam dominar através da diluição de uma rubrica que se chama «depósitos obrigatórios».

— E agora com Tavares Moreira no Banco de Portugal...

A sua nomeação é um prémio pela dedicação que tem mostrado ao capital privado e à desnacionalização da banca. O Banco de Portugal, embora haja legislação que o permite, não fiscaliza nada. A anarquia no sector é promovida para que cresça

e se fortaleça o grande capital privado, com a inevitável perda de postos de trabalho e sem nenhum préstimo para os interesses da maioria da população.

Como os camaradas da UBP reconheceram, o assunto é vasto; e nós reconhecemos que o espaço é curto para puxar todas as pontas. Assim, ficam algumas para outra oportunidade.

Só um dos participantes nesta reunião com o «Avante!» não está incluído nos processos disciplinares movidos contra a Comissão de Trabalhadores da União de Bancos Portugueses (UBP). Não foi escolhido propositalmente, nem ele nem os outros. Os cinco elementos das organizações (ou estruturas) representativas dos trabalhadores da UBP participam neste trabalho colectivo na sua qualidade de militantes do Partido. Sem deixarem à porta as funções que exercem como elementos daquelas organizações, os militantes não falam em nome delas pela simples razão de não terem combinado com os outros elementos das ORTs, ou EAT's, a sua participação nesta entrevista. Mas as suas declarações, sempre que se trata de posições colectivas, são autenticadas por documentos assinados colectivamente pelas organizações representativas dos trabalhadores da União de Bancos (UBP), pela corrente sindical Listas Unitárias do SBSI (Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) ou por outras organizações unitárias a que pertencem e com as quais se identificam na acção comum.

**maior**

## Uma rica prenda

Além do excesso de liquidez já aqui referido a UBP tem outros achaques, fáceis de resolver se a política financeira fosse outra. Os nossos entrevistados chamam-nos a atenção para o facto de a UBP poder encerrar o ano de 1986 com um resultado financeiro da ordem dos 4,4 milhões de contos — uma rica prenda para o capital privado; o gordo, naturalmente.

O que se costuma designar por "cash-flow" (em termos aproximados: soma das provisões, amortizações e resultados líquidos) poderia efectivamente atingir aquela soma em Dezembro próximo, «caso o Estado assumisse as suas responsabilidades», permitisse a sua revisão e nesse sentido fossem tomadas medidas internas.

A UBP dispõe de 8,4 milhões de contos em títulos de dívida pública, que rendiam, em média, nos finais de Agosto deste ano, 14,35 por cento — uma taxa inferior à que pagam os depositantes.

As aplicações no mercado interbancário de títulos e no mercado monetário interbancário somavam na mesma data 46,3 milhões de contos; as bonificações em dívida (Banco de Portugal, Estado e IFADAP) atingiam os 862 milhares de contos; o crédito avalizado pelo Estado, vencido e respectivos juros não pagos eram, na mesma data, há dois meses e meio, de 2,8 milhões de contos; o crédito agrícola de emergência vencido e respectivos juros por pagar atingiam, em 19 de Maio findo, 975 mil contos; as obrigações do ex-Banco de Angola (integrado, como se sabe, na UBP, juntamente com o Banco da Agricultura e o A. Pinto de Magalhães), mais outros créditos e saldo em dívida somavam 1777 mil contos.

E há ainda outras situações por regularizar que atingem uma soma de 13,8 milhões de contos, sem incluir as pensões de reforma e de sobrevivência pagas a antigos empregados do ex-Banco de Angola. Só com estas despesas foram gastos 600 mil contos, e com 170 mil contos a pagar só este ano, a situação só desaparecerá em 2005, no que respeita às reformas, dizem os trabalhadores.

Mesmo assim, os resultados não regrediram, como se pode ver pelo quadro seguinte, relativamente aos últimos cinco anos.

(Em milhares de contos)

RUBRICA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
• Resultados líquidos	52	86	90	66	88	89
• "Cash-Flow"	713	1335	1500	1242	1448	1469

Outros dados também interessantes, relativos a Agosto findo:

(Em milhões de contos: 1 a 7)

(1) Activo Total	(2) Depósitos Totais	(3) Crédito Concedido	(4) Volume de Negócios (2+3)	(5) Provisões Totais	(6) "Cash-Flow"	(7) Imobilizações	(8) N.º de Balcões	(9) N.º de Trabalh.	(10) N.º de Reform.
332,5	262,8	145,9	408,7	33,7	(767)	11,6 liqui- das: 7	127	4241	868

### Os gestores não respondem

Não admira que perante estas e outras idênticas realidades, os gestores prefiram mover processos disciplinares, em vez de responderem, como as ORTs solicitaram, no sentido de se saber se é ou não verdade que o Ministério das Finanças e o Governo, segundo o que chamam «reestruturação financeira», pretendem, nomeadamente, vender o immobilizado excedentário; vender as participações financeiras «que não se relacionem directamente com a actividade da instituição» (banco); rever a rede de balcões (reduzi-los); e implantar a já várias vezes anunciada redução de vários custos, incluindo os custos com pessoal.

Os gestores e o Governo não respondem, mas os trabalhadores sabem que é verdade o que contaram ao «Avante!» e estão decididos a repeti-lo sem receio, apesar dos processos disciplinares e de outras formas repressivas que exigem respostas prontas do movimento sindical.

# CGTP-IN Sindicatos em Plenário Nacional aprovam acções a curto prazo

Pela primeira vez desde o Congresso de Maio, reuniu na passada sexta-feira o Plenário Nacional da CGTP-IN, que analisou a situação política e social no País, a actividade sindical e as lutas dos trabalhadores. Foi aprovado um plano de acções a desenvolver a curto prazo.

No Plenário participaram 423 delegados de 142 organizações sindicais, 17 das quais não são filiadas na CGTP-IN.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, apresentou ao Plenário um relatório que serviu de base à discussão e à elaboração da resolução final.

Neste documento chama-se a atenção para o facto de o Governo não estar a aproveitar a conjuntura externa favorável no sentido de resolver os problemas do País e relançar o aparelho produtivo nacional.

A CGTP critica a incapacidade governamental para recuperar o País do atraso económico, social e cultural e defender a independência nacional e o regime democrático.

O «flagrante contraste entre a degradação das condições de vida da maioria da população e o enriquecimento escandaloso de sectores minoritários da sociedade», a «intensificação violenta da exploração capitalista associada à ilegalidade e à repressão» e a «manipulação escandalosa e ilegal da comunicação social e da informação económica com vista a escamotear a situação real do País» são outros traços referidos no relatório de Carvalho da Silva.

### Economia: retrocesso e dependência em vez de modernização

Uma das ideias centrais que sobressaem do Plenário Nacional da CGTP-IN é a denúncia de a política praticada pelo Governo levar, não à anunciada «modernização», mas ao retrocesso económico e social e ao agravamento da dependência externa de Portugal.

«As únicas alterações estruturais da economia limitam-se às tentativas de liquidação ou privatização do sector empresarial do Estado e ao desmantelamento de cooperativas e UCP's na Reforma Agrária» — foi realçado no Plenário.

Os sindicalistas acusaram o Governo de «privilegiar a todo o custo o sector privado, o grande patronato e as multina-

cionais», e isso apesar de o crescimento económico com base na iniciativa privada ter sido um fracasso e o próprio Governo, mais uma vez, assentar no sector público o aumento do investimento.

«Os monopólios que impedem na CEE — refere o documento base apresentado ao plenário — não estão interessados em apoiar a indústria portuguesa nem em modernizar a nossa economia. Querem, sim, explorar mão-de-obra barata e, tanto quanto possível, qualificada — e daí a concessão de verbas significativas para a formação profissional que não são geridas mediante um correcto plano de formação profissional adequado às necessidades do País.

Ainda a propósito da integração de Portugal na CEE, a Intersindical alerta para que «os projectos comunitários em relação à siderurgia nacional, à agricultura, ao sector mineiro, às pescas apontam para a lixidação de recursos nacionais e, consequentemente, para o agravamento da situação económica, da situação social e da dependência externa».

### Situação social: salários em atraso, desemprego, ilegalidades

Um dos factos revelados no Plenário sindical foi o reaparecimento de «praças de jorna, onde trabalhadores e salários são leiloados como se fossem animais de feira».

Desmentindo afirmações do Governo, a CGTP afirma que «a média global dos salários em atraso mantém-se nos cem mil, com uma dívida patronal da ordem dos dez milhões de contos». Foi denunciada no Plenário a intenção governamental de não aplicar a lei da Assembleia da República sobre salários em atraso.

Na reunião máxima, entre Congressos, da CGTP-IN foram recordadas as estimativas da CEE até 1992, previsões de banqueiros num recente seminário e o número de trabalhadores ins-

critos nos centros de emprego. A realidade contraria, também neste caso, as declarações oficiais: os sindicalistas sustentam que «o desemprego tende a aumentar» no nosso país.

A Inter considera «particularmente grave» o desemprego de longa duração (45%), as elevadas taxas de desemprego juvenil (50%) e feminino (57%). Por outro lado, o subsídio, além de ter um baixo valor, abrange apenas 15% dos desempregados.

Foi denunciada a intensificação da repressão nos locais de trabalho, tal como os expedientes jurídicos inconstitucionais utilizados na ofensiva contra o sector empresarial do Estado e o facto de que «o patronato e o Governo não respeitam as leis» pretendendo obter mão-de-obra barata e aumentar e exploração.

Os activistas e dirigentes sindicais que participaram no Plenário Nacional da Inter protestaram contra o facto de que «os direitos de participação da CGTP-IN, em dezenas de órgãos e instâncias oficiais, são pura e simplesmente desrespeitados ou boicotados, ao mesmo tempo que o Governo apregoa a «concertação social» e pretende impor a presença da CGTP-IN no CPDS, organismo que o próprio Primeiro-Ministro considerou ultrapassado e desadequado da realidade e cujas regras de funcionamento não permitem, de facto, a defesa dos interesses dos trabalhadores».

### Horários de trabalho

No Plenário foi aprovada uma resolução sobre a duração de horários de trabalho em que a CGTP reafirma a luta pela semana máxima de 40 horas e rejeita a intenção governamental de denunciar as convenções 1, 4 e 89 da OIT.

Entre as consequências que, a ir avante, teria tal projecto, aponta-se «o aumento generalizado da duração diária e semanal do trabalho, deixando de haver qualquer controlo da duração e dos horários de trabalho», o que tiraria qualquer sentido à legislação sobre trabalho extraordinário; «o aumento da exploração dos trabalhadores» e o agravamento das condições de higiene e segurança no trabalho, com todos os efeitos que daí adviriam para a saúde e a vida pessoal dos assalariados.

O Plenário decidiu dar conhecimento desta posição ao Governo e à OIT e desenvolver uma



campanha de esclarecimento sobre esta questão e os perigos que envolve.

### Acções a curto prazo e objectivos imediatos

A resolução político-sindical aprovada «num ambiente caracterizado por uma grande disposição de luta» define como objectivos imediatos da luta dos trabalhadores e da acção sindical «intensificar a acção reivindicativa em torno da contratação colectiva, combater o desemprego e o trabalho precário, intensificar a luta pelo pagamento dos salários em atraso, defender o sector empresarial do Estado, impedir a destruição da Reforma Agrária, desenvolver uma campanha nacional pela semana de 40 horas, combater quaisquer tentativas de reedição do «pacote laboral», lançar uma campanha pelos direitos da mulher, lutar pela melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho, lutar pela efectivação dos direitos de participação da CGTP-IN nos órgãos constitucionais, lutar pela concretização da «Plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos».

### Solidariedade para com a Reforma Agrária

O Plenário aprovou uma moção de solidariedade para com a Reforma Agrária e contra a política de destruição praticada pelo Governo no Alentejo e Ribatejo.

Posteriormente, foi anunciado que, numa manifestação de apoio à luta dos trabalhadores agrícolas da zona de intervenção, a Comissão Executiva da CGTP-IN marcou a sua próxima reunião para Évora, no próximo dia 21.

## Trabalhadores

## 4.º Congresso na Química

# Defesa do emprego na primeira linha das preocupações

## • 40 mil sindicalizados no sector

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica leva a cabo nos dias 29 e 30 de Novembro, na Faculdade de Letras de Lisboa, o seu IV Congresso, que contará com a participação de cerca de 300 delegados. A reunião do órgão máximo da Federação, cuja preparação decorre há cerca de dois meses, tem como objectivos, expressos nas suas palavras de ordem, garantir aos trabalhadores o emprego e uma vida melhor e resolver os problemas do sector.

Compete ao Congresso eleger o Conselho Nacional, a Comissão Executiva e o Secretariado Permanente da Federação para o próximo triénio. Além disso, vão ser propostas alterações aos Estatutos da Federação e será elaborado um programa de acção para os próximos três anos.

A FSTIQFP, no âmbito da preparação do Congresso, tornou público um extenso documento do seu Gabinete de Estudos em que se descreve a situação actual do sector químico e farmacêutico em termos económicos e a sua evolução desde 1980.

São apresentadas ainda situações subsectoriais, com os seus principais problemas e as soluções propostas pelos trabalhadores.

Foi igualmente divulgado um memorando sobre a situação social no sector químico e farmacêutico, onde se referem os salários em atraso e a redução de postos de trabalho.

### Como é o sector químico e farmacêutico em Portugal?

As indústrias química e farmacêutica ocupam cerca de 60 mil trabalhadores, distribuídos por 1200 empresas com mais de 5 pessoas e um número significativo de firmas mais pequenas.

Estes números correspondem a cerca de 8,5% do volume de emprego da indústria transformadora. Registe-se, contudo, que foram liquidados cerca de 10 mil postos de trabalho no sector entre 1980 e 1985.

O valor da produção química e farmacêutica é superior a 26% do total das indústrias transformadoras. Noutros países europeus tal valor ultrapassa, em média, os 35%.

As **empresas públicas** (Petrogal, Quimigal, Petroquímica e Gás de Portugal e Companhia Nacional de Petroquímica) abrangem cerca de 17 mil trabalhadores, cabendo-lhes mais de 50% do valor bruto da produção do sector.

Trinta e oito **empresas participadas** empregam mais de 7500 trabalhadores, cabendo-

-lhes cerca de 15% do valor bruto da produção.

Todas as grandes **empresas transnacionais ou multinacionais** da química, segundo o referido documento, actuam em Portugal, cabendo-lhes 27% dos postos de trabalho e 28% do valor da produção. Têm, no entanto, posições dominantes em muitos subsectores, particularmente na farmacêutica, tintas, cosmética, fibras, detergentes e pneus.

### Dependência já é preocupante e tende a agravar-se

Mais de 70% do valor das matérias-primas consumidas na indústria química corresponde a importações, o que faz com que a riqueza produzida seja muito reduzida face ao valor da produção: o valor acrescentado bruto varia entre 11 e 18%, conforme os anos, valor que se situa entre 30 e 27% no total das indústrias transformadoras.

Além do extraordinário peso das matérias-primas importadas, cotadas em divisas, no valor dos produtos finais, elas são fornecidas em regime de contratos exclusivos com filiais de empresas transnacionais ou com empresas nacionais; e, segundo o Gabinete de Estudos da FSTIQFP, é frequente a sobreprodução.

São firmas transnacionais que fornecem a tecnologia e a maior parte dos equipamentos, agravando assim a extrema dependência de Portugal face a esses fornecedores devida à baixa produção local de produtos intermédios.

Um dos índices que mais preocupam os trabalhadores e a Federação sindical refere-se ao **investimento** (formação bruta de capital fixo) no sector químico e farmacêutico. Este valor, que representa 15% dos investimentos na indústria, é considerado insuficiente, tanto mais que a química é um sector com actividade capital intensiva.

O estudo dos sindicatos chama a atenção para o facto de o volume de investimento ter sido sistematicamente inferior ao necessário para repor a capacidade

de produtiva perdida pelo envelhecimento das instalações e produtos ou tornada obsoleta pelo progresso técnico-científico.

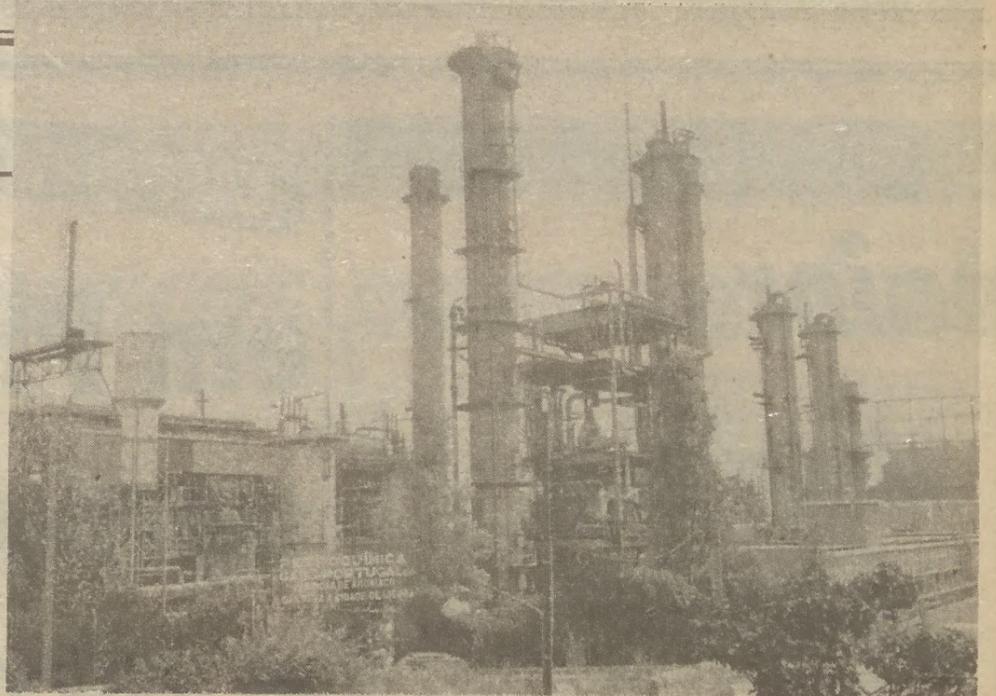
### Efeitos da entrada na CEE

Com a decisão de aderir ao «Mercado Comum», refere o Gabinete de Estudos da FSTIQFP, a já baixa taxa de investimento diminuiu ainda mais.

As empresas transnacionais ou multinacionais passaram a eliminar as linhas de produtos com baixo volume de produção, preferindo importá-los. Pelo facto de esta redução estar ainda, em alguns casos, a decorrer, são de esperar consequências graves para o nível de emprego.

Por outro lado, muitas empresas de capital nacional, prevenido o aumento da concorrência por parte das firmas da CEE, deixaram de renovar equipamentos e processos.

A Federação frisa que cabia aqui a intervenção da administração central, nomeadamente do Governo, apoiando a renovação do equipamento e a actualização dos processos produtivos, em particular nas empresas públicas



As empresas públicas empregam 17 mil trabalhadores, cabendo-lhes mais de 50% do valor bruto da produção do sector

e participadas, com o objectivo de preservar o aparelho produtivo nacional e prevenir as consequências da introdução «selvagem» de novos processos e tecnologias no nível de emprego e na estabilidade económica e financeira do sector. Mas nada tem sido feito.

### A situação social

Os grandes problemas do sector químico e farmacêutico reflectem-se, de um modo particularmente grave, na situação social dos trabalhadores.

É normal, por exemplo, que noutros países, os salários representem entre 70 e 80% do valor acrescentado bruto.

Em Portugal, no entanto, apesar das instalações fabris exigirem na maioria dos casos um esforço anormal, os trabalhadores só recuperam cerca de 50% da riqueza que produzem; esta situação, segundo a FSTIQFP, é ainda mais preocupante pelo facto de a indústria química portuguesa ter, em termos relativos, um baixo índice respeitante ao VAB.

Os 10 mil postos de trabalho liquidados desde 1980 não foram, nem de longe, compensa-

dos pelos empregos criados entretanto.

Aumentaram substancialmente as situações de **emprego precário**: há cerca de 6 mil contratados a prazo e cerca de 8 mil trabalhadores de 90 empresas tinha, em Junho, salários em atraso num montante de mais de milhão e meio de contos.

Esta situação, alerta a federação sindical, é consequência das políticas económicas seguidas por sucessivos governos e tem tendência a agravar-se.

A Sapec (adubos) pretende eliminar 500 postos de trabalho em 1987; ainda em 1986 o «Ar Líquido» intenta liquidar 60 postos e «La Cellophane» (plásticos) outros 60, enquanto na Quimigal são conhecidas as intenções de, até 1991, destruir 2800.

Só que, para além das intenções claramente expressas, existem ainda situações de **desequilíbrio económico e financeiro e instabilidade**.

O estudo refere, chamando a atenção para os postos de trabalho em perigo, a CNP/EPPI (1940 trabalhadores), a SIF/Azevedos (750), a Unalbor (248), a Bis (234), a Pestana e Fernandes (50), a Fapobol (400), a REO (70) e a Sintex (103).

### Subsectores

Nove páginas do estudo são dedicadas à situação de alguns subsectores, contendo também as soluções propostas pelos trabalhadores para os principais problemas nas áreas dos produtos químicos de base, adubos, resinas sintéticas, elastómetros e plásticos, fibras têxteis, tintas, vernizes e lacas, especialistas farmacêuticos, óleos e gorduras não comestíveis, explosivos e pirotécnicos, actividades petrolíferas, fabricação de pneus, fabrico de artigos de borracha e artigos de plástico.

Acompanham o estudo diversos quadros estatísticos, que completam este material de indiscutível significado para a discussão preparatória do IV Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal.

Da Federação fazem parte os sindicatos dos Químicos do Norte, do Centro e Ilhas e do Sul, o Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos e o Sindicato das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo.

Todos os sindicatos, que têm inscritos cerca de 40 mil trabalhadores, são verticais e estão filiados na CGTP-IN.

## Acções de luta em Lisboa

O gabinete de imprensa da CGTP-IN anunciou para anteontem uma série de iniciativas que, juntamente com a manifestação convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, se destinam a intensificar a luta das «organizações sindicais e outras organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) em defesa dos seus direitos e interesses imediatos, em torno do emprego, dos salários, da contratação colectiva e de outros problemas resultantes da actuação do patronato e do Governo».

Entretanto, a lista A, candidata às eleições do próximo dia 26 para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da

Função Pública do Sul e Açores (STFPASA) manifestava num comunicado o seu «vivo repúdio pela tentativa governamental de impor aos trabalhadores da Fun-

ção Pública baixos aumentos salariais».

Num apelo à manifestação de anteontem em Lisboa (Marquês de Pombal-São Bento) a lista A do STFPASA considera «o acordo celebrado entre o Governo e a FESAP» (UGT) «uma desesperada tentativa para desmobilizar a manifestação» por «aumentos justos, carreiras dignas e estabilidade de emprego».

As várias acções, que, segundo o gabinete de imprensa da CGTP, movimentam milhares de trabalhadores, incluíram de acor-

do com a Central uma concentração de diversas ORTs e activistas do distrito de Setúbal junto às instalações da RTP na Avenida 5 de Outubro em Lisboa (15 horas) «contra a manipulação da informação e a grave situação social naquela região».

Ainda segundo a mesma fonte, meia hora depois iniciava-se um «importante plenário de activistas do material eléctrico, na Rua Visconde de Valmor (Sindicato dos Rodoviários) para decidirem acções de luta para o sector».

Ainda anteontem, às 16 horas, «activistas da região de Lisboa» desencadearam a partir do Rossio «uma acção de oferta de prendas dos trabalhadores ao Governo e ao Primeiro-Ministro, alusivas à situação social no distrito».

Segundo foi anunciado, meia hora depois os trabalhadores da INDEP marcaram uma concentração em frente à Assembleia da República «numa acção que visa defender a viabilização da empresa e os 2000 postos de trabalho ameaçados».



Trabalhadores

# Manifestação no Porto

Aumenta na região norte do País a mobilização sindical. Destaque para o I Congresso da União dos Sindicatos de Braga, que se inicia amanhã e termina no sábado, e para o V Encontro das Comissões de Trabalhadores da Região do Porto, marcado para o próximo dia 4 de Dezembro às 10 horas, na Junta de Freguesia do Bonfim. Cresce entretanto no distrito do Porto a mobilização para a jornada do dia 29 na baixa da cidade.

No passado dia 13, um plenário de dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais, com mais de 600 participantes, manifestou o seu apoio à manifestação convocada pela União dos Sindicatos do Porto e debateu a preparação da semana de luta

que a antecede. Começam a ser tornados públicos os apoios de dezenas de sindicatos, estruturas de trabalhadores e organizações populares.

Entretanto, o ambiente é de mobilização e luta. Continuam a pugnar pelo pagamento de salários em atraso os trabalhadores da Tabopan, em Amarante, com desfiles pelas ruas e ocupação simbólica de duas agências bancárias da cidade na passada sexta-feira, e concentração junto à Câmara Municipal na passada segunda-feira, e concentração junto à Câmara Municipal na passada segunda-feira. Delegações de trabalhadores da EFI e da ARCAR deslocaram-se à delegação do Ministério do Trabalho, exigindo com sucesso a

## ● I Congresso dos sindicatos em Braga ● V Encontro das CTs no Porto

ida da Inspeção de Trabalho às suas empresas. Os trabalhadores da Feruni alcançam o pagamento de um mês de salários em atraso, após uma semana de paralisação. Mobilizam-se os trabalhadores da Função Pública para a jornada nacional de luta, iniciam-se esta semana as greves dos trabalhadores dos sectores das moagens, pela revisão do seu contrato colectivo. Anunciam-se movimentações dos trabalhadores e empresas metalúrgicas e do material eléctrico com salários em atraso, plenários dos trabalhadores da Pré e da Mondex, e reuniões dos desempregados do distrito.

Ações de contacto e de sensibilização da população em geral para a grave situação que atravessam milhares de trabalhadores do distrito começam a ganhar as ruas. São as distribuições de comunicados e manifestos, *meetings* anunciados para a porta das empresas, os cartazes que surgem nas paredes. Com a certeza de que, daqui até dia 29 é preciso chamar todos à luta. É necessário, é possível tornar mais forte a voz do protesto e do descontentamento populares. É a exigência da demissão do Governo Cavaco, dum nova política, dum novo governo.

## Plenário sindical em Aveiro

# Firme apelo à luta de massas

- Factor essencial contra a asfixia promovida pelo Governo
- O Plenário repudia «o aumento brutal da exploração»

Um plenário sindical reunido em Aveiro decidiu convocar para a segunda quinzena deste mês uma «jornada de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores do distrito». Com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, o plenário, convocado pela União dos Sindicatos de Aveiro, analisou a situação social no distrito e considerou a luta de massas «um factor essencial para a concretização da alternativa necessária ao Governo e à política actuais». Ainda a nível distrital, assinala-se o agravamento da situação em Santarém onde aumentou no último ano o número dos salários em atraso, colocando, segundo a DORSA, o distrito de Santarém em «quinto lugar a nível nacional» no quadro das remunerações em atraso.

A Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP refere que «em 1985 existiam 50 empresas com salários em atraso abrangendo 5184 trabalhadores. Em 1986 existem 60 empresas atingindo 7 mil trabalhadores».

Para 425 ofertas de emprego nos respectivos Centros do distrito, no final de Agosto deste ano, havia cerca de 20 mil inscritos.

Segundo dados oficiais, também citados pela DORSA, entre 1981 e 1985 «o número de empregados desceu 4 por cento no distrito de Santarém, tendo-se agravado no ano de 1986» essa percentagem oficial.

Depois de notar que «o distrito de Santarém é constantemente referido como um espelho, um reflexo, uma amostra da situação económica do País», a DORSA sublinha que é «preocupante o número de empresas encerradas e/ou paralisadas, algumas delas com importância nacional e fundamentais para a economia regional». As unidades citadas pela DORSA são a Moali, Intergro, Urbetal, Vieira da Cruz, Avilima, Sardan, Fábrica de Papel

de Santa Maria de Ulme, Neocerâmica do Tramagal e Primorosa.

### Preocupante outra vez a situação no Tramagal

O Executivo da DORSA, que emitiu um comunicado este mês, assinala como «preocupante a situação que se volta a viver no Tramagal».

● Os trabalhadores da **Meta-lúrgica Duarte Ferrelra** apenas receberam 60 por cento dos seus vencimentos de Outubro e têm a ameaça de mais despedimentos.

● Os trabalhadores da **Sompre** apenas receberam 7500 escudos por conta do vencimento do mês de Outubro, para além de cada trabalhador ter centenas de contos a haver de salários em atraso.

● A **Neo-Cerâmica** encontra-se encerrada devido ao corte de abastecimento de energia eléctrica.

A DORSA afirma que a situa-

ção social vivida no distrito é «fruto da política de destruição do Governo Cavaco/PSD que, a manter-se, agravará ainda mais todos os problemas nacionais».

### Falta política de emprego de investimentos e rendimentos

No plenário de Aveiro estiveram representados 18 sindicatos, membros das comissões sindicais e de trabalhadores de 114 empresas do distrito, com 247 presenças no total. Depois de analisada a situação relativamente às empresas e ao exercício dos direitos e liberdades sindicais, o plenário decidiu:

1. Denunciar e repudiar energeticamente o aumento brutal da exploração dos que trabalham.
2. Denunciar a inércia da Inspeção do Trabalho e demais organismos oficiais encarregues de repor a legalidade, que já atinge foros de complacência e estímulo às atitudes discriminatórias do patronato.
3. Apoiar a justa luta dos trabalhadores do sector empresarial do Estado e da Reforma Agrária.
4. Apoiar as reivindicações da CGTP-IN, apresentadas na plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos.
5. Repudiar energeticamente a pretensão do Governo de denunciar a Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho), visando liberalizar o horário de trabalho.
6. Realizar acções de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, através da distribuição organizada dos documentos do Movimento Sindical Unitário, realização de plenários de empresa, de zona, de sectores, e *meetings*; e de organização, na segunda quinzena de Novembro, de uma jornada de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores do distrito face à actual situação.
7. Reclamar das forças políticas democráticas que assumam as suas responsabilidades na procura de uma solução alternativa urgente ao Governo e política actuais.

## LUTAS E TAREFAS



### Perto de 230 mil com trabalho precário na construção civil

Num debate promovido sexta-feira passada em Lisboa, pela Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore, foi afirmado que entre os cerca de 300 mil trabalhadores da construção civil e obras públicas existem quase 230 mil com trabalho precário, isto é, sem qualquer vínculo efectivo e sem as garantias sociais correspondentes. No subsector das madeiras são também precários 53 515 dos cerca de 80 mil postos de trabalho existentes. Embora não tão graves, são elevados os índices de precariedade nos mármore, entre os pedreiros e os trabalhadores da cortiça. Organizar os trabalhadores nessas condições é uma das tarefas prioritárias em todo o sector.

### Viabilizar as duas fábricas da Sorefame

As duas fábricas da Sorefame, na Amadora e na Amora (Seixal), devem ser viabilizadas contra o desmantelamento pretendido pelo IPE (Investimentos e Participações do Estado).

Num plenário, com paralisação de duas horas, na passada quinta-feira, as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) reafirmaram a sua disposição de luta para garantir a viabilização conjunta da empresa e os respectivos postos de trabalho. Foi aprovado o caderno reivindicativo para 1987: As negociações devem estar concluídas antes do fim do

ano. Os plenários, com adesão significativa, condenaram a crescente repressão interna, pela qual responsabilizaram principalmente o administrador Óscar Mota, que tentou impedir o plenário na Amadora.

### Paralisação nas moagens do Norte

Um pré-aviso de greve, entre os dias 19 e 26 do corrente, abrange os trabalhadores do sector de moagens, massas alimentícias, descasque de arroz e alimentos compostos para animais, na zona Norte do País. Esta forma de luta sindical defende aumentos salariais equivalentes aos 16,6 por cento já conseguidos na zona Sul para o mesmo sector. Após duas reuniões de negociações efectuadas até ao fim da semana passada, o patronato continuava a insistir numa proposta de 9 a 12 por cento. O pré-aviso de greve foi entregue pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares e Hidratadas de Carbo do Norte.

### Prossegue a luta na Tabopan

Os trabalhadores da Tabopan, há três meses com remunerações em atraso, cortaram novamente a estrada Porto-Vila Real na passada sexta-feira. Esta acção de luta, a segunda do mesmo género em duas semanas (a empresa estava paralisada há 15 dias no passado fim-de-semana) foi acompanhada da ocupação simbólica de duas dependências bancárias em Amarante e incluiu uma diligência junto da Assembleia Municipal que se encontrava reunida naquele dia. As associações sindicais do sector (construção civil) continuam as diligências junto dos Ministérios para conseguirem o pagamento dos atrasados e a normalização do trabalho na empresa do comendador Abreu.

### Sindicalistas de Setúbal manifestam-se em Lisboa

Numa concentração junto da residência do chefe do Governo, perto de 500 sindicalistas e outros representantes dos trabalhadores do distrito de Setúbal protestaram contra a situação social que se vive naquele distrito, e exigiram providências do Governo. A concentração efectuada entre as 15 e 30 e as 18 e 30 da passada quinta-feira exibiu cartazes aludindo às situações de desemprego, despedimentos e salários em atraso. A PSP afastou os manifestantes de junto da residência oficial de Cavaco Silva. Membros do seu gabinete não receberam uma delegação dos sindicalistas e recusaram a marcação de qualquer audiência.



## Poder Local

Mais uma vez...

# Vitória de Évora desmascara sondagens!

Nas eleições para as freguesias da Sé, Graça do Divor, Guadalupe e Canaviais (que abrangem 65% do eleitorado de todo o concelho de Évora) realizadas a 16 de Novembro de 1986, a APU obteve uma significativa vitória, alcançando 51,5% dos votos e 28 mandatos (dos 42 em disputa), comenta em comunicado a Comissão Eleitoral da APU do Concelho de Évora, acrescentando que o PSD (com os votos do CDS), recolheu 31,5% dos votos e 8 mandatos e o PS, devido à sua política de direita e de alianças com a direita, ficou-se pelos 15% e apenas 6 mandatos.

E o comunicado prossegue, na sua apreciação dos resultados deste escrutínio:

«Como tem vindo a acontecer em todo o País, em eleições intercalares para as freguesias, a abstenção fez-se sentir, de forma acentuada, particularmente na freguesia da Sé (67,6%). A forte abstenção nesta freguesia, que proporcionalmente afectou mais a APU, aliada à separação dos Canaviais que passou a freguesia e onde a APU obtinha e obteve forte votação (60%), originaram uma ligeira descida da APU na freguesia mãe, a da Sé, na qual, mesmo assim, a APU ficou à beira de conquistar a maioria absoluta, com 48% dos

votos e 9 dos 19 mandatos em disputa.

«Nas outras três freguesias, a APU vence por maioria absoluta e consegue votações, de facto, muito altas, particularmente nas freguesias da Reforma Agrária e pequenos agricultores — Graça do Divor 96%; Guadalupe 79% e Canaviais 59% dos votos.»

Dando relevo ao facto de estes resultados terem demonstrado a consolidação da APU e apontarem para uma vigorosa condenação da política do Governo e um firme apoio à Reforma Agrária, a Comissão Eleitoral da APU do Concelho de Évora afirma:

«Apesar do anticomunismo

diário na Televisão e na maioria dos órgãos de comunicação social, apesar da demagogia diária de Cavaco Silva e do seu Governo, o povo do concelho de Évora, quis, mais uma vez, afirmar com o seu voto, o seu apego à liberdade, à Reforma Agrária e reconhecer o trabalho de vulto que a APU vem realizando no concelho.

«Os resultados confirmam a forte implantação da APU no concelho de Évora, em terras da Reforma Agrária, deitam por terra as sondagens viciadas encomendadas pelo Governo e constituem uma condenação do eleitorado ao anticomunismo e à política antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva.»

Os cada vez mais fracos resultados do PS no concelho foram igualmente comentados:

«O PS, em declínio na região, mais uma vez recolheu uma fraca votação. As causas, de há muito conhecidas, são a política de direita e de acordos e alianças com a direita (PSD/CDS) que o PS tem feito, quer a nível do Poder Local, quer para a destruição da Reforma Agrária e reconstituição do latifúndio, política

e alianças essas que têm impedido o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, do distrito e do Alentejo.»

Finalmente a APU saudou a população do concelho de Évora e os órgãos de comunicação social locais e regionais, do seguinte modo:

«A APU saúda os órgãos de comunicação locais e regionais, sobretudo os rádios, que se empenharam para informar as populações da realização destas eleições. Lamenta o alheamento demonstrado sobretudo pelos dois jornais com sede no concelho de Évora. A APU saúda todos os eleitores e população do concelho de Évora e manifesta a firme determinação para em colaboração com todos aqueles que desejem trabalhar para o progresso e bem estar do concelho, prosseguir o trabalho com empenhamento, honestidade e competência, procurando uma ainda maior ligação às populações dos bairros e das freguesias e às suas organizações e associações, tais como Comissões de Moradores, colectividades, grupos desportivos e outras.»

# Abastecimento de gás à cidade do Porto • Posição do CL do PCP

A decisão tomada pela Câmara Municipal do Porto em finais de 1985, de constituir uma comissão para o estudo do abastecimento de gás à região do Porto, comissão que integra um vereador da APU, e o valioso trabalho por ela realizado até agora, foram considerados de grande importância, pelo Comité Local do Porto do PCP, em reunião realizada recentemente.

O Comité Local do Porto do PCP defende, de acordo com

uma decisão anterior da Câmara Municipal do Porto, a constituição de uma empresa intermunicipal (Câmara do Porto e concelhos limítrofes interessados) que assegure o abastecimento das redes de gás municipal. A gestão autárquica deste serviço é considerada a única forma de garantir uma política justa de preços e de impedir a concentração de riqueza na mão do capital privado à custa de elevados sacrifícios e da exploração da população.

Esta tomada de posição do Comité Local do Porto do PCP vem, aliás, na sequência do apoio do Governo na pessoa do secretário de Estado da Energia ao projecto, em adiantado estado de execução, de formação de uma empresa com capital privado para a distribuição de gás a alta pressão aos concelhos da região do Porto, com objectivos e equipamentos idênticos aos previstos no relatório da Câmara Municipal para a referida empre-

sa intermunicipal. Trata-se, conforme refere o comunicado do CL do Porto do PCP de «retirar ao Poder Local o controlo da distribuição de gás à região e o domínio em matéria de tarifas, e de entregar ao capital privado 40 por cento de tal empresa. Ou seja, os municípios gastariam o dinheiro com a construção das redes de abastecimento de gás, enquanto outros ficavam na posse da torneira e, sem grandes investimentos dominariam toda a distribuição.»

# Salvem o Alviela!

Segundo um comunicado enviado à Imprensa, no passado dia 8, «eleitos da Aliança Povo Unido oriundos das freguesias banhadas pelo rio Alviela e do concelho de Alcanena, reuniram nesta vila, onde passaram em revista os problemas que afligem as populações devido à forte poluição existente no rio referido e seus afluentes».

«Os efeitos da presente situação no meio ambiente e na saúde das populações, são por demais conhecidos e necessitam

das respostas há muito reivindicadas por quem sofre na pele a poluição provocada pela indústria de cortumes e outros agentes», sublinha a APU, que informa que da discussão efectuada, tiraram-se as seguintes conclusões:

1 — Manifestar inteira solidariedade às populações em luta pelo fim da poluição do rio Alviela, exortando-as a canalizarem o seu descontentamento para os verdadeiros responsáveis da situação que os afligem.

2 — Considerar ser dever do Governo fixar datas limites para os industriais e outros poluidores, tenham prontas as infra-estruturas de que são responsáveis, de modo a poder funcionar a ETAR de Alcanena o mais tardar até finais de Fevereiro de 1987.

3 — Responsabilizar o Governo por qualquer atraso na execução dos programas anunciados e relativos à entrada em funcionamento da ETAR de Alcanena, designadamente de possíveis manobras dilatórias dos industriais do concelho de Alcanena.

4 — Exigir do Governo que, gratuitamente, promova um rastreio na população para se saber com toda a precisão o estado de saúde das populações e ponha ao seu dispor os meios de combate necessários aos malefícios causados.

5 — Exortar autarcas de outras forças políticas, as organizações ecológicas, médicos, etc, para se associarem à APU na continuação do combate por uma vida digna e um ambiente livre da poluição, nas localidades banhadas pelo Alviela e concelho de Alcanena.



Não é neve, não... é a morte do Alviela



# O cair da máscara

Começou pelo completo silenciamento do projecto de lei sobre regionalização apresentado pelo PCP.

Depois, nos grandes meios de comunicação social, foi o período do projecto do PCP ser apresentado não pela voz dos comunistas, mas através de deturpações e falsificações e das críticas irritadas feitas por dirigentes de outros partidos.

Que as propostas sobre regionalização do PCP tiraram o sono à direita, tornou-se evidente. E que o nervosismo já começa a transformar-se em histeria e os argumentos em escuros — basta ler os destaques dos jornais do Porto.

Cavaco Silva «alerta» que há quem esteja interessado na destruição da estrutura do Estado e que «receia que se esteja a avançar no superficial e contra os interesses do país». Para Eurico de Melo o processo de regionalização «deve ser muito ponderado e marchar com passo lento para ser um passo firme». «Queremos fazer uma catedral, por isso vamos demorar um pouco mais para que tudo fique bem feito», afirmou no último fim-de-semana o Governador Civil do Porto e dirigente do PSD Carlos Brito, para quem a questão da regionalização é uma das possíveis «zonas de fracturas que a oposição irá aproveitar para abrir brechas, quer na coesão governamental quer na coesão do próprio partido». No último número do «Povo Livre», órgão oficial do PSD, chega-se ao ponto de afirmar que «as populações não estão ainda consciencializadas para a importância da matéria» e que «as autoridades locais... não estão ainda suficientemente orientadas ou vocacionadas para tão importante exercício constitucional» (...)

Que a situação é delicada para a direita, para o PSD e CDS e para o Governo minoritário de Cavaco Silva, compreende-se perfeitamente.

No norte do País e ao longo dos anos, a direita tem levado a cabo a mais descarada demagogia de fachada regionalista. Ao mesmo tempo que no Governo (como o PSD, que ocupa sem interrupção funções governativas desde há 7 anos), tudo tem feito — e continua a fazer — para reforçar a centralização política e administrativa (mesmo sob a capa da desconcentração para as CCPS) e para limitar a participação e intervenção democrática das populações.

Outros méritos que não tivesse (e tem), o projecto de regionalização apresentado pelo PCP está a permitir por a nua verdadeira posição de todas as forças políticas, sobre se querem ou não avançar no processo de instituição de regiões administrativas, com órgãos eleitos e atribuições e finanças próprias, tal como a Constituição estabelece.

É o cair da máscara... Voltaremos ao assunto.

■ ANT

## Nacional

# No Porto democratas recordam luta antifascista

A passagem do quadragésimo aniversário sobre a data em que a PIDE encerrou a sede do Movimento de Unidade Democrática no Porto vai ser assinalada naquela cidade com uma sessão pública a realizar no próprio local, onde é hoje o Cineclube do Porto, no próximo dia 21, pelas 21 e 30 horas.

Afirmam os promotores desta iniciativa, num apelo que vem recolhendo uma larga adesão de democratas ex-activistas e dirigentes do MUD, que, com ela pretendem «dar a conhecer a uns e relembrar outros que em

Portugal houve um regime fascista, durante meio século que, assente na polícia política e na censura à imprensa, proibia os portugueses de exercerem quaisquer direitos cívicos».

Entre as largas dezenas de subscritores deste apelo, contam-se Arménio Losa, Diniz Jacinto, Armanto Cotta, Lino Lima, Virgínia Moura, Armando de Castro, António Soares, Luís Veiga Leitão, Viana de Lima, Raul Castro, José Morgado, Egdio Santos, Henrique de Almeida, Óscar Lopes, Álvaro Ferreira Alves.

Poder Local

Montijo

# APU está na Atalaia!

A campanha eleitoral da APU nas cinco Freguesias do Concelho do Montijo que, no próximo dia 14 de Dezembro, irão ser submetidas a escrutínio, continua e amplia-se. Damos hoje conta da intervenção do cabeça de lista da Atalaia, camarada **Abílio Fernandes**, em nome da candidatura da APU. Recorde-se que estas eleições resultam da criação de novas Freguesias no Concelho, por decisão da Assembleia da República.

Abílio Fernandes começa por estabelecer o contraste entre as atitudes da actual coligação que domina a Câmara e a acção da APU:

«A coligação PS/PSD da nossa Câmara tem desenvolvido

Rua 25 de Abril e da de Paço de Arcos, electrificação desta última juntamente com melhoramentos da electrificação na Atalaia, início da estação elevatória de esgotos (que o actual executivo PS/PSD transformou à pressa



Abílio Fernandes, candidato da APU à freguesia de Atalaia

uma campanha tendo como pano de fundo aquilo a que chamam as dívidas herdadas da gestão APU. Escudam-se nesse slogan para justificar a sua inoperância, a sua incapacidade de gerir democraticamente a autarquia. Na realidade, o que se passa é bem diferente. As duas Câmaras e as duas Juntas APU

numa fossa inqualificável, na obsessão de mostrar «trabalho», acabamentos da rede de esgotos, depósito de água apoiado, construção do balneário, parque infantil, apetrechamento das escolas com material escolar, construção de estacionamento junto à estrada nacional n.º 4, colocação de contentores de lixo

da com outras roupagens. Eles, para conseguirem retirar a maioria à APU, fazem um cozinhado político, onde cabem desde pessoas honestas a sujeitos marcadamente antidemocráticos. É uma manifestação de fraqueza perante a força da APU».

Outro dado interessante é o da composição das listas da Aliança Povo Unido. Segundo o candidato à presidência da Junta da Atalaia, «a APU tem em todos os actos eleitorais aberto as suas listas a todas as pessoas honestas que queiram trabalhar para resolver os problemas das populações. No caso da Freguesia da Atalaia, eles são a maioria, dez independentes e oito do PCP, nas listas para as próximas eleições, sendo na sua maioria operários.»

«Mas, a tarefa das eleições não vai ser fácil», adverte. «O somatório dos votos do PS e toda a direita ultrapassa a votação APU, segundo os resultados das últimas eleições, que foram os seguintes: APU — 269 votos ..... Coligação — 279 votos ..... UDP — 16 votos. Num total de 1006 inscritos e em que houve 295 abstenções.»

Há que contar, porém com dois factores importantes, refere ainda a APU:

A abstenção, que tem sido elevada e que numa zona como a da Atalaia é, em geral, prejudicial à APU, e, por outro lado, os novos eleitores, que vão ser, este ano, mais 111, «não nos sendo possível, à priori, saber qual o sentido do voto do novo eleitorado, essencialmente jovem.»

«Daí que toda a nossa aten-



Porta a porta dos candidatos da Aliança Povo Unido, uma forma simples e directa de auscultar os problemas das populações

não fizeram mais do que cumprir o seu dever ao aplicar os programas que o eleitorado havia aprovado, e daí o serem eleitos».

Em seguida a APU enumera algumas das obras executadas na Atalaia durante os seus mandatos, recordando que muito mais se teria feito se a Lei das Finanças Locais fosse levada à prática. Mas o que se fez é, de facto, bastante: pavimentação de diversas ruas, asfaltamento da

e abrigos das camionetas da RN.

Daí que «o apoio do eleitorado tenda a aumentar com o reconhecimento do trabalho sério, honesto e dedicado dos homens e mulheres da APU. Como demonstração dessa verdade — prossegue o cabeça de lista da APU — temos a coligação PS/PSD/CDS em Dezembro de 85 e novamente para Dezembro próximo, venha ou não mascara-

ção deva estar voltada para uma diminuição acentuada da abstenção, e, para uma conversa com a Juventude, no sentido de os informar sobre a APU e de conhecer as suas aspirações», conclui o cabeça de lista da Aliança Povo Unido à Freguesia da Atalaia, após o que enunciou alguns dos projectos a realizar na Freguesia e constantes do programa da APU a apresentar ao eleitorado.

PCP

## Comentário da Comissão Política do CC do PCP à entrevista de José Manuel Tengarrinha ao «Diário de Notícias»

A Comissão Política do CC do PCP examinou as apreciações feitas sobre o PCP e a APU por José Manuel Tengarrinha, presidente do MDP, em entrevista ao «Diário de Notícias» de 7-11-86.

Devendo realizar-se dentro de dias um Encontro Nacional do MDP, o PCP não comenta por agora referências de natureza política e ideológica que noutra altura não seria de deixar passar sem imediato reparo. Entretanto, como já foi sublinhado pelo seu secretário-geral, Álvaro Cunhal, «o PCP tem não só o direito mas o dever de reparar (onde faltarem) a verdade dos factos e o rigor da análise». Tal é o que a Comissão Política se propõe fazer no presente comentário, que no momento julgado oportuno será desenvolvido.

A Comissão Política do CC do PCP lamenta e não pode deixar de estranhar que o presidente do MDP ao abordar em público algumas dificuldades e problemas do seu Partido tenha apontado o PCP e a coligação que na APU com ele tem mantido desde 1976 como os causadores de todos os males.

A Comissão Política do CC do PCP salienta que a APU, onde, além de dois partidos participarem, actuam numerosos democratas independentes, tem no passado e no presente um destacado e positivo papel na democracia portuguesa e no funcionamento das instituições, assegurando um larguíssimo campo de acção aos partidos, forças e elementos que a constituem.

Saliente-se, em concreto, que a iniciativa independente dos dois partidos da coligação, mesmo em período de campanha eleitoral, nunca foi contrariada e antes sempre foi estimulada pelo PCP constando expressamente de todos os acordos eleitorais formalizados entre o PCP e o MDP.

O MDP é naturalmente livre de tomar os rumos que escolher, mas dificilmente encontrará outro onde a sua identidade possa ser tão rigorosamente mantida, afirmada, respeitada e defendida como dentro da APU. Certas alianças como algumas das admitidas pelo seu presidente não conduziram previsivelmente a esse resultado.

É de lastimar que numa altura em que tanto importa reforçar o diálogo e a convergência democráticas (e há progressos assinaláveis), José Manuel Tengarrinha se mostre sobretudo preocupado quer em valorizar motivos de eventual fractura entre forças democráticas, quer em esbater as fronteiras entre o campo democrático e a direita e a extrema-direita. Esta não é seguramente a melhor forma de contribuir para a preparação de uma alternativa democrática.

II

As relações entre o PCP e o MDP no quadro da APU não se têm desenvolvido, como parece decorrer das palavras do presidente do MDP, ao sabor de imposições ou de interesses conjunturais do PCP, mas na base de acordos formais negociados para cada eleição e sempre aprovados pelas respectivas direcções e outros órgãos estatutariamente competentes em cada um dos partidos.

Nestes acordos foram sempre expressamente reguladas questões, que o presidente do MDP refere de forma amputada na sua entrevista, como a apresentação das listas, a distribuição de lugares, os mandatários, o funcionamento das coordenadoras e até o desenvolvimento das campanhas eleitorais. É muito estranho que o presidente do MDP venha agora acusar o PCP daquilo que ele próprio negociou e aprovou em sucessivos acordos nestes últimos dez anos.

O MDP poderá queixar-se de não ter conseguido alcançar nesses acordos todos os seus objectivos. Mas o PCP pode queixar-se do mesmo. É o que acontece normalmente nas coligações. Não é legítimo que se tente apresentar o MDP como o lesado pela coligação. Por exemplo, nas últimas eleições legislativas foi acordado que seria o MDP a beneficiar dos primeiros ganhos e em relação a eventuais perdas a sua posição ficou tão defendida que, tendo a coligação perdido realmente cinco deputados nas condições históricas que se conhecem, a representação parlamentar do MDP não sofreu qualquer diminuição e todos os prejuízos foram suportados pelo PCP.

É lamentável que o presidente do MDP traga a público um conjunto de ataques ao PCP que além de inexactos e injustos, muito dificilmente não terão de considerar-se como inamistosos e insultuosos.

É inexacto o que diz acerca da decisão final sobre a apresentação de listas da APU nas autarquias quando as organizações locais não chegam a acordo. Há muito está decidido, de comum acordo, que a coligação apresenta listas a todos e a qualquer órgão autárquico desde que pelo menos um dos partidos considere possível tal objectivo. Igualmente está estabelecido que em caso de desacordo a decisão final cabe ao plenário local de activistas, o que ele omite. O PCP sempre se

bateu pela realização dos plênários e não se julga que estes têm sido sempre favoráveis ao PCP. Mas quer sejam quer não, os comunistas sempre também têm respeitado as suas decisões. Não tem fundamento a afirmação do presidente do MDP de que não há mais coordenadoras da APU porque os comunistas não as desejam, quando se sabe que a maior causa do número exíguo das coordenadoras da APU é a exiguidade ou mesmo a inexistência do MDP em numerosas localidades.

É verdade que o PCP tem feito muita coisa sozinho dentro da coligação. Por exemplo, suporta quase todo o trabalho de organização, de esclarecimento, de propaganda, assim como os encargos das campanhas eleitorais.

O mínimo que poderia exigir-se do presidente do MDP, em termos de uma versão correcta da história da APU e do respeito pelos factos, é o reconhecimento de que a existência da APU tanto nas autarquias, como nas sucessivas frentes eleitorais para as legislativas, tem assentado na aprovação prévia de protocolos, formalmente aprovados pelos dois partidos e sempre escrupulosamente respeitados pelo PCP.

III

Curiosamente, ao mesmo tempo que salienta as incompatibilidades entre a APU e a «identidade do MDP», que condena sem remissão «uma aliança globalizante», que lança contra o PCP ataques impróprios de um aliado de tantos anos, José Manuel Tengarrinha anuncia que não tem «o desejo de acabar», mas sim «o desejo de repensar a aliança». Vai mesmo ao ponto de definir «uma aliança para as autarquias, ou até para algumas regiões, e não para todo o País, por exemplo».

É um tanto surpreendente observar como o presidente do MDP se antecipa num tal detalhe às conclusões do Encontro Nacional do seu partido e tenha por adquiridos (se o MDP o desejar) os termos de uma coligação com o PCP sem que o PCP se tenha pronunciado.

É lícito perguntar se quando defende em público uma tão radical reconversão da APU, fundamentada da maneira agressiva que vimos atrás, deseja realmente que qualquer espécie de APU sobreviva ou, pelo contrário, é a ruptura que, com inteira consciência, quer preparar. A comunicação social do governo PSD, de toda a direita e outra adversa ao PCP e à APU, parece ter-se convencido de que se trata de facto da preparação de ruptura a avaliar pelo alarido e os elogios com que acolheu e a forma como amplificou as declarações de José Manuel Tengarrinha.

Embora pudesse parecer desnecessário, cabe lembrar que numa aliança de dois partidos é inaceitável que um deles (no concreto o MDP) se arrogue o direito de reconverter, alterar, decidir dos seus termos futuros, proclamando tudo isto em público e colocando e outro (no concreto o PCP) na situação de facto consumado.

A Comissão Política do Comité Central do PCP reafirma que «o PCP não pretende decidir por si só dos termos das coligações em que participe mas é irrealista a ideia de que serão só os aliados do PCP a decidí-los.»

O PCP acompanhará as situações concretas que vão seguir-se a esta inopinada tomada de posição de José Manuel Tengarrinha, reservando-se o direito de a todo o momento fazer os comentários que entender necessários e tomar as decisões correspondentes.

A APU é uma expressão positiva das potencialidades, possibilidades e capacidades da unidade democrática. Para o PCP, ela traduz de uma forma concreta e dinâmica a sua política permanente de cooperação com outras forças democráticas e com a área vasta e influente dos democratas independentes.

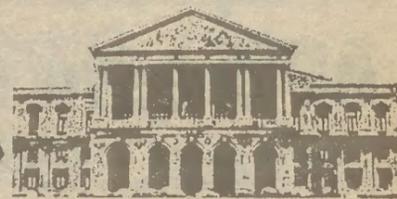
Esta política unitária prosseguirá e desenvolver-se-á, incluindo no plano eleitoral, no interesse da defesa do regime democrático e das conquistas do povo português alcançadas com o 25 de Abril.

Lisboa, 18 de Novembro de 1986

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## Assembleia da República

# Um orçamento do Estado também se faz a «martelo»



«A martelo — assim o definiu o deputado do PCP, Octávio Teixeira. Referia-se à Proposta de Orçamento do Estado que, como o vinho sob esta designação, do produto original tem pouco, mas mixórdia muita.

E, antes de entrarmos nesta «martelada» orçamental — ingrata é a tarefa do jornalista que tem de escrever sobre o início do debate do OE para ser lido no termo do mesmo —, convém fazer luz sobre uma questão a que o Governo foge, como o diabo da cruz e o vampiro do alho: a favorável componente externa, que permite uma melhoria da situação económica.

Para que melhor se compreenda a situação tomemos, como exemplo, um trivial caso de economia doméstica. Até há um ano, numa casa portuguesa (concerteza), quem administrava os dinheiros era a mulher. Não vem agora para o caso se a administração era a mais correcta — podemos adiantar que não era —, o certo é que, cada vez, sobrava mais mês ao fim do ordenado.

Vai daí, o marido decidiu encarregar-se das contas. E tão depressa o fez, logo diminuíram os preços na mercearia e no mercado, os juros do empréstimo para a casa baixaram, o combustível que adquiria teve uma queda livre e até os dólares com que costumava comprar alguns bens no estrangeiro sofreram uma desvalorização apreciável.

«Sou um génio em economia e finanças!» — exclamou o marido. E quando alguém lhe falava nas condições favoráveis com que, por um bambúrio de sorte, deparara, fazia ouvidos de mercador e insistia: «Sou um génio em economia e finanças!» Consta por aí que foi doutorar-se a Inglaterra.

Perdoem-nos este bosquejo de exemplo. Com o Governo Cavaco Silva passou-se idêntica situação: sem ter feito nada nesse sentido, o barril de petróleo desceu de 27 para 15 dólares, a divisa norte-americana, base dos nossos pagamentos externos, passou de 180\$00 para 145\$00, as taxas de juro dos empréstimos externos baixaram substancialmente, os produtos cerealíferos, que Portugal tem de adquirir em grande quantidade (infelizmente) no mercado externo, tiveram uma baixa de preço e o ouro valorizou-se. Com os favores destas componentes externas, quem não se arroga génio em economia e finanças? Isto sem falarmos do IVA, esse «imposto cego» e indirecto, que não atende aos níveis de rendimento, sobrecarregando mais aqueles que menos ganham. Com o IVA,

dizíamos, nunca o fisco viu os bolsos tão cheios.

Distorcido e com contradições grosseiras é o mínimo que se pode dizer desta proposta de Orçamento. O défice previsto tanto aparece como 8,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB),

como 9,6 do mesmo. Para o Governo, que elaborou o Orçamento, 9,3 por cento do PIB significa 400 milhões de contos, como logo a seguir representa 424 milhões de contos.

É muito milhão de contos para um engano, difícil de aceitar para um cumpridor cidadão que, no mês de Outubro, tem dificuldade em conseguir meia dezena de contos para pagar o Imposto Complementar.

Imposto que, juntamente com o Profissional (ver quadro anexo), vai aumentar em 87, apesar de o Governo afirmar que reduz em meio ponto às diversas taxas do Imposto Profissional. E, como sempre, são os mais desfavorecidos os mais afectados. Damos um exemplo: quem tenha um or-

denado de 25 contos em 1986 (salário faustoso que ainda afere grande parte dos portugueses) e seja aumentado 12 por cento, não escapa e, nesse ano, é tributado com a taxa de dois por cento, ou seja, paga 7 840\$00.

Mais grave ainda, o Governo tem feito ampla campanha para inculcar a ideia que desagrava a carga fiscal. Mas se tomarmos em conta que, no respeitante ao Imposto Complementar — receita que incide só sobre os rendimentos do trabalho — o Governo prevê um aumento de receita de 20 por cento logo se constata que este aumento é muito superior ao aumento médio dos rendimentos do trabalho.

Uma Proposta de Orçamento igualmente retorcida, pois põe em causa os direitos dos trabalhadores. Com efeito, as despesas com o pessoal diminuem 20 milhões de contos; as verbas destinadas ao subsídio de desemprego e salários em atraso diminuem em 5 milhões de contos, mas o desemprego aumenta e os salários em atraso permanecem e proliferam. Em relação a este último caso o Governo não prevê apoiar mais de 15 000 das muitas dezenas de milhar de trabalhadores com salários em atraso.

Reduzidas são também em 3 milhões de contos as indemnizações às empresas públicas, essencialmente de transportes, pelo que é de prever um forte

aumento do preço dos transportes. Paralelamente, as dotações de capital para as empresas públicas passam de 39 milhões de contos, em 1986, para 14,5 milhões no próximo ano. Mais evidente não pode ser a intenção de liquidar o sector público da economia.

Muitos outros aspectos poderíamos focar nesta linha de acção do Governo. Mas o espaço é curto e na próxima semana voltaremos ao assunto, na certeza de que a oposição democrática corrigiu, em parte (na totalidade seria o ideal) os aviltamentos propostos.

■ TR

## Só as EP's pagam mais juros externos que o Banco de Portugal e empresas privadas

— afirmou Carlos Carvalhas

Ainda o debate da Proposta do Orçamento do Estado não tinha começado no plenário e já os jornalistas soltavam fartas gargalhadas. O discurso de Miguel Cadilhe, ministro das Finanças, distribuído atempadamente, incluía três páginas em francês, transcrevendo o relatório (perdão, o «rapport») da CEE.

Mas o excesso da perfeição tem destas rasteiras e o ministro não leu o discurso na parte da manhã. O que não impediu que todos os vespertinos comentassem a veia gaulesa do ministro.

Ansioso, andava, depois do almoço, o ministro, perguntando a todos se já tinham chegado os jornais da tarde. Alertado, talvez, para o ridículo, quando subiu à tribuna verteu para português, um tanto atabalhoadamente, o que copiara em abundância da língua de Voltaire.

Não fora este facto e ninguém mais — a não ser por questão de ofício — se lembraria do discurso do ministro. Já o mesmo não se pode dizer das respostas que deu às interpelações feitas pelas diferentes bancadas. Resaltamos algumas: o desemprego diminuiu — nesse mesmo dia a imprensa falava em 200 trabalhadores despedidos da Eurominas, e antes a Centrel, os Fornos Eléctricos, etc. referiu depois que salários altos de mais impedem o combate ao desemprego; no respeitante à Função Pública

não haverá aumento de efectivos, mas redução; repisou por último o que considera uma regra de ouro — previsão por excesso das despesas e previsão diminuta das receitas.

Para já, o Governo averbou uma derrota. A pretensão de que as GOP's 87 e as GOP's a médio prazo fossem discutidas em simultâneo com o OE de 87 não se concretizou. As Grandes Opções do Plano a médio prazo ficaram para um debate posterior.

Por parte da bancada do PCP, Carlos Brito salientou que, «em termos de economia nacional, este Governo transformou-se num beco sem saída», tendo perdido a batalha do investimento, como o próprio ministro das Finanças já reconheceu ao admitir que o investimento não se decreta.

Octávio Teixeira alertou para o empolamento do nível global das despesas, designadamente da política cambial. Onde estão as indústrias novas e a modernização do País, interrogou Carlos

Carvalhas? Ilda Figueiredo pôs o dedo na ferida ao perguntar: «de que está o Governo à espera para baixar o preço do leite e do pão?». Rogério de Brito denunciou, na política agrícola, a ausência de correcções nas assimetrias regionais (a maior percentagem dos investimentos vão para o litoral norte e centro) e recordou que um único grupo empresarial, do sector das cortiças, absorve mais de 80 por cento do investimento previsto. João Amaral questionou qual a política de Defesa Nacional seguida? Se «entende o Governo a relevância e valor nacional das missões das Forças Armadas, ou pretende por esgotamento de meios de funcionamento, reduzir o seu papel?».

A primeira intervenção por parte da bancada do PCP coube ao deputado Carlos Carvalhas. Referindo as condições externas favoráveis, salientou que tudo continua na mesma, com projectos de inegável valor na gaveta e a «nossa especialização acentua-se nos produtos vulgarizados e de baixa tecnologia. Tornamos progressivamente num país produtor de «slips», pijamas, alpercatas e eucaliptos.»

Onde está a substituição da produção estrangeira pela nacional? Onde estão as indústrias novas? — perguntas sem resposta. E adiantou o deputado:

«Um Governo que se autopromove de eficiente, há mais de um ano que não aponta nenhum caminho, por exemplo, para a Siderurgia Nacional e mantém no Seixal 40 milhões de contos de maquinaria a deteriorar-se.

«Se passarmos ao plano social, o que a realidade nos mostra é que aumentou o trabalho precário, e o desemprego, que se mantém, como doença crónica, os salários em atraso e os índices de pobreza e que, apesar do aumento dos salários reais, estes ficaram aquém dos ganhos de produtividade e das taxas de lucro.»

A política de benesses às grandes empresas e transnacionais não foi esquecida, assim como a intenção de liquidar as empresas públicas. E recordou: «As empresas públicas por terem sido obrigadas a recorrer ao crédito externo pagaram, em 1986, 575 milhões de dólares de juros, mais do que a República, Banco de Portugal e empresas privadas, tudo junto.»

Durante o debate foi ainda salientado que quem contribuiu grandemente para esta situação das EP's foi o ministro das Finanças de Sá Carneiro, o actual primeiro-ministro Cavaco Silva.

Mas como não bastasse esta situação, recordou Carlos Carvalhas, este Orçamento, para ajudar à festa das EP's, «impõe-lhes uma quebra no investimento e vai buscar 5,8 milhões aos CTT/TLP e de participação nos lucros das instituições de crédito

e das EP's cerca de 42 milhões de contos».

Abordando depois as GOP's referiu que segundo estas, «o crescimento do Produto Interno Bruto, em 1987, em volume, será próximo do efectivado no último ano, o que significa que com tal ritmo, nem no fim do século atingiremos o actual produto «per capita» dos países mais próximos, como a Espanha».

Mas nalgumas coisas, acrescentamos nós, o Governo tem pressa em se pôr a par com a CEE. Veja-se o que se passa com a actualização do seguro automóvel, questão de importância nacional, como toda a gente sabe.

A votação da proposta de Orçamento e das GOP's 87 efectua-se esta noite. Do debate que entretanto ocorreu e do resultado das votações daremos informação mais detalhada na próxima semana.

## Propostas do PCP

Antes do início do debate da proposta de Orçamento, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou algumas propostas, em conferência de imprensa, para atenuar as omissões, distorções e injustiças constantes no referido documento. Têm como intuito dois objectivos essenciais: a melhoria das condições de vida do povo e a defesa das empresas públicas e o relançamento da economia nacional.

**Destacamos:** pleno cumprimento da lei dos salários em atraso; pensão mínima igual ou superior a 50 por cento do valor mais elevado do salário mínimo; apoio na aquisição de livros e material escolar, alimentação e alojamento de estudantes; revogação imediata das taxas moderadoras, no domínio da saúde; apoio ao ensino a crianças deficientes; isenção de tributação do fuel e da nafta; baixa do preço do leite e do pão; promoção da habitação social; reforço das verbas para os subsídios das rendas de casa; desagravamento efectivo dos impostos que incidam sobre os rendimentos do trabalho; baixa das taxas de juro; reforço das dotações de capital para o conjunto das empresas públicas e o pagamento de indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado, nomeadamente quanto às empresas de transportes; defesa do sector público da comunicação social (e amanhã este assunto vai ser tema de debate na AR) garantindo o funcionamento normal da ANOP em 1987.

### Imposto Profissional

(Exemplos de escalões de rendimentos salariais que vêem aumentar a carga fiscal do imposto profissional, em termos reais, mesmo que os salários fossem actualizados em apenas 12%, como o Governo pretende)

1986			1987		
Rendimento Mensal	Salário Anual	Taxa do IP (%)	Rendimento salarial anual actualizado em 12%	Taxa do IP (%)	Aumento real da carga fiscal (pontos percentuais)
25 000\$00	350 000\$00	0	392 000\$00	2	2
32 500\$00	455 000\$00	2,5	510 000\$00	4	1,5
36 500\$00	510 000\$00	4,5	570 000\$00	6	1,5
46 500\$00	650 000\$00	6,5	730 000\$00	8	1,5
63 000\$00	880 000\$00	8,5	985 000\$00	10	1,5



PCP

## Novo Centro do PCP em Algés

# Comemorar a inauguração e reforçar a campanha

Um almoço de confraternização no próximo sábado, com a participação da camarada Alda Nogueira, do CC, e uma prova de atletismo no domingo, aberta a todos os escalões (ver **Agenda**) contam-se entre as iniciativas integradas no plano de comemorações da inauguração, prevista ainda para este ano, do novo Centro de Trabalho do PCP em Algés, «aqui» nos arredores de Lisboa.

Localizado na Rua Ernesto Silva, 107/109, mesmo no coração de Algés, o novo CT está instalado numa vivenda centenária, cuidadosamente recuperada com as obras entregues a uma cooperativa (a «Estrela Moitense») — com a qual se estabeleceu um orçamento flexível e honesto, discutido regularmente — para além de todo um vasto trabalho voluntário que tem mobilizado desde 22 de Setembro, espe-

próximos, nomeadamente os que residem na vila cujo acesso é comum e que também beneficiaram com as obras. As caixas de correio novas para toda a gente e o gradeamento da frente completamente recuperado são exemplos desse benefício, recebido num ambiente já caracterizado pelas boas relações existentes entre os nossos camaradas do Centro e os vizinhos do páteo.



Uma breve paragem para uma conversa com a reportagem do «Avante!»



Jornadas de trabalho voluntário aos fins-de-semana — solidariedade, militância e dinamismo para erguer uma nova casa do Partido, espaço de encontro da população e dos trabalhadores dum concelho em que o PCP/APU é a segunda força política em termos eleitorais

cialmente aos fins-de-semana, alguns camaradas da organização local.

Com uma área aproximada de 280 metros quadrados, o CT tem cave, rés-do-chão e 1.º andar, garantindo óptimas condições de trabalho, que no futuro breve terão as suas repercussões política e organizativa dos militantes comunistas de Algés e também no plano da freguesia de Carnaxide e do próprio concelho de Oeiras.

Respeitando a traça original e as características essenciais do imóvel, a casa abandonada que os residentes da Rua Ernesto Silva conheceram em tempos, surge-lhes hoje com uma nova imagem: o restauro empreendido a partir de 1985 (a licença da obra data de 22 de Fevereiro) alterou radicalmente o aspecto da velha vivenda. Paredes, pavimentos, esgoto de ligação, à rua, instalação eléctrica e sanitária, escadas, janelas e portas — tudo levou «uma volta» a sério, substituindo, remodelando ou recuperando tudo o que se revelou necessário, dando origem, na prática, a uma nova casa.

Todo o processo das obras no CT tem sido acompanhado pela compreensão dos vizinhos mais

### Encargos financeiros

Por ocasião do contrato de promessa de compra e venda, foi paga a quantia de 2150 contos, considerada a primeira de duas prestações. Em finais de Setembro último, o total de receitas era de 5700 contos (resultantes de iniciativas, contribuições e empréstimos, etc.). Na mesma altura, as despesas eram de 5600 contos (os já referidos 2150 do 1.º pagamento, mais 2700 para a empreitada da cooperativa e 238 para materiais e tintas, além de outras despesas).

O que falta pagar? A esta pergunta respondeu-nos recentemente a camarada Ermelinda, da Comissão de Fundos, lembrando que esta campanha vem desde os tempos do antigo CT alugado em Miraflares, portanto já desde 1981. Além das despesas relacionadas com encargos burocráticos e de 341 contos à cooperativa — que já terminou o seu trabalho — falta liquidar a segunda parte do pagamento do edifício (2150 contos) e 1085 contos de empréstimos.

É por tudo isso que decorre uma campanha de fundos para a qual os comunistas de Algés têm realizado e vão continuar a reali-

zar diversas iniciativas, cabendo aqui um papel especial ao executivo do Organismo de Direcção. O programa de iniciativas culturais e desportivas que vão assinalar a inauguração do CT cabe a uma comissão de 6 elementos.

Além dum apelo à contribuição dos comunistas e dos outros democratas de Algés, da freguesia de Carnaxide e do concelho de Oeiras, há um apelo para a oferta de secretárias e cadeiras e também de equipamentos de cozinha.

Até à abertura do Centro de Trabalho contamos dar aos nossos leitores, nas próximas edições do Avante!, mais pormenores sobre a campanha em curso e sobre este valioso CT, tendo como base, entre outras fontes, o resultado de uma conversa mantida em Algés com os camaradas, Eduardo e Albano, ambos do Organismo de Direcção, Dantas, da Comissão de Obras, e Ermelinda, da C. de Fundos.

■ JPO

## 2ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CÉLULA DA CARRIS DO PCP



### UNIR OS TRABALHADORES REFORÇAR O PARTIDO DEFENDER A EMPRESA

Unir os trabalhadores, reforçar o Partido, defender a empresa é o lema da Assembleia da célula do PCP na Carris, a realizar já no próximo sábado, dia 22, a partir das 9 e 30h, nas instalações da Academia de Santo Amaro, em Lisboa.

Está prevista a participação de 200 delegados e cerca de uma centena de convidados.

Às 16 horas terá início a sessão pública de encerramento, onde será apresentado o novo organismo de direcção eleito na Assembleia. Depois, intervirá o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Entre os serviços de apoio que funcionarão na Assembleia, contam-se o das refeições para os participantes nos trabalhos.

## Terra

# Agricultores de Gaia defendem as suas vinhas

Cerca de quatro dezenas de agricultores, produtores directos de vinho, reafirmaram no passado dia 15, em plenário realizado no seminário dos Carvalhos, em Gaia, pela Associação dos Agricultores do Porto (APA), a sua disposição de se defenderem contra a ameaça de eliminação e arranque que pesa sobre as suas vides de produtor directo, que produz o chamado vinho americano.

Nos termos dum comunicado divulgado pela Associação dos Agricultores do Porto, «os agricultores presentes naquela reunião decidiram manter a sua recusa em preencherem as declarações sobre as vinhas enquanto não tiverem garantias efectivas de que as suas vinhas serão mantidas». É um facto que, em resultado já da própria luta e mobilização dos produtores directos, há declarações de responsáveis do MAP que apontam para a publicação de uma portaria regulamentadora que garantiria a manutenção das vinhas a produtores directos aos actuais de-

tenores. Mas, como se disse na reunião, «sem verem o preto no branco», os agricultores não desarmam. Daí que se mantenham mobilizados e unidos, tendo previsto ainda, caso se torne necessário, uma deslocação a Lisboa junto do MAP e restantes órgãos de soberania, a fim de continuarem a pugnar pela defesa dos seus interesses.

Unidade e mobilização que vão ser necessárias, tendo em conta os inúmeros problemas que começam já a surgir, como aquele que foi denunciado por um agricultor de Avintes: há armazéns sem escrupulos que já andam a tentar comprar vinho a 6 contos a pipa com o argumento de que é ilegal, e que é para fazer vinagre, quando de facto é para vender dada a grande procura por parte dos consumidores apreciadores de vinho americano. Ou, ainda, outros como sejam as importações desnecessárias de vinho, ou a electricidade mais cara para a lavoura do que para o consumo doméstico.



**Loja de Natal**

★ BRINQUEDOS ★  
★ LOIÇAS ★  
★ ROUPAS ★  
★ ARTESANATO ★

Tudo para uma boa oferta

Aberto todos os dias a partir do dia 27 Novembro até 9 Janeiro das 11,00 às 21,30h.

**Vitória**

Integrada na campanha de fundos para conclusão das obras do CT Vitória, na Avenida da Liberdade, a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP realiza neste Centro de Trabalho uma «Loja de Natal» na qual se poderá comprar «tudo para uma boa oferta» neste Natal de 86.

- O período e horário de funcionamento são os seguintes:
- A «Loja de Natal» abre a 27 de Novembro e fecha dia 9 de Janeiro de 1987;
  - Está aberta:
    - de 2.ª a 6.ª feira — das 11h às 21.30h
    - aos sábados e domingos — das 11h às 20h
    - aos domingos e feriados — das 14h às 18h
    - vésperas de Natal e Ano Novo — das 11h às 20h
  - Encontra-se encerrada nos dias de Natal e Ano Novo

Internacional

# Solidariedade com o Chile

Personalidades dos mais diversos quadrantes da vida política nacional tomaram a iniciativa de divulgar um abaixo-assinado de solidariedade para com o povo chileno em luta contra a ditadura de Pinochet e pelo regresso à plena democracia.

O texto divulgado com as primeiras assinaturas, que transcrevemos na íntegra, deverá recolher a mais ampla adesão dos democratas portugueses, que pela sua própria experiência conhecem bem o valor da solidariedade, e de todos quantos aspiram aos ideais da paz e da justiça social.

## COM O CHILE PELA LIBERDADE

Os signatários, que não esquecem o valor moral e político das manifestações de solidariedade com a luta do povo português contra a ditadura que o oprimiu até 25 de Abril de 1974, não podem, treze anos depois do golpe de estado fascista que derrubou o regime democrático-constitucional do Chile, deixar de exprimir o mais vivo repúdio pela ditadura de Pinochet e pelo recente agravamento das medidas de repressão contra o povo chileno.

A medida que a ditadura de Pinochet se sente isolada — política, social e culturalmente — interna e externamente, faz recrudescer a violência sobre o povo do Chile instaurando o estado de sítio, negando as liberdades democráticas mais elementares, assassinando e promovendo o "desaparecimento" de numerosos resistentes, num clima de terror, de tragédia nacional e de constante degradação das condições de vida da população.

Os signatários saúdam a resistência heróica do povo do Chile e a sua luta pela reconquista da liberdade e, expressando a fraterna solidariedade dos democratas portugueses, exigem que:

- TERMINEM AS ATROCIDADES NO CHILE
- SEJA LEVANTADO O ESTADO DE SÍTIO
- ACABE A REPRESSÃO
- SEJAM LIBERTADOS OS PRESOS POLÍTICOS
- SEJA RESTABELECIDO A DEMOCRACIA

Primeiros signatários:

António Dias Lourenço, António Feu, António Guterres, António Paulouro, Aurélio Santos, Baptista Bastos, Blasco Hugo Fernandes, Fernando Piteira Santos, Helder Costa, Jardim Gonçalves, Luisa Irene Dias Amado, Manuel Alegre, Maria Carolina Tito Morais, Maria do Céu Guerra, Maria Helena Mira Mateus, Mário Sottomayor Cardia, Natália Correia, Paulo Sucena, Sérgio Vilarigues, Victor Lopes Vieira.

## ADESÕES A ESTE ABAIXO-ASSINADO

Podem ser enviadas para: Manuel Rodrigues de Oliveira, Rua da Emenda, n.º 111, 2.º — 1 200 LISBOA. — Telef. 32 20 50

## SESSÃO DE SOLIDARIEDADE

Os signatários deste Apelo promovem uma **Sessão de Solidariedade com o povo do Chile** na próxima segunda-feira, às 21 horas, no Salão do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa, na Av. Almirante Barroso, n.º 3. A sessão será seguida de uma **Marcha de Silêncio** até junto à Embaixada do Chile.

**APELA-SE À POPULAÇÃO DE LISBOA PARA QUE APOIE ESTAS INICIATIVAS DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DO CHILE.**

# Grupo de estudo na Checoslováquia

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, um grupo de estudo do nosso Partido sobre «Actividades culturais e ocupação dos tempos livres» visitou a Checoslováquia de 7 a 14 de Novembro.

Os nossos camaradas contactaram com vários aspectos da realidade política, social e cultural da Checoslováquia na capital e nas regiões da Bohemia do Sul, do Norte e Central.

A delegação foi recebida pelo vice-ministro do Interior, camarada A. Eliás e pelos secretários das organizações do PC Checoslováquia das cidades visitadas. A visita a diferentes equipamentos sociais, abrangendo actividades viradas para os diferen-

tes escalões etários, e o contacto com a sua actividade proporcionou um amplo conhecimento da política no domínio das actividades culturais e dos seus objectivos, na Checoslováquia. A delegação assistiu a espectáculos de teatro, a ensaios de actividades em colectividades, visitou exposições, centros de cultura, lares da 3.ª idade, escolas e Palácios de Pioneiros, tendo participado em debates sobre o efectivo aproveitamento dos tempos livres da juventude e outros temas culturais.

Está visita realizou-se no quadro das tradicionais relações de cooperação e amizade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia.

# Botha em privado na vida pública nacional

Nunca uma visita dita «privada» terá tido tanto impacto público e suscitado tantas condenações como a que o presidente racista sul-africano efectuou à Madeira na semana passada, a convite do respectivo presidente do Governo Regional, João Jardim.

É provável que após o fracasso da passagem por Paris — que Botha abandonou com viperinas ameaças, lembrando a capacidade sul-africana de produção de armas nucleares conseguida justamente graças à colaboração francesa — é provável, dizia-se, que o dirigente racista se tenha sentido consolado com o calor encontrado em terras madeirenses, orelhas moucas aos protestos e indignações.

Com efeito, a «privada» visita — sem dúvida suportada pelo erário público — começou com a muito oficial recepção à chegada ao aeroporto, onde para além de Jardim se deslocaram o Presidente da Assembleia Regional, membros do governo, presidentes de Câmara, deputados vários.

Não menos oficial foi a «privada» forma como os Secretários Regionais do Plano e do Equipamento Regional acompanharam o visitante nas suas andanças por locais públicos, solicitamente informando sobre o desenvolvimento dos investimentos que vêm sendo feitos na Madeira.

No âmbito da «privadíssima» visita devem também ser englobadas as afirmações de que é possível a abertura do aeroporto de Porto Santo à transportadora aérea sul-africana, bem como acordos noutras sectores que não tendo chegado ao domínio público por enquanto não devem ter deixado de ser feitos, ou não se justificaria o trabalho que tiveram os empresários madeirenses radicados na África do Sul ao deslocarem-se à terra natal expressamente para o efeito.

Tudo junto e ponderado, a visita «privada» só com dificuldade seria mais oficial. E a questão que se coloca é a de saber porque é que o não foi, uma vez que toda a actuação do governo PSD a poderia conceber como corolário lógico.

Vejam: o governo de Cavaco Silva tem pautado a sua posição em relação à África do Sul pelas defendidas pelos EUA e Grã-Bretanha, que é como quem diz de evitar a todo o custo o isolamento do regime de apartheid; a abstenção, quando não o voto contra, tem sido a regra geral do posicionamento oficial português à generalidade das condenações aprovadas nas Nações Unidas contra a África do Sul; as autoridades portuguesas mantêm-se indiferentes, quando não coniventes, face às actividades dos bandos armados por Pretória contra Angola e Moçambique, em território nacional; o Governo Regional da Madeira, como de resto outros representantes oficiais do Governo português, mantém relações periódicas com o governo racista sul-africano, sendo frequentes as deslocações àquele país; até à data, que se saiba, não foram tomadas medidas para evitar que se repita o desrespeito, pelo Governo Regional da Madeira, de decisões de carácter nacional, como ocorreu com o luto oficial decretado pela morte de Samora Machel; finalmente, é do domínio público a indiferença do governo PSD perante a participação de

deputados seus na iniciativa de extrema-direita que levou Jonas Savimbi, fantoche do apartheid, ao Parlamento Europeu.

Não sendo embora exaustiva, a listagem dá para deixar clara a posição do actual Governo face à África do Sul e aos seus governantes racistas. Assim sendo, há que reconhecer que a única diferença de João Jardim é a de assumir publicamente o que outros defendem em privado. Com a impunidade de quem tem as costas quentes.

Que nada disto tem a ver com os sentimentos do povo português e com os valores democráticos consagrados na própria Constituição é por demais evidente. Que tudo isto só é possível com um governo que não reflecte a vontade popular é por demais óbvio.

Pelo que a conclusão a tirar é a de que este degradante episódio da visita de Botha constitui mais uma razão, a somar a tantas outras, para exigir um novo governo e uma nova política.



A sociedade «feliz» e «pacífica» sul-africana de que o PSD tanto gosta

## AR protesta

# Um turista na Madeira chamado Pieter Botha

A recente visita «turística» do presidente do *apartheid*, Pieter Botha, à Região Autónoma da Madeira mereceu, por parte da Assembleia da República, um voto de protesto, onde as únicas vozes discordantes foram as bancadas do PSD e do CDS.

José Gama, do CDS, na declaração de voto que verbalizou, foi claro: «Está na Região Autónoma da Madeira o senhor Pieter Botha, presidente da África do Sul. As reacções da esquerda portuguesa quiseram tornar esta visita particularmente notada. A esquerda, em suma, não gostou.»

Logo se conclui, por exclusão de partes, que a direita, a que o CDS pertence, gostou. Como gostou o PSD, visto o seu deputado encarregar de fazer a declaração de voto, Vítor Crespo, ter salientado que pelo facto de Portugal ser um país aberto e livre, «não entendemos fechar as nossas portas a visitas turísticas por critérios que não sejam os legítimos e próprios de uma democracia plena no respeito pelas regras aceites de convivência nacional e internacional».

E Vítor Crespo adiantou mesmo que, «de acordo com regras geralmente aceites pela comuni-

dade internacional, não é uma visita particular que põe em causa a política externa portuguesa».

Como estava enganado — ou, então, como foi enganado. Dias depois, o seu chefe de partido e, simultaneamente, Primeiro-Ministro, vinha à televisão dizer que o presidente da Região Autónoma da Madeira não determina a política externa portuguesa. Pelos vistos a visita não fora tão particular como se pretendia fazer crer, para além de que certas visitas particulares podem pôr em causa a política externa, ou então a intervenção de Cavaco Silva verberando a atitude de Alberto João Jardim não teve razão de ser.

A votação deste protesto deveria ter ocorrido na sessão plenária do passado dia 11 e só não sucedeu por oposição do PSD (quem não deve não teme) mas como seria impensável adiá-lo *sine die* (pelo menos o escândalo seria grande) o partido de Cavaco Silva teve de tomar a posição pública de oposição ao voto de protesto, sem coragem, sequer, para uma abstenção.

Jorge Lemos, que pelo PCP fez a declaração de voto, per-

guntou: «Face à dimensão que as cerimónias assumiram (a visita de Botha), perguntamos mesmo o que não seria uma visita de carácter oficial?»

E adiantou: «É preocupante que o Governo da República Portuguesa permita que sejam governos regionais e, designadamente, o Governo Regional da Madeira a tentar conduzir a política externa portuguesa.»

Mas a hipocrisia do Governo é assim. Cavaco deixa Jardim proceder a seu bel-prazer, para depois vir a público dizer que este não tem autoridade; mas o mal já está feito e nada foi feito para o prevenir.

E Jorge Lemos adiantou ainda um facto importante também para o povo português: «Foi aqui dito que o sr. Pieter Botha era o presidente de um país amigo de Portugal. É curioso que se diga nesta casa que o presidente de um país que financeira e militarmente suporta uma organização terrorista que combate o regime de Moçambique, que rapta e chega mesmo a matar cidadãos portugueses, é o presidente de um país amigo de Portugal.»

Assim vai a política externa... à jardineira.

## Internacional

## Brasil

# PMDB obtém maioria absoluta

O Partido Democrático Brasileiro (PMDB) obteve a maioria absoluta nas eleições gerais realizadas no passado sábado no Brasil, consideradas como um verdadeiro teste à popularidade do presidente José Sarney e do seu governo. As eleições, que mobilizaram 69 milhões de eleitores e 15 mil candidatos, destinaram-se à eleição dos governadores e vice-governadores de Estado, dos deputados estaduais e de mais de meio milhão de deputados para o Congresso a quem caberá a elaboração da nova Constituição do país.

Embora os resultados oficiais estejam ainda em fase final de apuramento, parecem não restar quaisquer dúvidas de que o PMDB terá a maioria absoluta na futura Assembleia Constituinte e vinte dos vinte e três governadores de Estado.

O interesse do eleitorado neste escrutínio ficou bem expresso pelo baixo índice de abstenções, que deverá ser o menor de sempre na história das eleições brasileiras. Recordar-se que a última Assembleia Constituinte eleita pelo povo foi a de 1946, que viria a ser suspensa com a instauração do regime militar, em 1964 e substituída em 1967.

Muito liberal, a Constituição de 1946 introduzia pela primeira vez no Brasil o regime pluralista, restabelecia os direitos individuais e delineava a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial.

A futura Constituição deverá, entre outras coisas, proceder a alterações no que respeita ao mandato do Presidente da República, ao papel das Forças Armadas no regime democrático e à política económica a desenvolver.

De salientar, a propósito deste último aspecto, que o êxito eleitoral do PMDB é regra geral atribuído à política seguida pelo presidente José Sarney que, pese embora todas as críticas, viu a sua popularidade substancialmente reforçada, não obstante o seu partido, o PFL, não ser determinante na coligação governamental. O famoso «plano cruzado», se não resolveu todos os problemas económicos do Brasil, contribuiu no entanto para que o poder de compra e a situação económica brasileira em geral tenha melhorado.

Os números são significativos: em 1983, o salário mínimo nacional era de 23 568 cruzeiros, a inflação atingia os 211 por cento ao ano e o desemprego os 8,45 por cento. Este ano, o salário mínimo passou para 804 000 cruzados, a inflação desceu para 1,5 por cento ao mês e o desemprego para 3,5 por cento.

Apesar da enorme dívida externa — cerca de 107 mil milhões de dólares — e das dificuldades crescentes com o FMI, que não aprova as reformas económicas decididas pelo governo

brasileiro, é um facto que medidas adoptadas no âmbito do «plano cruzado», como o congelamento dos preços por um ano, das tarifas e dos géneros de primeira necessidade, tal como das rendas de casa, das prestações ao Banco Nacional de Habitação e das mensalidades das escolas, entre outras, conseguiram uma notável adesão popular. Na memória de todos está ainda bem viva a reacção popular de total adesão à fiscalização de preços, praticamente inédita no Brasil.

Não menos importante, malgrado as dificuldades encontradas, em particular devido à inexistência de estruturas capazes para o implantar, é o Plano Nacional de Reforma Agrária. No seu âmbito o governo brasileiro entregou já 20 000 hectares de terras do Estado aos camponeses sem terra e expropriou fazendas de há muito ao abandono, entregando-as a 40 000 famílias. Se é verdade que a oposição dos latifundiários a concretização da Reforma Agrária provocou já pelo menos 236 mortos (entre camponeses, dirigentes sindicais e padres), e que o clima de intimidação assume proporções preocupantes, não é menos verdade que a vontade de levar a cabo o referido Plano continua a ser afirmada e merece o apoio popular.

Também no que se refere à política externa desenvolvida pelo governo Sarney os aspectos positivos a assinalar representam a parte mais significativas. As posições corajosas face ao FMI, as tentativas de resolução conjunta do problema da dívida externa do Terceiro Mundo, o regresso a uma política internacional de não-alinhamento e a defesa do desarmamento e da paz, são exemplos que não podem deixar de merecer o aplauso do povo brasileiro.

As preocupações quanto ao futuro residem sobretudo na heterogeneidade de forças que compõem o PMDB, que com o Partido da Frente Liberal forma a Aliança Democrática que apoia o governo.

Mas o povo brasileiro, que tanto lutou pela democracia e que tão empenhadamente a está a exercer, saberá sem dúvida estar alerta para os perigos que espreitam o país.

# O medo da Paz

«Puseram na mesa, perante nós, um impressionante conjunto de papéis que, na essência, riscam tudo o que foi obtido pelas partes em Reykjavik. Todos estes níveis e subníveis, limites e sublimites, toda esta aritmética de peritos com que, como nos parecia, tínhamos acabado de vez na capital islandesa, foram tirados à luz do dia para ensombrá-la». São palavras de Chevardnadze, ministro de Negócios Estrangeiros da URSS, palavras de balanço do encontro em Viena com o secretário de Estado norte-americano, Shultz, no início dos trabalhos da Conferência sobre Segurança e Cooperação que teve início no passado dia 4.

«Mas o mais impressionante na posição dos nossos parceiros — sublinha Chevardnadze — foi que negaram por completo a solução global encontrada em Reykjavik do problema central, que é a liquidação, num prazo de dez anos, de todos os arsenais nucleares da URSS e dos EUA, sobretudo dos armamentos ofensivos estratégicos. As declarações claras dos dirigentes dos dois países foram embrulhadas numa rede de casuística técnica. As malhas desta rede são tão pequenas que não se vê através delas nada semelhante a entendimentos».

Os factos são muito claros. As portas abertas em Reykjavik não convêm ao imperialismo, à sua serôdia aposta na força. O que no fundo comprova as reais possibilidades afirmadas na capital da Islândia.

As apreciações do ministro dos Negócios Estrangeiros soviético confirmam a tendência que se manifestou de imediato após a cimeira da Islândia por parte de Washington. Passar um risco sobre o que foi alcançado.

Já anteriormente o «Washington Post» notara, em referência às negociações de Genebra que «a administração Reagan, censurada pelos países da NATO e pelo Comité dos chefes de Estado-Maior das Forças Armadas norte-americanas a propósito de alguns postulados das propostas globais sobre o controlo dos armamentos, debatidos em Reykjavik, enviou à sua delegação às negociações de Genebra directrizes que não contêm nenhuma referência aos planos de desmantelar todos os mísseis de médio alcance existentes na Europa e de eliminar nos próximos dez anos todos os mísseis balísticos nucleares».

Esta posição da Casa Branca — acompanhada de uma campanha ideológica com que se pretende apagar e desfigurar totalmente, perante os povos do mundo, esse «explosivo» potencial de paz que foi adquirido na Islândia — não é de forma alguma uma posição isolada. Nas várias capitais da NATO, com os cuidados necessários face aos importantes movimentos da paz

na Europa capitalista, soam os alertas contra o perigo (!) da desnuclearização do velho continente e do planeta.

Um especialista do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de França, comentou (e bem podemos dizer que reflecte o sentir geral dos belicistas da NATO): «Parece que foi mesmo admitida em Reykjavik a completa supressão dos euro-mísseis, os SS-20 a Leste e os Pershing a Ocidente. Se isso é verdade, é muito inquietante».

Em Washington o chanceler Kohl manifestou ao presidente Reagan os seus «receios» quanto ao eventual desmantelamento dos Pershing-2 e dos Cruise. Quanto ao ministro francês dos Negócios Estrangeiros, afirmou claramente na Assembleia que «a perspectiva de um total desaparecimento das armas nucleares americanas na Europa é temível».

Reykjavik teve, entre outros, já este mérito — obrigou a falar mais claro, a deslindar posições. Tão grande é o medo que o capital tem da paz! Da verdadeira paz. Que o mesmo é dizer: sem armas de extermínio massivo, e com as forças militares reduzidas ao mínimo, sem aquele quotidiano alimentar da tensão, que permite que a Líbia seja bombardeada e a Nicarágua diariamente agredida. Que permite repisar ainda o slogan ameaçador — «Vêm aí os russos!».

Mas nem só no pós-Reykjavik é evidente o medo da paz.

As votações na ONU são

disso um testemunho por vezes impressionante.

Os Estados Unidos foram o único país que votou contra o projecto de resolução sobre as consequências climáticas da guerra nuclear, debatido este mês na primeira comissão da Assembleia Geral da ONU.

Os autores do projecto, nomeadamente o Bangladesh, a Índia, o México, o Paquistão e a Suécia, sublinharam que a guerra nuclear pode vir a ter uma envergadura sem precedentes e ameaçar todos os Estados, mesmo os mais afastados das explosões nucleares, impondo-se por isso a eliminação desta ameaça.

Juntamente com um pequeno grupo de países capitalistas, os EUA manifestaram-se também contra o projecto da Hungria, RDA, Cuba e Roménia, aprovado por maioria de votos, que propôs que a conferência para o desarmamento examine a questão sobre a elaboração de um documento internacional que estabeleceria o compromisso dos Estados de não serem os primeiros a utilizar armas nucleares.

Posições que em nada nos podem surpreender. Pois estão intimamente ligadas à mesma política que dita por exemplo, a continuação dos testes nucleares no Nevada. O 23.º desde que a União Soviética declarou a sua moratória nuclear, em 6 de Agosto de 1985, realizou-se há dias. Prossegue a aposta suicidária na «guerra das estrelas».



«A vida, a liberdade e a procura de felicidade num mundo livre de armas nucleares» são os direitos inalienáveis proclamados na declaração aprovada pelos mais de 15 mil manifestantes pela Paz que participaram numa grande concentração em Washington, frente à Casa Branca. A concentração culminou a grande Marcha da Paz pelo Desarmamento Nuclear Global, iniciada a 1 de Março do ano passado, em Los Angeles, e que percorreu 5900 quilómetros.

No passado mês de Outubro, outras manifestações, uma das quais também frente à Casa Branca, exigiam o fim da corrida às armas no Espaço. Foram brutalmente reprimidas.

Exemplos recentes da acção pela Paz nos próprios Estados Unidos, o centro do militarismo a nível mundial, e que são também peças indispensáveis com que a nível mundial se constrói quotidianamente a grande ofensiva antibelicista, pelo direito fundamental à vida.

As manifestações em Washington, em Moscovo, em Paris, em Bona correm paralelamente a múltiplas iniciativas, também ao nível estatal.

Como foi recentemente anunciado pelo camarada Ligatchev, a União Soviética retirou a totalidade dos seus mísseis nucleares de médio alcance da península de Kola e a maior parte dos que estavam instalados nos departamentos militares de Leninegrado e do Báltico. Uma forma muito concreta de apoio à criação de uma zona desnuclearizada no Norte da Europa.

Propostas (e prática) que se inserem no importante movimento pela criação de zonas desnuclearizadas. Neste movimento assume particular importância o recente acordo do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), da RDA, e do Partido Social Democrata da RFA (SPD) quanto à criação de um corredor desnuclearizado abarcando países socialistas e países capitalistas.

# Angola

## A luta continuará até à construção do socialismo

A proclamação da independência da República Popular de Angola representou a realização do programa mínimo do MPLA e correspondeu plenamente às aspirações mais justas do povo em ver definitivamente vencido o colonialismo português. Ela foi fruto do sacrifício abnegado de milhares de combatentes da libertação nacional e foi sobretudo a decisão irrevogável de não terminar a luta até à libertação completa, a construção do socialismo e do homem novo.

A afirmação foi feita pelo Bureau Político do MPLA-PT e consta da declaração divulgada a propósito das comemorações do 11.º aniversário da independência de Angola. O seu alcance político é por demais evidente, sobretudo tendo em consideração a complexa situação política que se vive na África Austral, onde as tensões não param de se agravar com o crescente envolvimento da administração norte-americana na guerra não declarada, que através da África do Sul e de grupos de bandidos armados, é movida contra os países da Linha da Frente.

A citada declaração constitui de resto uma firme afirmação de princípios inalienáveis do povo angolano, bem como a denúncia directa das responsabilidades do imperialismo norte-americano nos confrontos que se registam na região.

Quando proclamámos a nossa independência — refere

o documento — Angola era vítima de uma invasão a norte e a sul, e as nossas FAPLA não passavam de um simples corpo de guerrilheiros. Onze anos passaram e a República Popular de Angola continua a ser vítima da mesma agressão, alimentada pelo regime racista da África do Sul e pela actual administração republicana dos Estados Unidos.

Por isso, sublinha-se, o MPLA-PT é forçado a mobilizar meios humanos e materiais para preservação da nossa independência, pois apesar de todos os esforços desenvolvidos com vista à obtenção de uma paz justa e duradoura, o inimigo sul-africano persiste com a desestabilização da RPA.

Os planos que visam pôr em causa as conquistas fundamentais da revolução angolana têm no entanto encontrado a firme resistência dos que sabem lutar

por uma causa justa e criar as condições para a sua defesa. Como afirma o Bureau Político do MPLA-PT, as FAPLA, cientes de que uma revolução só vale na medida em que se saiba defender, cresceram e fortaleceram-se ao longo destes onze anos, tanto em meios humanos como em meios técnicos, tornando-se um exército moderno, bem armado, disciplinado e combativo — garantia segura da revolução democrática e popular e condição indispensável do seu triunfo.

Também o MPLA, convicto de que um partido forte, unido e organizado poderia levar a bom termo as aspirações mais legítimas das classes trabalhadoras angolanas, se constituiu em Partido do Trabalho, armado de uma longa experiência de luta popular e dos princípios orientadores do marxismo-leninismo, caminhando decididamente no sentido do seu papel dirigente a todos os níveis.

Dois factores que objectivamente têm frustrado os planos do imperialismo, apesar de persistir a necessidade, expressa na declaração que vimos citando, de o povo angolano estar mais alerta do que nunca, dada a campanha de verdadeira intoxicação que neste momento



está a ser orquestrada no exterior, contra a República Popular de Angola e os seus dirigentes, deixar subentender a realização de um plano macabro de perigosas consequências.

Com efeito, tanto os EUA como a África do Sul e os seus agentes definiram Angola como o principal alvo a abater na região austral do continente africano, em virtude da sua opção político-ideológica. Nesse sentido, como a declaração denuncia, está a ser incrementado o terrorismo de Estado, cujas consequências são imprevisíveis.

É neste âmbito que o Bureau Político do MPLA-PT integra a morte do Presidente Samora Machel, considerando-a uma das formas adoptadas pelo imperialismo para tentar, em vão, refrear o ímpeto das forças progressistas na África Austral, alertando a comunidade internacional para estas práticas de terrorismo de Estado, que devem ser repudiadas e condenadas vigorosamente, tendo em conta que poderão ser extensivas a outros Estados da região.

### As mentiras do inimigo

Também o Presidente da RPA e do MPLA-PT, camarada José Eduardo dos Santos, denunciou a intensa campanha de mentiras

e calúnias de que Angola está a ser alvo, a par dos ataques armados, ao intervir nas cerimónias do aniversário da independência.

Falando em Malange, no norte de Angola, Eduardo dos Santos fez notar que quase todos os dias, a partir de Portugal (como «prova» de força e da pretensa «colonização» de Angola por soviéticos e cubanos) se publicam comunicados com um número tão elevado de baixas cubanas que se fosse verdade e se fizessemos a contagem dos dados divulgados, nos últimos três anos, já não teríamos camaradas cubanos vivos em Angola.

O que campanha pretende camuflar — disse — é que os inimigos de Angola foram buscar os racistas e colonialistas sul-africanos que criaram o odioso sistema de *apartheid* para oprimir o povo sul-africano, que ocupam ilegalmente a Namíbia e colonizam o povo deste território, para ocupar e colonizar também o nosso país.

Pelo contrário, sublinhou Eduardo dos Santos, toda a gente sabe que não há nenhuma luta de libertação verdadeira no mundo que não tenha o apoio directo ou indirecto da União Soviética e de Cuba.

Latina (onde a ingerência nos assuntos internos da Nicarágua assumiu o carácter de autêntica invasão) e na África Austral, onde não escondem a sua ligação com o *apartheid* e prestam ajuda material e financeira aos bandos fantoches da Unita

Fantoches com que Angola se recusa determinantemente a encetar qualquer tipo de negociação, como foi reafirmado, não obstante o desejo de paz dos dirigentes angolanos e de todos os países da Linha da Frente. A haver negociações, frizou Eduardo dos Santos, elas deverão ser directamente com a administração norte-americana, e se ainda não se realizaram isso deve-se apenas à recusa de Reagan, que ainda recentemente afirmou não «ter tempo» para se encontrar com os mais altos representantes da Linha da Frente.

Apesar disso, no entanto, a RPA continuará a desenvolver esforços no plano diplomático para encontrar soluções justas para os problemas da África Austral, afirmou Eduardo dos Santos.

Temos consciência — garantiu — que a paz é um factor indispensável para o desenvolvimento económico e social da nossa zona, mas a paz deve ser restabelecida na base do respeito da soberania e liberdade dos povos sem ingerência em assuntos de outros Estados.

## O grande silêncio sobre o desastre da Sandoz

Na noite de 1 de Novembro, um incêndio deflagrou num depósito de produtos químicos da fábrica suíça Sandoz, no Bale. Apenas cinco dias depois — perante a evidência dos efeitos dos produtos tóxicos libertados — o governo suíço pediu aos responsáveis da Sandoz indicações sobre as toneladas e conteúdos tóxicos libertados pelos fumos e espalhados nas águas do rio. Não são exigidas quaisquer responsabilidades, muito embora seja o próprio ministro oeste-alemão do Meio-Ambiente a afirmar que «havia graves faltas às regras de segurança» na Sandoz que desde 1977 depositava os seus produtos químicos em locais inicialmente previstos para maquinaria.

Entretanto a vaga mortífera avança pela Europa capitalista (seguida de uma segunda fuga de dois mil litros de águas poluídas). Uma vaga que colora de vermelho as águas do Reno, transportando consigo tanto mercúrio e outros produtos químicos altamente poluentes como o que é lançado por todas as indústrias químicas ribeirinhas no período

dum ano, no mais poluído rio da Europa, rio-egoto, como muitas vezes é chamado.

Os efeitos são visíveis — toneladas de peixes mortos. O director do laboratório de hidrologia da Escola de Farmácia de Estrasburgo fala de uma verdadeira catástrofe para o meio-ambiente, a fauna e a flora, com consequências desastrosas que se deverão prolongar por vários anos. As autoridades oeste-alemãs determinaram que «os pescadores não devem pescar, os rebanhos não devem beber, as crianças não devem continuar a brincar nas margens do rio». Comunas ribeirinhas da RFA estão a abastecer as suas populações de água potável através de cisternas. A produção de cervejas de Colónia e Dusseldorf está ameaçada. Uma área de 400 quilómetros em redor de Bale, a zona do desastre, está ecologicamente atingida da forma mais grave.

Os factos — conhecidos — são estes. Outros ficarão na sombra. Outros ainda — futuros desenvolvimentos do desastre — são hoje imprevisíveis.

O incêndio da Sandoz chama entretanto a atenção para algumas realidades que é importante sublinhar.

• Não é possível fazer paralelos entre situações diferentes, no caso de desastres ecológicos e humanos diversos. Mas, guardando diferenças e até proporções dos efeitos, é inevitável compararmos a vergonhosa campanha anti-soviética desencadeada pela exploração política da tragédia de Tchernobyl e o pesado silêncio que calou sobre o desastre provocado pela Sandoz. Não é difícil descortinar razões.

• O caso Sandoz não é de forma alguma o único no que respeita à indústria química e em particular no quadro das multinacionais do sector. Lembrar a tragédia de Bophal e as suas vítimas é o mínimo que poderemos fazer para evitar que tais desastres se repitam.

Sublinhemos que quando é de multinacionais que se trata, o peso do factor lucro, em detrimento de quaisquer considerações quer quanto à defesa do meio ambiente, quer mesmo

quanto à defesa da saúde humana — abre caminhos para desastres que bem podem ser considerados como verdadeiros crimes. A Sandoz não respeitava as condições de segurança, mas apenas num ano os seus lucros subiram de 29%.

No caso Bophal, somam-se a este elemento, um outro particularmente chocante: a rapidez com que os americanos mandaram para a Índia os seus especialistas médicos em efeitos de armas químicas!

• O incêndio na Sandoz dá outra vez relevo particular à necessidade objectiva e imperiosa de cooperação internacional em todos os domínios — nomeadamente da ciência e da técnica — na era da revolução técnico-científica.

Como condição para que melhor saibamos usar do imenso poder que hoje detemos.

Como base para impor ao capital as «regras do jogo» humanas, numa fase do nosso desenvolvimento em que elas se assumem como indispensáveis. A «lei da selva» está inevitavelmente condenada.



## Internacional

# «Pátria livre ou morrer»

## No 25.º aniversário da Frente Sandinista é esta a determinação popular

«A cordilheira Isabelia, que se estende desde o nó montanhoso de Yali, até às nascentes dos rios Waspuck e Prinzapolka, é a mais alta, húmida e arborizada de todo o sistema orográfico central da Nicarágua. Ali (...) Carlos Fonseca, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, acompanhado de onze companheiros que com ele somavam doze, deslocavam-se pela selva nos primeiros dias do mês de Novembro de 1976. «A unidade sandinista era a sua obsessão. A luta armada revolucionária, a ofensiva militar, era a outra grande preocupação».

É assim, com estas palavras alusivas aos primeiros passos da Frente Sandinista que, nas grandes manifestações dos 25 anos da Frente, se inicia o relatório da prestação de contas, perante o povo, da Direcção Nacional — lida na Praça-Parque Carlos Fonseca, em Manágua, pelo presidente da República da Nicarágua e Comandante da Revolução, Daniel Ortega.

Longe estamos hoje do punhado de doze revolucionários nas selvas da cordilheira Isabelia. Mais ainda das armas erguidas por Sandino contra o invasor ianque. Muito se avançou nos caminhos então delineados.

«A nossa batalha não era alheia à batalha de Bolívar e Martí, nem à da Comuna de Paris. A nossa batalha era a batalha dos povos em luta pela justiça, pela liberdade, pela democracia, pela paz». Ontem como hoje inserido nessa batalha dos povos, o povo da Nicarágua deu passos importantíssimos na concretização dos objectivos enunciados no programa histórico da Frente Sandinista de 1969, revolucionou de facto toda a situação na América Central pelo seu próprio exemplo vivo.

Em 1969, de par do combate popular, da guerrilha organizada pela liberdade já concretizada, o Programa Histórico apontava como directivas para a acção: o poder popular; um plano especial para a Costa Atlântica, região votada a um abandono total; terra para os camponeses; fim da exploração e da miséria; emancipação da mulher; honestidade na administração; exército patriótico popular; revolução na cultura e no ensino; respeito pelas crenças religiosas; política externa indepen-

dente; abolição do tratado Chamorro-Bryan (que consagra de facto o domínio imperialista); unidade popular na América Central; solidariedade entre os povos; homenagem aos mártires da revolução, para que nunca sejam esquecidos.

### O muito que já foi feito

O passo decisivo na concretização do Programa Histórico, ou melhor dizendo, na concretização dos objectivos, dos anseios, da vontade, das massas trabalhadoras da Nicarágua, foi o derrube de Somoza, foi a revolução que em Julho de 79 levou os trabalhadores de facto ao poder.

São sete anos de revolução. Cinco anos de agressões contínuas. 35 344 vítimas. Numa população que não ultrapassa os 3 milhões e 500 mil habitantes. 2821 milhões de dólares, é o custo da guerra para a economia nicaraguense, «tanto pelas acções directas dos mercenários e o bloqueio imperialista, como pelos efeitos globais sobre o produto interno bruto», como é assinalado no relatório lido na Praça Carlos Fonseca.

É neste quadro que os avanços registados ganham a sua verdadeira dimensão. E em particular no plano sociopolítico e económico, trata-se de passos muitas vezes gigantescos. Cingimo-nos a alguns factos, referidos na prestação de contas da Direcção Nacional da Frente, nas comemorações de Manágua.

«Poder popular são os cinco mil 763 sindicatos na cidade e no campo, com mais de 248 mil filiados», sublinha-se no relatório. A



que se somam os 485 mil cidadãos organizados nos Comités de Defesa Sandinista, as suas mil 124 cooperativas e os 110 mil camponeses organizados, as múltiplas formas de participação popular, dos vários sectores sociais e profissionais, e que passam nomeadamente pelas consultas populares, por exemplo sobre a educação, ou sobre o anteprojecto da nova Constituição (mais de 100 mil nicaraguenses participaram neste debate). Poder popular é, na Nicarágua de hoje, o governo revolucionário.

No plano da concretização da Reforma Agrária os números e os factos são igualmente significativos. 31% da terra em exploração foi distribuída por 97 mil e 17 famílias, abarcando assim mais de meio milhão de pessoas. As terras distribuídas pelos camponeses há que somar ainda a que é propriedade do povo.

A guerra gera inevitavelmente fome e múltiplas dificuldades na resposta às mais elementares necessidades sociais. Não impede entretanto que medidas importantes sejam assumidas neste domínio. As condições laborais e sociais sofreram uma profunda transformação. A segurança social abrange 318 mil 716 trabalhadores. Diversos programas de carácter social englobam um milhão 120 mil e 700 nicaraguenses. Combate-se decididamente o an-

terior carácter social de serviços como a saúde e a educação.

No plano do ensino é de um verdadeiro salto que se trata.

O analfabetismo foi reduzido de 50,3 por cento para 12,9 por cento. O número de estudantes é actualmente de 926 mil, o que significa um aumento de cem por cento relativamente a 1978. Foram construídas mil e cem novas escolas. 15,4 por cento do rendimento nacional é destinado à educação.

Um balanço mais que sumário de realizações imensas, uma revolução que se vai construindo — e defendendo — no quotidiano.

### Aprofundar a revolução

Aprofundar a revolução é hoje a tarefa. Imposta pela própria evolução natural de um processo revolucionário. E também como a resposta necessária à ofensiva do imperialismo.

Tarefa que conta — para a sua concretização — com a mais ampla participação popular.

«Da vontade criadora da classe operária surgem os inovadores e no campo e nas montanhas, as mãos dos camponeses filhos da terra, da sua terra, multiplicam as sementeiras e colheitas do milho, do feijão, do café, do algodão, da cana-do-açúcar. Multiplicam-se as hortas e organiza-se

melhor a rede de distribuição dos recursos para as frentes de guerra e da produção.

«Fortalece-se a aliança do operário e do camponês num só punho, para enfrentar e derrotar a agressão imperialista em todos os terrenos».

Uma resposta popular que também se concretiza no reforço das fileiras da Frente Sandinista.

Hoje a FSLN aponta como tarefas, para aprofundamento da revolução:

- Melhorar o estilo de trabalho na Frente Sandinista.
- Participação geral na defesa militar.
- Aperfeiçoamento da gestão por parte do Governo Revolucionário.
- Melhorar a organização das empresas.
- Fortalecer o combate ideológico e político.
- Aprofundar a Reforma Agrária, o desenvolvimento social e as infra-estruturas no campo.
- Fortalecer a aliança operária-camponesa.
- Avançar no processo de institucionalização da Revolução.
- Garantir os direitos adquiridos pela mulher.
- Avançar na unidade Atlântico-Pacífico (com o projecto de autonomia da Costa Atlântica, votada ao mais total abandono pelos Somoza).
- Respeitar sempre as crenças religiosas do povo.
- Dar um impulso à política externa de não alinhamento.
- Solidariedade com todos os povos do mundo.

• Trabalhar pela unidade e a paz para os povos da América Central.

• Homenagem aos heróis e mártires.

São os traços gerais do plano esboçado para novos avanços do processo revolucionário.

Em Berlim, perante o Congresso dos Sindicatos, o camarada Ortega disse: «Sentimo-nos moralmente obrigados a defender esta fronteira do proletariado que se ergue na América Central. Não passarão!».

A realidade viva da Nicarágua, apesar das tremendas dificuldades, da agressão quotidiana, bem confirma esta perspectiva.

«Assinamos esta proclamação com a decisão de pátria livre ou morrer», foi dito no 25.º aniversário da Frente Sandinista. Quem poderá duvidar?

*Avante!*  
Órgão Central do Partido Comunista Português

«As grandiosas manifestações de todo o heróico povo de Almada nos dias 11 e 14 ficarão gravadas para sempre na história da luta contra o fascismo.

Na noite do dia 10 tinham sido presos vários trabalhadores, mas isso não impediu que no dia 11, cerca das 18 horas, se concentrassem na Cova da Piedade mais de 2000 trabalhadores que iniciaram uma manifestação a caminho de Almada, onde já eram uns 5000 ou mais. Em determinada altura deparou-se-lhes uma barreira de 15 PSP que pretenderam agredir o povo e assustar a manifestação, mas a polícia foi derrotada e forçada a fugir em debandada, com alguns deles bastante amachucados».

«Quando a manifestação se aproximava da Academia Almada surgiu grande força conjunta (PIDE, GNR e PSP) armada de metralhadoras».

«Impotentes para conter as massas, os oficiais fascistas deram ordem para metralhar o povo, dizendo o subchefe: «Matam-se uns e os outros abalam». Perante as contínuas rajadas de metralhadora, o povo, que pedia armas, mas não as tinha, foi forçado a dispersar, mas um seu companheiro, o operário corticeiro Cândido Martins Capilé, fora morto, assassinado por uma das rajadas do subchefe ou do sargento Alves».

(«Grandiosas manifestações em Almada» — *Avante!*, VI série, n.º 310, segunda quinzena de Novembro de 1961)

*Avante!*  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

«Os apelos à unidade constituíram uma das notas dominantes em vários actos comemorativos do 5 de Outubro e tiveram particular saliência na romagem dos democratas de Lisboa ao cemitério do Alto de S. João».

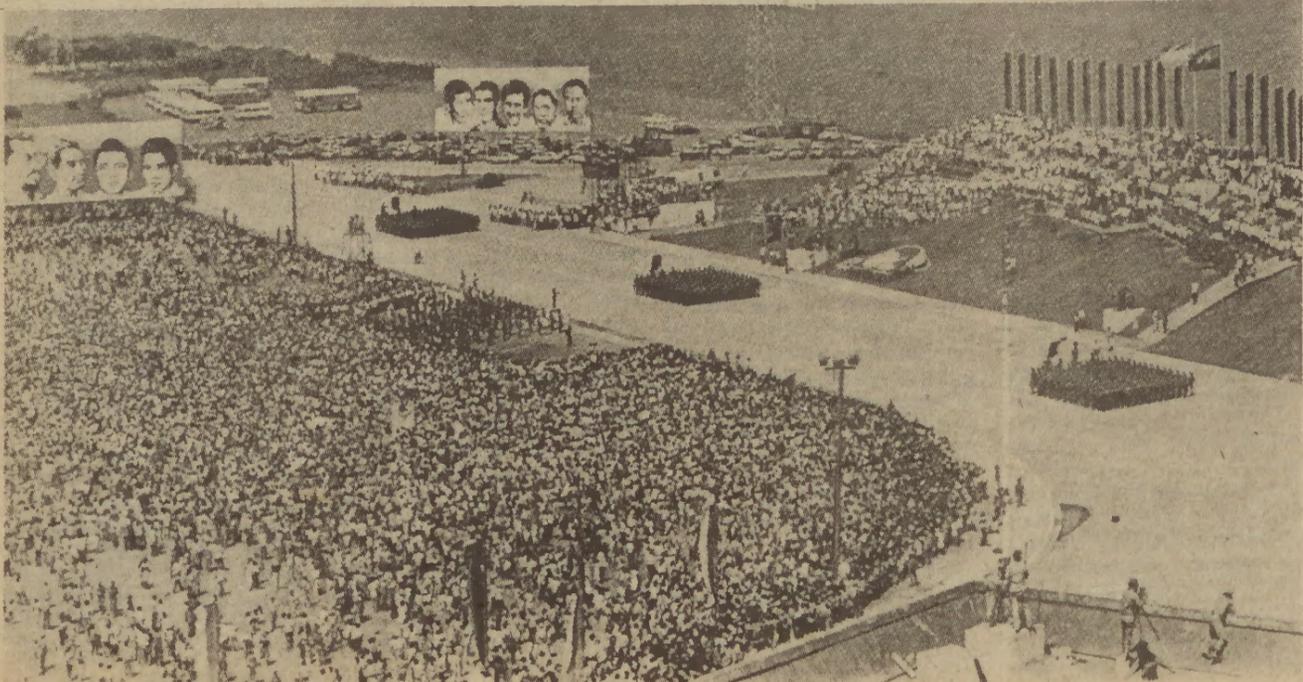
«A compreensão da necessidade da unidade que estes apelos reflectem é um facto positivo que sublinhamos, mas ao fazê-lo acrescentamos que não basta apelar para a unidade, é preciso percorrer o caminho que conduz até ela. Neste caminho são benéficas com certeza as evocações dos bons exemplos do passado, mas não avançaremos um milímetro se não nos dispusermos a avaliar correcta e concretamente as realidades presentes da oposição democrática».

(«O 5 de Outubro — um passo em frente! Recenseamento — próximo objectivo!» — *Avante!*, VI série, n.º 447, Novembro de 1972)

*Avante!*  
Órgão Central do Partido Comunista Português

«Há ditos que valem por si. Não são de esquecer. Assim o de Caetano num dos seus discursos: «A África não é dos pretos, como a América não é dos peles-vermelhas». De facto, a América não é. Os peles-vermelhas foram expulsos das suas terras e exterminados de tal forma que hoje deles pouco resta. É o mesmo que Caetano pretendia fazer em África? Desiludam-se os colonialistas. Os povos africanos vivem numa outra época e têm outra força. A América não é dos peles-vermelhas. Mas a África será dos povos africanos».

(«Pontos cardeais» — *Avante!*, VI série, n.º 447, Novembro de 1972)

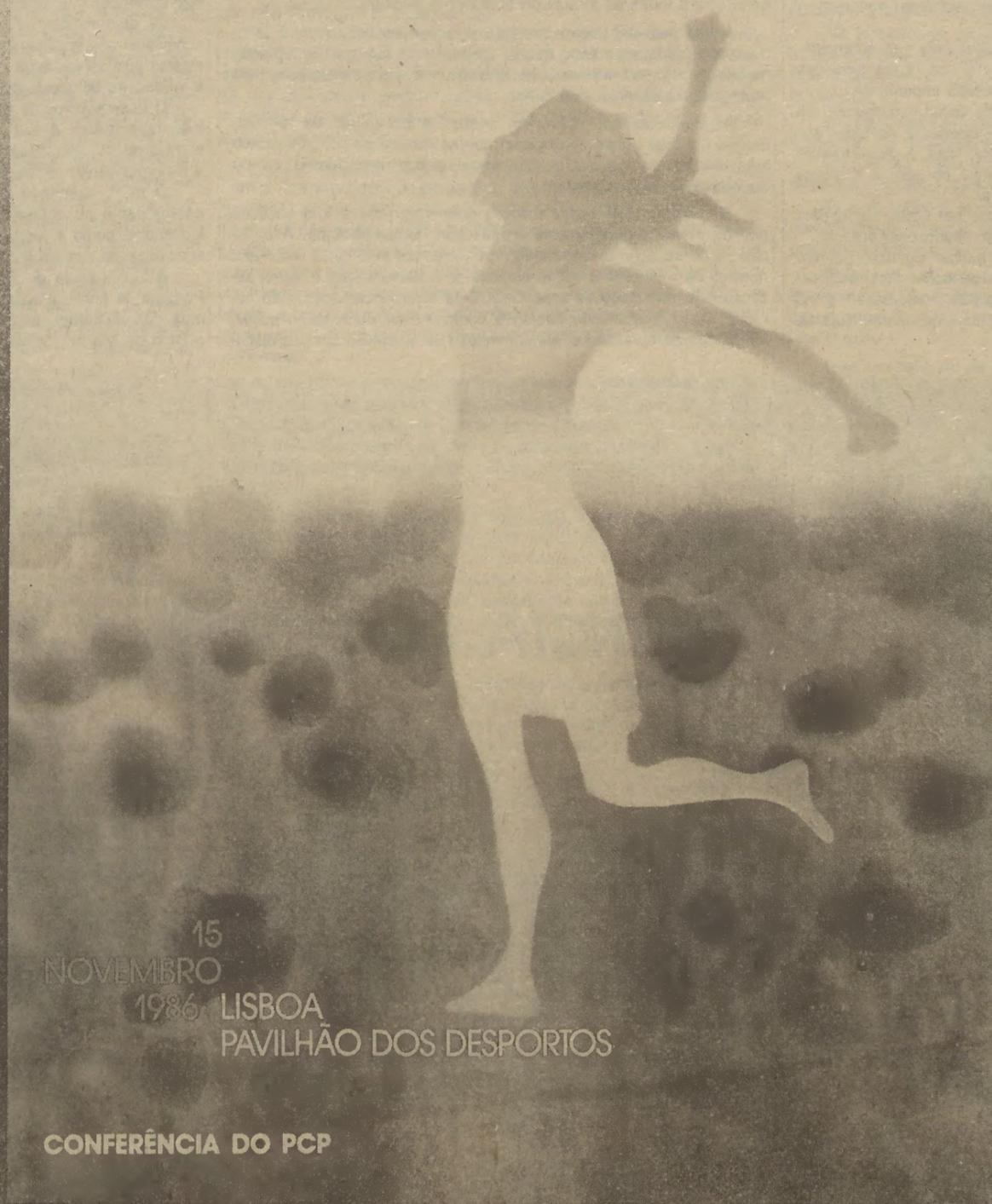


# Em Foco

**Avante!**

Ano 56 – Série VII  
N.º 673  
20 de Novembro de 1986  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO PORTUGAL DE ABRIL



15  
NOVEMBRO  
1986 LISBOA  
PAVILHÃO DOS DESPORTOS

CONFERÊNCIA DO PCP

**Documento aprovado  
na Conferência do PCP  
em 15 de Novembro de 1986**

## INTRODUÇÃO

Para os comunistas, o processo de emancipação da mulher é inseparável da luta de classes e das transformações económicas, sociais, políticas e culturais que a luta revolucionária introduz na sociedade.

Os fundadores do socialismo científico, ao descobrirem as leis objectivas do desenvolvimento da sociedade, esclareceram que as causas fundamentais da opressão da mulher na sociedade e na família assentam em condições objectivas (as condições socioeconómicas) e apontaram os caminhos a percorrer para a sua libertação.

Na época contemporânea, a entrada da mulher em massa na produção social, alargou o universo da força de trabalho sujeito à exploração capitalista, modificando o carácter e o conteúdo dos objectivos da luta emancipadora das mulheres. As formas ancestrais de dominação a que têm estado sujeitas as mulheres, juntou-se a exploração do capital sobre o trabalho.

Na época contemporânea a luta da mulher pela sua emancipação é inseparável da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação da exploração capitalista e da opressão imperialista.

As mulheres não constituem uma camada social homogénea. As mulheres (tal como os homens) pertencem a classes e camadas sociais diversas, em alguns casos mesmo antagónicas. A existência de situações e de objectivos comuns (conjunturais ou não) a sectores muito diversificados, não altera esta realidade.

As mulheres são vítimas de discriminação em geral, por razões de sexo, e de discriminações de classe de conteúdo bem preciso.

Para os comunistas a emancipação da mulher significa, por um lado, a emancipação da mulher trabalhadora da opressão e exploração capitalistas e, por outro, a emancipação das mulheres em geral das discriminações, desigualdades e injustiças a que estão sujeitas por razões de sexo.

A luta das mulheres trabalhadoras tornou-se a parte mais dinâmica, mais consciente e organizada do movimento geral das mulheres, aquele que enfrenta e atinge a base da própria exploração, o sistema capitalista. A luta das mulheres trabalhadoras contra a exploração capitalista, pela transformação social, pelo socialismo, é inseparável da luta de classes de todos os trabalhadores.

Para os comunistas é importante, mesmo essencial, aprofundar o conteúdo das reivindicações específicas das mulheres e a luta por objectivos concretos, contribuindo para a melhoria da sua situação imediata, a compreensão da situação de discriminação a que estão sujeitas e o alargamento da sua consciência política e social. Mas a sua luta não se pode reduzir aos problemas específicos. Isso levaria a que o vasto movimento de massas femininas se isolasse da luta geral contra todas as formas de opressão e exploração social.

A luta pela satisfação das reivindicações específicas terá tanto mais possibilidade de êxito quanto mais estreita for a sua integração na luta geral pela transformação da sociedade, pela democracia, pelo progresso social, pelo socialismo.

As mulheres não reclamam apenas a satisfação de reivindicações políticas gerais, reivindicam que se resolva no concreto o seu lugar no trabalho, na vida política, social, cultural e na família, em pé de igualdade com os homens.

O despertar de largas massas femininas para a luta social e política marca profundamente a realidade contemporânea. A consciência da situação discriminatória na sociedade leva cada vez maior número de mulheres à acção combativa, à formalização e sistematização das reivindicações essenciais. Esta consciência, apesar do carácter muito diversificado quanto à compreensão do estatuto social, às causas da opressão e dos caminhos que levam ao fim das discriminações,

expressa-se em múltiplas acções comuns e em grande multiplicidade de formas de organização e movimentos.

O denominador comum da luta diversificada das mulheres e dos seus múltiplos movimentos é a sua aspiração à emancipação, a uma mudança para um estatuto social mais dignificante. Nesta base estabelece-se uma ampla unidade de acção de sectores sociais femininos muito variados, pela sua origem de classe.

As conquistas democráticas alcançadas com o 25 de Abril — conquistas para as quais as mulheres deram uma contribuição de grande relevo, participando activa e corajosamente na luta reivindicativa, económica e social, na defesa das liberdades, pelo direito ao trabalho, pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelo controlo de gestão — abriram o caminho capaz de levar à liquidação das discriminações que atingem as mulheres.

Os ataques das forças reaccionárias ao 25 de Abril e às suas conquistas são igualmente ataques às conquistas das mulheres, conquistas cuja salvaguarda é indispensável para garantir o avanço para a verdadeira emancipação das mulheres.

O desenvolvimento da luta das mulheres, em particular da mulher trabalhadora, o seu grau de consciência, de organização e de combatividade, são inseparáveis do longo trabalho de esclarecimento e de organização realizado pelo PCP.

O PCP, afirmando-se como força política mais consequente e determinante na defesa das conquistas do 25 de Abril, afirma-se igualmente como a força mais consequente e coerente na defesa e concretização das aspirações emancipadoras das mulheres.

A Conferência do PCP sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», proporcionando um amplo debate sobre os problemas das mulheres, será também um importante contributo para o reforço da luta em defesa do Portugal de Abril.



# I A EMANCIPAÇÃO DA MULHER, PARTE INTEGRANTE DA LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

A emancipação da mulher está estreitamente ligada ao desenvolvimento social. É assim parte integrante da luta dos trabalhadores e dos povos pela transformação progressista da sociedade e acompanha as conquistas alcançadas com essa luta.

Para o marxismo-leninismo, o grau de emancipação da mulher, considerado «a medida natural do grau de emancipação geral», ligou-se sempre às transformações progressistas da sociedade.

As profundas transformações operadas no mundo, com as revoluções socialistas, a conquista da independência nacional por numerosos povos, o ruir do sistema colonial do imperialismo, o reforço do papel do movimento operário nos países capitalistas, o prodigioso desenvolvimento social e científico-técnico contemporâneos, as poderosas acções das massas populares e dos povos de todos os continentes pela liberdade, a democracia, a independência e a paz, colocaram a emancipação da mulher no campo da concretização prática.

Se a «questão feminina», como questão específica expressa em reivindicações emancipadoras, está ligada às transformações socioeconómicas operadas com a Revolução Industrial e à ascensão da burguesia como classe dominante, a emancipação concreta das mulheres está ligada ao movimento operário revolucionário, à luta libertadora dos povos, ao socialismo, que considera ser tarefa histórica libertar a mulher de todas as formas de exploração e de opressão.

O desenvolvimento do capitalismo, integrando massivamente as mulheres na produção material, concentrando-as em grandes unidades fabris, alargando o campo da exploração, levou a alterações qualitativas na luta pela emancipação das mulheres. Com o aparecimento do movimento operário revolucionário, a luta pela emancipação da mulher e a liquidação da sociedade burguesa tornaram-se inseparáveis.

A vida confirmou plenamente esta realidade.

Cabe ao primeiro governo operário da História surgido com a Comuna de Paris, o mérito de ter tomado as primeiras medidas verdadeiramente a favor da emancipação da mulher.

Mas a Comuna teve vida curta. As esperanças abertas à classe operária e às mulheres foram afogadas em sangue pela contra-revolução burguesa.

É com o triunfo da grande Revolução Socialista de Outubro que, ao liquidar o regime explorador, a situação da mulher, sobretudo da trabalhadora, vai sofrer uma transformação radical. Muitas das aspirações e reivindicações emancipadoras das mulheres tomam pela primeira vez expressão na vida real, atingem uma repercussão mundial e transformam-se em novas bandeiras de luta das mulheres de todos os continentes.

O primeiro Estado socialista do mundo, logo nos primeiros tempos da existência, aboliu todas as leis que discriminavam a mulher no seio da família e da sociedade. Em 1919, decorridos apenas dois anos, Lênine chamava a atenção para que nesse curto espaço de tempo «o poder soviético, num dos países mais atrasados da Europa, fez mais pela libertação da mulher e para a sua igualdade com o sexo "forte" do que fizeram durante 130 anos todas as repúblicas progressistas, cultas e "democráticas" do mundo, somadas em conjunto».

Na URSS e noutros países socialistas, a garantia efectiva do direito ao trabalho, a igualdade nos salários e no acesso à formação profissional, levou à incorporação massiva da mulher na produção material.

As mulheres podem ascender a todos os ramos da produção e a todas as profissões, incluindo as mais especializadas e qualificadas em pé de igualdade com os homens.

A função social da maternidade é assegurada pela protecção da grávida no trabalho, pela assistência médica gratuita e pela larga rede de infra-estruturas de apoio social.

O triunfo do socialismo em toda uma série de países, libertando as mulheres da opressão, elevando-as aos primeiros postos no trabalho, na ciência e na cultura, influi decididamente na luta emancipadora das mulheres à escala mundial, dando-lhes a certeza de que as mulheres, liquidado o regime explorador, podem alcançar uma vida verdadeiramente digna.

Mas não desaparecem de súbito os preconceitos sobre a mulher, nem a sua emancipação se verifica automaticamente com as novas relações de produção. O que a experiência prática de milhões de mulheres dos países socialistas comprova é que as desigualdades e problemas por resolver que subsistem no que toca à situação da mulher, contrariamente ao que se verifica nas formações económicas exploradoras, tem um carácter transitório, pois essas dificuldades e mesmos preconceitos e manifestações retrógradas, têm na sua maior parte uma raiz histórica, não residem na essência do sistema socioeconómico.

O ruir do sistema colonial do imperialismo, o desenvolvimento da luta de libertação nacional, a consolidação de revoluções democráticas nacionais em dezenas e dezenas de Estados, a nova realidade dos países progressistas despertaram para uma nova vida milhões de mulheres outrora submetidas pelo imperialismo à maior miséria e obscurantismo.

As mulheres de numerosos países de África, Ásia e América Latina, tendo desempenhado um papel importante na luta libertadora dos seus povos (inclusive na luta armada), incorporaram-se massivamente na batalha pelo desenvolvimento económico e social, participam activamente nas tarefas de reconstrução nacional, na defesa da independência das suas pátrias, condição indispensável para garantir o progresso social, o fim das injustiças sociais, a verdadeira emancipação da mulher.

Apesar do tremendo atraso socioeconómico herdado da era colonial e da exploração neocolonialista, apesar do peso de tradições seculares arcaicas, o estatuto das mulheres destes países, por acção de governos revolucionários e patrióticos e a luta específica das mulheres, sofreu já alterações radicais.

Liquidou-se em vários países a poligamia e o casamento de menores contratado por familiares. Combate-se o analfabetismo e eleva-se o nível cultural das mulheres. Alarga-se a mão-de-obra feminina na produção industrial e nos serviços. Melhoram os serviços de saúde. Numerosas mulheres ascenderam aos mais altos cargos no aparelho de Estado, nas organizações políticas, sociais e culturais.

Os movimentos femininos de África, Ásia e América Latina, integrando-se no movimento internacional das mulheres, dão uma importante contribuição à escala mundial, à luta pela emancipação da mulher, à luta pela paz e pelo progresso social.

Com a derrota do nazifascismo, a instauração da democracia numa série de países, a constituição do campo socialista, o desmoronar do sistema colonial, o reforço das forças da paz e do progresso — as mulheres, inserindo a sua acção na luta dos povos pelo progresso social, alcançaram notáveis conquistas no plano dos direitos, no seio da família, na vida política e social.

Na actualidade, as organizações específicas de mulheres, em toda a sua diversidade, pela composição social e conteúdo programático, alcançaram um grande dinamismo e carácter de massas, à escala mundial.

A Federação Democrática Internacional da Mulher (FDIM) é integrada por 135 organizações femininas de 117 países.

É cada vez maior o número de mulheres que empunha a bandeira da luta emancipadora, pelo fim das injustiças sociais.

O 8 de Março, símbolo de luta revolucionária, transformou-se numa jornada mundial de acção das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação.

Entretanto, no mundo capitalista, apesar dos avanços da luta emancipadora, intensificam-se as restrições às liberdades democráticas e aumenta a exploração à medida que se acentua a crise do capitalismo.

Quanto mais se alargam as conquistas das mulheres, quanto mais se eleva a sua consciência, mais se agrava a contradição entre a política do grande capital e a aspiração de um número cada vez maior de mulheres a participar na vida económica e social e à igualdade de direitos com os homens.

A burguesia, não podendo ignorar que milhões de mulheres de todo o mundo exigem que se ponha fim às discriminações de que são vítimas, que se alargue a compreensão de que a emancipação da mulher passa pela liquidação do regime de exploração, desenvolve grandes esforços para desviar as correntes emancipadoras para objectivos laterais.

Que mais de 100 países capitalistas tenham proclamado (ainda que na maioria dos casos só formalmente) a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres, que o grande fórum mundial das nações — a ONU — tenha inscrito nos seus objectivos o fim das discriminações a que estão sujeitas as mulheres, mostra toda a dimensão alcançada pela luta emancipadora das mulheres e dos povos, luta cuja vitória já se perfila no horizonte com o avanço e a consolidação das forças do progresso social e da paz.

Há ainda muitos obstáculos a vencer, mas na nossa época abrem-se, perante as massas populares e os povos, perspectivas reais para o triunfo de uma nova sociedade que assegurará aos indivíduos (homens e mulheres) a igualdade de direitos e deveres, o seu desenvolvimento harmonioso, a afirmação de uma nova e mais elevada moral.

## II O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES EM PORTUGAL

Como em todo o mundo, também em Portugal o processo de emancipação da mulher é inseparável da evolução da sociedade portuguesa — das transformações das estruturas socioeconómicas, da composição e das lutas de classe da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas.

Examinando ao longo da história a situação da mulher, as formas da sua opressão e os seus direitos ressaltam três observações:

A primeira — o carácter complexo e irregular do processo de emancipação, correspondendo à complexidade e irregularidade do declínio da sociedade feudal e do desenvolvimento do capitalismo, às revoluções burguesas e populares, aos processos contra-revolucionários, com as consequentes transformações das estruturas socioeconómicas e das superestruturas ideológicas e políticas.

A segunda — as profundas diferenças da situação e dos direitos das mulheres — nas relações da família, no direito de propriedade, no trabalho, na instrução e na vida social — segundo a classe a que pertencem.

A terceira — a subalternização que o direito e a ideologia atribuíram à mulher em geral e, dentro de cada grupo social, em particular.

Ao longo dos séculos, a mulher foi sempre discriminada e relegada para uma situação desigual e subalterna. Mas, a realidade concreta e o grau de discriminação foram substancialmente diferentes da mulher do servo da gleba, da mulher do homem-bom, da mulher do artesão, da mulher do mercador, da mulher fidalga.

As particularidades da História de Portugal introduziram elementos contraditórios na situação da mulher e no processo da sua emancipação.

Desmentindo o parecer de alguns historiadores, a mulher interveio sempre na produção, não apenas numa economia de subsistência, mas numa economia de produção para o mercado.

No século XVI, e particularmente no século XVII e princípios do século XVIII, certa expansão do trabalho domiciliário de mulheres por conta de mercadores e de grandes manufacturas na periferia dos centros urbanos e a introdução no país de milhares de mulheres escravas operaram necessariamente influências contraditórias na forma de considerar a mulher na sociedade. Assim, mãos femininas trabalharam as lonas das velas das naus. Em Lisboa mulheres escravas negras e mulheres brancas irmanavam-se na venda pela cidade, no carregamento da água ao domicílio, na lavagem da roupa dos fregueses.

Esta situação integrava-se nas grandes alterações provocadas à escala do país, na sequência dos descobrimentos marítimos, pela emigração de algumas centenas de milhares de homens — quando Portugal contava com um escasso milhão e duzentos mil habitantes — e pelo desenvolvimento do comércio planetário.

Daqui resultou, por exemplo, que numerosas viúvas tenham assumido as responsabilidades da família, da administração dos bens e dos negócios, designadamente nas famílias da pequena e grande burguesia enquanto outras se afundavam na mais profunda miséria.

Neste processo de desenvolvimento contraditório, assinalam-se também, na linha dos ideais humanistas, grandes afirmações culturais da mulher portuguesa.

Maior significado assumiu o elevado número de mulheres portuguesas condenadas pela Inquisição nos séculos XVI, XVII e XVIII. O

número de presas e condenadas à morte situa-se quase ao nível do número dos homens. Tal facto traduz o papel fundamental da mulher na sociedade e a recusa dos padrões éticos obscurantistas do Concílio de Trento por parte de muitas mulheres.

O desenvolvimento do capitalismo e a revolução burguesa do século XIX introduziram factores novos e positivos (de carácter objectivo e subjectivo) na situação da mulher. As ideias liberais e os conceitos democráticos influenciam favoravelmente o seu estatuto.

Com o desenvolvimento industrial a mulher dá passos rápidos no mundo da produção de forma que nos fins do século XIX as mulheres constituíam cerca de um terço da população proletária. Com a participação directa na produção industrial, a mulher ganha consciência dos seus direitos e intervém activamente na vida e na luta. Nos fins do século XIX assinalaram-se várias greves com ampla participação feminina.

Tudo isto contribuiu para tornar obsoleto o regime legal relativo ao estatuto feminino, evidenciando o seu carácter opressor e discriminatório. De facto, a mulher era tratada então como se estivesse afectada por uma qualquer incapacidade natural. Amarrada à perpetuidade do casamento — o divórcio não era permitido — a mulher era na hierarquia familiar o ser submisso que devia obediência ao seu marido: nomeadamente, estava privada da administração dos bens do casal e do exercício do poder paternal.

Instaurado o regime republicano em 1910, adoptaram-se importantes medidas progressistas a favor da mulher, medidas que encontraram consagração na Constituição de 1911, a primeira a ocupar-se especificamente dos direitos das mulheres.

De entre essas medidas destacam-se a obrigatoriedade do casamento civil, o direito ao divórcio independentemente da forma de casamento, a extinção de privilégios por nascimento, a obrigatoriedade de prestação de alimentos à mulher pobre de quem possuíse filhos ilegítimos, a proibição do trabalho nocturno às mulheres, a garantia do repouso às mães por ocasião do parto, o descanso semanal, o direito à greve e a reforma do ensino com acesso a todos os cursos, medida de alcance no combate ao analfabetismo que, no século XIX, atingia 90% das mulheres. O legislador da República também equipara, para efeitos penais, o adultério da mulher e do homem e alarga os direitos dos filhos fora do casamento.

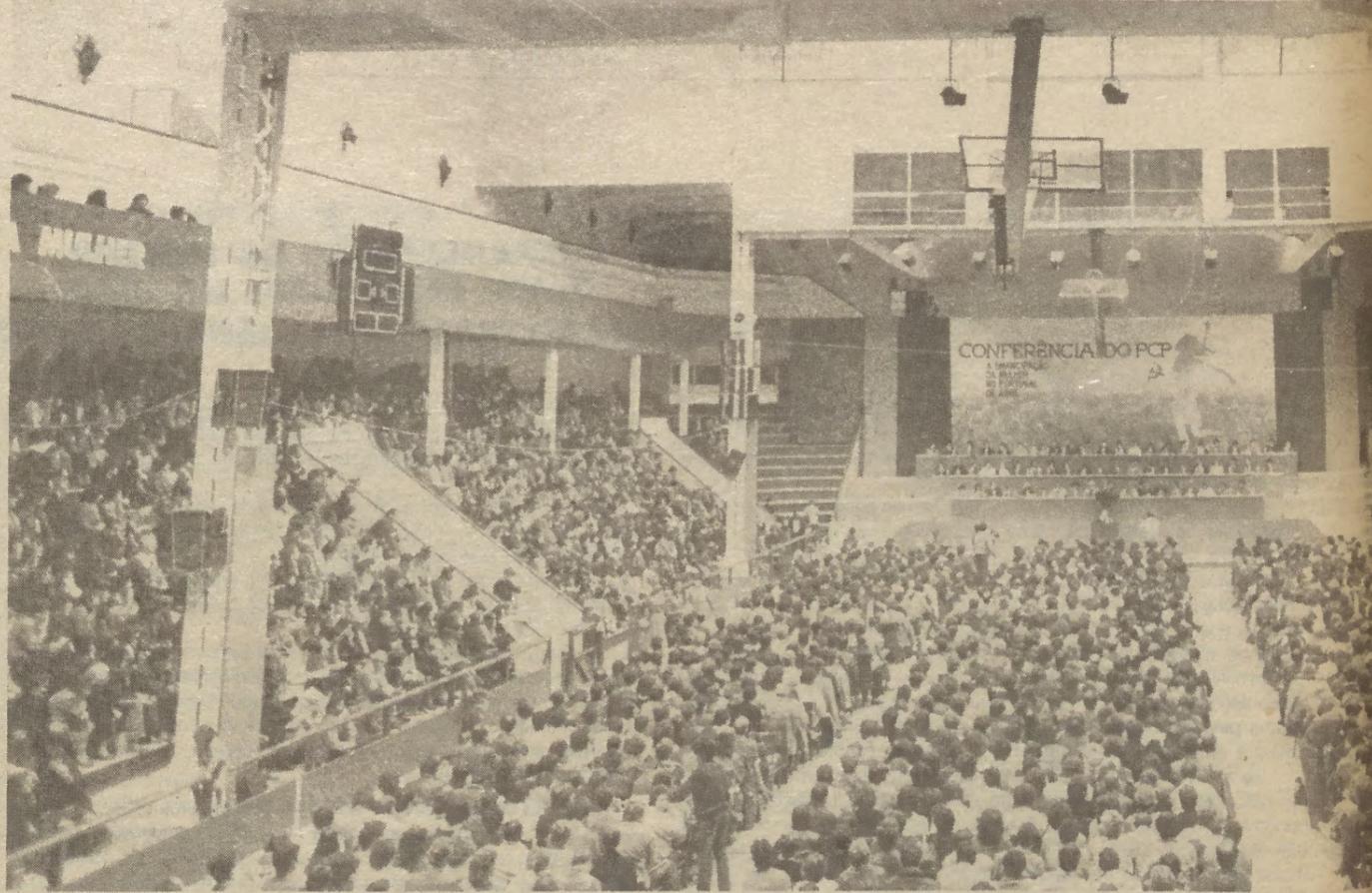
Tratava-se de conquistas progressistas de grande alcance para a época.

Entretanto, em alguns casos, não passaram de direitos formais. As mulheres continuaram a ser discriminadas no plano político e social, inclusive sendo-lhes vedado o direito ao voto, discriminações que se acentuaram com a crise económica, a instabilidade política e o levantar cabeça das forças mais reaccionárias.

Durante 48 anos de ditadura fascista instalam-se novas formas de opressão, discriminação e desigualdade da mulher, nos planos económico, social, jurídico, cívico e moral.

O 25 de Abril, a libertação do fascismo, a revolução democrática e as suas grandes conquistas comportaram em si mesmo profundas e positivas transformações na condição feminina.

Assim, as grandes transformações sociais e a luta de classes na qual a luta das mulheres adquire crescente importância, constituem o factor fundamental da evolução da situação da mulher e do processo da sua emancipação.



### III O PCP NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Desde a sua fundação em 1921, o PCP, pelos seus objectivos, pelo seu programa, pela sua acção, colocou-se na vanguarda das forças políticas portuguesas na luta pela emancipação da mulher.

Em toda a história do PCP a luta pelos direitos das mulheres foi uma componente inseparável da luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

A emancipação completa da mulher, que constitui um processo histórico longo e complexo, só pode ser alcançada com a liquidação da sociedade dividida em classes antagónicas, com a construção de uma nova sociedade que ponha termo à exploração do homem pelo homem e a todas as formas de opressão, com a libertação da consciência do ser humano de preconceitos e influências milenárias que continuam a pesar em todas as superestruturas (política, jurídica, cívica, moral).

Entretanto, o PCP nunca se limitou a apontar às mulheres a perspectiva da emancipação na futura sociedade libertada da exploração capitalista, antes sempre levou a cabo a luta em defesa dos interesses e direitos das mulheres, e em particular o esclarecimento, a organização e a mobilização das mulheres para as batalhas quotidianas e para a solução dos seus problemas imediatos e a médio prazo.

A promoção, organização e desenvolvimento da luta por objectivos concretos de natureza económica, social, política e cultural, a batalha ideológica contra concepções e preconceitos reaccionários e retrógrados, a integração da mulher no Partido e na sua luta revolucionária, o esforço para ultrapassar dificuldades e obstáculos de natureza objectiva e subjectiva, são constantes em toda a já longa história do PCP.

A acção política organizadora e mobilizadora do Partido, tanto no tempo do fascismo como depois do 25 de Abril, desempenhou importante papel na intervenção que as mulheres tiveram ao longo dos anos na luta da classe operária e das massas populares em defesa dos interesses gerais dos trabalhadores e do Povo português e dos seus interesses e direitos específicos.

Os documentos do Partido, as conclusões dos seus Congressos e das reuniões do seu Comité Central, a imprensa partidária, dão esclarecedores testemunhos das orientações e actividade do Partido neste domínio.

A cuidadosa atenção do PCP para os problemas das mulheres não é uma posição nova. É uma posição de princípio. É uma posição afirmada há longos anos.

Assim, como exemplo, há precisamente 40 anos, o IV Congresso do Partido (realizado clandestinamente em 1946) consagrou uma atenção especial à «problemática feminina», apontando a necessidade do desenvolvimento da acção política e de organização começando pela necessidade de um completo esclarecimento dentro do próprio Partido.

Verificando a valiosa intervenção das mulheres na luta popular antifascista mas verificando ao mesmo tempo o atraso dos resultados na organização das mulheres, o IV Congresso, ao mesmo tempo que dava o valor devido aos factores objectivos, atribuía a razão fundamental desse atraso à influência das concepções e preconceitos burgueses nas fileiras do Partido, à «concepção ainda dominante entre os nossos camaradas de que as mulheres são seres inferiores aos homens». «Temos de varrer de todos os nossos camaradas e organizações (sublinhou o Congresso) a ideia de que a mulher é menos capaz que o homem e de que a política não é para as mulheres». «É necessário que, na prática do seu trabalho, todos os comunistas demonstrem compreender os direitos da mulher e os seus deveres para com ela».

A batalha ideológica dentro e fora do Partido para a compreensão do direito da mulher à igualdade foi sempre um elemento constitutivo da luta do Partido não só em defesa dos interesses específicos da mulher, como pelos seus outros grandes objectivos programáticos.

O Programa do Partido, aprovado no VI Congresso em 1965, denunciando a situação da mulher, particularmente da mulher trabalhadora, assume a defesa das suas reivindicações económicas, sociais e políticas e aponta a perspectiva da solução dos seus problemas mais graves, nomeadamente: aplicação do princípio «salário igual para trabalho igual, proibição de trabalho pesado, promoção correspondente às suas habilitações profissionais, assistência à maternidade».

A par da luta constante em defesa dos interesses e direitos das mulheres, a luta do PCP ao longo de 48 anos contra a ditadura

fascista, contra a exploração e a opressão, pelos justos direitos dos trabalhadores e das camadas populares, pela liberdade, a democracia e os outros grandes objectivos da revolução democrática e nacional constitui uma contribuição de inestimável valor para a luta de emancipação da mulher.

Depois do 25 de Abril, a intervenção de todo o Partido, com os trabalhadores e as massas populares, no processo revolucionário, o seu papel determinante nas conquistas e transformações democráticas fundamentais da Revolução de Abril e designadamente na mobilização das mulheres para a luta pelo reconhecimento dos seus justos direitos, confirmaram que **o PCP é a única força política que luta consequentemente pela emancipação da mulher portuguesa.**

A acção do PCP na luta pela emancipação da mulher tem-se desenvolvido e continua a desenvolver-se em **cinco direcções fundamentais:**

— A luta revolucionária por transformações sociais que são a base e o factor dinamizador fundamental do avanço do processo de emancipação da mulher.

— A luta de todo o Partido (na esfera política, social, cultural e ideológica) contra todas as formas de exploração, discriminação e opressão das mulheres.

— A participação activa das mulheres nas fileiras do Partido em todas as frentes e formas de acção e a todo o nível de responsabilidade.

— A organização e mobilização das mulheres pelo Partido para a luta em defesa dos seus interesses e direitos e por objectivos concretos e imediatos.

— A participação determinante das mulheres comunistas na criação e desenvolvimento de organizações e movimentos unitários de mulheres.

Os resultados da acção do Partido nestas cinco direcções estão presentes nas vitórias alcançadas pela mulher portuguesa, nos direitos conquistados, na transformação das mentalidades e nos caminhos abertos para o indispensável prosseguimento da luta.

Fazendo-se a história das lutas da mulher portuguesa no último meio século, pode afirmar-se que o seu desenvolvimento é inseparável da acção determinante do PCP.

### IV A LUTA DAS MULHERES EM PORTUGAL ANTES DE ABRIL

Em todo o processo de transformação da sociedade e de evolução social e ao longo da História de Portugal, as mulheres tiveram sempre um papel activo nas lutas do nosso povo pela independência nacional e o progresso social. Mas a «questão feminina», como questão reivindicativa emancipadora de carácter específico, está intimamente ligada à afirmação da burguesia como classe dominante, à crise política e social do fim do século XIX, princípio do século XX.

As transformações que tiveram lugar neste período levaram a questionar a situação de inferioridade da mulher na sociedade e na família.

Nas condições de um grande atraso económico, as massas populares, e em particular as mulheres, eram as principais vítimas. Elas eram discriminadas no plano político, económico, social, jurídico e estavam mesmo excluídas do poder sobre os filhos e da administração legal dos seus bens. As mulheres trabalhadoras, sujeitas a prolongados horários de trabalho, recebendo baixíssimos salários, trabalhando em condições insalubres, eram submetidas a uma sobreexploração.

Com o desenvolvimento da luta política contra a monarquia e pela República, surgem várias organizações de mulheres que, embo-

ra dirigidas (e compostas) essencialmente por elementos da pequena burguesia e intelectuais (a «Liga Republicana de Mulheres» (1909), a «Associação de Propaganda Feminina» (1911), o «Grupo Feminista Português» e o «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» (1914) o qual realizou em 1924 e 1928, respectivamente, o 1.º e 2.º «Congressos Feministas») desenvolvem uma actividade de certa importância para o despertar da consciência democrática de muitas mulheres e para a compreensão da problemática feminina pela sociedade.

Através de muitos e variados jornais, publicações, reuniões, con-



gressos e manifestações, as organizações feministas desenvolvem intensa propaganda, avançam com importantes reivindicações de carácter democrático no plano político, cultural, económico e familiar, que transcendem os seus interesses de classe.

As organizações feministas da época, reivindicam para além do direito ao voto, o direito ao trabalho, a igualdade de salários, a lei do divórcio, apoio à maternidade, etc.

A República, em relação à qual as organizações feministas haviam depositado grandes esperanças, apesar das medidas progressistas tomadas a favor da mulher no plano social, político e legislativo, revelou-se incapaz de garantir a igualdade de direitos das mulheres em relação ao homem. Os ideais de liberdade e igualdade foram sacrificados aos ideais do lucro, à garantia da inviolabilidade da propriedade privada, à necessidade de conter as reivindicações das massas populares, muito particularmente dos trabalhadores.

Movendo-se no quadro da sociedade burguesa, cujos fundamentos, em geral, não contestavam, incapazes de compreender as causas socioeconómicas da opressão das mulheres, as organizações feministas entram num período de grande desorientação.

O II Congresso Feminista Português (Abril 1928), realizado já sob a ofensiva do fascismo, apesar dos protestos e da insistência nas reivindicações não satisfeitas, constitui, nessa época, a última manifestação importante das feministas que, sem perspectivas para o desenvolvimento da sua luta, nas novas condições de ditadura fascista, acabam por desagregar-se.

Entretanto, a luta das mulheres pelos seus interesses não se circunscrevia às organizações feministas.

Apesar do atraso económico e social, a classe operária, embora

débil numérica e ideologicamente, vai-se afirmando com o desenvolvimento do capitalismo.

À medida que cresce a força social da classe operária, a sua organização e consciência de classe e política, multiplicam-se as acções de resistência à exploração do capital.

Neste período, a classe operária e as suas organizações de classe não compreendem ainda os caminhos que levarão à emancipação da mulher, não colocam autonomamente essa reivindicação, mas a sua luta, afrontando directamente o capital, luta contra as duras condições de vida e de trabalho, por direitos e liberdades, inscreve-se objectivamente na luta emancipadora.

Entretanto, a imprensa operária da época relata já a exploração brutal de que as mulheres eram vítimas, referindo os seus salários de miséria e as desumanas condições de trabalho. A incorporação em número crescente da mulher na produção, nomeadamente na indústria, na qual a população activa feminina representa 29% em 1900, leva a que as mulheres tenham uma participação importante na vasta luta da classe operária, sobretudo na indústria de tabacos, lanifícios e conservas, indústrias nas quais constituíam a maioria da mão-de-obra. Em 1887, aquando do movimento grevista do Porto (dos manipuladores de tabaco), nas greves de 1899 visando obrigar ao cumprimento da legislação sobre trabalho de menores, as mulheres tiveram um papel destacado.

Em 1892 tem lugar em Lisboa uma greve de mulheres (costureiras), que lutam pela redução do horário de trabalho e melhores condições de trabalho, em 1903 (8 a 17 de Março) a greve das vendedeiras ambulantes do Mercado Municipal de Coimbra contra o imposto de selo e em 1908 a greve das corticeiras de vários pontos do país por aumentos salariais.

As mulheres trabalhadoras têm uma importante e combativa participação em todas as acções da classe operária ocorridas no período da República, nas greves de numerosas empresas e sectores, nas greves gerais de 1912 e 1918, nos protestos populares contra a vida cara, o aumento do preço do pão e a falta de géneros.

Com a adesão aos sindicatos e a criação de órgãos de informação próprios, a sua luta ganha uma base organizada e as reivindicações específicas uma certa autonomia. Elas lutam contra as arbitrariedades patronais e a superexploração, contra a exploração da mão-de-obra infantil, pelo horário das oito horas. Elas são a parte mais organizada, combativa e unida das mulheres que travam combate contra a injustiça social.

A implantação do fascismo em Portugal leva à liquidação das liberdades, à repressão contra o movimento operário, as organizações democráticas e também à liquidação das principais transformações progressistas operadas na sociedade e na família.

É com a consolidação orgânica e ideológica do PCP (único partido que resistiu à repressão fascista) que a luta das massas populares e igualmente das mulheres volta a animar-se e ganha nova dimensão.

Nas difíceis condições impostas pela ditadura, as mulheres não só participam nas diferentes organizações antifascistas, como formam organizações próprias, ilegais, semilegais e mesmo legais, as quais levam a cabo pequenas e grandes acções de esclarecimento e mobilização: são de destacar a «Associação Feminina Portuguesa para a Paz» (1935), a qual vem a ser encerrada pela Pide em 1952, os núcleos femininos do «Movimento de Unidade Nacional Antifascista» (1943-49), do «Movimento de Unidade Democrática» (1945-49) e do

«Movimento Nacional Democrático» (1949-50). Inicia-se a nova fase do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, o qual se mantém em actividade até ao seu encerramento pela Pide (1947). Em 1969 funda-se o MDM, o qual se mantém em actividade contínua até aos nossos dias, afirmando-se como o único grande movimento de mulheres de âmbito nacional.

A luta das mulheres, abarcando diferentes correntes de opinião, entrelaça-se estreitamente com a luta geral antifascista pelo pão, pela paz e pela democracia.

As mulheres estão presentes de forma marcante nas acções do nosso povo em defesa da paz, nas batalhas eleitorais para a Presidência da República (Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Humberto Delgado) e para a Assembleia Nacional fascista, nos Congressos da Oposição Democrática, na luta contra a repressão fascista, na solidariedade aos presos políticos, nas marchas da fome durante a guerra (Alenquer, Coruche, Alcantarilha, Guimarães, Barreiro, Covilhã, Sacavém, Póvoa de St.ª Iria, Alhandra, Loures, etc.), nas manifestações contra a vida cara e a guerra colonial (8 de Março de 1962 e 15 de Abril de 1972 ambas no Porto).

Milhares de raparigas participam activamente nas grandes acções da juventude e do movimento associativo estudantil.

As mulheres intelectuais tiveram um papel destacado na luta contra o obscurantismo fascista.

Os trabalhadores constituíram a parte mais combativa, organizada e consciente de toda a resistência ao fascismo. Nesta longa luta, papel de relevo cabe às mulheres. Elas participaram heroicamente nas greves e outras lutas reivindicativas, nas marchas da fome e outras demonstrações de rua, na resistência contra requisições de produtos agrícolas e na luta pelos géneros. Participaram activamente nas greves de 1943, nas de 8 e 9 de Maio de 1944, nas lutas dos corticeiros da margem sul do Tejo e do Algarve, nas lutas das empalhadeiras da Marinha Grande, nas greves têxteis da Senhora da Hora, Campo Alegre, Fábrica dos Ingleses, Varandas, CUF do Barreiro, em Alhandra, Seixal, Alhos Vedros e Covilhã e em muitas outras, nas lutas dos assalariados agrícolas das Lezírias do Tejo, nas greves do proletariado agrícola do sul (Maio de 1954), nas greves contra a burla eleitoral (1958), nas grandiosas manifestações do 1.º de Maio de 1962, e nas greves do proletariado agrícola do sul pela conquista da jornada de 8 horas nos campos (1962), nas greves de 1972 por melhores salários e contra a vida cara, Grundig (Braga), Simões e Cabos Ávila (Lisboa) e Corda da Serra (Covilhã).

Nas vésperas do 25 de Abril a luta popular e operária conheceu um impetuoso ascenso. Em empresas com grande número de efectivos de mão-de-obra feminina (Plessey, Standard/ITT, Grundig, Signetics, Gil) as mulheres recorrem à greve por melhores salários, por salário igual para trabalho igual, pelo fim da superexploração das multinacionais.

As reivindicações específicas das mulheres, a luta pela sua emancipação, integram-se na luta geral do Povo Português pelo derubamento do fascismo, a conquista das liberdades, passo indispensável para a criação das condições capazes de abrir os caminhos que levarão à verdadeira emancipação.

A luta das mulheres e suas organizações de características profundamente antifascistas e elevada politização, foram de inestimável importância na resistência ao fascismo, para a criação das condições que levaram à conquista das liberdades pelo nosso povo em 25 de Abril.



## V A REVOLUÇÃO DE ABRIL E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Entre as grandes conquistas alcançadas pelo nosso povo com a Revolução do 25 de Abril encontram-se os direitos das mulheres.

O 25 de Abril abriu um processo de profunda transformação da vida das mulheres portuguesas. Algumas das principais aspirações e reivindicações pela satisfação das quais milhares e milhares de mulheres lutaram durante décadas, foram finalmente conquistadas. Essas transformações verificam-se ao nível dos direitos conquistados mas também da forma de estar na vida, na sociedade, na família.

As mulheres, e em particular as mulheres trabalhadoras, foram as principais vítimas da política de opressão, miséria e obscurantismo levada a cabo pela ditadura fascista. O fascismo privou-as de direitos elementares na própria família, submeteu-as a maior exploração e determinou como vocação específica e definitiva da mulher o lar e a família.

Sob o lema «Deus-Pátria-Família», o fascismo oprimiu a mulher, arrumou-a para o canto da casa, forçando-a a esgotar-se e circunscrever-se ao lar, impedindo-a de ter acesso à vida profissional e à participação cívica e social, para evidentemente perpetuar a subalternidade e a discriminação da mulher.

As relações conjugais e de filiação encontravam-se estruturadas na total subordinação da mulher ao marido. Este era o chefe da família, a ele cabia decidir em todos os actos da vida conjugal. A ele competia a escolha da residência do casal, o poder paternal, a administração de todos os bens do casal.

As mulheres, as mais exploradas entre os explorados, as mais oprimidas entre os oprimidos, tinham razão para saudar como saudaram o 25 de Abril.

Com a conquista da liberdade, as mulheres passaram a exercer massivamente os seus direitos cívicos, políticos e sindicais — o direi-

to de voto, de reunião, de manifestação, de organização, de expressão do pensamento — dando uma enorme força e amplitude ao processo de democratização da vida nacional.

Muitos milhares de mulheres foram pela primeira vez a uma reunião, falaram de política, discutiram os seus problemas, reivindicaram melhores condições de vida. Participaram na gestão de empresas abandonadas pelo patronato reaccionário, integraram direcções sindicais, órgãos de poder local e central, comissões de moradores, de trabalhadores e outras estruturas populares de base.

As novas condições de liberdade e de paz puseram na ordem do dia a conquista do direito à igualdade, provocaram uma profunda convulsão social que fez questionar preconceitos e ideias retrógradas acerca da mulher e suscitou a exigência do fim das discriminações.

Por isso o processo revolucionário português teve em todos os domínios uma presença marcante da mulher. Elas vieram à rua, interagindo massivamente as manifestações de alegria ou de luta. Estiveram na primeira linha de ocupação das terras da Reforma Agrária e na ocupação das fábricas, contra a sabotagem económica.

A destacada participação da mulher na acção revolucionária confere-lhe um novo papel na sociedade que se torna um factor concreto da sua emancipação e explica, em certa medida, a importância e profundidade da parte específica que lhe cabe nas conquistas do 25 de Abril.

A participação massiva das mulheres nas batalhas políticas e sociais, tornada possível com o 25 de Abril, deu novo conteúdo à luta pelo progresso no nosso país, contribuiu decisivamente para as transformações operadas e para liquidar em muitos aspectos um estatuto ultra-reaccionário imposto pelo fascismo à mulher, durante décadas, nomeadamente no plano do trabalho, do ensino, da família, da maternidade.

A luta das mulheres pela igualdade desenvolveu-se no sentido do reconhecimento da igualdade jurídica e da aplicação dos direitos legais alcançados. Mas também se desenvolveu por uma igualdade verdadeira nos domínios da família, do trabalho, da educação, bem

como no sentido da mudança das mentalidades, dos estereótipos sociais, das imagens e dos papéis profundamente redutores que às mulheres têm sido atribuídos.

No plano do trabalho antes mesmo da aprovação da Constituição de 1976, que consagra o princípio da igualdade com a recusa frontal e expressa de quaisquer discriminações ou privilégios por razões de sexo, foi publicada legislação de grande alcance para as mulheres. Deixa de haver profissões vedadas às mulheres, abre-se o acesso à magistratura, à carreira diplomática e a cargos e carreira administrativa local. A mulher pode ser comerciante sem consentimento do marido.

A institucionalização do salário mínimo nacional e do salário mínimo para as trabalhadoras do serviço doméstico, do subsídio de desemprego, da criação da pensão social e da reforma mínima foram particularmente importantes para as mulheres.

A Constituição da República significa a dignificação, do ponto de vista legal, do estatuto da mulher em todas as áreas, não se ficando apenas pelo reconhecimento da igualdade jurídica e pela proibição de discriminações em função do sexo, mas consagrando outros importantes princípios, designadamente: o princípio da igualdade de oportunidades; o princípio de salário igual para trabalho igual; o princípio da protecção da maternidade pelo Estado, tendo em vista a garantia do direito à realização profissional da mulher.

A luta dos trabalhadores conseguiu que a legislação de 1979 obrigasse a fixar anualmente quotas de participação de mulheres nos cursos de formação profissional e atribuisse ao Estado a tarefa de promover, encorajar e coordenar acções de formação profissional para as mulheres e considerasse nulas e de nenhum efeito as disposições dos instrumentos de regulamentação colectiva que estabele-

çam discriminações salariais ou distinções de categoria profissional por razão de sexo.

As mulheres trabalhadoras alcançam o direito à licença de maternidade durante 90 dias, com totalidade de salário.

No plano do ensino que antes do 25 de Abril, além de selectivo e elitista, era fortemente discriminatório para as mulheres, a situação sofreu alterações profundas. A movimentação imediata de alunos e professores reivindicando a democratização do ensino, conduziu necessariamente a uma progressiva eliminação de discriminações por razão de sexo.

Foi suprimida a separação entre escolas e liceus masculinos e femininos e todo o ensino foi declarado misto. O alargamento da escolaridade obrigatória, a introdução de novas disciplinas e de novos temas (como a educação sexual), a alteração dos programas e a adopção de novos manuais escolares, progressivamente depurados da concepção da mulher «fada do lar» e receptivos ao princípio da igualdade, constituíram neste sector alterações extremamente importantes.

As matérias especificamente femininas e exclusivamente dedicadas às raparigas foram suprimidas. Os cursos e actividades paraescolares de tipo feminino desapareceram no ensino secundário.

No plano da ciência, da cultura, da comunicação social e do desporto, bem como nouros campos de actividade, regista-se, com o 25 de Abril, uma participação crescente das mulheres. A sua intervenção criadora na literatura e em outros domínios artísticos e culturais ganha um relevo e um peso novos no conjunto da cultura portuguesa.

A participação feminina nas actividades desportivas conhece também um grande desenvolvimento, expressando-se mesmo no aparecimento de novos e destacados valores e em resultados significativos em importantes competições.

No domínio da família verificam-se profundas alterações legais no seguimento da Constituição da República de 1976 que obrigou à revisão de toda a legislação. Consagrou-se a igualdade legal da mulher e do homem no seio da família. A Constituição reconhece a família mesmo quando não baseada no casamento; a igualdade entre os filhos nasci-

dos dentro e fora do casamento; a função social da maternidade e da paternidade, e o fim da hierarquia familiar. Estes foram alguns dos princípios constitucionais que marcaram um assinalável progresso legislativo com importantes reflexos em toda a vida familiar e em especial na mulher, na sua capacidade civil e política, na sua actividade, responsabilidade e independência.

Em 1978, com a entrada em vigor da revisão do Código Civil, estabelece-se um estatuto de igualdade no casamento, em relação ao sustento, à educação dos filhos e ao exercício do poder paternal. O casamento passou a ter por base a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, incumbindo a ambos a direcção da família. O Código Civil reconhece duas formas de contribuição para a economia familiar: a afectação de recursos e o trabalho directamente prestado na família — o trabalho doméstico — e consagra ainda a indiferenciação na repartição das funções na família. A casa de morada da família foi especialmente protegida, tanto na herança como no caso de separação entre os cônjuges.

Para colmatar insuficiências desta legislação, em 1983 foi aprovado na Assembleia da República um projecto de lei do PCP que impede qualquer dos cônjuges de desistir do arrendamento, sem o consentimento do outro.

De acordo com a concepção igualitária do casal, cada cônjuge administra os seus bens próprios e os bens comuns são administrados em conjunto.

O reconhecimento da família fora do casamento levou a que se garantisse um igual tratamento jurídico aos filhos nascidos dentro e fora do casamento e desse protecção legal, ainda que timidamente, às uniões de facto, favorecendo em primeiro lugar as mulheres, já que são elas as mais afectadas pelos preconceitos e discriminações existentes contra essas uniões.

Com a alteração da Concordata em 1975, o divórcio passou a ser de novo permitido em igualdade de condições para os casamentos civis e para os casamentos católicos. Deste modo foi dada solução a graves situações que atingiam milhares de homens e mulheres.

As ofensas corporais e a violência sexual do marido em relação à mulher, e os maus tratos conjugais passaram a ser penalizados.

No plano social, verificam-se igualmente profundas mudanças.

Em 1980, Portugal ratifica a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, durante a Conferência da ONU para a década da Mulher.

Foi também aprovada legislação sobre publicidade, instituindo regras que visam contrariar a veiculação de uma imagem discriminatória da mulher que propaga a ideia da sua inferioridade ou subalternidade em relação ao homem e a reduz ao papel doméstico tradicional ou à condição de mero objecto de prazer.

Em 1982, o PCP, assumindo como sua uma das aspirações mais sentidas das mulheres, apresenta na Assembleia da República três projectos de lei que motivaram o mais vivo e participado debate nacional sobre questões que dizem respeito a direitos fundamentais da mulher: a protecção e defesa da maternidade, o direito ao planeamento familiar e à educação sexual e a legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Estes projectos, que tinham por objectivo uma nova política em relação à maternidade, consagrando-a como um acto livre e consciente e visando acabar com o flagelo social do aborto clandestino, embora rejeitados pela acção conjunta do PS e dos partidos da direita, vieram a dar origem a três leis que, apesar das insuficiências, se tornaram muito importantes para a mulher e para a criança.

No que respeita à interrupção voluntária da gravidez, a lei aprovada — ainda insuficientemente conhecida —, apesar das suas limitações e das resistências ao seu cumprimento, constituiu um grande passo em frente na longa luta para dar resposta a um dos mais sentidos problemas das mulheres.

As condições de vida das populações, em particular das mulheres, melhoraram sensivelmente em grande parte por acção do Poder Local e em especial das autarquias de maioria APU, através da construção de infra-estruturas e equipamentos (abastecimento domiciliário de água, recolha de lixo e tratamento de esgotos, lavadouros, equipamentos para a infância, em particular creches e infantários, etc.) e de actividades de cultura, desporto e ocupação de tempos livres.

O 25 de Abril, como se comprova, trouxe profundas transformações à vida das mulheres portuguesas. A situação da mulher na família e a sua inserção na sociedade sofreram, positivamente, o impacto das conquistas de largo alcance, quer no processo de consciencialização das mulheres, quer no campo dos seus direitos conquistados. Nada ficou como era antes.

Mas a experiência destes 12 anos demonstra que não basta que a lei estabeleça os direitos da mulher na sociedade, na família, no trabalho, para que de imediato passem a vigorar na vida, a ser realidade no dia-a-dia, nem sequer que se tornem conquistas duradouras.

Apesar de muitos factos positivos terem sido introduzidos na relação homem-mulher, o 25 de Abril e as leis progressistas não conseguiram romper todas as estruturas e concepções milenárias. A ideologia dominante, consagrando princípios retrógrados e caducos, defendidos e transmitidos de geração em geração, gera resistências e obstáculos à transformação e à mudança.

A política de direita dos sucessivos governos nos últimos 10 anos, e particularmente intensificada nos últimos governos, não aplicando e violando as leis democráticas, repondo práticas e critérios reaccionários em relação à mulher, têm vindo a inverter significativamente as conquistas revolucionárias no plano económico, social e político, fazendo regressar as mulheres à condição de reserva de mão-de-obra barata, degradando as condições económicas e sociais (de que as mulheres são as principais vítimas).



## VI O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO E OS DIREITOS DA MULHER

A persistente ofensiva contra as conquistas do nosso povo, prosseguida ao longo dos últimos 10 anos pelas forças de direita, atingiu duramente as mulheres portuguesas, particularmente a mulher trabalhadora. As mulheres não só foram as primeiras vítimas do desemprego como são as que mais dificilmente conseguem trabalho. Na Reforma Agrária os números são elucidativos: no Alentejo e Ribatejo, em 40 000 trabalhadores agrícolas desempregados, 80% são mulheres, o que resulta directamente da ofensiva contra a Reforma Agrária, com a destruição de mais de duas centenas de UCPs/Cooperativas.

A insegurança no trabalho leva as mulheres a sujeitarem-se a níveis tremendos de exploração: aumentos brutais dos ritmos de trabalho, renúncia ao salário mínimo nacional, à inscrição na segurança social e a outros direitos; penalização da maternidade; amplitude de esquemas característicos de economia paralela, com o trabalho à peça e o trabalho ao domicílio, em condições tão penosas que se aproximam das do início do século; chantagem política do patronato que ameaça de despedimento as trabalhadoras sindicalizadas, activistas sindicais e políticas.

A tudo isto acrescenta-se a pressão e chantagem sexuais na vida profissional, exercidas pelo patronato e por chefias, as quais assumem graves proporções, designadamente num contexto social marcado pela degradação das condições de vida que atinge, com particular dureza, as mulheres.

Tudo isto nos permite concluir que as mulheres sofrem a crise de maneira específica, mais aguda. E sofrem-na não apenas porque são as primeiras a ser banidas do mercado de trabalho, mas também porque elas são igualmente vítimas das discriminações na remuneração, da chaga social que é os salários em atraso, na formação e na promoção profissionais, no acesso a certos cargos, designadamente de chefia, da degradação do Serviço Nacional de Saúde, do agravamento das condições de habitação e do ensino, das restrições da acção social escolar aos seus filhos.

Se nos anos que se seguiram ao 25 de Abril floresceram estruturas sociais de apoio à família como as creches, os jardins escolares, as CERCI, ou os lares para reformados e idosos, as mulheres sentiram muito particularmente a política de direita que restringiu a construção

dessas estruturas, retirou os apoios vitais do Estado aos jardins-escolas populares e às outras estruturas populares de base, privatizou muitas delas, que passaram apenas a servir aqueles que têm meios para as pagar.

Acusação viva às consequências desta política é o alastrar da prostituição — com gravíssimas incidências em camadas juvenis — que não se restringe hoje a determinadas áreas urbanas mas alastra nas estradas de todo o País.

Quanto à política de ataque directo aos direitos das mulheres, da responsabilidade de sucessivos governos de direita, traduziu-se desde logo na sistemática omissão das medidas necessárias para assegurar o cumprimento das disposições constitucionais e legais que estabelecem a plena igualdade de direitos entre o homem e a mulher.

Contra a legislação de protecção da mulher trabalhadora, designadamente as que estabelecem o direito à igualdade de tratamento entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, multiplicam-se impunemente violações de direitos por parte do patronato, da administração pública e o do próprio Governo.

A lei de protecção da maternidade e da paternidade aprovada pela Assembleia da República não é cumprida pelo patronato, com a conivência do Governo.

A lei sobre interrupção voluntária da gravidez, mesmo limitada e restritiva, não é cumprida nos hospitais e maternidades públicos, tendo-se apenas traduzido num benefício para as mulheres que têm meios económicos para recorrer às clínicas privadas legais.

Simultaneamente, no quadro da sua ofensiva violadora de direitos legalmente consagrados, as forças reaccionárias chegaram mesmo a proclamar abertamente o objectivo de rever as garantias constitucionais e a legislação democrática relativas aos direitos da mulher na sociedade e na família.

Ao serviço desse objectivo, o projecto de revisão constitucional da «AD» e a proposta de «lei de bases da família» ilustraram exemplarmente as concepções retrógradas e reaccionárias do PSD e CDS.

Com a apresentação desses projectos, as forças de direita procuraram distorcer a nova noção constitucional da família, restabelecendo a

censura legal da união de facto e da família não baseadas no casamento e concebendo em geral a família como ente supra-individual com interesses próprios susceptíveis de serem prosseguidos, mesmo à custa da infelicidade pessoal dos seus membros.

Propuseram a restauração da discriminação legal dos filhos nascidos fora do casamento.

Contra a garantia constitucional da igualdade na família e da partilha das responsabilidades educativas, procuraram impor legalmente a penalização da mulher em razão da maternidade e atribuir ao marido o direito ao monopólio das decisões familiares e à mulher o exclusivo de funções que, tendo carácter social e não biológico, podem e devem ser exercidas tanto pela mulher como pelo homem, com o apoio do Estado.

Preconizaram a supressão da responsabilidade do Estado na implantação do planeamento familiar e a criação de obstáculos constitucionais à legalização do aborto.

Tentaram criar mecanismos tendentes a desincentivar o trabalho da mulher fora de casa e promover o regresso forçado ao lar e ao trabalho doméstico.

Simultaneamente, procuraram criar, a partir das associações de família, uma estrutura corporativa, com vastos poderes de decisão e intervenção a nível central, regional e local e funções de transmissão de concepções retrógradas.

A luta travada contra tais propostas conduziu, porém, à sua inviabilização, à inclusão no texto constitucional de normas que explicitamente proibem a discriminação em função da maternidade e sublinham a igualdade essencial dos direitos e deveres dos pais e das mães. Ficou assim posto em evidência o isolamento político e social das posições dos partidos reaccionários bem como a rejeição no Portugal de Abril das concepções retrógradas sobre o papel da mulher na família e na vida política, económica e social.

A experiência portuguesa recente mostra com muita clareza tanto o rápido progresso da causa emancipadora da mulher nas condições de desenvolvimento revolucionário, como o retorno das discriminações, dos preconceitos e das concepções obscurantistas em relação à mulher quando a contra-revolução ganha terreno.

## VII A MULHER E O TRABALHO

Uma condição essencial para a plena emancipação da mulher é a sua independência económica, a sua realização profissional.

As mulheres portuguesas querem e têm direito a participar no processo produtivo. Em geral, as mulheres que já estiveram empregadas não desistem de procurar trabalho, como demonstra a manutenção de elevadas taxas de actividade feminina, apesar do elevado desemprego feminino (cerca de 60% dos desempregados).

O facto de a taxa de actividade feminina ter vindo a subir significativamente dos 25 aos 40 anos, atingindo mais de 70% no grupo etário 25-29 anos e mantendo-se superior a 50% até aos 45 anos, revela que a mulher, mesmo sendo mãe, continua a querer ter uma actividade profissional.

Esta alteração positiva da atitude da mulher perante o trabalho, mesmo quando mãe, deve-se às profundas transformações, realizadas depois do 25 de Abril, nomeadamente em direitos legais, bem como à criação de algumas estruturas sociais de apoio.

Foi longo o caminho percorrido desde o tempo em que o trabalho da mulher era encarado apenas como complemento do salário familiar masculino. Hoje, é cada vez maior o número de mulheres que reconhece ser o direito ao trabalho meio indispensável de assegurar a sua independência económica e a sua realização pessoal e profissional.

Apesar da política de direita que pretende novamente mandar a mulher para casa como via mais fácil de esconder o desemprego, a taxa de actividade feminina é de 38%, verificando-se ainda que, numa população activa de cerca de 4 500 000, são mulheres cerca de 1 900 000.

A análise da situação da mulher trabalhadora em Portugal revela, entretanto, que apesar da sua significativa importância na actividade económica, social e cultural, e apesar das profundas alterações operadas após o 25 de Abril, a mulher portuguesa é ainda fortemente discriminada no trabalho. A mulher trabalhadora é canalizada para os sectores de actividade e para as profissões pior remuneradas e menos interessantes e criativas, vê extremamente dificultado o acesso a escalões profissionais superiores e a cargos de chefia.

Os sectores e profissões em que predominam as mulheres são, em geral, os de mais baixa remuneração e pior qualificados. Sectores e profissões onde anteriormente predominavam os homens e que se «feminilizaram» são desvalorizados e baixam as remunerações.

A evolução positiva realizada depois do 25 de Abril está a ser posta em causa. O salário médio das mulheres, que em 1973 correspondia a 52,3% do salário médio dos homens, subiu continuamente depois do 25 de Abril, tendo atingido 75,2% em 1979, começando depois a baixar, situando-se já abaixo dos 70%.

Mais de 50% das mulheres empregadas concentram-se actualmente no sector de serviços (administração pública, educação, saúde, comércio, restaurantes e hotéis, serviços de limpeza, etc.). No que toca

à indústria as mulheres representam apenas 23% (mais de metade da mão-de-obra feminina concentra-se na indústria têxtil e vestuário), percentagem a reduzir-se com o encerramento de numerosas empresas. Na agricultura, onde as mulheres representam 49% da população activa agrícola, a maioria trabalha em explorações familiares.

As mulheres raramente ascendem a postos de chefia. Apesar de representarem 52% das profissões científicas e liberais e mais de 46% do pessoal administrativo, apenas 10,8% são directores e quadros su-

periores administrativos. As mulheres não representam mais de 3% dos quadros superiores da administração pública.

A mulher trabalhadora sofre gravemente as consequências da crise económica resultante da política de recuperação capitalista.

Pelo tipo de empresas e sectores onde presta actividade, pelo lugar que aí ocupa, pelos contratos a que é sujeita, a mulher é a primeira a ser despedida. É também a mulher quem encontra maiores dificuldades em se empregár.



A ofensiva contra a Reforma Agrária, com a destruição de numerosas UCPs/Cooperativas, levou ao desemprego milhares de mulheres no Alentejo e Ribatejo.

As mulheres são também quem mais duramente é atingido pelo trabalho a tempo parcial, como acontece nos sectores da indústria (têxtil, vestuário, material eléctrico, conservas, cortiça, carnes), na agricultura e nos serviços. Entretanto, o recurso a trabalho ocasional e ao domicílio, ou ao trabalho mais ou menos irregular (venda ambulante, limpeza, trabalho à tarefa, etc.), permitiu escamotear um maior desemprego das mulheres, embora com maior instabilidade de emprego, pior remuneração e mais difíceis condições de trabalho. Esta situação aumenta a insegurança no emprego e constitui um verdadeiro factor de discriminação dificultando a independência económica da mulher e, portanto, a sua emancipação.

As mulheres trabalhadoras estão sujeitas a cada vez maiores discriminações, nomeadamente nas fábricas, com o não cumprimento da legislação laboral geral e das leis específicas de protecção da maternidade. A ameaça constante de despedimento e a falta de emprego e os salários em atraso, obrigam a mulher a sujeitar-se a situações muitas vezes vexatórias da sua própria dignidade.

Além do trabalho ao domicílio (sem horário, destituído de quaisquer direitos e segurança social) a que cada vez mais mulheres são obrigadas a recorrer, também nas fábricas, nomeadamente em algumas têxteis e químicas, mulheres estão a ser confrontadas com o trabalho nocturno, embora este seja proibido na indústria, dado não apenas as consequências físicas e psíquicas, mas também as dificuldades sociais e familiares que a mulher continua a ter de enfrentar.

Em flagrante violação das normas constitucionais e das con-

venções da OIT, as mulheres trabalhadoras são igualmente discriminadas ao nível das regulamentações colectivas de trabalho.

Há contratos colectivos que designam certas categorias profissionais no masculino e no feminino, ficando mulheres impossibilitadas de, pela via da carreira, ascenderem a determinados postos; outros contratos estabelecem diferenças salariais para a mesma categoria, em função do sexo; outros ainda regulamentam os prémios sem terem em conta a função da maternidade, etc.

A política de direita iniciada em 1976 inverteu significativamente a tendência verificada nos dois primeiros anos da revolução para concretizar na vida a igualdade de direitos da mulher e do homem. A acção dos governos de direita procura reconstituir os fios da teia da dependência da mulher, designadamente com o objectivo de a fazer regressar, no mundo do trabalho, à condição de reserva de mão-de-obra barata.

Consequência dos salários em atraso, dos salários baixos, do desemprego, da precariedade do emprego, das más condições de trabalho e da permanente insegurança no emprego, tem aumentado o número de mulheres que são afastadas da actividade profissional.

Esta dura realidade de que a mulher trabalhadora está a ser vítima tem repercussões profundas em toda a vida das mulheres e é um sério entrave à sua emancipação.

Consciencializar os trabalhadores, mulheres e homens, sobre o conteúdo das discriminações, a sua natureza, a injustiça que contém e sobreexploração que acarretam do trabalho das mulheres, bem como da classe operária e dos trabalhadores no seu conjunto, é condição indispensável para o desenvolvimento da luta para pôr termo às discriminações.

A alteração da actual situação, o difícil caminho que há a percorrer

para que a igualdade de direitos se passe à igualdade de oportunidades, exige, antes de mais, a alteração da política seguida pelos últimos governos; exige uma política de desenvolvimento económico virada para a satisfação das necessidades sociais e materiais do nosso povo, para a criação de empregos.

Mas simultaneamente é necessário exigir que seja garantido às mulheres empregadas o cumprimento da legislação de combate às discriminações no trabalho, quer no campo salarial, quer na formação profissional, quer na legislação que protege a maternidade e a paternidade, quer ainda na garantia de um trabalho permanente e do pagamento legal do salário, bem como da garantia contratual de que a mulher igual corresponde efectivamente um salário igual.

É também fundamental que nos cursos de formação profissional seja garantida uma quota de participação proporcional da mulher e lhe sejam facultados os meios de frequentar cursos em todas as categorias profissionais como uma garantia de promoção profissional.

A criação de infra-estruturas sociais de apoio à família, como creches, infantários, lares de terceira idade e ocupação dos tempos livres das crianças, bem como melhores prestações sociais, são reivindicações importantes na luta emancipadora da mulher e na luta por melhores condições de vida para todos os portugueses.

Por estes objectivos, com papel de relevo para o movimento sindical unitário, têm lutado as mulheres trabalhadoras.

Exemplo vivo é a luta heróica das mulheres da Reforma Agrária, são as lutas no sector operário, das mulheres têxteis e do vestuário, das conservas, da cortiça e material eléctrico e as lutas das mulheres agricultoras. Simultaneamente, também em sectores como a função pública, o ensino, a saúde, têm dado um valoroso contributo à luta geral do nosso povo e ao movimento feminino em particular.

## VIII A MULHER E A FAMÍLIA

A emancipação da mulher não passa apenas pela conquista do direito à igualdade no trabalho, na sociedade, na acção política, na vida cívica e cultural. A emancipação da mulher passa também pela igualdade do homem e da mulher na família.

As velhas concepções caducas de desigualdade (um ser inferior — a mulher, e um ser superior — o homem) devem dar lugar a um relacionamento do homem e da mulher iguais em direitos, solidários na vida, e com uma relação assente no poder de um sobre o outro, mas na afectividade e no amor recíprocos.

O acesso da mulher ao trabalho e à realização profissional e a sua independência económica constituem condição objectiva para a igualdade da mulher na família.

Por isso o direito ao trabalho é a reivindicação fundamental da mulher portuguesa. Sem acesso ao trabalho profissional, vivendo isolada em casa, esgotando-se no trabalho da casa, a mulher fica na situação de dependência económica (logo inferiorizada) e como regra isolada do contacto com o mundo laboral e social e seus problemas.

O acesso ao trabalho, sendo condição objectiva para a emancipação da mulher, não é, porém, condição suficiente. Com frequência, uma mulher trabalha 6, 8 e mais horas nas fábricas, nos campos ou nos serviços e depois sobre ela recaem exclusivamente todas as tarefas domésticas, o tratamento dos filhos e até o «tratamento» do homem, o que dificulta a participação regular na vida política e social.

Os caminhos tendentes à resolução deste problema fulcral são fundamentalmente três: — ampliar as estruturas sociais e serviços de apoio à família, como as creches, os infantários, cantinas, lavandarias, lares de reformados, etc., libertando a mulher e a própria família de muitos dos mais pesados trabalhos domésticos que a sobrecarregam; — melhorar as condições de vida, particularmente das famílias trabalhadoras, por forma a que tenham acesso a electrodomésticos e às inovações que a ciência e a técnica trouxeram à vida doméstica; — mudar as mentalidades, alterando a tradicional divisão de funções na família, e proporcionando uma educação desde a infância assente na igualdade entre os sexos.

Esta questão tem um claro conteúdo de classe. É a mulher operária, a mulher camponesa, é a mulher trabalhadora quem mais sofre com a sobrecarga do trabalho doméstico, além do mais porque, ao contrário da mulher de outras camadas e classes sociais, não pode ter acesso a soluções alternativas.

A realidade da mulher doméstica (designadamente nas famílias de trabalhadores em que a mulher é totalmente absorvida pelo trabalho de casa) testemunha, muitas vezes, uma contribuição decisiva para a sobrevivência do agregado familiar, mas entretanto afasta e isola a mulher da vida social e condena-a a uma vida de rotina, insegurança e cansaço.

Reagindo contra tal situação, um número crescente de mulheres domésticas participam na vida política e cívica do país (nas colectividades, nos movimentos unitários de mulheres, nos partidos políticos, etc.).

O 25 de Abril, como todas as revoluções, provocou novas aspirações, abriu caminhos, buliu com mentalidades e hábitos enraizados há muito.

Uma nova atitude do homem e da mulher no que respeita à relação homem-mulher e à família, assente numa ligação verdadeira, na igualdade, na compreensão do papel da mulher na vida e na sociedade, desenvolvem-se numa forma muito sensível e profunda com o processo revolucionário e é hoje, sem dúvida, um outro traço importante e positivo da realidade portuguesa.

Acompanhando as profundas alterações socioeconómicas, surgiram, forçosamente, em largos sectores sociais, mudanças não menos profundas na instituição familiar.

A legislação do 25 de Abril cria condições jurídicas para que a afectividade e a igualdade de direitos entre a mulher e o homem (e não os bens e outros interesses materiais), constituam o suporte fundamental da família.

São alargados os fundamentos do divórcio, libertando as pessoas de situações familiares não desejadas e estabelecido o reconhecimento constitucional e legal da família fora do casamento — a união de facto — com raízes históricas profundas em Portugal. É consagrada a igualdade entre filhos nascidos dentro e fora do casamento. O instituto da adopção é positivamente modificado, sendo alargadas as possibilidades de adopção plena. A mulher adquire constitucionalmente um estatuto de igualdade em relação ao homem. O governo doméstico não é mais um dever exclusivo da mulher. A direcção da família pertence a ambos os cônjuges.

Apesar de todas estas alterações mantém-se no país a influência do modelo da família burguesa — assente nos interesses materiais, na autoridade do chefe de família, em torno do qual se subordinam todas as relações de família, e na indissolubilidade do matrimónio, que aparece como hipócrita cobertura dos mais imorais comportamentos extracônjugais.

Mantém-se em vastíssimos sectores sociais os critérios de classe e os interesses materiais como determinantes da constituição das famílias, quando a determinante, no entender dos comunistas, é o amor e o direito à felicidade pessoal.

A independência económica e a igualdade de direitos não esgota a problemática da mulher e da família. O conteúdo afectivo e sexual é uma componente essencial da alegria e da felicidade na relação homem-mulher.

A nossa luta pela igualdade de direitos, pela liberdade, pela humanização visa acabar com todas as formas de exploração, mas também com a agressividade, a mesquinhez, a hipocrisia, a alienação decorrentes da ideologia burguesa que transforma a mulher num objecto.

Analisando o conteúdo da relação homem-mulher, nas tendências da evolução social verifica-se como neste domínio fundamental da vida a mulher tem sido vítima da desigualdade. Pondo-se fim a uma relação de dependência total da mulher, pessoal, afectiva e sexual, pôr-se-á fim a uma relação de «poder» e de «posse» ou «propriedade» do homem sobre a mulher que tem como corolários a falta de consideração e de respeito, as agressões corporais e as violências sexuais estimuladas pela ideologia burguesa reaccionária através do cinema, da TV, da publicidade, da difusão de material pornográfico.

Tão grave e degradante para a mulher como a sujeição económica e a opressão e a violência físicas é a dependência psíquica que gera a submissão e o medo e impede muitas vezes a mulher de romper com situações doentias, violentas e perversas que se instalam em numerosas famílias.

A denúncia de situações de opressão, humilhação e violência de que as mulheres são vítimas, a desmistificação de conceitos alienantes e reaccionários, o combate à degradante concepção do «destino» da mulher como objecto de «uso» ou «propriedade» do homem fazem parte da luta pela transformação das mentalidades e pela conquista da efectiva igualdade de direitos.

Ao mesmo tempo são de combater variadas concepções que rejei-

tam a própria noção de família, condenam por princípio a criação de laços sólidos e duradouros na relação homem-mulher mesmo quando fundadas no amor e interesse recíproco e transformam em valor social e atitude na vida a permanência e instabilidade e promiscuidade sexuais.

Ter filhos não é só a lei básica da própria existência da humanidade como uma importante expressão da vida, susceptível de dar à mulher e ao homem extraordinária felicidade.

Hoje a maternidade e a paternidade são cada vez mais assumidas como uma decisão livre, consciente e responsável e não um acaso. O direito de ser desejada pelos pais transforma-se no primeiro direito da criança.

A educação sexual e a formação em planeamento familiar desde a adolescência devem constituir responsabilidade dos pais, da escola e dos serviços de saúde.

As condições socioeconómicas em que vive a imensa maioria dos casais impede-os muitas vezes de ter os filhos que desejam e conduzem a que o desenvolvimento das crianças se processe com graves carências.

O desemprego, a falta de habitação, o agravamento das condições de vida, a escassez de estruturas sociais de apoio à criança são alguns dos principais obstáculos a uma maternidade e paternidade livre e feliz.

A par da desprotecção social existente, a mulher e particularmente a mulher trabalhadora é objectivamente penalizada no seu trabalho, no salário e na obtenção de emprego, na promoção e carreiras profissionais e na participação social em consequência da maternidade. São imensas vezes acusadas de absentismo em razão da assistência indispensável a filhos menores e até submetidas pelo patronato a testes de gravidez para a sua admissão no trabalho.

Tratando-se de mãe solteira ou mãe só, tudo é mais doloroso e difícil ainda, apesar dos passos dados a seguir ao 25 de Abril.

O caminho para a resolução desta questão fundamental da condição feminina, não passa pela negação da maternidade, considerando-a factor impeditivo à emancipação da mulher, nem pela limitação da mulher ao lar e à família como se tal fosse o seu irrevogável destino, marginalizando-a de forma sistemática da vida social e produtiva.

A articulação entre maternidade e a plena participação da mulher só é possível se o Estado proteger a maternidade no que ela contém de biológico (gravidez, parto e amamentação) e simultaneamente proteger a maternidade e a paternidade no que elas contém de social.

A melhoria das condições em que nascem as crianças (nos hospitais, nas maternidades), bem como a assistência à mulher na gravidez e à criança nos primeiros anos de vida têm constituído objectivos de luta do movimento popular e particularmente das mulheres e de suas organizações específicas. Mas de igual importância é a luta pela consagração legal dos direitos da mulher trabalhadora e pela incrementação radical de estruturas sociais de apoio à criança. As medidas e direitos de protecção da mulher trabalhadora não devem ser virados para a afastar da profissão e perpetuar a tradicional divisão de funções entre o homem e a mulher e as discriminações em razão do sexo, e por isso mesmo devem ser consagrados quer direitos e medidas de protecção da maternidade dirigindo-as exclusivamente à mãe quando se trata de gravidez, do parto e da amamentação quer direitos e deveres a exercer tanto pelo pai como pela mãe quando se trate de garantir a prestação de cuidados a filhos menores que possam ser exercidos por ambos.

A luta pelos direitos da criança é componente inseparável da luta da mulher pela sua própria emancipação e pelo seu direito a ser mulher, mãe e trabalhadora, é também componente da luta popular.

## IX A MULHER NA VIDA POLÍTICA E SOCIAL

A crescente participação da mulher na vida política é uma realidade inegável.

A Revolução de Abril fez despertar para a actividade política milhares e milhares de mulheres. Elas lutaram pelos seus objectivos próprios e pelos objectivos comuns ao homem, em defesa do regime democrático. É assim que a participação da mulher nas grandes acções de massas se intensificou visivelmente. No Portugal de Abril, nenhuma grande batalha política teve lugar, na qual as mulheres não tivessem tido um papel activo. As mulheres estiveram em massa nas greves, nas concentrações, nas manifestações, nas marchas da paz, revelando uma elevada combatividade e consciência política.

O papel crescente da mulher na vida política e social, constituindo 52% do eleitorado e mais de um terço da população activa, é objecto de uma grande atenção por parte de todas as forças políticas.

As forças reaccionárias incapazes de conter as aspirações das mulheres a uma vida mais digna e a amplitude da sua luta, procuram, no plano político, económico, social e ideológico, refrear as reivindicações das mulheres, desviar a sua justa luta dos objectivos fundamentais, fomentando programas de rádio e TV alienantes, incentivando o retorno à vida doméstica, teorizando vantagens para as mulheres de formas de trabalho subalterno e precário (artesanato, prestação de serviços, ocupação a tempo parcial) e utilizando as mulheres como «marketing» político.

No entanto, é tão forte em Portugal a rejeição destas práticas que a direita, ela própria, é obrigada a mudar as suas imagens mais conservadoras. Nas últimas campanhas eleitorais, mesmo partidos que pela sua filosofia de classe fomentam a discriminação da mulher, tiveram a preocupação de apresentar algumas mulheres em lugar de destaque.

Se esta atitude não representa uma mudança de fundo e é ditada fundamentalmente por razões eleitoralistas com vistas a caçar os votos da mulher, traduz no entanto uma determinada realidade: hoje em Portugal não se pode ignorar a actividade e as reivindicações das mulheres, tendo-se tornado normal e ninguém estranha que uma mulher seja cabeça de lista para a Assembleia da República ou para uma Câmara

Municipal, candidata à Presidência da República ou à Junta de Freguesia.

A participação da mulher na vida política tem porém de ser vista à luz não de umas quantas excepções que aparecem em lugar de destaque, mas da forma como a mulher está presente em toda a vida política nacional e dos entraves que se levantam a essa participação.

Na verdade, se verificamos uma grande presença feminina em todas as movimentações políticas, é reduzido o número de mulheres nos órgãos de poder ou em lugares dirigentes na vida política nacional.

É assim que a participação de mulheres na Assembleia da República é de 5,6% em 250 deputados, sendo 5 do PCP, 1 de «Os Verdes», 1 do PS, 4 do PSD e 3 do PRD.

O PCP foi sempre, desde a existência da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República, o partido com a maior percentagem de deputadas, embora ainda não satisfatória.

Não existem mulheres no Conselho de Estado, nem no Tribunal Constitucional.

Curiosamente, nas eleições para a Assembleia da República, verifica-se uma subida do número de mulheres que integram as listas de candidatas mas que não são eleitas, o que significa que nas listas elas são colocadas em lugares não elegíveis.

Nas autarquias a situação não é muito diferente. O PCP é igualmente o partido que tem um maior número de mulheres eleitas nos órgãos de poder local.

A nível geral, verifica-se que a percentagem de mulheres eleitas é superior nas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia à percentagem nos órgãos executivos. Na Presidência de Câmaras verifica-se o insignificante número de 5 mulheres!

No movimento sindical, as mulheres dirigentes constituem 17,3% a nível dos sindicatos, 12,7% a nível das uniões distritais, 15,8% a nível das federações, e 21% a nível da CGTP-IN, o que, sendo ainda insuficiente, traduz já, nas condições concretas existentes, uma participação significativa das mulheres na direcção do movimento sindical. Entretanto,

é uma evidência que a participação das mulheres se verifica sobretudo e em muito maior número na base do que nos órgãos de decisão e de poder.

Assim, a grande participação de muitos milhares de mulheres traduzida pela adesão à movimentação política e cívica no dia-a-dia da luta em defesa do regime democrático e das suas conquistas, não tem igual correspondência na participação mais estruturada quer no movimento popular de massas, quer nas organizações sindicais, de mulheres e outras.

A não correspondência entre um e outro nível de participação deve-se por um lado a razões sociais, e, por outro, a uma efectiva discriminação da mulher, que limitam, dificultam e impedem a participação regular de muitas mulheres na vida política e social.

Esta situação é extremamente agravada com a ofensiva reaccionária contra as conquistas democráticas de Abril, com o agravar da crise económica, o enorme desemprego, a degradação dos salários, a liquidação de conquistas de carácter social, a não implementação de infra-estruturas de apoio social à mulher e à infância, a apologia dos valores tradicionais retrógrados quanto ao papel da mulher.

O PCP, ao preparar e organizar a Conferência sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, suscitando um amplo debate com vista à discussão dos problemas das mulheres, aponta às mulheres o caminho da luta como forma de defender os seus interesses.

É a luta pelo cumprimento da legislação progressista e em primeiro lugar da Constituição, a luta contra o desemprego e os baixos salários, pela criação de infra-estruturas sociais de apoio à maternidade e à infância, contra as ideias retrógradas e pela transformação das mentalidades, por uma nova relação a nível familiar, por uma alternativa democrática.

É alargando a luta às mais variadas camadas femininas (operárias, empregadas, intelectuais, domésticas), é reforçando a unidade na acção e a organização que a causa da libertação e emancipação da mulher poderá progredir.

## X A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E A MUDANÇA DAS MENTALIDADES

A discriminação da mulher constitui em si mesma um obstáculo ao progresso social. Apesar do desempenho de um papel crescente no desenvolvimento material, social e cultural da sociedade, a mulher continua a ser a parte mais explorada e desprovida de direitos da sociedade.

A luta das mulheres por um novo estatuto social, contra as discriminações, ganha novo conteúdo e dimensão. As mulheres reivindicam a liberdade de construir a sua própria vida em pé de igualdade com os homens, uma igualdade assente no respeito da mulher como ser, com o seu direito à diferença.

As diferenças naturais e biológicas (designadamente a maternidade), bem como as diferenças de sensibilidade e afectividade não devem servir para justificar e consagrar discriminações e formas particulares de exploração e opressão, e em muitos casos de tratamento desumano.

As discriminações por razões de sexo, reais e em muitos casos aviltantes, têm um suporte material, radicam na sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, discriminações que, «consagradas» ideologicamente, encontram expressão na legislação, na religião, na moral dominante, na política, nos hábitos e costumes, no viver diário.

Durante séculos, produziram-se profundas transformações socioeconómicas, mas a mulher permaneceu numa posição subalterna.

O direito à igualdade é uma importante expressão de justiça social, é uma conquista para a sociedade e para a mulher, que lhe dá a possibilidade de desenvolver as suas capacidades, no respeito pela sua dignidade, pondo-se fim a toda uma propaganda que, visando reduzir a mulher a mero objecto de prazer sexual, instila desde os bancos da escola a ideia da mulher como ser subalterno, destinado essencialmente à procriação, ao tratamento dos filhos e ao arranjo da casa.

A luta pelo respeito da dignidade da mulher e contra as ideias e práticas que a ferem, inscreve-se no quadro da luta pelo progresso social, trava-se no plano prático e no plano ideológico.

As classes dominantes, através das ideias políticas, sociais, religiosas, contrapondo a natureza masculina à feminina, apresentando a primeira como «forte», produtora, criadora, vocacionada para o poder e a segunda como «fraca», reprodutora e passiva, fraca física e intelectualmente, vocacionada para o lar e a procriação, estimulam e legitimam as discriminações e fundamentam a sobreexploração. Na cabeça dos homens (e também na das mulheres) acaba por ser inculcada a aceitação de tudo isto como natural, moral e eterno.

A participação massiva das mulheres nas tarefas da Revolução determinou e reflectiu grandes transformações de mentalidades. Mas, também neste plano o avanço da contra-revolução traduz-se em graves retrocessos.

A apologia da chamada família tradicional, relegando a mulher para as tarefas domésticas, dando a ilusão de valorizar a mulher como sujeito, na realidade submete-a aos estereótipos alienantes.

A proliferação da indústria pornográfica e da publicidade da imagem da mulher em termos altamente degradantes, incitam a comportamentos incorrectos e aviltantes para com a mulher.

São muitos os homens que aceitam mal a independência económica, a igualdade de facto, em particular das companheiras; que não aceitam uma repartição das tarefas domésticas capaz de aliviar a mulher de tarefas absorventes que asfixiam o desenvolvimento da sua personalidade e impedem a sua realização. Ainda que o mútuo apoio nas tarefas domésticas não possa substituir a necessidade do desenvolvimento de infra-estruturas de apoio social, como condição fundamental para garantir aos membros da família (homem e mulher) o acesso à actividade criadora, é importante que haja uma efectiva partilha das responsabilidades do trabalho doméstico por todos os membros do agregado familiar. Cabe também ao homem e à mulher educar os filhos, sensibilizando-os para as tarefas domésticas, independentemente do sexo e de acordo com as suas idades.

As mulheres, além de discriminadas em geral (como ser), estão sujeitas a discriminações específicas de acordo com as classes a que pertencem. A defesa de um novo estatuto social para a mulher tornou-se uma reivindicação comum a largos sectores sociais, sectores que nesta luta vão compreendendo que a causa da sua opressão reside no próprio carácter explorador do sistema socioeconómico capitalista e que se torna necessário liquidar a sociedade que as oprime.

O combate aos preconceitos, às concepções arcaicas e reaccionárias subjacentes em muitas atitudes face às mulheres, a luta pela mudança das mentalidades e por um comportamento dignificante a respeito da mulher é de extraordinária importância na luta emancipadora, na luta pela democracia.

Mas ver o homem como o responsável pela escravização da mulher, elevando-o à categoria de «adversário social», absolutizar a necessidade da mudança das mentalidades como caminho emancipador, reduzindo as discriminações das mulheres ao campo do subjectivo (as

mulheres são vítimas do «poder masculino», da «ideologia masculina»), não vendo que as causas da subalternização social da mulher radicam na sociedade de classes, é desviar a própria luta emancipadora das mulheres do seu terreno principal: a luta para pôr fim ao sistema socioeconómico explorador, que é uma luta comum ao homem e à mulher.

Os clássicos do marxismo demonstraram há mais de um século que o patriarcado, onde impera o domínio do homem sobre a mulher, é o produto do desenvolvimento histórico, e não uma prova de primazia natural do homem perante a mulher.

A questão da emancipação da mulher e da igualdade de direitos entre o homem e a mulher é também uma questão moral que exige combate aos preconceitos, às atitudes injustas e degradantes nas relações entre os homens e as mulheres, que exige a emancipação do próprio homem, libertando-o da mentalidade de «senhor», da ideologia da posse, inculcada há séculos pelas classes dominantes acerca da mulher, mentalidade que degrada a personalidade do próprio homem.

Engels, ao ver «o desenvolvimento livre de cada um como condição livre do desenvolvimento de todos» definiu de forma magistral a essência da emancipação da mulher e da relação homem-mulher.

No próprio Partido, em muitos dos seus membros, subsistem preconceitos, atitudes incorrectas acerca do papel da mulher na sociedade. A luta emancipadora da mulher é uma questão que diz respeito a todo o Partido, devendo combater-se vigorosamente as manifestações incorrectas.

A experiência histórica demonstra e o 25 de Abril confirma, que é essencialmente com as transformações socioeconómicas, com a liquidação da sociedade exploradora que o estatuto das mulheres (e também a «ideologia dominante») se transforma.

Mas o processo não é automático. A revolução nas relações de produção só por si não elimina todos os conceitos negativos na consciência das pessoas. A nova realidade socioeconómica transforma-se mais rapidamente que a velha consciência social.

A luta pela transformação do mundo, para pôr fim ao regime explorador, luta comum aos homens e às mulheres, exige igualmente um combate permanente e decidido contra as ideias e práticas retrógradas, condição indispensável para o aparecimento do novo homem e da nova mulher e a estruturação das relações pessoais e sociais na base da fraternidade e do respeito mútuo.

## XI AS MULHERES COMO FORÇA ORGANIZADA

A luta geral, a democracia e o progresso social aprofundam-se tanto mais quanto mais forte e mais ampla é a luta emancipadora das mulheres.

Do mesmo modo, a luta emancipadora das mulheres terá tanto mais êxito quanto mais estreitamente se articula com a luta geral pelo progresso social, quanto mais sólidas e coerentes forem as suas bases orgânicas.

A diversidade social, grau de consciência e experiência de luta, corresponde igualmente uma grande diversidade de formas de organização, através das quais as mulheres expressam as suas reivindicações, dão forma à sua luta.

Nunca no Partido existiu uma organização das mulheres, uma vez que sempre se considerou que as militantes deveriam estar em todos os níveis e tarefas tal como os homens. Simultaneamente, nunca foi orientação do Partido isolar as mulheres comunistas das massas populares femininas. Desde sempre se considerou que as mulheres comunistas deveriam integrar com outras mulheres sem partido ou de outras correntes políticas ou ideológicas os movimentos e estruturas unitárias femininas.

As organizações femininas, em toda a sua génese, traduzem a evolução social. Com a incorporação em larga escala da mulher na produção material, aumenta a importância social e política da mulher trabalhadora, designadamente as ocupadas na indústria transformadora (mais de 300 mil), na sua maior parte concentradas em importantes unidades industriais.

As mulheres trabalhadoras, apoiando-se nas suas organizações de classe (sindicatos e comissões de trabalhadores), inserindo as suas reivindicações específicas na luta geral de todos os trabalhadores, constituem a parte mais organizada, consciente e combativa do importante movimento feminino da actualidade.

O movimento operário tornou-se condição material da libertação da mulher, mas a luta das mulheres não coincide inteiramente, nem se esgota, na luta geral da classe operária. As mulheres têm problemas próprios e, consequentemente, reivindicações específicas.

Foi Lênine, que também o havia dito acerca dos operários, quem afirmou que «a emancipação das mulheres trabalhadoras deve ser obra delas mesmas». Isto é, as mulheres devem intervir na resolução dos seus próprios problemas. As mulheres trabalhadoras estão sujeitas a uma dupla exploração. São vítimas da exploração capitalista como todos os seus irmãos de classe, mas são igualmente vítimas de uma exploração específica, como ser, só pelo facto de serem mulheres.

As mulheres trabalhadoras lutam por salário igual a trabalho igual, pela promoção profissional e o acesso a todos os ramos da economia, lutam contra a «feminização» de certos ramos profissionais, lutam por infra-estruturas de apoio social, para que a maternidade tenha um carácter eminentemente social, lutam pela mudança de mentalidades, lutam pelos direitos políticos e sociais.

As mulheres trabalhadoras têm no movimento sindical a sua principal forma de organização. O peso social crescente da mulher trabalhadora, a emancipação da mulher sendo condição necessária para a emancipação de todos os trabalhadores, exigem do movimento sindical uma maior atenção para com os problemas das mulheres trabalhadoras.

O número de mulheres sindicalizadas está longe de corresponder ao seu peso na massa trabalhadora e à sua participação na luta de massas. O número de mulheres que ocupam cargos de direcção

nas estruturas sindicais, embora significativo, continua insuficiente. É certo que o crescente desemprego, os ataques às liberdades e organizações sindicais, torna mais difícil a organização das mulheres, mas isso não anula a existência de insuficiências e subestimações neste campo.

O êxito da luta das mulheres trabalhadoras dependerá em grande medida do seu grau organizativo. O reforço da unidade da classe operária dependerá igualmente da participação das mulheres como força organizada. Com o objectivo de dinamizar a participação das mulheres na vida sindical, de estudar os seus problemas e reivindicações, passos importantes foram dados com a criação, quer a nível das diferentes estruturas de departamentos sindicais para o trabalho de mulheres, quer com a constituição das comissões de mulheres a nível das empresas. No entanto, apesar destes avanços, bem como do reconhecimento da importância da luta das mulheres, há graves insuficiências orgânicas que urge ultrapassar.

A criação de departamentos sindicais, nomeadamente nos sectores de elevada mão-de-obra feminina, ligando-se ao estudo dos problemas que mais afectam as mulheres trabalhadoras, e promovendo nesses sectores mais mulheres a delegadas sindicais e dando maior atenção à eleição de mulheres para as direcções sindicais, contribuirá para uma maior participação das mulheres na luta.

Apesar da longa experiência, dos resultados concretos, subsistem no Partido incompreensões acerca da necessidade de organizações específicas de mulheres.

No Relatório do Comité Central ao VIII Congresso do nosso Partido (Novembro de 1976), reflectindo o carácter esporádico destas dúvidas, voltou a abordar-se o problema e, apreciando a luta das mulheres, as formas de organização e a experiência acumulada, concluiu-se ser necessário «manter um movimento de mulheres organizado à escala nacional».

As dúvidas, as hesitações (e até as resistências) que esporadicamente surgem no Partido (entre homens e mulheres) acerca da necessidade de existir um movimento específico de mulheres, mostram ser necessário prosseguir e aprofundar a discussão deste problema, de modo a se poder dar continuidade ao despertar para a luta democrática de milhares e milhares de mulheres.

Em Portugal existe um movimento específico de mulheres, com largas tradições — o Movimento Democrático de Mulheres (MDM). Nascido sob o fascismo (1969), o MDM é o único movimento específico de mulheres de carácter democrático, prestigiado e com implantação nacional, que desenvolve uma actividade regular, o movimento que melhor tem contribuído para o despertar das mulheres portuguesas para a defesa dos seus direitos, da democracia e da paz.

Intervindo como movimento de opinião (sensibilizando as mulheres para os seus problemas, denunciando as medidas discriminatórias a que estão sujeitas), intervindo como força organizada, mobilizando as mulheres para a resolução dos problemas concretos, o MDM numa base de aspiração emancipalista, tem vindo a aglutinar e a defender os interesses de mulheres de várias camadas e classes sociais.

O MDM, pelas suas características de movimento democrático, unitário e aglutinador de mulheres das mais variadas tendências políticas e religiosas que, independentemente das suas opções pessoais, se juntam e unem à volta de questões que lhes são comuns pelo facto de serem mulheres, é um movimento de amplas perspectivas de intervenção.

## XII A MULHER NO PCP

As mulheres desempenharam sempre importante papel na actividade do Partido ao longo de toda a sua história.

A história do PCP está cheia de exemplos magníficos de dedicação, coragem e heroísmo dados pelas mulheres comunistas.

Muitas militantes viveram longos anos nas duras condições de clandestinidade, desempenharam tarefas das mais responsáveis e arriscadas na direcção e organização, na redacção, impressão e distribuição da imprensa clandestina, no funcionamento das casas clandestinas do Partido. A sua participação no aparelho clandestino foi tão ampla e vital que durante anos foi editado um jornal das mulheres das casas do Partido: «A voz das camaradas».

Muitas mulheres comunistas — cujos exemplos não devem ser esquecidos — foram perseguidas, presas, torturadas e condenadas a passar longos anos nas prisões fascistas. Algumas pagaram com a vida a sua luta heróica. Catarina Eufémia tornou-se justamente um símbolo do heroísmo da mulher comunista na luta contra a ditadura fascista.

A vida e a luta clandestina do Partido durante 48 anos da ditadura fascista não teria sido possível sem a elevada consciência revolucionária e o empenhamento na luta de muitas centenas de militantes mulheres.

Na actividade legal e ilegal, na luta de massas, no apoio e solidariedade aos presos políticos, nas mais variadas tarefas e missões, as mulheres tal como os homens, fizeram a história do Partido.

Após o derrubamento da ditadura fascista, ao longo do processo revolucionário, também as mulheres comunistas escreveram algumas

das páginas mais gloriosas da luta do Partido, da classe operária e do povo português.

Nas mais exaltantes acções revolucionárias — na conquista das liberdades, no controlo de gestão de empresas nacionalizadas e intervencionadas, na reforma agrária, na batalha da produção, na luta contra a reacção em defesa das conquistas de Abril, nas grandes acções de massas em todas as frentes de luta — as mulheres comunistas desempenharam papel de primeiro plano e, em muitos casos, determinante.

Papel igualmente importante tiveram as mulheres no desenvolvimento e reforço do Partido nas novas condições da actividade legal depois de 48 anos de clandestinidade.

Actualmente o Partido conta na sua actividade com a militância de muitos milhares de mulheres comunistas que, com os homens, dão o melhor de si para construir e dinamizar este grande colectivo que é o Partido Comunista Português.

O crescimento contínuo de efectivos femininos no Partido mostra que um número cada vez maior de mulheres, reconhecendo no PCP não só a grande força política de transformação da sociedade portuguesa, mas também o mais consequente defensor dos seus interesses de mulheres, compreendem que é nas fileiras do Partido o seu lugar de combate.

As mulheres representavam 15% dos efectivos do Partido em Maio de 1975, 20% em Dezembro de 1977, 21,1% em Junho de 1980, 21,6% em Dezembro de 1983 e mais de 22% em 1985.

As mulheres comunistas que integram o Movimento devem pois lutar por acentuar o seu carácter unitário, estimular a cada momento os factores reais da mobilização e unidade das mulheres, reforçar uma intervenção dinâmica, defendendo a sua especificidade como movimento de mulheres.

A insistência na necessidade de um movimento de âmbito nacional com influência de massas não deve fazer perder de vista que as mulheres participam de forma crescente nas mais diversas esferas da vida política, económica e social e, consequentemente, alarga-se a diversidade das formas orgânicas a que se recorre para concretizar e dinamizar reivindicações e movimentos específicos das mulheres. É indispensável considerar outras expressões orgânicas, ir ao encontro de cada reivindicação e aproveitar e desenvolver a vontade de melhorar uma situação para criar uma comissão, um qualquer colectivo capaz de dinamizar e dirigir uma acção específica, pelos direitos das mulheres.

As comissões unitárias de mulheres são outro exemplo de diversificação de formas de intervenção que as mulheres têm encontrado no nosso país. A sua enorme flexibilidade orgânica, a sua base popular, a possibilidade de proporcionar uma compreensão muito directa das razões que as justificam, dá às CUMs grande capacidade de intervenção.

As CUMs surgem em 1976, nomeadamente na luta contra o aumento do custo de vida, da necessidade que grande número de mulheres sente de se unir e organizar para fazer frente ao aumento dos preços dos bens essenciais.

A esta valiosa experiência de Comissões Unitárias outras lhes sucedem por objectivos muito variados de que são exemplo a luta por lavadouros, creches, etc.. Apesar de terem tido na maioria dos casos uma vida limitada no tempo, elas são aglutinadoras de largos sectores da população feminina, não só pela objectividade das suas reivindicações, e que são a sua razão de existir, como também pelo carácter fluido do seu funcionamento. Não apresentam estruturas nem impõem qualquer tipo de opção e vinculação com outras organizações.

As CUMs vieram também a aglutinar mulheres que, ainda não ganhas para uma luta integrada numa organização de mulheres, através da sua experiência nesta, têm mais facilmente uma perspectiva da importância da sua intervenção e da especificidade desta luta.

Os Encontros de Mulheres são outra forma de acção colectiva das mulheres, que o MDM e o movimento sindical, as Comissões Unitárias de Mulheres ou os Conselhos Regionais de Mulheres têm promovido em praticamente todas as regiões.

Os encontros em si, as experiências, o convívio, a descoberta que permitem a muitas mulheres, não aderentes ou activistas de organizações ou frentes femininas, são uma importante fonte de criação de uma consciência colectiva feminina.

Apesar da enorme importância de todas estas formas de organização, para uma mais larga participação da mulher na luta democrática geral, para a própria consciencialização de que a sua luta às integra no processo geral de emancipação social, torna-se necessário dar continuidade à actividade dessas mulheres através da sua inserção em formas orgânicas estáveis.

Os movimentos específicos de mulheres, inseridos no movimento geral de massas pela paz e o progresso social, revelaram-se de capital importância para o despertar da consciência emancipadora de amplas massas femininas e para a compreensão de que a causa das discriminações reside na existência da própria sociedade exploradora.

Na altura do X Congresso, o Partido contava nas suas fileiras com 43 451 mulheres. Nenhum outro partido conta com um efectivo feminino militante de tamanha grandeza.

No que respeita às tarefas desempenhadas e ao nível de responsabilização, também a participação das mulheres se ampliou e reforçou significativamente após o 25 de Abril.

Nas células de empresa 17,7% são mulheres, nas Comissões de Freguesia 15,2%, nas Comissões Concelhias 13,1%, nas Comissões Distritais 19,7% e nas Direcções Regionais 16,1%.

No Comité Central eleito no X Congresso 13,3% dos seus membros são mulheres, o que com evidência constitui entretanto uma percentagem insatisfatória. Em 1983 o Comité Central elegeu para os seus organismos executivos, pela primeira vez, 3 mulheres, o que traduz a preocupação de fazer participar a mulher a todos os níveis do trabalho e direcção do Partido.

É ainda de salientar a evolução positiva que se tem verificado no número de delegados aos Congressos do Partido (cerca de 10% no VIII Congresso, 15,3% no IX Congresso, 19,3% no X Congresso). Entretanto todos estes números mostram que, apesar do esforço que se tem realizado e dos progressos verificados, a percentagem de mulheres nos organismos de direcção não corresponde à sua intervenção real em toda a vida partidária.

Há, é certo, sectores profissionais (Saúde, Função Pública, Professores) onde a mulher tem papel destacado na direcção, devido em grande parte ao elevado número de mulheres que neles trabalham, à sua situação económica e ao meio cultural em que se inserem. Estes



### XIII OBJECTIVOS E TAREFAS

O X Congresso do Partido realizado em Dezembro de 1983 traçou os grandes objectivos e linhas de acção do Partido na luta pela emancipação da mulher na situação existente.

Designadamente:

a) A eliminação das discriminações sociais, profissionais e salariais, a promoção do emprego e a formação e valorização profissionais.

b) A consagração legal de direitos da mulher trabalhadora no que respeita à maternidade e ao imprescindível apoio e acompanhamento dos filhos pelos pais.

c) A melhoria e alargamento da assistência materna, nomeadamente na gravidez, no parto e no período pós-parto, o fomento do parto hospitalar e a humanização dos respectivos serviços.

d) A criação de estruturas sociais de apoio à mulher e à família, nomeadamente creches, jardins de infância, cantinas, etc..

e) O incremento e gratuidade do planeamento familiar e a legalização da interrupção voluntária da gravidez.

f) O combate ao uso da imagem discriminatória, estereotipada e ofensiva da dignidade da mulher nos meios de comunicação social, na publicidade ou nos livros escolares.

g) Medidas tendentes à protecção das mães solteiras e das mulheres sós, nomeadamente viúvas e idosas e reconhecimento da função social do trabalho doméstico.

Na aplicação das orientações traçadas pelo Partido conduziram-se importantes lutas e alcançaram-se significativas vitórias.

Contraopondo-se aos êxitos alcançados, a ofensiva dos governos da direita contra os direitos da mulher conquistados com a revolução de Abril — ofensiva que se pode justamente chamar a contra-revolução na esfera feminina — conduziu a sérias limitações e retrocessos dos direitos da mulher.

Tal como em relação às grandes conquistas democráticas do povo português assim também em relação aos direitos das mulheres é necessário e urgente pôr fim à política contra-revolucionária, alcançar uma alternativa democrática e retomar o caminho emancipador da revolução de Abril.

A Conferência comprova o justo trabalho realizado e o papel de vanguarda e insubstituível do PCP na luta emancipadora da mulher.

Comprova também a persistência de tendências negativas e debilidades no plano ideológico, da organização, e da acção que é imperioso contrariar e superar.

Considerando a evolução da situação económica e social, política e cultural nos últimos anos e as modificações reais verificadas no referente à situação da mulher, a Conferência, prosseguindo a aplicação da orientação definida no X Congresso, define as tarefas fundamentais do Partido no momento actual, designadamente: — no plano da acção política e da actividade de massas; — no plano das organizações e movimentos unitários; — no plano ideológico, e no plano da organização, quadros e Direcção do Partido.

1. No plano de acção política e da actividade de massas (incluindo na Assembleia da República, nas Autarquias, etc.) impõe-se desenvolver a acção, não só em torno dos problemas económicos, sociais e políticos comuns a homens e mulheres, mas igualmente em torno dos problemas e aspirações específicas das mulheres.

2. No plano dos movimentos e formas de organização unitária de mulheres, impõe-se, apoiar mais activamente os movimentos e organizações de mulheres, lutar dentro das organizações sindicais

e outras organizações de massas para dinamizar a acção em defesa dos direitos das mulheres, promover uma maior intervenção das mulheres na vida política e social, impulsionar iniciativas de solidariedade internacionalista e desenvolver uma actividade permanente em defesa da paz.

3. No plano da organização, de direcção e de quadros do Partido, impõe-se insistir no recrutamento de mulheres para o Partido como uma das linhas prioritárias de recrutamento, realizar um decidido esforço para a preparação de quadros femininos, atribuindo às mulheres tarefas políticas e de organização correspondentes às suas possibilidades reais, tornar mais audaciosas as promoções de mulheres quando revelarem as qualidades necessárias aos organismos de direcção em todos os escalões.

4. No plano ideológico a batalha do Partido trava-se em duas frentes: na acção política e ideológica na sociedade portuguesa e dentro do próprio Partido.

Na acção política e ideológica (intervenção política, imprensa, iniciativas diversas) impõe-se inserir sistematicamente a «problemática feminina», defendendo uma orientação correcta acerca do papel da mulher na sociedade, apoiando a sua luta emancipadora e combatendo concepções e atitudes incorrectas e retrógradas, denunciando a intensificação da ofensiva ideológica de que as mulheres são alvo por parte das forças reaccionárias.

Dentro do Partido são de assegurar a defesa e aplicação de orientações traçadas, de combater tendências negativas que se manifestem.

A Conferência sublinha a necessidade de assegurar na vida interna do Partido os direitos da mulher, designadamente o direito à igualdade, combatendo a aceitação, como ideias e práticas de vida próprias de comunistas, concepções, preconceitos e procedimentos discriminatórios em relação à mulher e próprios da sociedade capitalista e da burguesia.

A Conferência sublinha a necessidade de valorizar insistentemente a actividade específica da mulher e das correspondentes actividades unitárias, combatendo concepções que contrapõem a actividade do Partido às actividades unitárias e por isso as consideram desnecessárias, dispensáveis ou quanto muito destinadas apenas às mulheres domésticas.

A Conferência sublinha a necessidade de assegurar a igualdade da promoção das mulheres a todas as funções e responsabilidades no próprio Partido combatendo as concepções segundo as quais a desigualdade de direitos de homem e mulher é uma situação natural e imanente.

A Conferência traça como orientações a intensificação da acção do Partido em todas estas direcções.

Ao mesmo tempo a Conferência sublinha que é essencial a compreensão (e a batalha por essa compreensão) de que o êxito na luta pelo reconhecimento efectivo e a concretização dos direitos das mulheres e pela sua emancipação são inseparáveis do êxito da luta política pela transformação democrática da sociedade.

A Conferência revela que, nos últimos 10 anos, a política contra-revolucionária de sucessivos governos de direita atingiu duramente os direitos e as conquistas alcançadas pelas mulheres com a Revolução de Abril.

Tal como em relação às outras conquistas da revolução democrática também em relação com os direitos das mulheres urge

casos não invalidam porém a insuficiente participação das mulheres nos organismos de direcção a todos os níveis.

Para tal situação não devem buscar-se explicações simplistas. Existem, por um lado, razões objectivas — económicas, familiares, culturais — que dificultam uma mais activa participação de mulheres na vida orgânica do Partido. Seria erro grave subestimar tais razões.

Mas terá de reconhecer-se que subsistem ainda, por outro lado, dependendo de regiões e de camadas sociais, preconceitos e tradições arcaicas nas próprias fileiras do Partido, que impedem ou contrariam tal participação.

Para a acentuação dos progressos realizados impõe-se considerar, nas orientações a traçar e nas decisões e medidas a tomar, tanto as razões objectivas como as razões subjectivas.

Assim, nas exigências feitas às militantes do Partido, é necessário ter presente que, nas condições sociais existentes, para uma mulher comunista, a militância não é objectivamente feita em condições de igualdade com os homens, particularmente se é trabalhadora e mãe.

Não esquecendo tal particularidade, o recrutamento, o empenhamento militante e a promoção de mulheres devem constituir uma preocupação constante em todos os organismos do Partido, atribuindo tarefas correspondentes às suas qualidades, acompanhando aquelas que se vão destacando, não facilitando a substituição de quadros mulheres com tarefas de organização que, no imediato, possam ter dificuldades em responder às mesmas, procurando, sempre que possível, ajustar os horários das reuniões, de modo a permitir a sua participação, não reduzindo o seu contributo às tarefas que são extensão das tarefas domésticas e dando combate sistemático às concepções e atitudes incorrectas acerca do papel da mulher.

A vida tem mostrado que as mulheres comunistas estão em condições de dar uma contribuição ainda mais valiosa a todo o trabalho do Partido.

A Conferência constituirá um grande passo para que tal objectivo se venha a concretizar.

pôr fim à política de direita.

Na situação actual a defesa dos direitos das mulheres é inseparável da defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, das nacionalizações, da reforma agrária, do poder local democrático, da proporcionalidade no sistema eleitoral.

A defesa dos direitos das mulheres e novos progressos na luta emancipadora são inseparáveis da luta por uma viragem na política nacional que retome o caminho de Abril.

Assim a defesa dos direitos das mulheres e novos progressos na luta emancipadora, não podem separar-se, no momento actual, da luta pela demissão do governo reaccionário do PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático, com uma política democrática que inscreva, entre os seus pontos programáticos, a garantia efectiva dos direitos da mulher portuguesa.

A «Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» constituirá um importante contributo à causa da emancipação da mulher, ultrapassando em muito as fileiras do Partido.

Nenhum outro partido revelou capacidade e a coragem para discutir com frontalidade e verdade os problemas das mulheres, mesmo aqueles problemas que subsistem no próprio colectivo partidário.

A Conferência constitui importante contribuição para a tomada de consciência por todo o Partido dos problemas existentes, da sua importância, da necessidade de lhes dar atenção e de promover a acção correspondente, segundo as directrizes aprovadas na Conferência.

Para os homens e mulheres dos mais variados sectores sociais, a Conferência será um importante contributo para o mais profundo conhecimento e mais correcta compreensão dos problemas das mulheres, dos seus justos direitos e da necessidade de promover, organizar e intensificar a luta com objectivos concretos.

Particularmente as mulheres, jovens e adultas, de diferentes tendências políticas, poderão encontrar na Conferência e nos documentos nela aprovados a fonte de novos conhecimentos e valiosos instrumentos para a sua acção.

Desta Conferência, do que nela foi dito, analisado e criticado, dos caminhos nela apontados para corrigir deficiências, erros e incompreensões nasce uma certeza: a luta pela concretização na vida dos justos direitos das mulheres, não só vai prosseguir, mas intensificar-se.

Na longa, dura e difícil estrada que é a da luta pela emancipação das mulheres, sabem já muitas e ficará a saber um maior número após a realização desta Conferência, que a defender os seus direitos, a solidarizar-se com elas, a apoiá-las na sua caminhada tem estado sempre, está e estará o Partido Comunista Português.

Os comunistas vão tomar nas suas mãos os resultados desta Conferência e levá-los ao conhecimento das mais amplas massas femininas. Mais e mais mulheres verão no PCP o Partido da sua emancipação. Mais e mais mulheres, jovens e adultas, virão ao PCP como forma de fortalecer a luta pela sua emancipação. Mais e mais mulheres dentro e fora do PCP tomarão nas suas mãos, discutirão e enriquecerão com a sua experiência os resultados desta Conferência. E assim farão dela a sua Conferência, um novo avanço no caminho da sua libertação.

## Álvaro Cunhal no encerramento da Conferência: «Um importantíssimo passo na luta do Partido pela emancipação da mulher»



Camaradas:

Chega ao fim a nossa Conferência sobre «A emancipação da mulher no Portugal de Abril».

Existem apreciações diferentes sobre muitas das teses discutidas e aprovadas. Mas, pela larguíssima participação, pelo empenhamento nos debates, pelo interesse suscitado em vastos sectores da opinião pública, pela busca colectiva da exactidão da análise e do rigor das formulações e da justeza dos objectivos e tarefas, creio que podemos todos sem dificuldades coincidir desde já numa opinião comum: Esta Conferência era necessária — valeu a pena realizar a Conferência.

Creio também que não é difícil coincirmos desde já numa outra opinião comum: esta Conferência ficará assinalada como um marco na luta do Partido e da mulher portuguesa pela sua emancipação.

### 1 Um marco no caminho da emancipação da mulher

Muitos camaradas sublinharam que a temática abordada é complexa, que em numerosos aspectos há um fosso entre as aspirações e a realidade, que se trata de problemas sérios que pela primeira vez se discutem amplamente no Partido, e que, por tudo isso, a iniciativa foi ousada e corajosa: é um facto que nenhum outro partido seria capaz de realizar uma tal Conferência.

Temática sem dúvida complexa. Porque a situação objectiva da mulher e a sua mentalidade, assim como as concepções e a prática dos homens, são extremamente diversificadas segundo a classe social, a actividade profissional, a intervenção na vida social e política, a situação familiar, as tradições regionais ou sectoriais prevalentes.

Tanto o largo debate realizado no Partido, como os debates realizados nas secções da Conferência, constituíram uma comprovação dessa diversidade de situações, de problemas e de mentalidades.

Como era inevitável e esperado, expressaram-se ideias diversas sobre as diversas matérias. Com sentidos contraditórios, foram feitas críticas ou manifestadas reservas a muitos aspectos da análise, dos conceitos e das orientações. De uma forma talvez simplista podemos classificá-las em dois grandes grupos: o daqueles que entendem que o Partido está a ir longe de mais no que respeita à emancipação da mulher e o daqueles que entendem que o Partido não vai tão longe como deveria ir.

Com qualquer destas duas tónicas foram apontadas deficiências que nos impõem a obrigação e a tarefa de prosseguir e aprofundar o estudo e de alcançar conclusões mais rigorosas.

Entretanto, o que caracterizou no fundamental o debate realizado não foram as diferenças de opinião expressas, mas a opinião geral do acerto e oportunidade da realização da Conferência, e da correcção das teses fundamentais apresentadas e das linhas de orientação propostas.

A aprovação final do documento-base assim o indica.

Creio, camaradas, que ao participarmos nesta grande, entusiástica e magnífica Conferência, todos nos sentimos certos de que ela representa um importantíssimo passo na luta do Partido pela emancipação da mulher e na luta das mulheres pela sua própria emancipação.

Antes da convocação da Conferência debateu-se qual deveria ser a sua natureza: uma Conferência do Partido? Uma Conferência das mulheres comunistas? Uma Conferência unitária de mulheres, por iniciativa do PCP?

Decidiu-se que fosse uma Conferência do Partido, uma Conferência em que o Partido, e portanto todos os membros do Partido, mulheres e homens, assumem as suas responsabilidades na luta por uma causa que todos consideramos justa: a causa da emancipação da mulher.

O que significa o facto de ser uma Conferência do PCP?

Significa que, respondendo aos problemas, às necessidades, às aspirações, aos objectivos das mulheres portuguesas e em primeiro lugar das mulheres trabalhadoras que são as mais exploradas e oprimidas, o Partido não se limita a fazer um apelo para que lutem em defesa dos seus interesses e direitos, — o Partido confirma uma vez mais ser ele próprio uma força de combate na defesa desses interesses e direitos.

Significa que o Partido, todo o Partido, todos os seus membros, estão empenhados na luta em defesa dos direitos das mulheres, na luta pela igualdade e a emancipação da mulher portuguesa.

Um traço da Conferência que importa sublinhar é que a Conferência não pretende pôr um ponto final relativamente à problemática abordada, mas antes (na continuação de um processo anterior) ser um novo e importante ponto de partida para a acção futura.

Por isso, camaradas, nesta intervenção final que me cabe fazer, não pode ser meu propósito repetir as teses contidas no documento

sujeito ao debate no Partido e que (com numerosas emendas) acaba de ser aprovado na Conferência.

Impossível seria também obviamente dar um balanço tanto dos debates preparatórios da Conferência realizados em todo o Partido, como dos debates realizados nas Secções, a alguns dos quais assisti e de que acabo de receber uma breve informação complementar.

Quero aqui confirmar que do trabalho das Secções foram registados os debates, serão despistados, reduzidos a escrito e constituirão um material de grande valor para o prosseguimento da análise dos problemas após a realização da Conferência.

Permitam-me pois, camaradas, que me limite neste momento a dar uma primeira apreciação da realização da Conferência, a referir alguns principais aspectos da sua mensagem, a anotar algumas das mais importantes opiniões críticas expressas no debate realizado no Partido e nas Secções da Conferência, e a pôr em relevo algumas das conclusões referentes à actividade futura do nosso Partido.

Certamente, depois do que vou dizer, alguns camaradas gostariam de expor ainda a sua opinião, diferente ou divergente em tal ou tal ponto. Porque se trata do encerramento da Conferência, não o poderão fazer aqui hoje. Mas poderão fazê-lo ulteriormente sem que entretanto isso nos envolva em debates intermináveis que paralise a nossa acção. Porque, sem em nada prejudicar as análises ulteriores, o essencial é avançar com a nossa actividade e a nossa luta pela emancipação da mulher tendo em conta o trabalho realizado pela Conferência.

### 2 A força motora determinante

O documento sujeito ao debate e aprovado na sua redacção final, contém duas teses centrais.

Uma: que a emancipação da mulher é parte integrante da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos.

Outra: que a evolução social e designadamente a liquidação da exploração do homem pelo homem é a força motora determinante do processo emancipador.

São teses que toda a História comprova.

Além do mais porque só quem fecha os olhos às realidades mais profundas das transformações sociais e políticas pode negar que, nas mais variadas circunstâncias, a participação das mulheres na luta revolucionária comporta, por si mesma, a modificação da sua situação social e dos seus direitos.

Nas mais variadas situações e nas mais diversas etapas da luta dos povos, combatendo ao lado do homem pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o socialismo, a mulher, mesmo que não explicita as suas reivindicações especificamente femininas, elimina numerosas discriminações e alcança modificações radicais no seu estatuto.

Modificações de facto e modificações formalizadas no direito.

Ao contrário de numerosas revoluções burguesas em que foram reconhecidos formalmente direitos que nunca foram concretizados na prática, com a participação na luta revolucionária a mulher alcança de facto numerosos direitos antes que estes sejam formalmente reconhecidos pelo poder revolucionário posteriormente instaurado.

Todas as revoluções de carácter verdadeiramente popular (democráticas, de libertação nacional ou socialistas) trouxeram para a mulher, embora em graus diferentes, passos agigantados no caminho da sua emancipação. Não apenas relativamente aos direitos políticos, mas na esfera do trabalho, da profissão, da vida social, da família e das mentalidades.

O documento aprovado cita justamente o que representou a Revolução de Outubro para o processo de emancipação da mulher, não apenas no primeiro Estado socialista, mas na evolução social mundial.

No debate realizado houve camaradas que referiram certos aspectos da realidade da URSS e de países socialistas (por exemplo, o número limitado de mulheres em certos cargos de responsabilidade superior do Partido e do Estado) como índices de atrasos no que respeita à igualdade e à emancipação. Concordamos que o sejam. Mas tais atrasos não podem levar a apagar os passos agigantados do processo emancipador nos mais variados domínios.

Como exemplo: quem negará que o facto de que na URSS, país em que 83% das mulheres eram analfabetas, hoje são 59% dos especialistas com instrução superior e secundária especializada, cerca de 50% dos engenheiros trabalhando na indústria e de todos os especialistas na agricultura, cerca de 30% dos juizes, três em cada 4 médicos, e um número de deputados ao Soviete Supremo superior ao número de todas as deputadas de todos os países capitalistas somados em conjunto, — quem negará que estes números são valiosos índices da igualdade de direitos da mulher?

Sem dúvida que a própria experiência histórica se tem encarregado de demonstrar toda a complexidade, irregularidade e morosidade do processo de emancipação se tivermos em conta não apenas uma vanguarda política e social, mas a generalidade das mulheres.

## «Independência económica — passo essencial para a igualdade de direitos da mulher»

Mas o factor determinante não pode ser negado nem desmentido. Entretanto, quando se insiste que a luta das mulheres é parte integrante da luta geral dos trabalhadores e dos povos, e a evolução social progressista o factor determinante, não se pretende (ao contrário do que pensam alguns camaradas) retirar à luta específica das mulheres a sua real importância e o papel que desempenha no processo emancipador.

Não se colocam tais factores num mesmo plano. Mas é justo dizer, que se a luta geral dos trabalhadores e dos povos é um factor de emancipação e promove a luta das mulheres pelos seus direitos e interesses específicos, é igualmente certo que esta última é valioso elemento da luta geral dos trabalhadores e dos povos.

### 3

#### A mulher, a revolução e o processo contra-revolucionário

Após 48 anos de ditadura fascista, a Revolução de Abril representou para a mulher portuguesa modificações profundas, não apenas em direitos fundamentais que foram reconhecidos mas na situação de facto.

A Constituição, lei fundamental do País, reconheceu o princípio da igualdade jurídica e da igualdade de oportunidades e interditou quaisquer discriminações ou privilégios por razões de sexo.

Como foi largamente documentado na Conferência, com o 25 de Abril a mulher portuguesa conquistou importantes direitos, de que aqui lembramos apenas alguns.

No que respeita ao trabalho, foi instituído o princípio do salário igual a trabalho igual. Foi estabelecido o salário mínimo nacional. Foram concedidos subsídios de desemprego, pensões sociais e reformas mínimas. Deixou de haver profissões vedadas às mulheres que ascenderam à magistratura e à carreira diplomática. Foi estabelecido o direito à protecção da maternidade. Intervindo activamente no processo revolucionário, a mulher participou no controlo operário, na gestão democrática das empresas, das escolas e dos hospitais.

Na vida política e social a mulher passou a exercer as liberdades democráticas conquistadas, o direito de expressar o seu pensamento, o direito de voto, os direitos sindicais, o direito de pertencer a partidos políticos. É eleita para o Parlamento e para os órgãos do Poder Local. Participou nas lutas de massas em todas as frentes do processo de democratização da vida nacional.

No ensino, foi suprimida a separação entre escolas e liceus masculinos e femininos. Alargou-se a escolaridade obrigatória, introduziram-se novas disciplinas, nomeadamente a educação sexual.

Na família, alargaram-se os fundamentos do divórcio. Foi feito o reconhecimento legal da família fora do casamento. Pôs-se fim à desumana distinção de filhos «legítimos» e «ilegítimos» com a consagração da igualdade dos filhos nascidos dentro e fora do casamento. Alargou-se o instituto da adopção. Atribuiu-se a ambos os cônjuges a direcção da família.

Nas mentalidades a Revolução provocou, em vastos sectores sociais, profundas alterações dos conceitos, inculcou o respeito pelos direitos da mulher, criou novas formas de compreender a vida e de estar na vida.

Que o 25 de Abril representou para a mulher importantes e positivas transformações ninguém contesta. Mas foi contestado por alguns camaradas que o processo contra-revolucionário dos últimos 10 anos tenha atingido seriamente os direitos das mulheres, que tenha entravado e em alguns aspectos interrompido e invertido a evolução favorável à sua emancipação.

Segundo tais camaradas tal tese constitui uma afirmação artificial, sem qualquer fundamento objectivo. Seria invenção afirmar a existência de uma «contra-revolução» no domínio da situação e dos direitos das mulheres.

É certo, camaradas, que o Governo de direita não desencadeou uma ofensiva declaradamente dirigida contra as mulheres e os seus direitos. Nem isso foi afirmado no documento posto à discussão.

É também certo que, no decurso do processo contra-revolucionário, a luta das forças democráticas conseguiu vitórias importantes no que respeita aos direitos das mulheres, como é o caso de conquistas no plano legislativo, conforme salientaram alguns camaradas.

É porém indiscutível que as principais ofensivas lançadas contra as conquistas democráticas da Revolução de Abril têm como consequência o agravamento da situação das mulheres e a limitação de muitos dos seus direitos alcançados com a Revolução.

A ofensiva contra os trabalhadores (despedimentos, desemprego, salários em atraso, precariedade dos postos de trabalho, tectos salariais, liquidação de benefícios sociais) atinge duramente a mulher trabalhadora.

Os golpes desferidos na Reforma Agrária, nas nacionalizações, no controlo de gestão, na democracia política, constituem em si mesmos duros golpes nos direitos das mulheres.

O roubo de mais de meio milhão de hectares de terra aos trabalhadores e a liquidação de 200 UCPs/Cooperativas afastaram do trabalho produtivo, das responsabilidades e da participação quotidiana em decisões de colectivos de trabalhadores e reconduziram à vida doméstica dezenas de milhares de mulheres.

A recuperação capitalista, com a ofensiva contra as nacionalizações e empresas sob controlo operário, levou ao encerramento de numerosas empresas, ao desemprego de milhares de mulheres, ao afastamento da gestão de mulheres que nela deram extraordinárias provas de iniciativa e capacidade.

Não é um artifício propagandístico ou produto de esquematismo na análise da situação a tese apresentada pelo Comité Central à Conferência, segundo a qual, **assim como com a Revolução de Abril se verificaram importantes transformações positivas na situação e nos direitos das mulheres, na forma de estar na vida e nas mentalidades, assim com o processo contra-revolucionário se tem desenvolvido e continua a desenvolver-se uma política que atinge gravemente essa situação e esses direitos, inculca nas mentalidades ideias conservadoras e retrógradas, coloca novos e graves entraves no processo de emancipação da mulher.**

E, sendo assim, tratando-se como se trata nesta Conferência, da emancipação da mulher no Portugal de Abril, a **reclamação da demissão do Governo PSD/Cavaco Silva, da sua substituição por um governo democrático, que retome o caminho de Abril**, não constitui a introdução forçada nesta Conferência de um objectivo político que nada tem a ver com ela, mas sim de um **objectivo político que interessa não só no imediato, mas profunda e vitalmente, os direitos das mulheres e o processo da sua emancipação.**

Porque, a continuar o Governo actual, a serem destruídas as grandes conquistas democráticas do Povo português, a restaurar-se o poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, a manterem-se no Poder as forças reacçãoárias e conservadoras, a mulher seria inevitavelmente confrontada com o acentuar das discriminações, das desigualdades, das injustiças sociais, das formas específicas de exploração e opressão, das humilhações e vexames na sociedade e na família erigidas em normas legais, princípios éticos e tradições sagradas.

Se, para defendermos os direitos dos trabalhadores, é adequada a reclamação «governo para a rua»; se, para defendermos a Reforma Agrária e impedirmos a sua destruição, é adequada a reclamação «governo para a rua»; se, para defendermos as nacionalizações, é adequada a reclamação «governo para a rua»; se, para defendermos o regime democrático e a independência nacional é adequada a reclamação «governo para a rua»; — também, **para defendermos os direitos das mulheres e assegurarmos que seja retomado o caminho emancipador a que a Revolução de Abril deu histórico impulso, é igualmente adequada a reclamação «governo para a rua».**

### 4

#### Dois condições básicas: independência económica e direitos políticos e sociais

Abordando o curso da luta pela emancipação da mulher, a Conferência deu particular relevo a duas condições básicas, ou, se se quiser, a dois passos de importância vital e histórica no processo de emancipação: a independência económica e a conquista e o exercício de liberdades e direitos que garantam à mulher a intervenção na vida política e social.

Envolvendo o tema numerosos problemas, permitam-me que, em breves palavras, aborde apenas alguns dos mais referidos no debate realizado.

Foi do reconhecimento geral que, enquanto a mulher não alcançar com o próprio trabalho a independência económica e couber ao homem o sustento do agregado familiar, manter-se-ão concepções e práticas em que a mulher estará condenada a ser «objecto de uso» ou «propriedade do homem», extremamente limitada se não impossibilitada de tomar qualquer decisão que a liberte de uma situação que a oprime.

A falta de independência económica condiciona a vida da mulher em todos os seus aspectos. Limita ou impede as suas opções. Economicamente dependente, a mulher insere-se por esse facto num estatuto de desigualdade e de submissão.

A independência económica da mulher constitui assim uma condição e um passo essencial para a igualdade de direitos da mulher.

Não têm razão alguns camaradas que puseram em dúvida a afirmação de que a mulher, por ser mulher, é sobreexplorada, afirmando que o problema da mulher trabalhadora é apenas o problema comum ao do homem trabalhador.

Sem dúvida que a exploração é comum e os problemas fundamentais são comuns. Mas é um traço típico da exploração capitalista que a mulher trabalhadora e mais particularmente a mulher jovem e a mulher idosa sofre discriminações que tornam ainda mais grave a exploração de que é vítima.

As mulheres são as primeiras a serem despedidas e preteridas, sofrem discriminações no montante dos salários mesmo quando com trabalho igual, na formação profissional, na promoção profissional, no acesso a cargos mais responsáveis, nomeadamente de chefia.

O direito ao trabalho não é apenas o acesso a um emprego mas o salário bastante, a possibilidade de formação, promoção e realização profissional.

Outra condição básica e importante passo no caminho da emancipação destacado no debate por muitos camaradas é a **conquista e o exercício de liberdades e direitos políticos.**

Podendo intervir livremente na acção política, tendo o direito de voto, podendo ser eleita para os órgãos do Poder, a mulher não só ultrapassa discriminações e desigualdades nessa área fundamental da vida dos povos e dos Estados, como adquire novos e importantes instrumentos para a luta pelos seus justos interesses e direitos, incluindo a luta contra todas as formas de exploração e opressão.

Não basta porém que esses direitos sejam reconhecidos formalmente para que a igualdade na área política seja estabelecida e assegurada.

Muitos camaradas chamam a atenção para a discriminação de facto mesmo quando há o reconhecimento formal dos direitos.

É uma conquista real a formalização do direito das mulheres participarem nos órgãos de decisão, mas maior conquista é a efectivação desse direito.

E quanto aos órgãos de decisão, a nossa posição não é determinada pela ideia (que alguns camaradas defendem) de que nos órgãos de decisão é necessária uma «óptica feminina» em contraposição à «óptica masculina» existente. Nem pela ideia (também defendida por alguns camaradas) de que o que caracteriza o poder político não é tanto a classe que o exerce como o sexo dos seus detentores.

E eu pergunto, camaradas: porventura, a existência de deputadas dos partidos reacçãoários cujo programa e cuja orientação (defendida pelos seus membros, incluindo as mulheres) é manter e agravar a servidão feminina, ou o facto de o actual ministro da Saúde ser uma mulher cuja política reacçãoária atinge duramente interesses e direitos das mulheres, porventura estes factos poderão ser vitorizados pelas forças progressistas, incluindo os movimentos de mulheres, por uma suposta «óptica feminina» que supostamente levam à Assembleia da República e ao Governo, ou pelo facto de enfraquecerem um suposto «poder masculino»?

A nosso ver seria incorrecto tal conceito.

A óptica que caracteriza as decisões dos órgãos do Poder e os órgãos de decisão em geral não é uma óptica masculina ou feminina, mas um óptica de classe. Também a natureza do poder político não é sexista, mas de classe.

Se defendemos que às mulheres sejam dadas as possibilidades de um real acesso a todas as funções na vida profissional, na vida social, na vida política, na vida cultural e no Estado, não é pois para combater a «óptica masculina» ou o «poder masculino», mas para que se ponha fim à discriminação e para que as mulheres possam em toda a parte defender os direitos da mulher, possam dar, como estão em condições de dar, todas as suas capacidades no exercício dessas funções, possam exercer as mesmas competências na direcção de todas as actividades e na direcção do Estado.

A experiência histórica mostrou e mostra cada dia que são **inteleramente capazes de assumir tais responsabilidades.**

### 5

#### A mulher e a família

De todos os problemas abordados, foi sem dúvida o problema da família aquele que suscitou mais vivos e por vezes apaixonados debates, mais profundas controvérsias e mais observações críticas às concepções expressas no Documento-base.

Resulta do próprio debate a extrema complexidade dos problemas em termos ideológicos, em termos sociais, em termos políticos, e até em termos morais relativos ao comportamento. E, como abstracto de toda a gama de aspectos e ângulos de visão, a busca do amor, da alegria e da felicidade.

A experiência que nos trouxe o debate e a Conferência indica-nos a necessidade de aprofundarmos ulteriormente (pelas formas e iniciativas apropriadas) o estudo de toda a temática abordada.

Não seria pois possível, nem adequado, pretender nesta intervenção final ir além de algumas referências a ideias e posições assumidas no debate e no documento aprovado pela Conferência.

Permiti, camaradas, que, da extraordinária multiplicidade e variedade de ideias avançadas no debate, eu aqui aborde apenas **quatro aspectos.**

O primeiro aspecto respeita a **observações de ordem geral que muitos camaradas fizeram.**

Que o documento apresentado para debate no Partido não dá uma definição rigorosa nem do que a família actualmente é, nem daquilo que o Partido entende que deve ser. E, ainda mais, que a definição, não explícita, mas resultante do Documento-base, é restrita porque focaliza apenas a relação homem-mulher.

Na verdade, como muitos camaradas sublinharam, a família comporta em Portugal no momento presente composições muito diversas: no quadro do casamento ou fora dele; casal sem filhos; casal com filhos; casal com filhos de anteriores situações; casal com outros familiares; mulher só ou homem só com filhos ou com outros familiares; etc., etc. Na sociedade actual, a família oferece diversas configurações estreitamente relacionadas com a classe social, o meio social, as tradições, a ideologia dominante nas várias regiões e a crescente diversificação das situações individuais.

Admitindo embora muitas composições e configurações (cada qual com os seus problemas próprios e problemas diferenciados no que respeita à situação da mulher) há uma realidade predominante: a maioria esmagadora das famílias têm como base ou ponto de partida se se quiser, um casal e os filhos respectivos. Celebram-se em Portugal anualmente cerca de 70 000 casamentos além das «uniões de facto» e registam-se cerca de 130 000 nascimentos anuais, dos quais 20 000 fora do casamento.

Trata-se de uma realidade social que temos obrigatoriamente de tomar em conta nas nossas análises.

Quero aqui expressar a ideia de que não são de perfilhar certas teorias segundo as quais a família é uma velharia sem sentido na época contemporânea, que os laços da família (incluindo entre pais e filhos) são inevitavelmente, sobretudo para a mulher, indesejáveis la-

ços de dependência e de limitação da liberdade, e que por isso é necessário bani-los da sociedade.

A família, tal como predomina na sociedade portuguesa actual, está sem dúvida eivada de limitações e até de aberrações. A moral burguesa sobre a família não só falseia a situação real como enferma de cínica hipocrisia.

Entretanto não consideramos como objectivo destruir a família, mas construir uma sociedade em que a família não seja constituída na base de interesses materiais e de preconceitos e convenções burguesas, não seja o palco de conflitos mesquinhos, de incompatibilidades insolúveis, de servidão, vexames e humilhações para a mulher, **mas uma realidade constituída na base da decisão livre, do amor, do afecto e da solidariedade recíprocas.**

O segundo aspecto respeita a **observações feitas relativamente ao direito à igualdade, aos obstáculos à igualdade efectiva e às condições para que a igualdade se concretize.**

O nosso Partido tem defendido que a igualdade do homem e da mulher na família constitui um importante aspecto de emancipação da mulher.

Já atrás referimos o reconhecimento da igualdade de direitos na família pela legislação saída da Revolução de Abril. Foi importante. Mas o reconhecimento legal da igualdade está muito longe de significar a igualdade de facto.

A igualdade do homem e mulher na família pressupõe: a independência económica da mulher; o amor, o afecto e a solidariedade na vida como determinantes fundamentais da vida comum; a libertação da mulher do exclusivo encargo duro, fatigante e rotineiro das tarefas domésticas (cozinha, limpeza, tratamento das crianças e até do homem) mesmo quando, tal como o homem, tem um trabalho profissional fora de casa.

A independência económica (salvo em camadas burguesas e em casos particulares) só pode ser assegurada em termos sociais através da garantia do direito ao trabalho profissional.

Amor, afecto e solidariedade só podem ser assegurados quando não intervêm na decisão de vida em comum interesses materiais, conveniências, preconceitos e critérios de classe, decisões externas à vontade dos próprios.

A libertação do encargo das tarefas domésticas como trabalho exclusivo só pode ser assegurado pela multiplicação de creches, infantários, lavandarias, cantinas e produção de alimentos pré-cozinhados, pelo melhoramento das condições de vida que permitam o acesso a essas estruturas assim como aos electrodomésticos e outros produtos de técnica moderna e também pelo bom entendimento dos casais de forma a haver compreensão de que o homem deve partilhar com a mulher das tarefas domésticas de harmonia com a organização da vida.

São problemas que não se resolvem por decreto nem por decisões de carácter administrativo. Estareis certamente de acordo que, por exemplo, o Partido não pode determinar (como pretendiam alguns camaradas) que todos os homens comunistas dividam obrigatoriamente a meio com as suas companheiras as tarefas domésticas.

Sem dúvida, há progressos em todas estas áreas. Mas estamos longe de uma situação social, de uma política democrática e de uma mentalidade predominante (tanto dos homens como das mulheres) que permita seja superada em todas estas áreas a injusta desigualdade.

A luta política e ideológica, a batalha pela mudança das mentalidades e por uma moral nova e superior, são importantes meios para modificar a situação. As transformações económicas, sociais e políticas aparecem como indispensáveis para o estabelecimento da igualdade efectiva não em termos individuais e pessoais (tais casos existem e são cada vez mais numerosos) mas em termos sociais.

Devemos ter plena noção de que a luta pela igualdade da mulher e do homem na família é uma luta difícil, cheia de contradições, e certamente demorada.

Mas, fazendo avançar o processo, o nosso Partido continua a luta pela remoção dos obstáculos que se opõem, nesta esfera como nas outras, à conquista pela mulher dos seus justos direitos.

O terceiro aspecto respeita a **observações sobre a relação homem-mulher.**

A passagem do Documento-base que suscitou mais observações é aquela em que é feita uma crítica simultânea tanto às situações de opressão, humilhação e violência de que as mulheres são vítimas na família, como às concepções segundo as quais é atribuído um valor social, e se erige em ideal inserido em concepções de «reorganização da família» e de revisão do seu conceito, a permanente instabilidade e promiscuidade sexuais. Não a instabilidade em si, naturalmente, não a instabilidade em casos individuais, mas a instabilidade erigida em opção e em regra a generalizar.

O texto proposto não era suficientemente esclarecedor. Foram propostas e aceites emendas. Mas não é de esperar que os críticos se considerem satisfeitos.

Cabe dizer que as observações não tiveram todas o mesmo sentido. Houve camaradas que propuseram o corte da primeira parte. Outros que propuseram o corte da segunda. E outros propuseram muito simplesmente o corte das duas.

A decisão foi manter as duas. Emendas sim, mas ficaram.

Nós perguntamos, camaradas: poderá o Partido deixar de travar combate contra concepções que consideram «destino» da mulher ser objecto de uso, como que propriedade do homem, incapacitada de reagir e pôr termo a situações de submissão e humilhação? E, sempre respeitando as decisões e opções individuais de cada um poderá o Partido deixar de travar combate contra a recusa anarquizante de ver na família um realidade social, contra a elevação à categoria de atitude revolucionária a dissolução e mesmo a amoralidade sexuais? Poderá o Partido (como propunham alguns camaradas) pronunciar-se contra a criação de laços sólidos, duradouros, na relação homem-mulher, fundados na vontade própria, na igualdade e no amor, laços que nada têm a ver com a noção burguesa do casamento pois são precisamente o inverso?

Isto não significa nem pode significar que o Partido partilhe, mesmo que pelo silêncio, ideias ultrapassadas como a do casamento

indissolúvel, ou da obrigação para a mulher ou para o homem de suportar situações que não deseja apenas pela pressão do meio social. Isto não significa, nem pode significar tão-pouco (e esclarecemos para evitar equívocos que se geraram no debate) que não reconheçamos pleno direito à união não legalmente formalizada, ao divórcio, à separação, à busca e à escolha de um novo destino na própria vida pessoal de cada um e cada uma.

Ao definirmos estes conceitos não é uma posição moralista ou moralizante que o Partido assume, não é uma posição crítica em relação aos comportamentos, mas o exame de um problema social com profundas repercussões em toda a vida social dos nossos dias.

É problema que certamente continuará em discussão. Mas, creio que estamos de acordo que, por agora, a posição definida pela Conferência constitui uma referência útil e a nosso ver necessária, da posição do Partido.

O quarto aspecto respeita a **observações relativas ao problema das crianças face ao problema da família.**

Apenas uma ligeira e muito incompleta anotação.

Somos contrários à ideia de que a educação, desenvolvimento e formação física, intelectual, moral e afectiva da criança deva ser uma questão **essencialmente do Estado.**

O Estado deve dar todos os apoios necessários para que essa tarefa seja realizada com êxito. Mas nela cabe ao pai e à mãe uma parte essencial.

Somos contrários a programas e soluções que desresponsabilizem os pais do desenvolvimento, formação e felicidade dos filhos.

Por isso **não dissociamos a luta pela emancipação da mulher, e também pela emancipação do homem, da luta pelo futuro e a felicidade das crianças.**

Difícil é acreditar que possa amar as crianças quem não ame os próprios filhos.

O amor pelas crianças, a luta para lhes assegurar tudo quanto necessitam no presente e para lhes assegurar o futuro, é ponto inalienável do programa e da luta dos comunistas.

## 6

### Sobre a mudança das mentalidades

A transformação da vida económica, social e política provoca profundas transformações nas mentalidades. Mas (como a História mostra) a transformação das mentalidades não acompanha necessariamente a transformação das estruturas económicas, sociais e políticas.

Na desigualdade da mulher e na sua situação discriminatória pesam as superestruturas ideológicas, tanto as de formação recente como as herdadas do passado. Pesam preconceitos e tradições milenárias que influem na consciência social e individual. Pesa a religião que espelha uma sociedade passada e credita como valor místico instituições desaparecidas ou em vias de desaparecer.

Estamos por isso de acordo com os camaradas que, no debate antes da Conferência e nas Secções da Conferência, deram grande relevo à importância da mudança das mentalidades no processo emancipador da mulher. De acordo também com os camaradas que sublinharam a importância das transformações culturais para a mudança das mentalidades.

Não há revolução que consiga (ou pretenda sequer conseguir) apagar na nova sociedade as marcas influentes e por vezes dominantes do passado histórico. O abandono de concepções e preconceitos ancestrais e a mudança das mentalidades acompanhando as transformações sociais é um processo extremamente complexo, contraditório e certamente demorado.

Mesmo nas sociedades mais avançadas, na organização da vida social e familiar, no património artístico, na literatura, na poesia, no canto, na pintura, na escultura, na moral dominante, na religião, nos costumes, nos hábitos, na profundidade das tradições nacionais e populares, proliferam **marcas de desigualdade, de discriminação e de formas de opressão e submissão da mulher, apresentadas não só como realidades inerentes à natureza humana (e por isso intemporais e imutáveis), mas também como motivos de exaltação, de beleza, de veneração, de valor espiritual e moral.**

Na vida de todos os dias na sociedade actual o elogio da desigualdade encobre a degradante situação real com todo um denso véu de justificações e elogios tranquilizadores da consciência social e das consciências individuais.

Por isso se pode dizer que de todos os factores de desigualdade e discriminação da mulher que sobrevivem às transformações progressistas das estruturas económicas, políticas e sociais, **o mais rentente à transformação são as mentalidades formadas e cristalizadas em traços essenciais através de milénios de História e presentes na vida contemporânea nos mais variados aspectos da vida.**

Mentalidade social. Portanto, mentalidade dos homens e mentalidade das mulheres.

O próprio debate realizado no Partido confirmou relativamente à situação das mulheres as profundas diferenças de classe para classe e de região para região. Profundas diferenças de situação económica, do grau de dependência, da mentalidade dominante.

Creio, camaradas, que não é um juízo depreciativo, mas o apontar de uma realidade, dizer que uma parte considerável das mulheres portuguesas não ganhou ainda consciência do peso das discriminações a que está sujeita, do valor das suas capacidades próprias, dos seus verdadeiros direitos. Uma parte considerável das mulheres aceita a sua própria situação de submissão como natural e insusceptível de contestação e de mudança.



## «Conquista e exercício de liberdades e direitos políticos é condição básica no caminho da emancipação»

Isto é: muitas mulheres têm uma mentalidade contrária à sua própria emancipação. Este atraso na tomada de consciência (como sublinham alguns camaradas) é largamente utilizado pelas forças reaccionárias para negarem às mulheres a satisfação dos seus justos direitos.

A nossa tarefa é despertar essa consciência, despertar com a consciência a vontade de lutar e dar à luta a direcção correcta. E aqui cabe dizer que, embora na sociedade capitalista o homem possa ser um instrumento de opressão da mulher, o inimigo a apontar não é o homem, mas o capitalismo.

Uma camarada, na sua intervenção, falou em «ideologia masculina» como ideologia dominante na sociedade portuguesa actual e como traço da mentalidade dominante nos nossos dias.

Esta expressão equívoca pode ser interpretada em dois sentidos.

Se por ela se pretende caracterizar o traço e a raiz essencial da ideologia dominante, então tem de considerar-se incorrecta pois a ideologia dominante é a da classe dominante, no concreto da burguesia.

Se pela expressão se quer afirmar que, na actualidade, predominam os conceitos que consideram uma realidade imanente a desigualdade e inferioridade da mulher, as discriminações, a submissão efectiva ao homem, então temos que concordar em que tal mentalidade ainda perdura e que o PCP se propõe **combatê-la e a combaterá**.

No domínio da ideologia. E na prática da sua acção.

A nossa Conferência insere-se na luta contra as formas de exploração e opressão da mulher. A Conferência aponta o homem comunista não como o inimigo da mulher, não como o opressor da mulher, mas como o companheiro de combate da mulher pela sua emancipação. A Conferência não aborda o caso individual. Indica um combate social e colectivo.

Em vez de generalizar, numa acusação global, as tendências opressoras do homem sobre a mulher, a nossa Conferência estimula a acção do homem, ao lado da mulher, na luta pela sua emancipação.

A luta não será fácil.

As resistências ao reconhecimento efectivo da igualdade de direitos da mulher não parte apenas das forças reaccionárias. Tais resistências estão enraizadas nas tradições, nos costumes, nos hábitos, na forma de viver e na organização da vida de sectores maioritários da população.

Qual a atitude de um partido revolucionário que se propõe transformar a vida social eliminando todas as formas de exploração, de opressão, de discriminação e de injustiça?

A atitude não pode ser outra que seja apontar o caminho justo da emancipação da mulher, em que se inserem as medidas, as formas e os métodos capazes de vencer os obstáculos à emancipação.

E isto significa também que a **luta pela mudança das mentalidades, tarefa não apenas das mulheres mas de todos os comunistas, de todo o nosso Partido, não pode esperar pelas transformações sociais por que lutamos, antes é uma luta constante e obrigatória nos dias que vivemos.**

Estamos a travá-la e iremos intensificar essa nossa luta.

### 7

#### Apelo às mulheres: tomai o destino nas próprias mãos

Como a Conferência testemunha, o nosso Partido está profundamente empenhado na defesa dos direitos das mulheres e na luta pela sua emancipação.

A acção das mulheres é porém um elemento fundamental do processo.

Nós dizemos às mulheres e em primeiro lugar às mulheres trabalhadoras que têm no PCP um defensor firme e permanente dos seus interesses, direitos, aspirações e objectivos.

Mas, ao mesmo tempo, lançamos um apelo à mulher, apelo que vemos inscrito nesta sala: **«Mulher! toma nas próprias mãos a conquista dos teus direitos!»**. Isto é: organiza-te, participa activamente nos sindicatos e outras organizações unitárias, avança as tuas reclamações e objectivos, luta por eles, mobiliza as massas femininas para a luta.

A Conferência deu particular relevo à situação, aos problemas, à luta e às formas de organização das mulheres trabalhadoras.

O documento aprovado valoriza devidamente a luta das mulheres trabalhadoras, apoiando as suas organizações de classe e inserindo as suas reivindicações específicas na luta geral de todos os trabalhadores.

No debate realizado não surgiram ideias controversas que exijam particular referência em relação ao papel e às formas de organização e de luta das mulheres trabalhadoras.

Mas surgiram ideias controversas e por vezes polémicas, em relação aos movimentos femininos.

Sim ou não há interesses, problemas e reivindicações das mulheres que transcendem os limites das classes sociais e os seus antagonismos?

O nosso Partido, salientando interesses de classe como os interesses fundamentais presentes na luta política e social sempre admitiu a existência de interesses, problemas e reivindicações de mulheres, comuns a mulheres de várias classes e camadas sociais.

Tiveram razão no debate os camaradas que insistiram em defender que, além dos problemas das mulheres trabalhadoras e dos problemas das mulheres de tal ou tal classe social, **há problemas e interesses comuns às mulheres independentemente da sua origem social, problemas e interesses que podem ser factor de unidade e mobilização das mulheres de classes diferentes.**

Daqui se deduz a possibilidade e a necessidade de movimentos femininos nos quais (dados os objectivos) podem e devem participar mulheres de variadas classes sociais.

Diversas camaradas salientaram no debate o papel decisivo do Partido e em particular das mulheres comunistas na criação, organização, acção e desenvolvimento desses movimentos em Portugal.

Ninguém discordará de que, se as mulheres comunistas foram as impulsionadoras desses movimentos, tem de concluir-se que, **em termos partidários, foi o Partido o impulsionador.**

Nenhuma mulher comunista, organizadora e animadora dos movimentos femininos em Portugal, pretende que a sua acção não é também a acção do seu Partido.

Uma observação ainda. O Partido desempenha um papel dinamizador dos movimentos unitários através dos seus militantes mas não pretende de forma alguma comandá-los. O Partido defende consequentemente o carácter unitário e a democracia interna das organizações e movimentos unitários, designadamente dos movimentos femininos.

Além de ligeiras referências de carácter histórico, o documento aprovado na Conferência faz justas referências aos mais importantes movimentos de mulheres na actualidade, designadamente ao MDM — importante movimento de âmbito nacional, democrático, unitário e aglutinador que o documento aprovado na Conferência afirma ter «amplas perspectivas de intervenção», e que as organizações e militantes do Partido devem apoiar.

Referência também às Comissões Unitárias de Mulheres (CUMs) como exemplo de diversificação de formas de intervenção que é também tarefa dos membros do Partido dinamizar.

Compreende-se que camaradas nossas que militam em movimentos femininos unitários expressem a sua discordância e a sua crítica relativamente à subestimação e a posições depreciativas que algumas organizações e camaradas assumem em relação aos movimentos femininos.

Compreende-se mesmo que militantes nossas nos movimentos femininos, vivendo intensamente a luta pelos direitos das mulheres, se intitulem a si próprias «feministas», embora esta palavra mantenha vulgarmente um sentido equívoco, porque muito ligada historicamente (e ainda na actualidade) a movimentos orientados fundamentalmente contra a opressão pelo homem e não contra o sistema social e político responsável pela opressão da mulher.

A ideologia antimasculina como eixo da luta de emancipação das mulheres não só desvia a luta das direcções fundamentais, como constitui, na realidade portuguesa de hoje, um fenómeno serôdio embora invocando a sua modernidade.

**A nossa actividade como comunistas** — homens e mulheres — não visa agudizar e aprofundar um conflito homem-mulher, mulher-homem, mas unir homens e mulheres na luta contra todas as formas de exploração e opressão, designadamente a exploração e opressão a que está sujeita a mulher.

Sem dúvida que em certas iniciativas feministas há tendências que consideramos negativas. Parece-nos entretanto necessário considerar com maior abertura as possibilidades de diálogo, cooperação e acção comum entre as várias organizações e movimentos femininos.

Há que procurar destacar aquilo que é apontado de justo relativamente à situação da mulher, os problemas reais que analisam, as insatisfações, aspirações e protestos que traduzem.

E não só no que respeita à problemática especificamente feminina. Como camaradas chamam a atenção, é possível uma convergência na luta por objectivos sociais e políticos e designadamente, no momento actual, na luta pela Paz.

Ao mesmo tempo que é necessário travar a batalha no terreno ideológico, polemizando quando necessário polemizar, cabe ser feito um sério esforço para alargar o campo unitário e (relativamente a problemas e a áreas em que os objectivos se aproximam) fazer **convergir esforços na luta comum com objectivos comuns.**

### 8

#### O PCP — na vanguarda

A Conferência confirma que na luta em defesa dos direitos da mulher e pela emancipação da mulher, o nosso Partido, entre todas as forças políticas, ocupa indiscutivelmente a vanguarda.

A Conferência surge no seguimento das posições e da luta coerente do PCP desde a sua fundação em 1921.

Ao longo da sua já longa história o PCP não se limitou a apontar o reconhecimento da igualdade de direitos e a emancipação da mulher entre os objectivos da revolução democrática e da futura sociedade socialista. Ao longo da sua história, tanto antes como depois do 25 de Abril, o PCP sempre conduziu no concreto, no imediato, a luta em defesa dos interesses e direitos das mulheres e desenvolveu um trabalho regular para a organização e mobilização das mulheres para a luta.

A acção do Partido para a derrota e liquidação da ditadura fascista para transformações democráticas profundas na sociedade portuguesa e para a instauração de um regime democrático constitui

também uma contribuição de alto valor para o avanço do processo emancipador.

No meio século de terror fascista, nas duras condições de clandestinidade em que o Partido actuou, as mulheres comunistas educadas pelo Partido, mostraram o seu alto valor revolucionário no trabalho de organização, na acção política, nas tarefas técnicas mais duras e perigosas como tipografias, aparelhos e casas clandestinas. Centenas de mulheres comunistas foram perseguidas, presas e torturadas. Muitas destacadas camaradas, **algumas das quais se encontram aqui hoje connosco**, foram julgadas e condenadas a largos anos de prisão. Libertadas, muitas voltaram logo à luta clandestina. Catarina Eufémia é mais que um símbolo. A sua morte ficou sendo o testemunho do que foi a luta heróica das mulheres comunistas.

Em nenhum outro partido as mulheres deram tamanhas provas de consciência política, de combatividade, dedicação e heroísmo.

O PCP tem justificados motivos de orgulho de contar nas suas fileiras com tão honrosas representantes da mulher portuguesa.

Na Revolução de Abril, no processo de conquista e instauração do regime democrático, também as mulheres comunistas estiveram sempre nas primeiras linhas de luta.

E tal como é justo referir hoje aqui o exemplo das camaradas que lutaram nas condições de clandestinidade e de terror fascista, é igualmente justo referir também aqui hoje a **acção das muitas e muitas camaradas** que depois do 25 de Abril de 1974, na luta pela instauração das liberdades e da democracia, pelos direitos dos trabalhadores, pela democratização do ensino e da cultura, na gestão e defesa de empresas abandonadas pelos patrões reaccionários, na ocupação de terras e na formação das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, na luta pelos direitos da mulher, nas greves, manifestações e concentrações, na oposição às actuações brutais das forças repressivas contra os trabalhadores — também deram provas tantas vezes heróicas das convicções profundas, da dedicação e do espírito revolucionário da mulher comunista.

Não se trata de uma apreciação triunfalista. Trata-se de factos históricos que nada e ninguém podem alterar.

Significa isso que tenhamos razão para estarmos auto-suficientes pela acção do nosso Partido na luta pela emancipação da mulher?

Não, camaradas. A Conferência foi explícita a esse respeito. Reconhecemos atrasos e insuficiências e reconhecendo-os preparamo-nos para superá-los.

Assim nem sempre tem sido dada a atenção necessária aos problemas das mulheres e à luta pelos seus interesses específicos. Manifestam-se com frequência apreciações estreitas e sectárias em relação às organizações e movimentos unitários. No nosso próprio Partido, em muitas organizações e camaradas estamos longe de ajudar devidamente os quadros femininos com vistas à sua preparação e à sua promoção. E, certamente em parte por razões sociais objectivas que não se podem ignorar, mas também em parte por preconceitos e limitações ideológicas, manifestam-se em muitos camaradas, homens e mulheres, atitudes, opiniões e sentimentos influenciados tanto pela ideologia e pelas práticas reaccionárias da burguesia como pela ideologia radicalista da pequena burguesia, — atitudes, opiniões e sentimentos que constituem um real obstáculo à tomada de consciência dos problemas reais e essenciais que a mulher defronta, à luta em defesa dos seus direitos, ao processo de emancipação, à participação mais geral, mais activa e mais militante das mulheres na luta social e política e no próprio Partido.

**A realização desta Conferência significa que o Partido se vai empenhar em ultrapassar tais deficiências e dificuldades.**

**A Conferência é uma contribuição para que as mulheres portuguesas se possam certificar de que o PCP, defrontando campanhas, mentiras, calúnias, injúrias, é, de todos os partidos, o seu melhor defensor.**

Quantas campanhas reaccionárias se não desenvolveram contra o nosso Partido por motivo das suas propostas de lei sobre a protecção à maternidade, o planeamento familiar, a educação sexual e a interrupção voluntária da gravidez?

A reacção conseguiu que só parte das propostas do PCP fosse aprovada. Conseguiu assim, por exemplo, que a lei relativa à interrupção voluntária da gravidez ficasse sendo extremamente limitativa.

Mas, incapaz de impedir a sua aprovação apesar de extremamente limitativa, nem assim possibilita que seja cumprida.

Que querem de facto esses senhores? Que continuem a praticar-se em Portugal 100 a 200 mil abortos clandestinos anuais, com todas as suas implicações e riscos para a vida, a saúde e o estado psíquico das mulheres? E que eles, muitos desses que procuram que o aborto seja totalmente proibido, enviem as suas senhoras a praticá-lo pelos médicos ou enfermeiros amigos, ou a pretexto do turismo, o façam numa viagem ao estrangeiro?

Há quem diga que o PCP não devia levantar a questão porque provoca contra ele furibundas campanhas. Nós bem o sabemos. Mas sabemos também que os interesses da mulher, da família, da sociedade, exigem que se ponha cobro a esse flagelo que é o aborto clandestino.

Os reaccionários bem poderão desenvolver campanhas contra tais e outros projectos do PCP. Mas as mulheres portuguesas, que sofrem directamente as consequências das leis reaccionárias vigentes e das pressões sociais e hipocritamente moralizantes das forças reaccionárias, cada vez compreenderão melhor o PCP e cada vez apoiarão mais as nossas propostas e a nossa luta. Essa compreensão e esse apoio são suficientes e mais que suficientes para nos compensar das campanhas de mentiras, calúnias e injúrias que as forças reaccionárias bolsam contra o nosso Partido.

O PCP é um partido caldeado e forjado na luta. É um partido experimentado e provado. Nada nos afasta do justo caminho da luta em defesa dos direitos das mulheres, da luta pela igualdade da mulher, da luta pela emancipação da mulher portuguesa, parte constitutiva da luta emancipadora dos trabalhadores e do povo de Portugal.

9

**Algumas direcções de trabalho**

A Conferência não se limitou a analisar a situação da mulher, os mais importantes problemas que a mulher defronta, o significado e o processo da sua emancipação.

A análise feita não teve apenas objectivos teóricos e ideológicos. Teve um objectivo eminentemente prático: constituir um instrumento útil ao desenvolvimento da luta do Partido e da luta das mulheres em defesa dos seus justos direitos.

O debate não termina com a Conferência. Mas terminando com a Conferência um ciclo do debate, **o que interessa fundamentalmente, após a Conferência e como resultado da Conferência, é transformar em acção, transformar em luta, as conclusões fundamentais.**

O que é indicado no documento aprovado não esgota as tarefas que temos por diante. Mas para já é imperioso que actuemos nas quatro direcções fundamentais apontadas.

A primeira, a **acção política e a actividade das massas do Partido.**

Lutando em defesa das conquistas do nosso povo e do regime democrático, lutando para que, com a demissão do Governo actual e a formação de um governo democrático, Portugal retome o caminho de Abril, o nosso Partido dará uma das mais importantes contribuições que no momento actual está ao seu alcance para que se retome também o caminho da emancipação da mulher a que a revolução dos cravos deu poderoso impulso. No quadro desta luta, o PCP desenvolverá a acção (na movimentação de massas, na Assembleia

da República, nas Autarquias, etc.) para que sejam asseguradas não só as justas reclamações comuns a mulheres e homens, mas também as justas reclamações específicas das mulheres.

A segunda direcção do nosso trabalho é **o apoio, não em termos de rotina, mas mais efectivo e mais dinâmico, às diversas formas de organização e acção unitária das mulheres, designadamente as estruturas sindicais, os movimentos femininos e as mais variadas iniciativas de carácter social e cultural.**

Creio poder afirmar, camaradas, que o Partido saiu da Conferência firmemente decidido a cumprir esta tarefa para que avance a luta em defesa dos direitos das mulheres e se promova uma maior participação da mulher na vida política, social e cultural.

Conforme foi sublinhado no debate e na Conferência, na dinamização de movimentos e lutas das mulheres, podem ter papel de particular relevo os movimentos, movimentações e acções em defesa da Paz, assim como iniciativas de solidariedade para com povos sujeitos à opressão reaccionária e à agressão imperialista.

A terceira direcção respeita à **batalha ideológica, que tem como uma das suas expressões a luta pela mudança das mentalidades no que se refere à problemática feminina.**

E ficou bem claro, camaradas, que esta batalha ideológica se tem de travar em duas frentes. Tem de se travar pela acção do Partido na vida política, social e cultural do nosso país. E tem de se travar dentro do próprio Partido, combatendo incompreensões e tendências negativas de que o debate possibilitou numerosos afloramentos.

A quarta direcção do nosso trabalho é **o reforço em todos os aspectos da intervenção da mulher na vida e na acção partidária.**

E isso significa recrutar mais mulheres para o Partido para que novas militantes venham juntar-se às mais de 40 000 que já militam nas nossas fileiras e que daqui saudamos. Significa ter em conta os condicionalismos e as condições concretas da vida em que se insere a actividade política das camaradas. Significa realizar um trabalho sistemático de preparação, formação e promoção de quadros femininos, conferindo às camaradas tarefas de maior responsabilidade, conformes não apenas com as suas possibilidades e capacidades actuais, mas tendo também em conta as suas perspectivas.

A realização da Conferência, por si mesma, significa um importan-

te passo em todas as direcções apontadas. Mas, **mais que um passo por si mesma, ela abre caminho ao trabalho futuro.**

Ao findar iniciativas do Partido, é usual dizermos: **agora ao trabalho!**

Creio, camaradas, que ao findar a nossa Conferência sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril, podemos dizer, como é usual: agora ao trabalho!

Com a alegria, com o entusiasmo, com a confiança que a realização da Conferência a todos inspira.

**Ao trabalho** na acção constante, diária, empenhada de todo o Partido na defesa dos interesses, direitos e aspirações da mulher portuguesa.

**Ao trabalho** para a organização e mobilização das mulheres.

**Ao trabalho** para o aprofundamento do conhecimento das situações e dos problemas e para um desenvolvimento criativo das ideias e das soluções.

**Ao trabalho** para que no nosso próprio Partido a mulher tenha uma participação ainda mais dinâmica, um papel cada vez mais destacado e responsável em todos os aspectos da actividade.

**Ao trabalho** para que Portugal retome o caminho de Abril e o processo de emancipação da mulher conheça novos avanços.

Pela extraordinária participação e afluência, pela riqueza, profundidade e mesmo paixão nos debates, pelas infindas situações novas reveladas, pelo determinado empenhamento de todos, homens e mulheres, nos trabalhos, pelo sentido crítico e autocrítico das análises e opiniões, pela unidade no esforço de encontrar soluções e na vontade de luta para alcançá-las, por este ambiente exaltante e único que todos estamos aqui vivendo, creio, camaradas, que podemos concluir sem dificuldade que, tal como noutras áreas da sua acção, o PCP passou à ofensiva, **o PCP fará avançar com determinação e confiança a luta pela emancipação da mulher.**

**As mulheres portuguesas podem estar certas, absolutamente certas,** de que o PCP está inteiramente ao seu lado na luta pelos seus justos direitos, na luta pela sua emancipação.

Viva «A emancipação da mulher no Portugal de Abril»!

Viva a mulher portuguesa!

Viva o Partido Comunista Português!



## 1.ª secção

## Abril — antes e depois

«A Reforma Agrária foi de facto o que de mais belo aconteceu às mulheres agrícolas: com ela tive-mos direito ao trabalho todo o ano, e ficámos, homens e mulheres, em pé de igualdade económica.» A partir daí, dizia a jovem mulher de Montargil, «até as nossas relações familiares mudaram completamente».

Falava na secção «O processo de emancipação — A mulher no Portugal de Abril». Sala cheia mas bem menos fervilhante do que aquelas outras onde se discutiam os problemas da família e da mudança de mentalidades, as questões do trabalho ou a das organizações de mulheres e do papel das mulheres dentro do próprio Partido, onde oradoras e oradores disputavam ardentemente os seus três minutos...

Nesta secção, com dezenas de inscritos para falar, Carlos Brito, que presidia, nem sempre conseguiu fazer respeitar tempos... Mas a Prazeres de Montargil, que citámos, de tanto não precisou para fazer a mais comvente e convincente de todas as intervenções ali ouvidas.

A tentação podia ser a de generalizar ou analisar o passado. Ela — contou da sua vida:

«Era antes do 25 de Abril. Em casa havia 4 mulheres, só o meu pai trabalhava, tínhamos muitas dificuldades económicas. O meu pai era o chefe. Guardava na sua carteira o pouco dinheiro que existia, muitas vezes espancava a minha mãe. As nossas relações familiares eram muito tristes. Mas quando nós, mulheres, tí-

nhamos trabalho as coisas alteravam-se um pouco e comecei a perceber que até as brigas dos meus pais eram afinal quase sempre a falta de dinheiro.»

E depois foi o 25 de Abril: «Desde a avó à neta fomos pela primeira vez a uma reunião, falámos de política, participámos em manifestações de alegria e de luta, estivemos na ocupação das terras da nossa querida Reforma Agrária, ajudámos a construir a grande cooperativa 12 de Maio. Mais de metade dos 900 trabalhadores eram mulheres e sempre tiveram uma participação importante. Em casa tudo mudou, o meu pai tornou-se mais compreensivo, todos trabalhávamos, comíamos melhor, havia mais conforto.

«Mais tarde fomos nós, 40 mulheres, que resistimos à tomada de uma herdade da cooperativa pelo antigo dono. Espancadas pela GNR, fomos parar ao hospital. Mas aprendemos a tomar consciência do que éramos capazes, e muitas nunca mais quisemos parar!»

A este testemunho tão vivo acerca da emancipação juntaram-se muitos outros, a recordar a acção das mulheres em lutas e vitórias «antigas» ou mais próximas, frequentemente ilustrativos de uma das teses centrais da Conferência, historicamente fundamentada e comprovada cada dia na vida — «a emancipação passa pela independência económica e esta pela trabalho activo» (palavras de uma convidada) — e a denúncia de uma carga alienante do trabalho doméstico, «ora feito, ora desfeito» (palavras de uma



outra), se de todo amarra a mulher a nada mais.

Refira-se ainda uma interessante intervenção sobre a evolução histórica do papel da mulher em Loures desde que ali, em 4 de Outubro de 1910, foi implantada a República, e da sua progressiva integração na produção fabril, com consequências assinaláveis no papel que as mulheres daquela zona tiveram em todas as lutas travadas durante o fascismo.

E refira-se também a intervenção de Helena Neves, resenha histórica, crítica, sobre a interinfluência movi-

mento revolucionário-movimentos femininos, que a certa altura releva as reflexões feministas dos anos 60. «Não são tão novas como parecem», diria, uma vez que retomam afirmações de marxistas escritas desde meados do século passado, mas «contribuíram para o surgimento de uma realidade nova em termos revolucionários».

Isto é, «hoje, a par das reivindicações de pão, trabalho, igualdade, estas questões ("uma sexualidade vivida sem temor, e a denúncia do carácter alienante do trabalho domésti-

co") surgem em termos colectivos, emergem do plano privado para o plano político, para a luta específica das mulheres, e surgem até na luta geral, como fazendo parte do combate pela democracia, a paz, o socialismo».

A encerrar, Carlos Brito teve o acordo da Assembleia para a essencial alínea da «notícia que vamos dar do trabalho da secção»: «As ideias centrais expressas neste capítulo do documento da Conferência foram confirmadas.»

Mas muito ficou por dizer — e muito está por fazer! ■ IDL

«Se as mentalidades é o que mais custa a mudar, então é preciso começar a trabalhar já, em todas as frentes, para que mudem as ideias e a mulher se emancipe, perante si própria e perante a sociedade», afirmou uma camarada durante os trabalhos da segunda secção da Conferência, dedicada à participação da mulher na vida política, social e na família e ao problema da mudança das mentalidades. E é uma afirmação que, em grande medida, sintetiza o que ali se passou. Dizia outro camarada que «a emancipação da mulher é também a emancipação do homem e por isso ele deve empenhar-se também nesta luta».

Nesta que era, porventura, a área de debate mais complexa, verificou-se uma grande frontalidade e vivacidade na exposição das opiniões, na denúncia de situações aviltantes, no relato de experiências diversas. Ninguém pôde ficar indiferente às mais de 30 intervenções à discussão, nas duas horas em que funcionaram as secções.

À mesa, composta pelos camaradas Ângelo Veloso, da Comissão Política do Comité Central, Luís Sá, membro suplente do CC, Luísa Amorim, do Secretariado Nacional do MDM, Ana Maria Mesquita, do sector sindical da DORP, e Regina Marques, psicóloga e membro da DORS, coube a ingrata tarefa de moderar o debate, e ingrata porque o entusiasmo manifestado pelos intervenientes foi em demasia para o tempo disponível.

Não pode falar-se em mudança de mentalidades em Portugal sem referir a grande revolução mental que o 25 de Abril constituiu. A esta secção, veio o testemunho de muitas mulheres que trabalham hoje em autarquias, desenvolvendo nos mais diversos campos um trabalho notável em prol das populações e, em particular, das próprias mulheres. Aqui foi referido o trabalho de muitas Câmaras APU na construção de creches, jardins de infância e outros equipamentos que

## 2.ª secção

## A mudança das mentalidades é uma tarefa do presente

possibilitam à mulher um maior envolvimento na actividade profissional e cívica.

Mas ao mesmo tempo, largamente se falou do muito que está ainda por fazer. Por motivos, antes de mais, objectivos. Porque a política de direita em Portugal, degradando ao extremo as condições de vida das classes trabalhadoras, tem atingido duramente as mulheres. Mas também porque muitas ideias e preconceitos que a direita não pára de veicular, continuam a impedir a plena emancipação da mulher.

A questão da violência, física, moral e sexual foi uma das questões que mais atenção suscitou. «As mulheres estão juridicamente desprotegidas relativamente à violência sexual dentro do casal; muitas vezes é sobre elas que recaem as culpas e recriminações sociais e, de uma forma geral, a polícia não tem qualquer preparação para o tratamento destas situações», afirmou, nomeadamente, uma camarada.

E um camarada, advogado, frontalmente afirmou: «recebo muitas mulheres que os maridos, comunistas, lhes batem».

«Muitos camaradas homens dificultam e em muitos casos impossibilitam a participação da mulher na actividade política ou cívica», referiram outras camaradas. Mudar as mentalidades, também dentro do Partido, é, nesta medida, uma tarefa urgente.

Como vários intervenientes referiram, a mudança das mentalidades é urgente tanto para os homens como



para as mulheres. Mas a emancipação feminina é obra que só a própria mulher pode levar por diante. «Aqui há dias dei comigo a dizer ao meu marido, "não vás à rua sacudir o tapete porque os vizinhos depois dizem coisas"», relatava uma camarada professora.

As consequências, ao nível psíquico, da discriminação da mulher dominante na sociedade foi também um problema em análise. Referiu nomeadamente um camarada que «os problemas no trabalho e na sociedade atingem em maior escala as mulheres: a frustração, das depressões psíquicas são nelas mais frequentes».

No final, uma camarada relatou a sua experiência de mulher emigrante. «Somos 40% dos emigrantes portugueses. Fazemos os trabalhos mais ingratos, mais mal pagos. Posso-vos dizer, camaradas: o que as mulheres conquistaram em Portugal em apenas dois anos, é mais importante do que tudo aquilo que vivem as mulheres nos países capitalistas desenvolvidos».

E foi assim. Na constatação dos avanços e dos atrasos, mas sobretudo com uma grande vontade de intervir e mudar que decorreram os trabalhos desta secção. Porque há ainda muito poucas mulheres nas autarquias, na Assembleia da República e demais órgãos políticos, porque recrusce a violência sobre as mulheres, porque cresce a campanha da direita para encerrar de novo a mulher em casa — se possível a trabalhar em condições precárias — porque os preconceitos e tabus no relacionamento entre o homem e a mulher subsistem, porque subsistem graves incompreensões em muitos camaradas do Partido em relação à questão da emancipação da mulher, por tudo isto e o muito mais que lá se disse, é preciso, é urgente actuar. Trabalhar dentro e fora do Partido, para a plena assunção da dignidade da mulher no quadro de uma sociedade cada vez mais justa e fraterna. ■ CA

## 3.ª secção

# A mulher, o trabalho as discriminações e a luta

A mulher, só pelo facto de ser mulher, é ainda mais explorada, sofre mais e primeiro os efeitos dos despedimentos e do desemprego, fica para trás na promoção profissional e é preferida quando se trata de atribuir responsabilidades ou cargos de chefia.

A 3.ª secção da Conferência, que funcionou no espaço central do Pavilhão dos Desportos e discutiu o tema «A mulher e o trabalho», ilustrou esta situação. Mais tempo houvesse, e mais se completaria o quadro da discriminação das mulheres no trabalho e da sua luta pela emancipação e contra a política de direita que as atinge sem dó nem piedade.

Nas curtas duas horas em que funcionou a 3.ª secção foram dados exemplos vivos de discriminação, mas também de luta firme e decidida, das mulheres trabalhadoras.

Conceição Cardoso, por exemplo, trouxe à Conferência o combate duro dos trabalhadores da Centrel, que, na sua maioria, são mulheres, contra os despedimentos previstos naquela empresa.

Vitor Nascimento falou sobre a situação nas indústrias eléctricas: «Só nos últimos três anos, em empresas do Sul e Ilhas como a Messa, Corsino Legrand, SIPE, Centrel, FAPAE e Magnetic, entre outras, foram liquidados três mil postos de trabalho, dois mil dos quais eram ocupados por mulheres.»

«As novas tecnologias — tema da intervenção de Maria Antónia dos Santos, dos CTT —, correctamente empregues e introduzidas, podem ser um instrumento de libertação.»

«Mas, introduzidas assim, são uma fonte suplementar de pobreza para muitos trabalhadores e de desigualdades entre homem e mulher. Caberá por isso às mulheres — acres-

centou Maria Antónia dos Santos —, também neste campo, aperceberem-se disso e contribuir, com a sua luta, ao lado do homem, para que o progresso seja utilizado em seu favor e não em benefício exclusivo do grande capital.»

De Leiria, a camarada Maria Etelvina trouxe à Conferência o testemunho das mulheres trabalhadoras do distrito: «O traço geral, particularmente nos sectores tradicionalmente femininos, é a ilegalidade pela falta de contratos ou pelo seu não cumprimento, os salários abaixo do salário mínimo nacional, a exploração do trabalho infantil, o uso e abuso dos contratos a prazo, o trabalho à peça e ao domicílio em empresas clandestinas.»

Os exemplos também foram referidos: a empresa conserveira Júdice Fialho tem 300 trabalhadores, dos quais apenas 30 são efectivos. No sector agrícola, falou da Horticentro (estufas de Pataias, Alcobaca), dos Viveiros de São Jorge (no concelho de Porto de Mós), da apanha da cenoura.

Maria Aurora Barroso falou da situação das mulheres das Minas da Borralha, das «casas a abarracar», das famílias que são atingidas pela fome e a miséria.

Maria Fernanda Ferreira contou um caso vivo de uma mulher desempregada, de 32 anos, a quem chamaram velha mais de uma vez quando procurava emprego. A mulher desempregada era ela, mas quantas não haverá em situação análoga, sabendo-se que mais de 60 por cento dos desempregados do nosso país são mulheres?



Conceição Faria falou da situação das trabalhadoras do serviço doméstico, «24 horas por dia ao dispor do patronato».

Marcam presença as mulheres da Reforma Agrária, com intervenções sobre a ofensiva de que as cooperativas e UCPs são vítimas, sobre a heróica resistência das mulheres e dos homens do Alentejo e Ribatejo.

Por várias vezes a camarada Rosa Rabiais, que dirigiu os trabalhos nesta secção, teve que pedir aos oradores para abreviarem as comunicações. O tempo era pouco, e ainda havia muitas inscrições, muitas situações para dar a conhecer. Mais tempo houvesse...

Naturalmente, a Conferência e a sua 3.ª secção foram apenas mais um

passo na luta dos comunistas pela emancipação da mulher e na luta das mulheres contra as discriminações de que são vítimas.

A emancipação dos trabalhadores — homens e mulheres — vai prosseguir nas lutas do dia-a-dia, enriquecidas com o debate suscitado pela Conferência e com as conclusões daqui saídas. ■ DM

## 4.ª secção

# Aumentar a participação das mulheres reforçar os movimentos unitários

Vinte e quatro intervenções trouxeram a diversidade dos movimentos femininos em Portugal e o empenhamento dos comunistas no constante reforço das diferentes organizações de mulheres à secção onde se debateu o tema «As mulheres como força organizada. O PCP e as mulheres».

A necessidade de aumentar a participação das mulheres na vida do Partido, a começar pelo aumento dos recrutamentos, foi outra ideia que marcou os debates da 4.ª secção, onde também se falou, durante pouco mais de duas horas, do Movimento Democrático de Mulheres, das Comissões Unitárias de Mulheres, das Comissões Sindicais de Mulheres.

Chamou-nos a atenção a intervenção da camarada Maria Joaquina Silvério, que falou sobre o distrito de Lisboa, onde «as mulheres participam em maior número de reuniões, em tarefas de carácter pontual, aumentando a militância em ocasiões especiais, como os períodos eleitorais e a Festa do «Avante!»».

Notam-se, no entanto, «dificuldades de participação» das mulheres na actividade do Partido e das organizações femininas. Maria Joaquina Silvério referiu, entre outras, a falta de tempo, a sobrecarga de tarefas caseiras, incompatibilidades dos horários das reuniões e dos horários de trabalho, as distâncias que separam os locais de habitação e de trabalho.

Por outro lado, registam-se «preconceitos e incompreensões familiares, desmotivações decorrentes da si-

tuação económica, social e política, ausência de um trabalho mais eficaz por parte das organizações do Partido com vista a um melhor enquadramento das camaradas».

«Sem esquecer que na sociedade em que vivemos — afirmou — a mulher comunista tem maiores dificuldades de participação do que o homem comunista, há que: procurar as tarefas adequadas às características, disponibilidade e condições de vida das camaradas, ajudando-as e estimulando-as para ultrapassar dificuldades, atri-

buindo-lhes também tarefas políticas que se adequem às suas reais capacidades».

José Moreira, do Comité Local do Porto, Júlia Soledade, do Bonfim — onde a Comissão de Freguesia tem cinco mulheres num total de oito membros —, a Irene Cardoso Marques, da Função Pública — onde as mulheres são a maioria dos delegados e activistas sindicais —, trouxeram à Conferência notícias da boa participação das mulheres na actividade do PCP e dos movimentos unitários.

Maria Carolina Maya sublinhou «o papel insubstituível que têm tido os movimentos de mulheres — determinantes de uma sensibilização das populações para a necessidade de mudança da vida e do estatuto das mulheres, dinamizadores de um assumir de uma consciência feminina em milhares e milhares de mulheres que, de outra forma, bem distantes estavam de perceber a importância da sua intervenção, que decidiram passar à acção interventiva».

«Cabe a nós, comunistas — frisou a camarada Maria Carolina —, o reforço do movimento unitário de mulheres; defender a sua própria identidade, a sua intervenção específica».

Idalete Monteiro expressou a opinião que a realização da Conferência,

« neste momento em que a direita tenta tudo para pôr a mulher de novo dentro do lar e tenta tirar à mulher as regalias alcançadas com o 25 de Abril, é muito importante e penso que deitará por terra muitas incompreensões arcaicas».

Mais adiante considerou que «a participação da mulher, tanto no Partido, como nas frentes unitárias, é importantíssima e fundamental para a consolidação da democracia em Portugal».

É extremamente rica a realidade trazida à 4.ª secção pelos homens e mulheres que aqui intervieram — e de cujas intervenções Helena Medina disse, ao dar por encerrados os trabalhos, que «serão tidas em conta na actividade do Partido».

Não encerra aqui a discussão. Naturalmente, também não queremos com isto dizer que ela se prolongará infinitamente e que o PCP fica à espera para, também neste campo, passar à ofensiva.

Como bem referiu a camarada Cândida Gonçalves Carreira, «esta Conferência, pelo facto de pôr o Partido, colectivamente, a discutir estes problemas; abre caminhos novos, pelos quais temos que prosseguir decididamente». E são os comunistas, aqui também, os primeiros a avançar. ■ DM



Durante a sessão plenária, realizada no período da manhã, a Conferência do PCP sobre a **Emancipação da Mulher no Portugal de Abril** registou 19 intervenções sobre temas centrais em debate na grande iniciativa do Pavilhão dos Desportos de Lisboa. Dessas 19 intervenções respigámos breves passagens



Domingos Abrantes



Helena Medina



Alda Nogueira



Ilda Figueiredo



Aurélio Santos

## Intervenção de abertura

Domingos Abrantes

(...) O debate sobre a emancipação da mulher, mais do que os desaíchos, as recriminações, o julgamento de condutas, deve ser entendido como um esforço do colectivo partidário para, através do confronto de ideias, da troca de experiências, do conhecimento da realidade, traçar uma justa orientação política, capaz de melhorar o trabalho partidário nesta frente, garantir uma maior participação das mulheres na luta, ultrapassar deficiências e incompreensões de modo a que as mulheres possam ter responsabilidades e tarefas de acordo com o papel que lhes cabe na vida partidária, política e social. O debate realizado em todo o Partido não terminará hoje aqui, antes deverá ser encarado como o ponto de partida para um maior aprofundamento de toda a problemática feminina, para esclarecer e aprofundar muitas questões não suficientemente claras ou apenas afluadas.

O debate interno preparatório da Conferência travou-se em torno do Documento-Base, do qual se editaram 35 mil exemplares, além de 75 mil exemplares do resumo. (...)

A discussão confirmou quanto é complexa, e mesmo polémica, a questão da emancipação da mulher. Nem sempre o debate foi fácil. Não foram poucas as opiniões divergentes, as discussões apaixonadas, as dúvidas, as interrogações (...). O espírito crítico, a franqueza, frontalidade e mesmo coragem com que foram defendidas algumas opiniões, são expressão da democracia interna do Partido e do empenhamento dos militantes em darem a sua contribuição para o aprofundamento da unidade de pensamento e acção e para a definição colectiva da orientação partidária. Só um parti-

do como o nosso teria a coragem de realizar um debate interno com a participação de milhares de camaradas, homens e mulheres em torno de uma questão com uma complexa rede de implicações e em relação à qual existe uma grande diversidade de opiniões, mesmo entre pessoas que travam a mesma luta e comungam os mesmos ideais (...)

A emancipação da mulher não é, nem pode ser, obra nem tarefa exclusiva dos comunistas, mas o PCP tem o mérito — e nisso se distingue de todos os outros partidos — de assumir como suas há longa data as aspirações e reivindicações emancipadoras das mulheres, e de ser na luta por essas reivindicações a vanguarda firme e insubstituível.

O PCP tem desempenhado esse papel, sublinhando o laço indissolúvel entre a emancipação completa da mulher e a liquidação da sociedade exploradora, pelo triunfo do socialismo. Mas o Partido não se limita a apontar às mulheres a perspectiva do futuro, trabalha incansavelmente para esclarecer, organizar e mobilizar as mulheres e os homens, os trabalhadores e os democratas para a luta pela resolução dos problemas, pelo combate aos preconceitos, às discriminações e injustiças de que as mulheres são vítimas no presente. O PCP considera indispensável ter sempre presente que a luta pela emancipação da mulher é uma luta pela igualdade de direitos, uma luta contra comportamentos e concepções retrógradas, mas é igualmente uma luta quotidiana contra a exploração, contra a miséria, a falta de trabalho, de habitação, de escolas, por melhor saúde, contra o obscurantismo cultural (...)

## A Revolução de Abril e a emancipação da mulher

Helena Medina

(...) Com a Revolução de Abril alterou-se profundamente a situação objectiva da mulher e elevou-se muito a sua participação na luta. Alterou-se também a consciência das mulheres sobre o seu papel na vida e na sociedade. Alterou-se a compreensão sobre o papel da mulher na luta. Alargou-se a consciência do nosso povo de que a igualdade e a emancipação da mulher estão indissolúvelmente ligadas à construção de uma vida melhor, ao fim da exploração do homem pelo homem (...)

Doze anos de um longo e complexo processo revolucionário permitem-nos avaliar não só o alcance dos direitos da mulher conquistados pela sua luta e pela luta do nosso povo, como nos permitem também avaliar a

sua profundidade, medida nas alterações produzidas na forma de estar na vida, na sociedade e na família e na sua capacidade de resistir às ofensivas da reacção. Importantes conquistas no campo dos direitos da mulher foram alcançadas com a Revolução de Abril. Alcançadas pela luta das mulheres e pela luta do nosso povo. A consolidar e a construir no dia-a-dia da defesa e aprofundamento das conquistas fundamentais do 25 de Abril e da luta pelo socialismo. A defender na luta contra a reacção, contra o Governo do PSD/Cavaco Silva e por uma alternativa democrática. Os direitos da mulher são hoje em Portugal parte integrante da luta do nosso povo. Isto dá-lhes uma enorme força e permite uma grande confiança no futuro (...)

## O PCP e a emancipação da mulher

Alda Nogueira

(...) A participação activa das mulheres portuguesas na luta geral do nosso povo pela independência nacional e o progresso social é uma constante em todo o processo de transformação da sociedade e da evolução social ao longo da nossa História e é também, necessária e simultaneamente, um factor de desenvolvimento da luta pela própria emancipação da mulher.

Os factos mais recentes aí estão a confirmar que com a consolidação orgânica e ideológica do PCP — único Partido que resistiu à repressão fascista — a luta das massas populares e igualmente a das mulheres volta a animar-se, ganha novo conteúdo e nova dimensão. Com a consolidação orgânica e ideológica do PCP aumenta a participação das mulheres nas batalhas «eleitorais», nas lutas da classe operária a partir de 1943 até

às vésperas do 25 de Abril de 1974. A luta das mulheres de várias correntes e opiniões entrelaça-se com a luta geral antifascista pelo pão, pela paz e pela democracia (...). Muitas mulheres comunistas, não o esqueçamos, foram presas, torturadas e passaram longos anos nas cadeias fascistas. Outras comunistas pagaram com a sua vida uma luta heróica contra o fascismo. O símbolo restará para sempre na nossa memória e no nosso coração — Catarina Eufémia.

Nas mais exaltantes acções revolucionárias, após o 25 de Abril — nas manifestações populares, na defesa das conquistas de Abril, nas empresas, na zona da Reforma Agrária, na luta contra a reacção e os seus golpes, manobras contra a jovem democracia portuguesa — as mulheres comunistas desempenharam grande, im-

portante e até, nalguns casos, determinante papel.

O aumento constante dos efectivos femininos nas fileiras do Partido não será uma prova de que as mulheres do nosso país vêm no PCP não só a grande força política de transformação da sociedade portuguesa mas também o mais consequente defensor dos seus interesses de mulheres? Pensamos que sim! Mas, apesar deste crescimento, do aumento do número de mulheres no Partido — somos mais de 40 mil mulheres inscritas, mais de 22% do total dos membros do Partido (éramos 15% em 1975) — apesar também do aumento da participação das mulheres em tarefas e cargos a todos os níveis de responsabilidade, consideramos serem ainda insuficientes quer os efectivos quer a nossa participação nas tarefas e ao nível de responsabilização.

## A mulher e o trabalho

Ilda Figueiredo

(...) Só as mulheres que exercem uma profissão remunerada podem assumir-se como pessoas livres para escolher o caminho que mais lhes interessa, qualquer que seja o seu estatuto na família (solteira, casada, viúva ou divorciada).

As mulheres portuguesas desejam exercer uma profissão, participar no processo produtivo, encarando o trabalho com uma das formas indispensáveis à sua realização pessoal e procurando cada vez mais assegurar a realização profissional. Aí estão as mulheres operárias da indústria e da agricultura, as mulheres do sector serviços, a lutar pelo seu posto de trabalho, pelo emprego a que têm direito quando surge a ameaça de despedimento. Aí estão as mulheres desem-

pregadas à procura de trabalho. Dize-mos as estatísticas que são cerca de 300 mil. São longas as «bichas» quando aparece um anúncio a oferecer emprego para Mulheres, porque a discriminação existe mesmo na oferta de trabalho e no acesso ao emprego. Mas mantêm-se elevadas as taxas de actividade feminina (38% no final de Junho deste ano), pese embora o elevado desemprego feminino, as péssimas condições de trabalho a que milhares de mulheres estão sujeitas e a política de direita que, utilizando os mais diversos meios e «slogans», pretende novamente mandar a mulher para casa como via mais fácil de esconder o desemprego (...)

O difícil caminho que há a percorrer para que a igualdade de direitos

se passe à igualdade de facto exige, antes de mais, a alteração da política económica e social, exige uma política de desenvolvimento económico virada para as necessidades sociais e materiais do nosso povo, para a criação de emprego e de infra-estruturas sociais de apoio à família. Mas simultaneamente exige o combate firme às discriminações que atingem as mulheres empregadas, assegurando-lhes um salário justo e um emprego certo, garantindo-lhes a participação proporcional em cursos de formação profissional e o acesso à promoção na carreira profissional a cargos de chefia e direcção, o que implica também o cumprimento integral da legislação que protege a paternidade e a maternidade (...)

## A emancipação da mulher e o processo revolucionário

Aurélio Santos

(...) Ao abordarmos hoje a questão do reforço da luta de emancipação da mulher, há dois aspectos fundamentais a ter em conta:

O primeiro — é que as mulheres constituem um grupo social que, embora atravessado pelas contradições de classe próprias de toda a sociedade, têm em comum, embora em graus diferentes, problemas e reivindicações específicas pelas quais lutam unidas e que justificam e exigem a sua organização em estruturas autónomas à volta dessas reivindicações. O segundo — é que sendo as condições de subordinação da mulher hoje condicionadas, de forma determinante, pelas estruturas de exploração capitalista, cabe também à classe

operária e seus aliados uma responsabilidade e papel determinante no processo de emancipação da mulher, como parte integrante da sua própria luta contra o sistema de exploração social.

A interligação destas duas frentes de luta é essencial para o sucesso. Há quem diga que isto é óbvio. Seria bem que o fosse para todos. Há, no entanto, concepções que apresentam o homem como o principal responsável da escravização da mulher e como o seu «adversário social»; caracterizações que apagam a natureza de classe da sociedade exploradora com designações como «sociedade machista» ou «poder masculino». Tais

concepções, em nossa opinião, absolvem o principal agente e responsável da opressão, desviam a luta das mulheres do seu terreno fundamental, criam elementos de diferenciação e contraposição entre homens e mulheres, e enfraquecem a sua luta comum para pôr fim ao sistema económico e social de exploração (...)

A emancipação da mulher é um dos grandes processos históricos que está marcando os nossos dias. Podemos ver, nos nossos dias, as alterações que à condição da mulher trouxeram as revoluções socialistas, as revoluções de libertação nacional e, também, a nossa própria Revolução, o 25 de Abril (...)

## A mulher e a família

Zita Seabra

A questão da família e particularmente a relação homem-mulher; o casal — é sem dúvida uma das mais fundamentais, mais polémicas, mais vivas de quantas constituem o documento-base da Conferência do PCP sobre a Emancipação da mulher. Não é de admirar que no debate travado no Partido este tenha sido um dos temas mais discutidos e participados. É que, como afirma o documento-base, «a emancipação da mulher não passa apenas pela conquista do direito à igualdade no trabalho, na sociedade, na acção política, na vida cívica e cultural. A emancipação da mulher passa também pela igualdade do homem e da mulher na família». (...)

A prova de que o direito ao trabalho é condição necessária mas não suficiente, tendo em vista um estatuto de igualdade na família está na situação das mulheres operárias, empregadas ou outras trabalhadoras sobre quem recai, depois das horas de fábrica, o exclusivo do trabalho doméstico. As Luíças que sobem a calçada são ainda um retrato vivo da imensa maioria das mulheres trabalhadoras. Por isso mesmo a nossa Conferência coloca também a questão da mudança das mentalidades, tendo em vista a alteração da tradicional divisão de funções da mulher e do homem na família. Não para que os homens passem a ser os seres dependentes que hoje são tantas mulheres mas pela igualdade de direitos e de oportunidades, para que a célebre frase de Engels escrita há mais de um século passe da realidade a património histórico.

Os movimentos femininos burgueses pretendem porém reduzir a ques-

tão da família à questão das mentalidades.

A falsidade de tal teoria resulta evidente quando se examina a política de família dos governos de direita! Enquanto mulheres e homens, os casais, aspiram a uma vida melhor, a uma concepção mais enriquecedora da vida em comum, a condições de vida, a espaço, a tempo livre, a direita atrai as famílias trabalhadoras para dificuldades crescentes no seu quotidiano quantas vezes infernal (distâncias do trabalho, carências de habitação, degradação do ensino, falta de ocupação dos tempos livres das crianças ou lares para reformados, etc.).

No caso de mães solteiras, mães sós, as dificuldades são ainda maiores e mais chocantes. Pela conquista desses direitos lutamos. Não pretendemos na Conferência do PCP traçar o perfil do casal perfeito ou do perfeito agregado familiar. Queremos, sim, na presente conjuntura política, lutar para que os homens e mulheres disponham dos meios verdadeiros de escolha, de determinação do seu estilo de vida e da possibilidade real de ter filhos e meios para lhes garantir um futuro seguro.

Na verdade, a política de direita destes últimos anos é a responsável pela degradação da vida de tantas famílias e da relação pais-filhos pela completa falta de condições e de perspectivas de vida dos jovens. Um inquérito à fecundidade realizado recentemente mostra que em Portugal a imensa maioria dos casais tem menos filhos do que é seu desejo. São, pois, condicionados na sua opção pelas dificuldades económicas e sociais (...)



Zita Seabra



Alcina Clara Gonçalves



Luísa Amorim



Hermínia Adélia



Odete Filipe

## A gestão de empresas por mulheres

Hermínia Adélia

Venho falar-vos da experiência comum, em muitos pontos do País, logo após o 25 de Abril: a luta contra a sabotagem económica do patronato. No nosso caso foi um grupo de mulheres que tiveram de tomar em suas mãos a gestão de uma empresa de confecções do Porto, abandonada pela entidade patronal que se ausentou para Espanha em Setembro de 1975.

Após a sua fuga, por acção da CT foi concedida pelo Ministério do Trabalho uma credencial que permitiu a três trabalhadores assumirem a responsabilidade da efectiva gestão da empresa. E foi defrontando muitas dificuldades que não só foram defendidos os postos de trabalho das 50 trabalhadoras de então, como se conseguiram criar novos postos de trabalho, elevando-os para o dobro.

Este êxito da nossa gestão só foi possível porque contou desde sempre

com o apoio do movimento operário — das estruturas sindicais unitárias e das CTs — que nos prestaram assistência legal, e também de toda a luta dos trabalhadores pelos seus interesses e direitos, em defesa dos trabalhadores pelos seus interesses e direitos, em defesa do 25 de Abril e das suas grandes conquistas, na qual se fundiu a nossa luta. Em todo este processo teve naturalmente papel determinante a unidade que soubemos cimentar para vencer a insegurança e todas as tentativas legais e ilegais com que a antiga patroa procurou retomar a empresa ao logo destes 11 anos.

A vitória tornou-se total quando em Fevereiro do ano corrente e após a passagem do processo pelos sucessivos tribunais o Supremo Tribunal de Justiça deliberou que a auto-gestão é legítima, e assim a entrega definitiva da empresa ao colectivo das trabalhadoras.

Não foi uma vitória fácil pois as trabalhadoras tiveram que lutar em duas frentes distintas. Por um lado a luta contra a antiga patroa exploradora nos tribunais e na própria empresa,

defendendo-a de inúmeras tentativas de assalto com maior ou menor violência. Por outro foi a luta no seio da família de cada uma de nós, pois, tantas e tantas vezes, tivemos de trabalhar até altas horas para poder satisfazer, dentro dos prazos, as encomendas quase sempre destinadas à exportação ou até para, pela simples presença, evitar mais uma tentativa da patroa de tomar de assalto a fábrica.

Para tanto foi necessário, quantas das vezes, convencer os nossos pais, maridos ou filhos, da justeza da nossa luta, uma luta que só nós poderíamos vencer. Quantos deles tiveram por isso de nos substituir muitas vezes na cozinha, na lavagem da roupa, nos cuidados aos filhos e ainda de nos apoiar directamente nas nossas acções em especial em defesa do património que nos estava e está confiado.

A luta não terminou, todavia, pois para prosseguirmos temos agora de procurar apoios que nos permitam investir na renovação de equipamento da fábrica (...)

## A mulher camponesa

Alcina Clara Gonçalves

(...) Sou uma mulher camponesa e transmontana daquelas que têm esperança de viver uma vida melhor. Mas para o conseguir temos de trabalhar muito. O meu marido é emigrante há 16 anos, levo uma vida de escrava.

Eu trabalho com o tractor, eu guio, eu lavro as minhas terras, eu semeio, eu colho, eu vendo. Penso o gado e ainda por cima tenho os meus filhos para tratar. Mas infelizmente com os governos ou desgovernos que temos lido todo o nosso esforço cada vez vale menos.

Sobem o enxofre, o vinho ninguém lhe pega, o gado dava, mas as rações estão pelos olhos da cara, quando há batata ela não dá e quando dá não há batata, andamos aflitos atrás do adubo, o seguro deixa de fora a batata e

o gado, se por desastre ou doença morrer uma cabeça de gado é um tomo, são meses de trabalho perdido.

Quando há dez anos comecei a conduzir o tractor, fui na minha aldeia muito criticada, mas quis mostrar ao povo que as mulheres também têm direito ao trabalho das máquinas como os homens. Agora, andam todos atrás de mim para eu trabalhar para eles. Há mais tractoristas mas preferem-me a mim que a qualquer um deles.

Penso que o 25 de Abril também foi muito importante para que as pessoas pensassem de outra maneira, embora tenha havido pouca evolução na mentalidade das pessoas, pelo menos lá para as minhas bandas, pois já lá não vai há grande tempo

que quando as minhas vizinhas me viam sair à noite para eu participar em reuniões da agricultura e do Partido, e como o meu marido se encontrava no estrangeiro, tentaram várias vezes encheurarem-lhe os ouvidos dizendo que eu lhe era infiel. Que gente aquela! Acredito que um dia compreenderão os motivos que me faziam sair à noite. Não foi fácil para mim, mas também nunca desisti. Nunca soube o que é ter férias, nem tempos livres, bem gostaria de ler um livro ou um jornal, mas quando chego à noite sinto-me tão cansada que logo adormeço. Foi com muito esforço que consegui ler o documento da nossa Conferência, acho que o que se lá diz está muito certo e eu não me atrevo a acrescentar-lhe nada (...)

## O agravamento das condições de vida e a situação da mulher

Odete Filipe

(...) Sendo a maternidade a mais importante manifestação de vida, indispensável para assegurar o futuro da própria humanidade, à mulher e, em particular, à mulher trabalhadora, devem ser asseguradas as condições para que possa ser mãe e simultaneamente participar plenamente na vida produtiva, social e política.

Mas tal objectivo está longe de ser realidade. A mulher trabalhadora é fortemente penalizada pelo patronato por utilizar os seus direitos, sendo discriminada no trabalho, no salário, nos prémios de assiduidade, na obtenção de emprego, na promoção e carreira profissional e na participação social em consequência da maternidade.

Esta situação não deve e não pode continuar!

É sabido que o estatuto familiar da mulher é igual ao do homem (perante a lei), mas não é menos verdade que, ainda hoje, é sobre a mulher que recaem as maiores responsabilidades familiares. É a experiência da vida que nos diz que é em geral a mulher que está mais condicionada na participação no mercado do trabalho e mesmo, nalguns casos, verificou-se a sua saída motivada pela existência de dois filhos ou mais. Essas causas são geralmente ligadas à quase total ausência de infra-estruturas sociais de apoio à família e, quando existem, esses apoios são de tal modo escassos que as mulheres são obrigadas a fazer contas e a decidir.

Comparando o baixo salário que auferem e que o patrão muitas vezes, não lhes paga, com o preço das creches, dos infantários e das amas, com o custo dos transportes e o tempo que neles se perde, com o tempo e

os ritmos violentos de trabalho e ainda com o abandono a que são votados os filhos com idade escolar, por falta de estruturas de apoio aos tempos livres, a mulher é obrigada a optar, acabando algumas vezes por abandonar a sua vida profissional e ficar em casa.

Mas tal abandono não resulta do facto de a mulher não querer participar na vida económica e social do País, pelo contrário, as causas fundamentais encontram-se na acelerada degradação das condições de vida e na recusa do patronato e do Governo em atribuir as condições e as oportunidades a que as mulheres têm direito (...)

## O papel das organizações femininas

Luísa Amorim

(...) A razão da necessidade de movimentos femininos deriva dos problemas comuns que atingem as mulheres, quer no seu estatuto de cidadãs, trabalhadoras ou mães.

Não as une interesses de uma mesma classe social: não são uma classe social. Na verdade diferenciam-se o posicionamento em relação aos meios de produção e à organização social de trabalho, o que condicionará de uma forma muito determinante o estatuto económico, social, cultural e mesmo político de cada mulher (ou homem).

Poderemos então dizer que, coexistindo com a **estratificação horizontal** de classes, que advém da contradição fundamental e dominante neste tipo de sociedades, existe uma outra, a **estratificação vertical**, com base no sexo, que atingindo de uma forma geral todas as classes, determina problemas e interesses comuns

que podem ser factor de união e de mobilização das mulheres, mesmo de classes diferentes.

Se é evidente que as contradições de classe são mais determinantes que as contradições resultantes do sexo, estas no entanto também intervêm na luta de classes, podendo refreá-la ou aprofundá-la.

Para nós, a luta contra a sociedade onde predomina uma ideologia masculina, baseada na opressão de um sexo pelo outro, é parte fundamental e determinante na luta contra a sociedade capitalista.

Por isso, a luta feminina deve ser travada nestes dois planos ou em função destas duas cordenadas: contra a opressão de classe e contra a opressão patriarcal.

As duas se impõem, e/ou se conjugam ou se mutilam mutuamente. A luta contra uma, reforça e exige a luta contra a outra.

Consideramos mesmo que o grau de aprofundamento da questão feminina e da luta anti-sexista na dinâmica da luta de classes, é um indicador do grau de maturidade do próprio movimento geral emancipador da sociedade.

Não há dois tempos históricos: um para a conquista da democracia, outro para a conquista da igualdade. Porque não há democracia sem igualdade, assim como não há igualdade sem democracia. Evidentemente que entendemos a igualdade na salvaguarda da diferença (...). O facto de alguns grupos de feministas considerarem os homens como seus inimigos principais, não nos pode fazer esquecer outros grupos de mulheres que também se reivindicando de feministas não orientaram a sua luta neste sentido e, pelo contrário, integraram-na no quadro mais geral da luta democrática por uma sociedade mais justa (...)





Carlos Aboim Inglez



Bernardina Sebastião



Paula Coelho



Odete Santos



Maria Emília Sousa

## Obstáculos à emancipação da mulher

Carlos Aboim Inglez

A completa emancipação da mulher exige ainda um processo longo e complexo, e um objectivo que só poderá vir a ser plenamente realizado quando for destruída a base material da discriminação negativa da mulher — e quando, enfim, possa ser construída uma outra sociedade realmente humana, conjugada tanto no masculino quanto no feminino. Por outro lado, haverá que varrer de vez toda a escumalha ideológica há séculos acumulada, a qual avilta e aliena comportamentos e mentalidades — para vir então a dar livre passo a novas e enriquecedoras relações entre o homem e a mulher, constitutivos ambos, na sua união e diferença biológica, do ser enfim natural do género humano.

Trata-se de duas condições sine qua non, essenciais, sem o preenchimento das quais a libertação da mulher será sempre limitada. Mas tendo embora consciência disto, não podemos pensar que a emancipação da mulher é apenas um ideal para o futuro a longo prazo. Não! A emancipação da mulher é um processo em curso, uma perspectiva hoje mais próxima que ontem, é todo um programa de luta para já, expresso em reivindicações concretas e em acções imediatas, como esta Conferência bem sucedida.

E se nesta luta estão vitalmente interessadas as mulheres (e ninguém

as pode substituir nela) — também os homens comunistas (e, mais latamente, progressistas) nessa luta têm que empenhar as suas forças, como se fosse em causa própria sua. E é! Com efeito, sem a incorporação de mais largas massas femininas na nossa luta emancipadora, não poderá ela adquirir aquela muito ampla dimensão de massas em movimento que, só ela, fará avançar a História. A nossa própria experiência ainda viva do 25 de Abril o demonstra, com o acelerar notável do processo de libertação da mulher a que deu lugar, no quadro das conquistas revolucionárias então alcançadas por todo o nosso Povo. Que longe estejam de nós, homens comunistas, atitudes ou intuítos paternalistas, que mal disfarçariam a hipocrisia do egoísmo e comodismo masculinos! E que longe estejam de nós também, mulheres comunistas, tanto o ancestral conformismo feminino, como o exacerbado «inconformismo» feminista, ambos de capa pequeno-burguesa. Mulheres e homens, no nosso Partido, na nossa vida, sejamos companheiros, camaradas que compartilham esforços numa causa comum contra um inimigo comum: a exploração do homem pelo homem, na qual está implicada a exploração da mulher pelo homem. Esta é que é a verdadeira raiz e natureza de classe da subordinação da mulher, e não qualquer raiz e natureza meramente sexista (...)

## A Reforma Agrária e a emancipação da mulher

Bernardina Sebastião

(...) Com a Reforma Agrária foi destruído o poder dos latifundiários, ocuparam-se 1 130 000 hectares de terra onde floresceram 550 UCPs/Cooperativas. Nelas trabalharam mais de 70 mil homens, mulheres e jovens, onde deixou de existir a exploração do homem pelo homem. O direito ao trabalho foi finalmente conseguido, o desemprego quase deixou de existir. Se antes da ocupação trabalhavam em alguns períodos, 6349 mulheres, na Reforma Agrária passaram a trabalhar 25 500, um aumento de 272% (...)

A Reforma Agrária significou um processo de emancipação da mulher, arrancou dezenas e dezenas de milhares de mulheres de casa e trouxe-as para o processo produtivo. A Reforma Agrária fez avançar a libertação da mulher na medida em que a arrancou da vida da casa e a lançou na produção nacional, na vida política e social activa; na medida em que lhe assegurou o direito ao trabalho, em muitos casos efectivo, o acesso a novas profissões, trabalho igual salário igual, alfabetização e a cultura, férias, transportes, participação nos órgãos das UCPs/Cooperativas; na medida em que a Reforma Agrária trouxe as creches, jardins de infância, lares de terceira idade, cantinas, lojas e outras estruturas sociais.

Com a Reforma Agrária a mulher agrícola do Sul passou a ter uma intervenção activa nas reuniões, plenários, conferências, comícios, manifestações, a intervir em pé de igualdade com o homem. A sua consciência política e de classe elevou-se grandemente.

Mudaram os conceitos de encarar a família mas as contradições persistem, apesar dos avanços realizados, a grande consciência política e de classe do proletariado agrícola do Sul, o apego às tradições e aos conceitos retrógrados dos quais a mulher é a principal vítima, através das discriminações, dependência, humilhações, perpetuadas perante a vida. A Reforma Agrária teve reflexos positivos no modo de estar na família, ao sair e voltar ao casal para casa, à mesma hora, ao irem os dois juntos para a luta (...)

A Reforma Agrária teve o mérito de comprovar que o acesso da mulher ao trabalho, à realização profissional e a sua independência económica, constituem a condição objectiva para a igualdade da mulher na família e de decidir de livre vontade a sua própria vida. Se não tivesse havido ofensiva e destruição das UCPs/Cooperativas, bem diferente seria hoje a vida e a emancipação da mulher trabalhadora agrícola do Sul. (...)

## A juventude

Paula Coelho

(...) A ofensiva ideológica intimamente ligada à contra-revolução, procura difundir entre nós o vanguardismo estéril. Procurou levar-nos a confundir comportamento revolucionário com libertismo pequeno-burguês, a imagem e ideia falsa de liberdade feminina. Por exemplo: o vestir como os rapazes não por necessidade, mas sim porque era igual aos rapazes. Mas não só o vestir.

Ao mesmo tempo, nas zonas mais atrasadas ou entre mulheres mais recuadas, procurou mobilizar a mulher para acções contra-revolucionárias (como a manifestação dos tachos no Chile ou a manifestação silenciosa em Lisboa).

Procuraram virar a mulher contra a imagem falsa, grosseira, que eles próprios fabricavam de Portugal depois de Abril.

Contra a democracia e contra o próprio caminho da emancipação da mulher, hoje, a campanha ideológica

liga-se a outra fase da ofensiva de direita. Por um lado, procura recuperar e difundir valores tradicionais e retrógrados: a virgindade feminina, os filhos, a casa para a mulher, o casamento conveniente como saída profissional da mulher, o culto do lar para a mulher, a fidelidade para a mulher, a docilidade para a mulher.

O que lhes importa, num ou noutro caso, é manter-nos afastadas do fundamental: a luta pela transformação do mundo, a luta pelo socialismo, a luta por outra sociedade.

Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, pelo agravamento da situação social e política, empurram milhares de jovens para a prostituição, defendem a pornografia, corrompem e pervertem. Escandalizam-se hipocritamente com a interrupção voluntária da gravidez, mas gastam contos em abortos clandestinos.

As raparigas devem ter os seus valores próprios, são estes, dizem-nos: há que afastá-las da política,

criar o despartidarismo, o horror à política e intervenção social, a não ser claro, para colocar o chapéu, o casaco e o autocolante do seu candidato. Mas também são generosos e oferecem-nos como valores de facto reais, o desemprego, a prostituição, a promiscuidade. Experimentamos tudo, tudo nos é permitido, a droga, a prostituição, etc.. Experiências que nos magoam e marcam, que nos isolam e ferem. O caminho não pode ser este. Não pode ser a perversão enganadora. A luta contra as raparigas como objectos inferiores e de sexo, não pode ser assumirmo-nos voluntariamente como objectos e termos muito orgulho nisso, escravas mas orgulhosas de o sermos. Muito menos o é transformarmos o homem em objecto e inimigo principal.

A luta é comum, rapazes e raparigas, homens e mulheres. (...)

(...) A emancipação é o progresso humano, obra comum e resultado comum.

## A contra-revolução e os direitos das mulheres

Odete Santos

(...) As conquistas alcançadas, precisamente porque estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento social, não fogem às ameaças do processo contra-revolucionário, processo que também visa o estatuto feminino. As mulheres são as principais vítimas do desemprego que alastra, retornando ao lar, por imposição da política de direita, mesmo contra a sua vontade. São também elas o objectivo privilegiado das novas formas de exploração surgidas com o trabalho precário. O próprio Estado — vergonha das vergonhas — recorre aos tarefeiros, e coloca sem qualquer protecção, muitas mulheres, privadas de quaisquer regalias, nomeadamente quanto à licença de parto, e quanto àqueles di-

reitos que emergem da função social da maternidade consagrada constitucionalmente.

Assinalam-se discriminações salariais. Discriminações no acesso ao emprego, por via dos direitos decorrentes da maternidade. Desencadeia-se uma ofensiva contra as comissões governamentais destinadas a combater as discriminações contra as mulheres, ao mesmo tempo que se privilegia no Ministério do Trabalho, a Direcção Geral de Família, depositária dos conceitos mais retrógrados relativamente à mulher. Simultaneamente, engavetam-se como leis incómodas, as leis da interrupção voluntária da gravidez, da protecção da maternida-

de e paternidade, do planeamento familiar e educação sexual nascidas de Projectos de Lei do PCP. A nível de formação de mentalidades assistimos a alguns recuos. Nos manuais escolares começa a ser preocupação o aparecimento da fada do lar, ao lado do homem forte que ganha o pão para a casa. Prolifera a exploração do corpo da mulher na publicidade, prolifera a sua exploração mais abjecta na indústria pornográfica, desenvolvem-se nos anúncios publicitários as tradicionais virtudes caseiras da mulher (...)

A contra-revolução dirigida contra o povo, contra as transformações socioeconómicas surgidas com o 25 de Abril, ameaça de uma maneira especial as conquistas da mulher. (...)

## A mulher e o Poder Local

Maria Emília Sousa

(...) Do ponto de vista das realizações do Poder Local, podemos dizer que representaram uma muito importante transformação positiva para centenas de milhares de mulheres. Todos sabemos que as tarefas domésticas ainda recaem sobretudo ou exclusivamente sobre as mulheres. Tem por isso um elevado significado para a mudança profunda e positiva na sua vida quotidiana o facto de as autarquias do Portugal de Abril terem assegurado pela primeira vez o abastecimento domiciliário de água a milhares de bairros e povoações, terem assegurado a recolha domiciliária de esgotos ou o tratamento de águas residuais, com enormes reflexos na saúde pública e na baixa da mortalidade infantil. Os números oficiais mostram

que se avançou muito mais nestas áreas nos municípios em que a APU tem a maioria. Também aqui se pode dizer que coube ao PCP e aos seus aliados mais próximos a maior contribuição para resolver este grave problema. Sabemos também que é sobre as mulheres que continua a recair o maior peso dos cuidados com a assistência e educação das crianças. Por isso, não há dúvida de que elas são beneficiárias directas da construção de cerca de 600 parques infantis, de dezenas de creches e infantários, de centros de ocupação de tempos livres para as crianças em idade escolar, das ludotecas, do apoio às escolas, do desporto infantil e das actividades para crianças que tantas e tantas autarquias promovem.

Não é só através das suas realizações directas que o Poder Local contribuiu para a emancipação da mulher. Entre os membros dos órgãos de Poder Local, estão centenas de mulheres, que assim concretizam e demonstram, tal como os homens, que têm capacidade de decidir. A experiência demonstra claramente que se a mulher precisa do Poder Local, também o Poder Local precisa da mulher. E, neste aspecto, é necessário dizer que a participação da mulher no Poder Local está longe de corresponder à sua intervenção social e às provas que dão nas comissões de moradores, nas colectividades, nos bairros e nas empresas e, em geral, nos movimentos de massas (...).

## Projectos do PCP na AR

José Magalhães

Examinando a actividade da Assembleia da República ao longo destes anos é natural e importante que se procure saber qual foi o partido que apresentou mais iniciativas em defesa dos direitos das mulheres portuguesas. A resposta objectiva e verdadeira, camaradas, só poderá ser: o PCP (...)

As nossas iniciativas sobre os direitos das mulheres têm-se contado entre as de maior e mais profundo impacto público. São projectos de lei que falam de coisas que tocam profundamente, alentam, por vezes comovem, convidam sempre a lutar, a transformar. Por isso também alarmam os sectores retrógrados, põem os cabelos em pé aos deputados-morgados de Portugal que não concebem que o acto sexual sirva senão para conceber. Através desses projectos o PCP dirige-se, por exemplo, àquelas mães que enfrentam mil dificuldades para obter a pensão de alimentos de que os filhos precisam e que a lei garante mal, ou a tantas mulheres que tendo vivido em união de facto perdem hoje todos os direitos quando perdem o companheiro de anos de vida (situação desumana que importa alterar), ou às mães sós, cujas dificuldades particulares exigem essenciais medidas de protecção pelas quais vimos lutando. São também as mulheres as principais beneficiárias imediatas do projecto de lei através do qual o PCP quer ver alargado o acesso ao direito à informação sobre os direitos dos cidadãos e a possibilidade de obter gratuitamente apoio de um advogado e fazer valer direitos nos tribunais. E ainda a semana passada o grupo parlamentar do PCP apresentou um novo projecto para criar um serviço telefónico SOS de atendimento das mulheres vítimas de maus tratos e serviços com pessoal feminino nas esquadras para atender as vítimas de crimes violentos (...)

Conseguimos que fosse aprovado o nosso projecto de protecção das mulheres casadas contra actos de dissipação e fraude praticados por certos maridos. Foi da iniciativa do PCP a lei que garante à criança hospitalizada o direito a ser acompanhada pelos pais e que é um factor fundamental de humanização e eficácia dos cuidados médicos. Foi também proposta pelo

PCP a lei que garante à mulher grávida o direito ao acompanhamento, pelo futuro pai, durante o trabalho de parto, traduzindo toda uma nova concepção da relação homem-mulher em relação a um acto secularmente envolto de mistérios e tabus.

E em 1982, a própria Constituição foi aperfeiçoada, por iniciativa do PCP neste ponto, por forma a estabelecer a igualdade essencial das mães e dos pais quanto a direitos e deveres, rejeitando definitivamente concepções que em nome de realidades biológicas pretendem lançar sobre as mães o exclusivo das responsabilidades pela educação dos filhos. O ano de 82 ficará no entanto assinalado por uma outra batalha fulcral: foi a partir desse ano que conseguimos romper os



José Magalhães



Vitor Neto



Palmira Peixoto



Fernanda Mateus

vés, reservas e silêncios que rodeavam em Portugal o verdadeiro flagelo social que é o aborto clandestino. Foi o PCP (o PCP e não outro partido) que organizou e conduziu aquele que constituiu sem dúvida um dos mais amplos e participados debates nacionais alguma vez travados (...).

## A situação da mulher operária antes e depois do 25 de Abril

Palmira Peixoto

Durante o regime fascista os trabalhadores portugueses, e em particular a mulher trabalhadora, foram sujeitos a uma brutal exploração. Com horários de trabalho prolongados, baixíssimos salários, trabalho à peça e à empreitada, sem salário fixo, dependente da produção, trabalhando sem condições de higiene e segurança e sob violenta repressão, as mulheres operárias eram ainda alvo da pior chantagem sexual, perpetrada não só por patrões, mas também pelos seus mais directos apaniguados. Em algumas empresas eram aplicados prémios de assiduidade e produção, que por volta de 1960 não ultrapassavam os 5\$00 semanais, e quantas mulheres deixaram ficar os filhos gravemente doentes, sem qualquer assistência, para que o mísero prémio não fosse cortado. (...)

Com a Revolução de Abril assisteu-se a um crescendo da intervenção e da luta das mulheres operárias em Portugal. Nas empresas e em alguns sectores de actividade, as mulheres assumiram a condução da luta por melhores condições de vida e de trabalho. Destaco aqui a participação activa das mulheres têxteis, quando no início de 1975 ocuparam o grémio patronal durante 11 dias e 11 noites na luta pelo 13.º mês, posteriormente consagrado no contrato; a luta pelo fim do trabalho à tarefa e empreitada; a luta pelos primeiros contratos colec-

tivos de trabalho; a luta contra a sabotagem económica do patronato.

Passos gigantes foram dados no que se refere aos direitos da mulher operária: foi o reconhecimento de igualdade na legislação e contratação, do direito ao trabalho, da igualdade de acesso ao emprego, do valor social da maternidade, e a conquista de 90 dias de licença de parto com pagamento integral do salário.

A política de direita, posta em prática pelos sucessivos governos nos últimos 10 anos, aumentando o desemprego (que constitui hoje o problema fundamental das mulheres trabalhadoras), permitindo o não pagamento dos salários, limitando as liberdades sindicais, tem na prática imposto de novo critérios e práticas reacçãoárias em relação ao trabalho da mulher. Exemplo disso são, entre muitos outros, o da admissão só de mulheres solteiras ou casadas, mas sem filhos, o recurso às indemnizações para incentivar o auto-despedimento, os condicionais (de faltas, etc.) colocados àquelas que pretendem usar dos seus direitos, nomeadamente na questão da assistência inadiável, na amamentação, etc. Apesar de todos estes obstáculos a vida comprova que as mulheres não aceitam voltar ao trabalho doméstico, desejam participar cada vez mais activamente na vida social e económica do nosso País e que lutarão firmemente pelos direitos conquistados com o 25 de Abril!

## A batalha ideológica na luta pela emancipação da mulher

Vitor Neto

(...) Desde a antiguidade, as classes economicamente dominantes, os seus intelectuais e filósofos, as suas religiões, impuseram e consagraram a discriminação da mulher na sociedade e na família, teorizaram a sua inferioridade em relação ao homem até como ser humano, penalizaram-na na lei, estabeleceram-lhe um estatuto de inferioridade na própria religião. (...)

Temos assim que ter consciência, na batalha de hoje pela emancipação da mulher, que existe, à partida, uma desvantagem de muitos séculos de ideias retrógradas acumuladas nas mentalidades.

Em Portugal, as ideias retrógradas sobre as mulheres, que se consolidaram em séculos de poder conservador — basta aqui recordar o obscurantismo feudal, a inquisição, o absolutismo monárquico-clerical, o fascismo, mas também a burguesia liberal e reformista que não deixou de consagrar na cultura e na política a imagem de subalternização da mulher, sofreram, com a Revolução de Abril, de 1974, o seu mais profundo abalo de sempre. As liberdades políticas e a conquista de importantes direitos específicos, dando pela primeira vez à mulher portuguesa a possibilidade de uma vasta

participação política e social, constituíram uma autêntica revolução, também no campo das mentalidades e no campo ideológico, obrigando a um sério recuo das concepções retrógradas em relação à mulher.

A acção ideológica da burguesia associada à ofensiva reacçãoária dos últimos anos, tem-se dirigido por um lado no sentido de recuperar e inculcar novamente uma imagem da mulher ligada aos valores tradicionais de discriminação na sociedade, na família: a mulher em casa (até porque está desempregada); mãe de família, dependente do marido e dos filhos; sem independência. Aqui, por um lado a religião, por outro a escola — isto independentemente das leis, programas e livros oficiais — voltaram a ter um papel de difusão ideológica das concepções que atribuem um papel secundário às mulheres. Por outro as forças de direita procuram novas formas de alienação, muitas vezes disfarçadas até de uma imagem falsa de emancipação da mulher, de uma mulher aparentemente «independente» e «moderna», mas de facto simples instrumento racionalizador do poder da burguesia.

Na Televisão, os filmes, os programas alienantes, dando uma imagem secundária e subalternizante da mulher, às vezes habilmente disfarçada; na publicidade que utiliza, muitas vezes de forma grosseira, o corpo da mulher como objecto de sedução transformando-a a ela própria em mercadoria, ou para anunciar produtos que a reduzem exclusivamente à função de «fada do lar».

Através de publicações pornográficas, a burguesia procura alimentar no homem a imagem de inferioridade da mulher, reduzindo-a a mero objecto de prazer.

As posições discriminatórias e alienantes são frequentemente veiculadas na grande imprensa reacçãoária, que apesar do seu aparente moralismo, usa muitas vezes a imagem do corpo da mulher como chamariz para vendas. As falsas páginas femininas dos jornais conservadores, e os falsos jornais femininos, atrás de questões de aparente interesse prático para as mulheres, têm como objectivo concreto, habilmente disfarçado ou não, veicular uma concepção de subalternização da mulher na sociedade e na família. (...)

## As mulheres como força organizada

Fernanda Mateus

Se a participação das mulheres em todas as frentes de luta de massas, contra a ofensiva da direita no poder e em defesa do Portugal de Abril é condição essencial para a defesa dos direitos mais específicos das mulheres, para a sua luta emancipadora, as mulheres como força organizada em movimentos específicos, têm-se revelado uma componente importante para a crescente participação e consciencialização de muitas milhares de trabalhadoras e de donas de casa, jovens ou reformadas, tanto em torno de problemas concretos imediatos, como das discriminações específicas de que são vítimas na sociedade, contribuindo assim para o fortalecimento do movimento de massas, essencial para a defesa e consolidação do muito que Abril nos trouxe. (...)

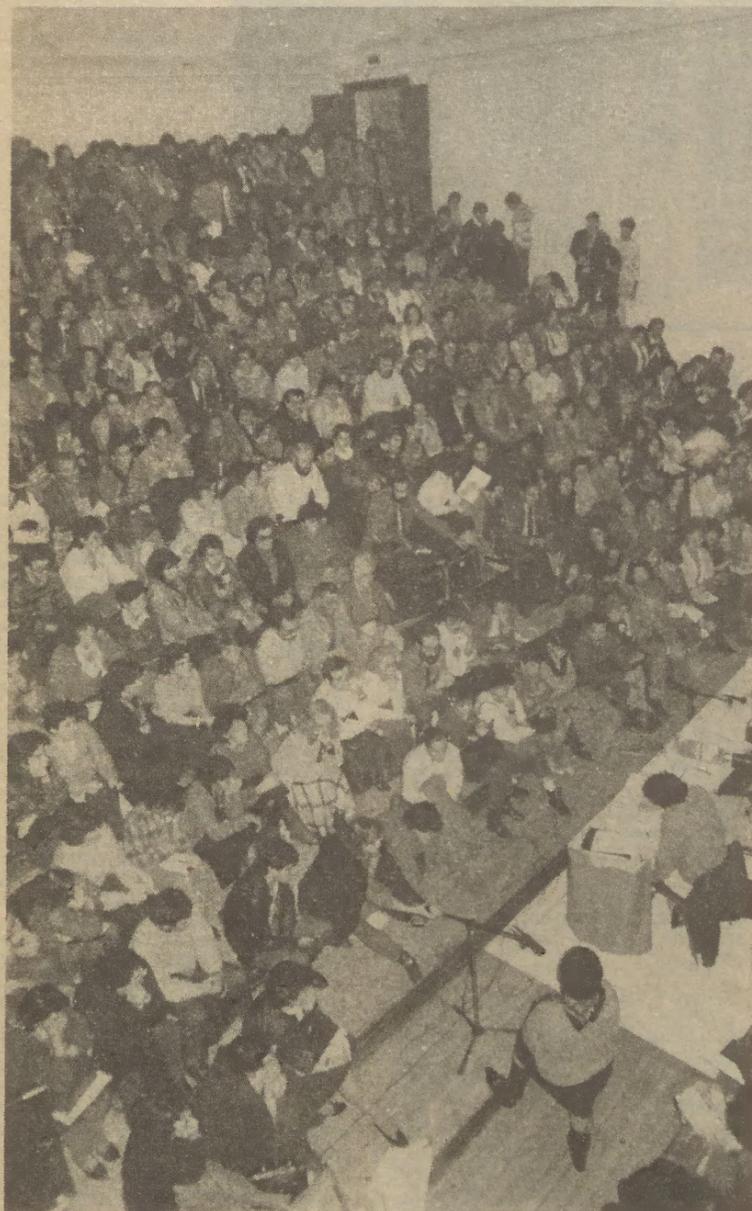
O movimento das mulheres trabalhadoras constitui a componente mais combativa, mais organizada do movimento feminino. A sua luta, apoiando-se nas organizações de classe (sindicatos e comissões de trabalhadores), inserindo as reivindicações mais específicas das mulheres trabalhadoras na luta mais geral da classe operária e dos trabalhadores, tem constituído um importante contributo na mobilização e participação das mulheres no movimento sindical unitário. A criação de Departamentos de Mulheres, a diferentes níveis de estruturas sindicais

foi um passo decisivo para o maior conhecimento e sistematização dos problemas e reivindicações das trabalhadoras, para a sua crescente participação na vida sindical ampliando as reivindicações e as potencialidades de desenvolvimento da luta do movimento operário e dos trabalhadores.

O MDM, com profundas tradições de luta contra o fascismo, com implantação nacional e prestígio internacional, é o movimento que melhor tem contribuído para o despertar da consciência para a acção necessária contra as discriminações, contra os preconceitos e em defesa da democracia e da paz. Intervindo como movimento de opinião, mobilizando e organizando as mulheres contra as medidas discriminatórias, exigindo o cumprimento da lei, tem vindo o MDM a aglutinar mulheres de diferentes camadas e classes sociais e de quadrantes políticos bem diversos. (...)



# Um ponto de partida para a acção futura



## Factos e números

A Conferência do PCP sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» iniciou os seus trabalhos à hora prevista com a eleição da mesa da presidência onde tomaram lugar 62 camaradas entre os quais oito membros da Comissão Política e do Secretariado do CC — Álvaro Cunhal, Bernardina Sebastião, Carlos Brito, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Luísa Araújo, Octávio Pato e Zita Seabra.

À 1.ª sessão presidiu a camarada Luísa Araújo que deu a palavra ao camarada Domingos Abrantes para a primeira das 19 intervenções em plenário.

De tarde trabalharam as 4 sessões da Conferência, após o que, de novo em sessão plenária, o camarada Álvaro Cunhal proferiu o discurso de encerramento.

Estiveram presentes na Conferência 1069 delegados, dos quais 126 por inerência. Os restantes, 943 (90%) foram «eleitos pelas organizações ou organismos em mais de 800 reuniões e plenários», realizados ao longo de um mês», como se afirma no relatório final do Secretariado da Conferência.

Dos 1060 delegados, 695 (66%) eram mulheres. Destas, 146 (21%) eram operárias, 297 (43%) empregadas, 79 (11%) intelectuais e quadros técnicos e 171 (25%) de outros sectores de actividade.

Em relação à composição social, 305 delegados eram operários (29% do total), 433 eram empregados (41%), 122 eram intelectuais e quadros técnicos (12%), e 198 eram oriundos de outros sectores e actividades profissionais (18%).

No tocante às idades, 34 delegados (3%) tinham menos de 20 anos, 200 (19%) entre 20 e 30 anos, 679 (63%) entre 30 e 50 anos e 156 mais de 50 anos. A média de idades foi, assim, de 39 anos.

Era um formigueiro de homens e mulheres, e quem chegasse ao Pavilhão dos Desportos no passado sábado, além de se aperceber do óbvio — um fervilhante encontro de carácter político — tinha de reparar no pormenor atrás sublinhado: a presença maciça de homens e mulheres que, ou por trás de tarefas e balcões ou no percurso que usufruí as coisas, lá estavam ombro a ombro, lado a lado, frente a frente, em massas irrequietas que fizeram transbordar, durante todo o dia, o magnífico recinto.

A constatação de que «final estão muitos homens!» (frequentemente ouvida da boca de mulheres, em comentários de passagem), seria o primeiro indicador, para o visitante desprevenido, de que ali se passava algo de especial. Bastar-lhe-ia então olhar para a frontaria da entrada principal, que ficaria logo a saber que estava perante a «Conferência do PCP Sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» e a interpretar convenientemente a tal presença maciça. Na própria Conferência, aliás, os elementos femininos constituíam 66% dos 1069 delegados. E porquê o «algo de especial» em tudo isto? A resposta vai em duas direcções: primeiro, não é vulgar, numa realização política, uma presença tão esmagadora de mulheres (e está assim explicado o «pormenor» que saltava à vista); segundo, tratando-se de uma conferência sobre a emancipação da mulher (iniciativa pioneira no quadro político-partidário nacional) seria de admitir (como o indicaram as constatações satisfeitas sobre as presenças masculinas) um certo alheamento dos homens.

Mas vistas bem as coisas, nada de especial havia. É que esta iniciativa, sendo do PCP, resultou de um intenso debate preparatório, bem ilustrado pelo facto de 943 delegados (ou seja cerca de 90%) terem sido eleitos pelas organizações ou organismos em mais de 800 reuniões e plenários, realizados ao longo de um mês, activamente participados e expressão viva do interesse que a Conferência despertou entre os seus militantes. A Conferência, sendo o culminar de toda esta actividade, foi além do mais, magnífico ponto de partida para questões fundamentais que, no sábado passado, tiveram o seu «ponto da situação». Para mulheres e homens.

A «Conferência do PCP Sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» funcionou em três períodos — o primeiro, de manhã, em sessão

plenária, seguindo-se-lhe à tarde um para discussão em secções e outro para a sessão plenária de encerramento, onde usou da palavra o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. As secções da Conferência (em que puderam intervir delegados e convidados) funcionaram subordinadas a quatro grandes temas: 1 — «O processo



de emancipação/A Mulher no Portugal de Abril»; 2 — «A mulher na vida política, social e na família/A mudança das mentalidades»; 3 — «A mulher e o trabalho»; 4 — «As mulheres como força organizadora/O PCP e as mulheres».

Se a discussão que conduziu à Conferência resultou num intenso debate que introduziu inúmeras alterações ao documento que foi levado a aprovação, os trabalhos produziram de igual modo uma viva discussão, novas propostas de alteração e, sobretudo, um debate que não fugiu às questões e esteve aberto à controvérsia e à livre exposição de pontos de vista, como se pode apreciar nas súmulas que fazemos noutra local.

Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, ao abrir os trabalhos indicaria a complexidade das matérias em discussão e a

abertura com que se partiu para elas, ao afirmar que «a discussão (preparatória) confirmou quanto é complexa, e mesmo polémica, a questão da emancipação da mulher. Nem sempre o debate foi fácil. Não foram poucas as opiniões divergentes, as discussões apaixonadas, as dúvidas, as interrogações», o que considerou natural, tendo em conta «a natureza do problema de discussão, dos diferentes níveis socio-culturais, a origem de classe dos membros do Partido, os hábitos e tradições e, até, as pressões sociais que diferem de região para região».

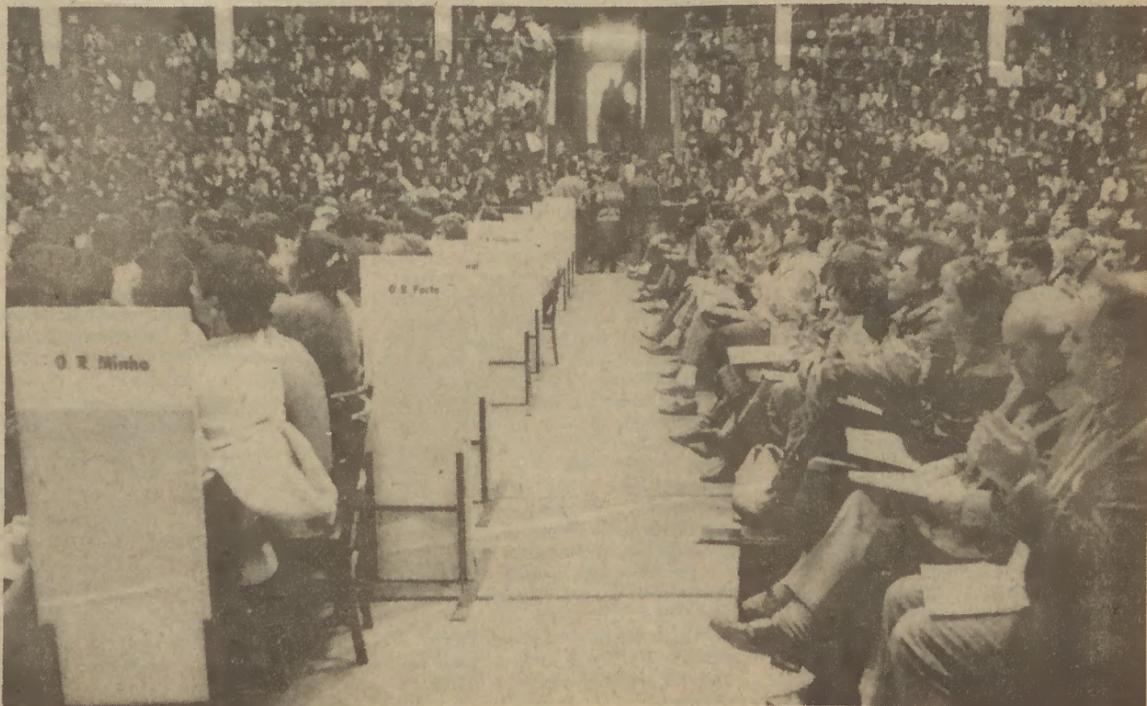
Referimos a abertura com que se partiu para a Conferência, mais importa pormenorizar (embora ficasse

implícito) que tal abertura presidiu ao desenrolar de toda a Conferência. Quem quis, disse de sua justiça (e houve muito quem o quisesse e o fizesse) e o resultado foi uma realização extraordinariamente rica, desasombrosa e, sobretudo, um ponto de partida concreto para intensificar a luta pela emancipação da mulher.

A festa, é claro, também lá esteve, como sempre, erguendo coros espontâneos a ampliar canções emitidas pelos altifalantes ou improvisando rodas de dança que fizeram vibrar de alegria o velho pavilhão dos desportos.

Com inteira propriedade, encerramos esta nota de reportagem com mais um lugar comum (que às vezes são os melhores). E que é o seguinte: quando se olha a vida de frente, é em frente que se vai.

■ HC



# Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII  
N.º 673  
20 de Novembro de 1986  
4.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

Quinta <sup>20</sup>

• SANTARÉM

Debate sobre Regionalização, às 21 horas, no Auditório do Museu Distrital (junto ao Cabeceiro). Participam Carlos Gomes, engenheiro técnico agrário, membro da Direcção Regional, e um deputado do PCP.

• COIMBRA

Reuniões preparatórias do Encontro Nac. de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social: 1. Rádios locais, 2. Imprensa sindical, 3. CS regional e nacional. No CT de Coimbra.

• LISBOA

No Auditório do Hotel Roma, às 21 horas, com a participação dos camaradas João Amaral e Luís Sá, apresentação e debate sobre o Projecto de Lei-Quadro das Regiões Administrativas entregue em Abril passado pelo PCP na AR.

Sexta <sup>21</sup>

• LISBOA

«A História de Lisboa e o seu património» — mais uma das sessões culturais organizadas no CT de Sete Rios. Participa o camarada José Pessoa. Às 21.30.

• COIMBRA

Reunião APU das freguesias do Norte do Concelho de Coimbra para balanço do trabalho realizado e preparação das acções futuras. Às 21.30.

• GONDOMAR

Sessão de esclarecimento integrada na



Alcochete

7.º Encontro  
Concelho  
de Eleitos  
da APU

Domingo, dia 23 — 14 h

pré-campanha eleitoral para a Assembleia de Freguesia em Baguim. Às 21.30, na sede do Futebol Clube de Felgueira.

• PORTO

Sessão evocativa da criação do MUD-Movimento de Unidade Democrática. Às 21.30, na sede do Cineclub do Porto.

Sábado <sup>22</sup>

• GONDOMAR

Pré-campanha eleitoral para Assembleias de Freguesia: em Rio Tinto, porta-a-porta a partir das 9 horas.

Porta-a-porta, também a partir das 9 horas, em Baguim.

• MAIA

Pré-campanha: apresentação dos candidatos da APU à freguesia de Águas Santas. Na Escola do Paço, às 21.30.

• LISBOA

Na Academia de Santo Amaro, a partir das 9 e 30, Assembleia da Célula do PCP na Carris. Participação de Oc-

távio Pato, que intervirá na sessão pública de encerramento prevista para as 16 horas.

«Pelo direito ao emprego» — encontro O.T.J. do distrito de Lisboa, aberto a todos os jovens do Programa «ocupação temporária de jovens». No salão da Junta de Freguesia de Alcântara, a partir das 15.30. No final, convívio.

• COIMBRA

Jantar-convívio da APU da freguesia de Ameal, para debate do Plano de Actividades da Junta de Freguesia para 1987.

• ALGÉS

Almoço de confraternização integrado nas actividades comemorativas da inauguração do novo CT do PCP em Algés. Na R. Ernesto Silva, 107/109, a partir das 13 horas, com a participação da camarada Maria Alda Nogueira

Domingo <sup>23</sup>

• ALCOCHETE

7.º Encontro Concelho dos Eleitos da APU. Na Sala de Sessões da Câmara Muni-

cipal, a partir das 14 horas.

• LISBOA

Encontro de Quadros da organização do Partido em Marvila para discussão do reforço da Organização,

• MAIA

Porta-a-porta em

Pedrouços (pré-campanha para as eleições de Assembleias de Freguesia). A partir das 9 horas.

• RIO TINTO

Porta-a-porta a partir das 9 horas.

• PAREDE

Almoço-convívio nas instalações da Cooperativa «A Linha do Estoril», assinalando o 3.º aniv. da inauguração do CT da Parede. Participa e fará uma intervenção sobre a situação política

o camarada Ruben de Carvalho.

Segunda <sup>24</sup>

• MATOSINHOS

Pré-campanha eleitoral (novas Assembleias de Freguesia):

às 12 horas, encontro de esclarecimento com os trabalhadores da FIL/SONAFI. Participa António Mota, do CC.

• LISBOA

Sessão de Solidariedade com o Povo

do Chile, no salão do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (Av. Almirante Barroso, n.º 3). Às 21 horas.

A sessão será seguida de uma Marcha de Silêncio até à Embaixada do Chile.



CARLUCHO — Cuba, in Cuba Internacional. Agosto 1986

## Solidariedade com o Povo Chileno

segunda-feira, dia 24

21 h  
Sessão  
de Solidariedade

no Salão do Sind. dos Trab. do Comércio,  
Av. Almirante Barroso, 3  
No final — Marcha de Silêncio até à Emb.  
do Chile

## Regiões Administrativas — a proposta do PCP

Hoje, 21 horas, Hotel Roma

edições  
**Juante!**  
**DOSSIER**

# MALHAS QUE O CAPITAL TECE

● Por que motivo mandou Reagan bombardear a Líbia?

● O que visam as cimeiras do «clube dos ricos», como a que recentemente se realizou em Tóquio?

● Que razões levam o imperialismo a jogar na agudização da situação internacional?

● Que sugerem os que afirmam ter começado já a Terceira Guerra Mundial?

Quantas e quantas perguntas não formulam os portugueses, particularmente os trabalhadores, muitas vezes sem conseguirem encontrar as respostas. Daí a importância de livros como este. Que pode não nos dar a resposta expressa, directa. Mas que nos fornece os elementos indispensáveis para, nós próprios, encontrar-mos as respostas para as perguntas que formulamos.

# MALHAS QUE O CAPITAL TECE

**Já à venda**

**Quinta**

**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela — «Vereda Tropical», 158.º Epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Série: «Viver a Vida», 4.º Epis.
- 20.40 - Europa
- 21.10 - Telemundo



- 21.35 - Série — «Uns e os Outros», de Lelouch, último episódio
- 22.30 - 24 Horas
- 23.00 - Remate.

**RTP2**

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.15 - Notícias
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série — «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série — «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das 9
- 21.30 - Concurso — «A Quinta do Dois»
- 23.20 - É de Ler.

**Sexta**

**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela — «Vereda Tropical»
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso — «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Série — «Viver a Vida»
- 20.40 - Este é o Meu País
- 20.55 - Série — «Duarte & C.ª», 11.º epis.
- 21.50 - Série «Hitchcock Apresenta» (um filme realizado por Burt Reynolds)
- 22.15 - 24 Horas
- 22.45 - Remate.

**RTP2**

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.15 - Notícias
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série — «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das 9
- 21.30 - Contraponto
- 22.30 - Série — «O Bravo Soldado Schweick», 2.º Epis.
- 23.30 - Uma Boa Ideia
- 23.40 - É de Ler.

**TV**

**O Programa**

**Sábado**

**RTP1**

- 09.00 - Concurso — «A Quinta do Dois» (Repetição)
- 10.40 - Corpo Humano
- 11.15 - Juventude e Família
- 12.30 - Moda Outono/Inverno
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ
- 18.15 - Série — «A Super Avozinha»
- 18.45 - Super Trinta
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 20.45 - Concurso — «Faz de Conta»



- 22.30 - Série — «Os Investigadores», 1.º epis.
- 23.30 - Pela Noite Dentro: «Hércules Contra o Vampiro», real. Mario Bava (Itália/1961, 80 min.).

**RTP2**

- 12.30 - Outros Mundos



**O Mundo é um Palco** de Ronald Harwood (prod. BBC) — domingo, RTP-2

- 13.00 - Os Anos não Contam
- 13.50 - Meu Bicho Meu Amigo
- 14.05 - Os Pratos da Balança
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Quem te Viu e Quem TV
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Eurocinema — «O Gabinete do Dr. Caligari», real. Robert Wiene (Alemanha/1919)
- 22.00 - 01 Magazine de Informática
- 22.15 - Jazz
- 23.15 - Recriar o Espaço, último episódio
- 23.30 - Vídeo Clube.

**Domingo**

**RTP1**

- 09.00 - Missa de Domingo
- 10.00 - Série: «Linhas de Pesca»
- 10.30 - TV Rural

- 11.00 - Juventude e Família
- 12.00 - 70 Vezes 7
- 12.30 - Série: «O Almoço Está na Mesa»
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Viva a Música
- 13.35 - Série: «Os Roberts»
- 14.00 - Arco Íris
- 15.35 - Primeira Matineé: «Por Favor Não Comam os Malmequeres», real. Charles Walters (EUA/1960)
- 17.20 - Informação Desportiva
- 17.25 - Amigos Disney
- 19.00 - Série: «Espaço»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Série: «Histórias de Cidades»
- 21.15 - Série: «Coração»
- 22.10 - Festival OTI da Canção 1986
- 23.30 - Domingo Desportivo
- 00.30 - Dizem os Astros.

**RTP2**

- 12.30 - Magazine: «Madeira»
- 13.00 - Caminhos
- 13.15 - Música na América
- 13.45 - Desenhos Animados
- 14.00 - Um Dia na Vida de...
- 14.30 - Série: «Deslizes da TV»
- 15.20 - Esta Terra Tão Frágil
- 16.15 - Fantasia e Realidade
- 17.00 - A Vida à Nossa Volta



- 17.30 - Série: «Hill Street»

**Segunda**

**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando

- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Viver a Vida»
- 21.00 - Vamos ao Teatro
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

**RTP2**

- 14.45 - Agora, Escolha
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informações
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série
- 22.25 - Informação Desportiva
- 23.20 - É de Ler

**Terça**

**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Viver a Vida»
- 21.00 - Portugal sem Fim
- 21.55 - Série «Dempsey and Makepeace»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

**RTP2**

- 14.45 - Agora, Escolha
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemadols «Providence», real. Alain Resnais
- 00.00 - É de Ler

**Quarta**

**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso: «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 - Telenovela: «Viver a Vida»
- 21.10 - Lotação Esgotada «A Fuga de Forte Bravo»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

**RTP2**

- 14.45 - Agora, Escolha
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Noite de Ópera
- 23.45 - É de Ler

# Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b>	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
<b>C</b>	Cortina Rasgada	★★	—	—	★★	—
<b>D</b>	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>E</b>	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
<b>F</b>	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
<b>G</b>	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>H</b>	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
<b>I</b>	Verdade dos Factos	★★★★	★★★	★★★	★★★★	—

Classificação de \*\*\*\*\*  
 A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.  
 B — Real. Steven Spielberg — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.  
 E — Real. Tibe Hooper — Alfa Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.  
 F — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 G — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 H — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 I — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

### • LISBOA

**Ana Vieira**, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.  
**Ângelo de Sousa**, pintura (anos 60). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 23/11).  
**Artesanato** («Fazarte»). R.S. Pedro Alcântara, 63, 1.º (até Dezembro).  
**Artur Pastor**, fotografia. Junta de Freguesia de Santiago. De 3.ª a 6.ª/20 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 22/11).  
**Arqueologia** (5 anos de pesquisa), organizada pelo Inst. Port. do Património Cultural. Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16.  
**Cargaleiro, Charters de Almeida, Maluda, Noronha da Costa**: pintura, escultura, azulejos. Gal. S. Bento, R. do Machado, 1. Todos os dias/15.00 às 20.00; de 3.ª a sáb. também das 11.00 às 13.00 (até 25/11).  
**Cesário Verde** — Exposições bibliográficas e iconográficas, no 1.º centenário da morte do poeta: Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/11); Centro de Arte Moderna — Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
**Collectiva**: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szenes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.ª, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00 (permanente).  
**Collectiva de pintura e fotografia**. Gal. Livrarte, Av. do Uruguai, 13-A.  
**Cruz Filipe**, pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
**Escultura Africana em Portugal**, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ac Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).  
**«Estado Novo — das origens ao fim da autarquia»**, fotográfica, e documental sobre o período 1926-1959. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30 (até fim do ano).  
**Esther Gorbato**, aguarelas, Roland Laboye, fotografias. Institut Franco-Portugais, Av. Luís Bivar (até 28/11).  
**Graham Walker** (Inglaterra), pintura. British Council, R. Cecílio de Sousa, 65. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 14.00 às 20.00 (até 21/11).  
**Hélio Cunha**, pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Todos os dias, das 14.00 às 20.00 (até 23/11).  
**Henrique Silva e Maria Irene Ribeiro**, gravura em metal. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 20.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 5/12).  
**João Costa**, fotografia. Ass. Port. de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 3.ª e 6.ª/17.00 às 21.00 (até 25/11).  
**João Moniz**, pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira — Coruchéus. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 29/11).  
**João Cutileiro** — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Dezembro).  
**Lima de Freitas** — «Uma Lisboa Marginal», pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às



Carlos Botelho

13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.  
**Manuela de Sena**, pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00 (até 29/11).  
**Monumentos e Sítios do Património Mundial**, comemorativa do 40.º aniv. da UNESCO. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
**Pedro Casqueiro**, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º. D.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 3/12).  
**Pedro Proença**, pintura. Galeria Cósmitos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 22/11).  
**Pintura de arquitectos** (Nuno San Payo, Costa Martins, Victor Palla). Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./12.00 às 23.00 (até 31/11).  
**Robert Schad** (RFA), desenho e escultura. Galerias das Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
**Romualdo**, pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 21/11).  
**Thomas de Mello**, desenhos. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.30, sáb./15.00 às 19.00 (até 30/11).  
**Três Séculos de Ourivesaria Hispano-Americana** (séculos XXVII e XXIX). Gal. de

**Collectiva de Pintura** (António Olalo, João Dixo, Armando Azevedo, António Melo). Edifício Coimbra, Av. Fernando de Magalhães/R. João Machado. COIMBRA.  
**Maria do Carmo Patrício**, tapeçaria. Museu Municipal. EVORA.  
**Cruzeiro Seixas**, desenho e pintura. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 28/11). GUI-MARÃES.  
**«Loures — Uma Viagem pelo seu Passado»**. De 3.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.00 às 17.30, sáb. e dom./10.00 às 17.30. Museu Municipal LOURES.  
**A Europa na gravura do séc. XVIII**, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.  
**Paz** — Exposição até 31/11, na secção «Resistência» do Museu de PENICHE.  
**Manuel Guerreiro**, pintura. Até 30/12, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.  
**Branco Cardoso e Manuel Vieira**, pintura e desenho. Casa de Bocage-Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.30; sáb. e dom./15.00 às 18.00 (até 23/11). SETÚBAL.  
**Ourivesaria** — Collecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena. SINTRA.  
**Francisco Nunes de Oliveira**, «Palácios Imaginários». Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.  
**Pintura Portuguesa do Séc. XIX**, (Keil, Columbano, Francisco Metrass, Roque Gamaireiro, e outros). Gal. Barca d'Artes, Lg. S. Domingos, 46. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 23/11). VIANA DO CASTELO.  
**José Moga**, Pintura (retrospectiva). Até 30/11, Museu Grão Vasco. VISEU.

# Teatro O Cartaz

### • LISBOA

**ABC** Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.  
**Comuna**, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Touro**, de Abel Neves, enc. João Mota. (Até 30/11)  
**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.  
**Teatro da Graça**, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant**, de Fassbinder, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo Teatro Hoje.

**Cadeira de Rodas**, de Ronald Radde; sáb./17.30: **Faça uma Cara de Inteligente...**, de Marcos Rey — Grupo «Teatro Espaço», encenação de Agueda Sena.  
**ESTORIL**  
**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto de Figueiredo. 6.ª e s.ª b / 21.30, dom./16.00. **Galleu Galileu**, de Bertholt Brecht pelo Teatro Ex-

perimental de Cascais.  
**SETÚBAL**  
**Teatro de Animação de Setúbal**, Rua Balneario dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. **Alves e Companhia**, de Eça de Queiroz.  
**Para Crianças**  
**LISBOA**  
**ABC**, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e

dom. às 11.00. **Fecha os Olhos... Entra Na História**, de Alexandra Solnado, enc. Josefina Alvarenga.  
**Comuna**, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. **Nós de um Segredo**, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando».

**Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafaña.  
**TIL**, R. Leão de Oliveira, 1. **No Reino da Fantasia**, texto e enc. Agostinho Macedo. Sáb., dom. e feriados, às 16 horas.  
**PORTO**  
**Sala Pé de Vento**, Rua das Virtudes. Sáb. e dom. às 16.00. **Na Ilha do Tempo**, de Alvaro Magalhães, enc. de João Luiz.

### Música

Na música a semana é dominada por grandes solistas, dos quais é de destacar **Teresa Berganza**, que regressa para três concertos e para a interpretação de peças de Mahler, Haydn, Mendelssohn, acompanhada pela **Orquestra Gulbenkian** dirigida pelo maestro **Alexandre Gibson**. O primeiro destes concertos terá lugar na quarta-feira, 26, no Grande Auditório Gulbenkian, com preços de 600\$00 a 900\$00.  
 Outros concertos, também na Gulbenkian e no Grande Au-

ditório com flautas barrocas e do Renascimento **René Clemencic**, que interpreta obras de sua autoria e de, entre outros, Telemann, Fontana, Händel. **Amanhã**, dia 21, 18.30. **Segunda**, 24 também às 18.30, a soprano chilena **Marcela Holzapfel** interpretando composições de várias épocas e escolas: de Villa-Lobos a Mozart, a Gounod e Bellini. **Finalmente**: terça, 25, ainda às 18.30, recital de piano por **Aroutjun Papazian** interpretando Mozart, Chopin, Debussy.  
 Ainda por iniciativa da Gulbenkian mas na

**Sé Patriarcal**, no domingo, às 16.30, concerto de órgãos por **Joaquim Simões da Hora**.  
 No Teatro Nacional de S. Carlos concerto

com entrada livre, haverá também na terça-feira, 25, às 18.30, um concerto evocativo da morte de Liszt.  
 No **British Council** (R. Cecílio de Sousa), igualmente com entrada livre, concerto de piano por **Anthony Peebles**. Obras de L. Berkeley e de Brahms e Ravel.  
 Em **Queluz** — no Palácio — concerto no sábado, às 21.30, pela **Orquestra Sinfónica Juvenil**. Entrada livre.  
 Quanto a **Jazz**: como habitualmente nas noites de 5.ª, 6.ª e sábado no Hot (Pç. da Alegria). Esta semana com Jorge Reis, Mário Delgado, Carlos Vieira, Rui Castro.  
 No **Porto** (dias 24 e 25, às 21 horas — Teatro Rivoli), a opereta de Franz Lehár «A Viúva Alegre». Coro e cantores solistas do Teatro Nacional de S. Carlos, Orquestra Sinfónica da RDP, maestro Manuel Ivo Cruz.  
**Xutos e Pontapés e Go Graal Blues Band** vão actuar no domingo, a partir das 15 horas, no Pavilhão da Siderurgia em Palo



# ...e ainda Música, debates, etc.



**CONTRAPONTO**  
 É UM PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM VIDEO

Neste contraponto pode ver:

— a luta do povo e a iniciativa para uma alternativa democrática (entrevista com Octávio Pato da C. Política do PCP).

PARA INFORMAÇÃO E PEDIDOS:  
 SIP DO PCP  
 Rua Soeiro Pereira Gomes, 1, 1699 Lisboa Codex  
 Tel. 77 91 42

# Tempo Fim de Semana



Segundo a previsão do Instituto de Meteorológico e geofísica, para sábado, o céu estará muito nublado com vento fraco a moderado de Noroeste e aguaceiros fracos especialmente no Norte. Porém, no domingo, e em antevisão, o céu passará a pouco nublado ou limpo. Vento fraco de Norte. Nevoeiro matinal. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

# a TV

## Um investimento da trombose...

Vinha aí o Grande Governo. Vinha aí a Grande Recuperação. Vinha aí em catadupa, o Grande Dinheiro que criaria o pleno emprego para o nosso país...

Por várias ocasiões, os economistas e os organismos do Partido, e não só, muitos estudiosos do fenómeno social disseram e escreveram que o governo de Cavaco Silva estava a fazer bluff e que as suas análises não assentavam em bases minimamente sérias.

Abro o televisor. São as 24 Horas. Dou de caras com o Basílio Horta, há tanto tempo afastado das lides. De que nos fala ele? Da falta de confiança que reina nas hostes da direita. Diz que o governo muda de estratégia como quem muda de camisa.

E quanto ao investimento? São palavras textuais: o investimento está completamente paralisado.

Coitado do investimento. Que grande trombose! Braços paralisados, pernas paralisadas. E ainda o Cavaco dizia, lembrem-se?, que o seu governo tinha pernas para andar...

## Os ovos da serpente

Principitou urna nova série, americanice de fabrico inglês. Chama-se **Dempsey e Makepeace**.

Dempsey é um polícia americano que, em consequência de perseguições de que é alvo em Nova Iorque, por parte dos mafiosos instalados no poder, é transferido para Londres, onde trabalhará em regime de colaboração com a Scotland Yard. Makepeace é uma polícia inglesa, destacada para acompanhar o ianque nas aventuras e na cama.

O caso em que estão envolvidos parece ser, pura e simplesmente, um caso de contrabando. Contrabando de caviar. Lá para o fim, quando o espectador já foi bem agarrado pelas incidências da história, verifica-se que não se trata de nada disso, mas sim de espionagem: os russos pretendem conhecer o destino de certas armas (mísseis com ogivas múltiplas, carambal) e, para tanto, pagam, não já com ouro — mas com o seu precioso caviar...

Seria motivo para uma forte gargalhada, se por trás desta e doutras produções não estivesse bem nítido o ódio contra o povo soviético. É a estratégia do ovo da serpente na sua máxima expressão: a utilização dos tempos livres, da necessidade do divertimento das pessoas. Estas querem-se entreter — e acabam por ser manipuladas e usadas na sua boa-fé.

Há dias passaram na televisão partes de um filme do «Rambo»: um amigo seu fora derrotado por um pugilista soviético. Rambo resolve vingá-lo. Submete-se a provas duríssimas, até que chega o dia de combate. Primeiro Rambo apanha forte e feio, mas depois ataca e submete o pugilista soviético a um brutal massacre. O combate é-nos proporcionado com uma violência inaudita, através dos efeitos da cor e da banda sonora, em que os socos soam como bombas.

Repugnante. É a propaganda da guerra ofensiva em toda a sua plenitude, é a guerra psicológica para a criação de um estado propício à confrontação, ao não entendimento.

Transmitindo episódios como estes do **Dempsey e Makepeace**, a RTP torna-se cúmplice dos fabricantes de guerra. Dos falcões enlouquecidos.

## A realidade desmente o que eles dizem

Eles dizem que o desemprego baixou... nas estatísticas. Eles dizem que os preços não têm aumentado. Eles dizem que aumentou o salário real. Eles dizem que a poupança cresceu, que todos estão fazendo o seu pé de meia. Eles dizem que há por aí dinheiro a dar com um pau. Eles dizem que a adesão foi uma coisa boa, mesmo boa, olaré!

Eles dizem. Dizem. Dizem, porque dizer não custa senão palavras. De súbito, nem aquele depoimento de um responsável da hotelaria, na televisão. Afirma ele que os portugueses têm cada vez mais dificuldades. O seu nível de vida é baixíssimo. Portugueses não fazem férias e, quando o fazem não procuram hotéis nem pensões, devido à quebra do seu poder de compra.

O que eles dizem, pois, é uma coisa, mas a realidade é bem outra. A menos que os portugueses façam como o tio Patinhas: passem todo o tempo a ensacar e a olhar os tostões dos seus magros salários...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Uma democracia sui generis

Os nossos três recortes de hoje são ainda sobre os EUA. Referem-se ao caso de «diplomacia» secreta no Irão que colocou internamente Reagan em sérias dificuldades e veio mais uma vez comprovar a «coerência» da política externa norte-americana.

## O escândalo

• «O escândalo da venda de armas ao Irão traz à superfície graves fragilidades da política externa da Administração Reagan, que, em várias zonas do mundo, nem sequer tem observado elementares regras de prudência para ultrapassar situações de uma forma minimamente airosa. Como é o caso da Nicarágua, onde acaba de ser condenado a trinta anos de prisão um norte-americano que transportava armas para os anti-sandinistas, por incumbência da CIA, segundo afirmou, embora Washington houvesse desmentido este tipo de envolvimento.

Quanto ao envio de armas para o Irão — que se encontra tão carecido de material por causa da guerra do Golfo e vê como únicos recursos os Estados Unidos e Israel —, o presidente Ronald Reagan nega neste processo tudo o que vinha sustentando com particular ênfase. Na verdade, o seu grande trunfo para chegar à Casa Branca em 1980 foi exactamente a firmeza evidenciada relativamente a Teerão, contrastando com o posicionamento hesitante, embora empenhado, do ex-presidente Carter, quando 52 americanos permaneceram 442 dias, como reféns, na Embaixada do seu país naquela capital.

De então para cá, Reagan construiu a imagem de um campeão na luta contra o terrorismo, afirmou-se como um *duro* em tudo quanto tivesse a ver com uma política extremista como a do *ayatollah* Khomeini, levou bastante longe o seu discurso de intransigência no combate, como dizia, à arbitrariedade. Só que, enquanto nas chancelarias se ia acreditando em tudo isto, desde há muito que havia entendimentos entre Washington e Teerão.»

(«Diário de Notícias», 17 Novembro)

## CIA & dólares

• O presidente dos Estados Unidos ordenou por escrito à CIA, em Janeiro deste ano, que não comunicasse ao Congresso qualquer informação sobre os contactos secretos entre a Casa Branca e o Irão, revela o jornal «Washington Post» na sua edição de ontem.

O jornal cita «fontes fidedignas» segundo as quais a determinação presidencial tinha por objectivo proteger o chefe da CIA, William Casey, da «ira do Congresso».

John Poindexter, conselheiro de Reagan para a segurança nacional, afirmou ao «Washington Post» que a CIA esteve directamente envolvida na «iniciativa

secreta» relacionada com o Irão e que o presidente invocara a denominada «lei da omissão» para não informar o Congresso. A lei citada prevê que «em circunstâncias extraordinárias» não seja comunicada às comissões dos serviços secretos do Congresso a realização de operações secretas.

O director da CIA está vinculado a informar as comissões dos serviços secretos, num prazo de 48 horas, sobre a realização de toda e qualquer operação secreta aprovada por Reagan. Este compromisso está em vigor desde o escândalo da sabotagem de portos nicaraguenses pela CIA, há dois anos. A ordem escrita enviada por Reagan em Janeiro forçou a CIA a violar este compromisso e responsabilizou directamente o presidente por este novo escândalo, já denominado «Irangate», por analogia com o caso Watergate que forçou a demissão de Richard Nixon.

As negociações secretas entre a Casa Branca e o Irão têm por objectivo a libertação de reféns norte-americanos em poder de organizações terroristas libanesas em troca do fornecimento de armas pelos Estados Unidos, apesar do embargo contra Teerão decretado em 1979 pela própria Casa Branca.

Um senador republicano citado pelo «Washington Post» afirmou que a atitude presidencial é «absolutamente inaceitável». A Câmara dos Representantes vai analisar o caso em reunião marcada para o dia 21. O Senado tenciona fazer o mesmo em breve, «à porta fechada».

O jornal espanhol «El País» revelou entretanto que dois cidadãos norte-americanos com passaporte diplomático foram detidos durante várias horas no aeroporto de Madrid, em 24 de Outubro, quando tentavam sair do país com uma mala que continha cinco milhões de dólares. O jornal cita fontes governamentais que afirmaram que «os acreditados diplomatas, que posteriormente foram autorizados a seguir viagem para Zurique, culminaram uma das operações secretas entre Reagan e Khomeiny». O dinheiro, ainda de acordo com as mesmas fontes, destinava-se a financiar «uma das operações dirigidas para conseguir a libertação dos reféns norte-americanos sequestrados no Líbano». Oficialmente, a política norte-americana é a de «não negociar com terroristas».

(«o diário», 16 Novembro)

## Envios secretos de armas? O que é isso?

• «Os chefes dos três ramos das Forças Armadas dos Estados Unidos não foram informados dos envios secretos de armas para o Irão, ordenados pelo presidente Reagan, afirmou ontem o jornal «The Washington Post».

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante William Crowe Jr., ficou tão surpreendido quando soube do assunto pelos jornais, que ordenou um inquérito aos seus colaboradores para saber qual deles sabia das armas e não lhe comunicou por negligência, afirma o jornal, citando funcionários.

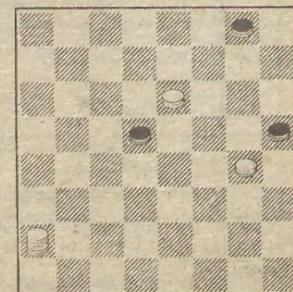
O inquérito revelou que nem Crowe nem os adjuntos foram informados dos envios de armas pelo presidente Reagan, o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, ou o conselheiro de Segurança Nacional, John Poindexter, acrescenta.

Reagan que prometeu plenas consultas com os chefes militares quando chegou à Casa Branca, refere ainda o jornal, também não os informou antes de apoiar a eliminação de todas as armas nucleares durante a cimeira de Riquejavique com o líder soviético, Mikhail Gorbachev, no mês passado.

(«Diário de Notícias», 17 Novembro)

## Damas

LXXVIII — 20 de Novembro de 1986  
PROPOSIÇÃO N.º 78  
Por: Lusito (1)  
«Vamos Decifrar» 225, 6.XII.1952  
Br.: (8)-13-22  
Pr.: 17-19-29



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 78  
Br.: Contra vários (fins de 60!)  
Pr.: Manuel Mestre

1. 10-14, 22-18; 2. 12-16, 23-20; 3. 16-23, 28-10; 4. 6-22, 27-18; 5. 5-10, 32-28; 6. 10-14, 28-23; 7. 8-12, 26-22; 8. 12-15, 31-27; 9. 2-5, 23-20; 10. 5-10, 21-17; 11. 14-21, 25-18; 12. 10-14, 29-25; 13. 14-21, 25-18; 14. 7-12, 20-16; 15. 3-6, 16-7; 16. 15-19, 22-15; 17. 11-20, 24-15; 18. 4-20, 27-23; 19. 20-27, 31-23; 20. 6-11, 23-19; 21. 1-5, 17-13 G. Pr.

Nota: Um dos grandes que conduzia as Br. continuou: 20. 1-5, 23-19; 21. 5-10, 19-15; 22. 9-13, 18-9; 23. 10-14, 9-5; 24. 14-18, 5-2; 25. 18-22, 2-11; 26. 22-26, 11-14; 27. 26-29, 14-19; 28. 29-25, 19-32 G. Pr.

GOLPE N.º 78  
Almada, 18.VIII.1957  
Por: Mário Dinis Vaz

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 27-22; 4. 8-12, 20-16; 5. 2-5, 28-23; 6. 10-13, 23-20; 7. 6-10, 30-27; 8. 13-17, 18-13; 9. 9-18, 22-6; 10. 3-10, 27-22; 11. 10-13? Perdentel (Br.: 1-4-5-7-11-12-13-14-15-17. Pr.: 16-20-21-22-24-25-26-29-31-32) J. Pr. G.

SOLUÇÕES DO LXXVIII

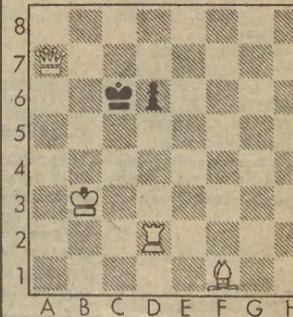
N.º 78 (L): 22-26, 17-10 (Se: 29-22; 13-18 e 8-9 ++); 8-22, 29-25 (Se: 10-?; 22-31 ++); 26-30=D ++  
Golpe n.º 78 (MDV): 11. ...., 21-18; 12. 14-30, 29-26; 13. 30-21, 25-2 ++  
(1) - Lusito = Jorge Gomes Fernandes?

A. de M. M

## Xadrez

LXXVIII — 20 de Novembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 78  
Por: O. Wurzburg  
«Grand Rapids Herald», 1932  
Pr.: (2); Pd6-Rc6



Br.: (4); Bf1-Td2-Da7-Rb3  
Mate em 2 lances

JOGO N.º 78  
Tilburg, 1986

(1.º Bellavsky (URSS) 8,5 pts.; 2.º Ljubojevic 8; 3.º Karpov 7,5; 4.º Timman, Miles e Portisch 6,5; 7.º Hübner 6,5; 8.º 4,5)  
Br.: Beliavsky  
Pr.: Karpov

1. d4, d5; 2. c4,e6; 3. Cc3, Cf6; 4. c:d5,e:d5; 5. Bg5, Bb7; 6. e3,c6; 7. Bd3, Cbd7; 8. Cf3,0-0; 9. 0-0,Tc8; 10. Dc2,Cf8; 11. h3,Bb6; 12. Bf4,Bd6; 13. B:d6,D:d6; 14. a3,Dd7; 15. b4,Ta8; 16. Tf1,Cd7; 17. Cc2,Cg6; 18. Cg3,Cdf8; 19. Cd2,Ch4; 20. Cb3,Dg5; 21. Rh2,Tc7; 22. Cc5,Bc8; 23. Te1,g6; 24. Ta1,h5; 25. b5,Cg2; 26. R:g2,h4; 27. b:c6,h:g3; 28. f:g3,T:e3; 29. T:e3,D:e3; 30. c:b7,B:b7; 31. D:c3,T:c5; 32. D:c5,D:d3; 33. Dc3,Dd2+; 34. Rg1,Ce6; 35. Te1,C:d4; 36. Rh1,Cb5 e as Br. abandonam! Se: 37. T:e2,d4+ ... e G.

SOLUÇÃO DO 78  
Chave: 1. Td2

1. ...., Rb5; 2. Tc2 ++  
1. ...., Rd5; 2. Bg2 ++  
1. ...., d5; 2. Te6 ++

A. de M. M.

## CAMINHO



1.ª edição portuguesa  
traduzida directamente do russo

o prazer de ter bons livros para ler